



**50 anos do golpe
Debates discentes**

**Lúcia Grinberg | Maria Paula Nascimento
Araújo | Samantha Quadrat | (organizadoras)**

FORUM
Capistrano
DE ABREU

& PPGH

**Lúcia Grinberg
Maria Paula Nascimento Araújo
Samantha Viz Quadrat**

(Organizadoras)

50 anos do golpe Debates discentes



Niterói/RJ

PPGHISTÓRIA-UFF

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

Vice-Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História:

Ana Maria Mauad de Souza Andrade Essus e Samantha Viz Quadrat

Copyright © dos autores, 2016.

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do *copyright*.

Diagramação: Samantha Quadrat

Revisão: Isabel Leite

Ficha catalográfica

J33 50 anos do golpe: debates discentes. Lucia Grinberg, Maria Paula Nascimento Araujo e Samantha Quadrat (orgs.). –

Niterói-RJ: PPGHistória-UFF, 2016.

193 p.

ISBN: 978-85-63735-27-0

I. História do Tempo Presente. II. Ditadura. III. América Latina e Brasil

CDD: 990

Sumário

Apresentação	5
 Artes: literatura, cinema e música	
O romance “Derrocada” e as reflexões de Dias Gomes sobre o contexto político e social a partir da redemocratização	8
Aline Monteiro de Carvalho Silva	
Memória em exposições: a arte de Carlos Zilio e Sérgio Ferro durante a ditadura	19
Andrea Siqueira D’Alessandri Forti	
Entre lutas e protestos: a MPB e o rock nacional no contexto da redemocratização (1975-1985)	31
Gabriela Cordeiro Buscácio	
Geração Bendita: contracultura e censura nos anos 70	41
Igor Fernandes	
 Direitas	
Ernesto Geisel, ditador ou democrático? A construção de consensos sobre o “pai” da abertura política no Brasil	53
Bianca Rihan P. Amorim	
A Nova Direita no Brasil: o caso dos Institutos Liberais brasileiros	61
Gabriel da Fonseca Onofre	
O outro lado da rua Maria Antônia: a juventude de direita brasileira em 1968	70
Rafaela Mateus Antunes dos Santos	
 Estado, Militares e Judiciário	
Os “indesejáveis”: o monitoramento das esquerdas pré-1964 no exílio e no processo de anistia política	79
Denise Felipe Ribeiro Mestre	
O fim da “primavera” no país da “eterna tirania”: O golpe de 1954 e a ruptura do projeto democrático na Guatemala	88
Ana Carolina Reginatto	

Intelectuais e imprensa

Imprensa e política: o governo Goulart nas páginas do *Correio da Manhã* (1961-1964) 99

Renato Pereira da Silva

1964 – O espectro que não veio: anticomunismo e ideologia nos editoriais de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* 111

Robson Leal Francisco

Ditadura e cultura

O regime autoritário na televisão pela medição do IBOPE do programa *Amaral Netto, o Repórter* (1968-1984) 122

Katia Krause

“Livros no poder!” - O Instituto Nacional do Livro ao longo das ditaduras 132

Mariana Rodrigues Tavares

Memórias das oposições

Trajatória, projeto, memória e identidade: três operários sindicalistas em perspectiva 144

Fernanda Raquel Abreu Silva

História, Memória e Movimento Estudantil 157

Gislene Edwiges de Lacerda

Significados da anistia: apropriações do conceito de anistia no Brasil, dos anos 1970 à gestão de 2007 da Comissão de Anistia 166

Glenda Gathe Alves

As Comissões de Verdade e seus Informes na América Platina: questões de produção e circulação 177

Marina Maria de Lira Rocha

Apresentação

Em 2014, universidades em todo o país organizaram seminários e publicações por ocasião do cinquentenário do golpe civil-militar. Neste volume apresentamos resultados dos “Debates Discentes” promovidos no âmbito do Seminário Internacional “50 anos do golpe”, realizado de 1 a 4 de abril no Rio de Janeiro. Nos programas de pós-graduação em história temos recebido um número significativo de interessados em temas relacionados à ditadura, no cotidiano de aulas, debates, seminários, sessões de orientações, exames de qualificação e defesas tecemos um diálogo permanente entre jovens pesquisadores e professores. As reuniões institucionais previstas e os encontros informais na rotina de pesquisa em arquivos e viagens para congressos proporcionam um ambiente de troca indispensável para o desenvolvimento dos trabalhos.

Nesse sentido, além de mesas-redondas e conferências proferidas por especialistas brasileiros e latino-americanos, projeção de filmes documentários e debates sobre memórias e ficções dedicadas à ditadura, nos empenhamos em organizar sessões de comunicações de pesquisas elaboradas por estudantes de mestrado e de doutorado no âmbito de programas de pós-graduação, muitos deles atualmente mestres e doutores. As comunicações foram reunidas nas seguintes sessões temáticas: Artes: literatura, cinema e música; Direitas; Estado: militares e judiciário; Intelectuais e imprensa; Ditadura e cultura; Memórias das oposições. Cada sessão temática contou com um professor debatedor, Ana Maria Mauad e Janaína Cordeiro na UFF, Alessandra Carvalho e Ricardo Figueiredo de Castro na UFRJ, Icléia Thiesen e Daniel Ferreira na UNIRIO. Os artigos publicados são resultado de pesquisas de alunos do PPGH/UFF, PPGHIS/UFRJ, PPGH/UNIRIO, PPGH/Universo e PPGH/USP.

O “Seminário Internacional 50 anos do golpe” foi promovido em conjunto por várias instituições do estado: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É importante destacar que muitos de nós, professores e alunos, só pudemos desenvolver nossas pesquisas e organizar um evento dessa dimensão devido ao financiamento de agências públicas de fomento à pesquisa, especialmente à CAPES, CNPq e FAPERJ.

Finalmente agradecemos a Isabel Leite o trabalho de revisão e padronização dos textos que compõem esta coletânea.

Lúcia Grinberg (PPGH/UNIRIO)

Maria Paula Nascimento Araujo (PPGHIS/UFRJ)

Samantha Viz Quadrat (PPGH/UFF)

Artes: literatura, cinema e música

O romance “Derrocada” e as reflexões de Dias Gomes sobre o contexto político e social a partir da redemocratização

Aline Monteiro de Carvalho Silva¹

Esse capítulo pretende versar, de forma breve, através da obra “Derrocada” sobre a produção de Dias Gomes nos anos de 1980 e 1990. O dramaturgo é conhecido por suas obras teatrais e televisivas críticas da situação do país, do governo, da política, e etc., produzidas, em sua maioria, durante os anos de 1950, 1960 e 1970. Nas últimas duas décadas de sua vida manteve suas análises críticas do contexto político e social, porém com algumas diferenças temáticas. Nesse período, passou a utilizar como material de suas peças uma discussão sobre os novos caminhos e possibilidades dos artistas, intelectuais e também das esquerdas, dentro da nova realidade do país e do mundo.

Dias Gomes nasceu na Bahia em 1922. Cedo se mudou para o Rio de Janeiro, escrevendo sua primeira peça aos quinze anos. Aos dezoito entrou para a Companhia de Procópio Ferreira, saindo poucos anos depois indo trabalhar em São Paulo na emissora de rádio de Oduvaldo Vianna (Pai), tendo se filiado nessa época ao Partido Comunista Brasileiro, de onde viria sair em 1974.

Assim como Teatro Brasileiro Moderno² e sua vertente mais popular, sua carreira foi crescendo em fins da década de 1950 e nos anos de 1960. Quando do golpe de 1964, além de escrever suas peças, o dramaturgo estava trabalhando na Rádio Nacional, de onde foi demitido sumariamente após a promulgação do AI-1. Após os cinco primeiros anos do regime, convivendo com a censura de algumas peças e problemas na publicação de suas obras, começa a trabalhar, em 1969, na *Rede Globo de Televisão*. A partir dessa data, passou um tempo sem escrever para o teatro, retornando com *As Primícias*, composta em 1977.

Nos anos de 1980, com a doença da mulher e morte da mulher, Janete Clair, e por outros motivos, decide parar de escrever novelas, dedicando-se novamente ao teatro e às minisséries televisivas o que iria perdurar até sua morte. Faleceu em 1999, quando estava adaptando *Vargas*, versão de sua peça *Dr. Getúlio, sua Vida, sua Glória* para a tevê.

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

²Para a maioria dos estudiosos do tema, o Teatro Brasileiro Moderno iniciou-se com a encenação de “Vestido de Noiva”, de Nelson Rodrigues em 1947 e fomentado pela produção de jovens e contestadores dramaturgos como Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Vianna Filho (Vianinha), o novo teatro brasileiro, que se pretendia crítico do seu tempo, com personagens populares e brasileiros, voltado para um público nacional, ganhou força na segunda metade da década de 1950 e durante boa parte dos anos de 1960.

Algumas reflexões sobre teatro engajado e as mudanças ocorridas em fins do século XX

Dias Gomes se inseria em uma linha de pensamento que foi corrente entre os artistas e intelectuais brasileiros durante as décadas de 1950 e 1960, aproximadamente. Para eles, as obras teatrais deveriam tentar um processo de nacionalização do teatro brasileiro, já que muitas das peças encenadas no país não eram de autores nacionais e, dessa forma, se distanciava das personagens tipicamente brasileiras. Portanto, tentavam fazer com que seu teatro encarnasse e encenasse tipos mais populares e que tivesse uma maior identificação com o público.

O teatro desenvolveu discussões acerca da cultura nacional e suas formas, além de uma ideia, uma necessidade, de se fazer uma revolução tanto nos meios teatrais quanto social. Esse debate girava, principalmente, entre autores e intelectuais ligados à esquerda, principalmente ao Partido Comunista Brasileiro, como era Dias Gomes. Era justamente em torno do partido e de sua visão de nacionalismo que acabou por se formar uma “cultura política singularmente fecunda, que se afirmou sobretudo após 1960, e iria sobreviver ao golpe de Estado de 1964; de fato, talvez tenha sido em 64-68 a época de sua maior influência”³. Essa produção de esquerda teve um forte grupo consumidor, que eram ligados ou não a ela, principalmente entre os anos de 1964 e 1968, já durante o governo dos militares.

Nessa tentativa de teatro essencialmente nacional, nessa procura por colocar nos palcos o verdadeiro povo brasileiro, houve a entrada de novas personagens em cena, como as camadas pobres da sociedade, os camponeses, os operários, os trabalhadores das cidades e também a classe média.⁴ Com essas mudanças, como destaca Yan Michalsky, acabou surgindo uma

nova dramaturgia, que iria dominar os palcos nos anos subsequentes: uma dramaturgia, em primeiro lugar, ufanisticamente nacionalista, que se empenhava em refletir um estilo de viver, falar e agir inconfundivelmente brasileiro, e em rejeitar modelos importados do “playwriting” europeu e norte-americano. E que se debruçava sobre os problemas das faixas menos privilegiadas da sociedade – os operários,

³PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. p. 141.

⁴“Mais tarde, sobretudo nas peças de Viana Filho, Dias Gomes e Paulo Pontes, a classe média fará a sua entrada em cena, alargando um pouco a definição de popular”. In: LIMA, Mariângela Alves de. “Os grupos ideológicos e o teatro na década de 1970”. In: *Teatro através da história: Teatro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil; Entourage Produções Artísticas, 1994. p. 236

os camponeses – procurando-se fazer-se porta-voz das suas reivindicações.⁵

O teatro, então, se tornou um local fértil para discussões sobre os rumos do país, tornando-se cada vez mais politizado. Dessa forma, houve o crescimento cada vez maior da ideia de teatro engajado. Com o golpe de 1964, com o aumento da censura e das perseguições, muitos autores começaram a adotar a metáfora como forma de burlar os impasses criados pelo regime, o que Sábato Magaldi chamou de “teatro de ocasião”, que lutava contra a repressão, fazendo com que “praticamente toda nossa dramaturgia privilegiou o político, o social. Ao lado do humorismo e da música popular, o teatro encarnou, naqueles anos, a luta mais consciente contra a ditadura”.⁶ Após a instauração do AI-5 e de uma repressão ainda maior no cenário nacional, o teatro brasileiro, marcadamente engajado, foi perdendo a sua forma, mesmo que muitos atores, autores e companhias de teatro buscassem manter esse teatro vivo. Mesmo assim, quando buscava manter-se politizado, sofria com sanções e perseguições do governo. Com o processo de abertura política, transição e redemocratização a partir de fins dos anos de 1970, algumas obras censuradas nos anos anteriores acabaram por conseguir ir aos palcos ou foram remontadas podendo expor a totalidade de seus conteúdos, fazendo uma crítica mais direta, principalmente, as questões políticas do país. Porém, o teatro fortemente engajado das décadas anteriores tinha perdido seu espaço dentro dos palcos nacionais.

Dias Gomes fez parte desse grupo de artistas e intelectuais que buscou no teatro um engajamento político. Atento observador da política e do contexto social nacional, com a abertura política, o fim do regime militar e o processo de redemocratização, além da análise crítica em relação às questões sociais e políticas do país, o dramaturgo expõe em sua obra as reflexões sobre o teatro, sobre os novos espaços dos intelectuais e artistas e sobre a esquerda, principalmente a ligada ao Partido Comunista, naquele contexto dos anos de 1980 e 1990.

Em fins do século XX, a crítica ao governo, à militância política e o teatro engajado já não era mais tratada como o autor de *Roque Santeiro*, havia se acostumado. Para além, havia a necessidade dele e de outros que viviam e se sentiam da mesma forma, de adaptar-se a conjuntura e as transformações que se estabeleciam naquele momento. O dramaturgo buscou redimensionar as suas análises, tanto como forma de adaptação e

⁵MICHALSKY, Yan. *O teatro sobre pressão: uma frente de resistência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. p. 14.

⁶MAGALDI, Sábato. *Dramaturgia Brasileira Moderna*. In: *Teatro através da história: Teatro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil; Entourage Produções Artísticas, 1994. p. 260.

readaptação, como forma de se manter como um autor importante e atuante na dramaturgia brasileira.

Tanto em “Derrocada”, quanto em outras obras literárias e teatrais produzidas por Dias Gomes no período, encontramos em suas linhas uma problematização, um questionamento, reflexões sobre o processo de abertura política, a redemocratização, a chamada Nova República e a crise do socialismo real no mundo. Essa mudança de foco, além da diminuição de sua produção, realizou-se dentro desse contexto, onde novos atores políticos, intelectuais e sociais foram surgindo no cenário nacional e internacional. Houve o fim da assim chamada por Marcelo Ridenti “grande família comunista”⁷, juntamente com o racha e o fim do Partido Comunista Brasileiro⁸, além da perda das bases políticas, sociais e econômicas do comunismo, assim como queda do seu projeto internacional que começou no início do século XX.

Apesar de ter saído do Partido em 1974, mas tendo sido ligado fortemente a ele, o teatrólogo representava o pensamento das esquerdas, pois a sua forma de fazer arte e suas produções foram marcadas por essa ligação com as esquerdas e com o teatro engajado. Assim, suas obras criadas no final do século XX, estavam relacionadas e foram influenciadas tanto pelo final da ditadura militar, pela queda do muro de Berlim e o colapso internacional do comunismo, além do fim do Partido Comunista Brasileiro.

Algumas ideias sobre memória, testemunho e literatura

Para pensar essa produção teatral, me utilizei das ideias de memória, testemunho e sua relação com a literatura. Há um bom número de autores que pensam em suas obras sobre essas questões, porém focarei nas análises de Márcio Selligman-Silva sobre trauma, literatura e testemunho.

Em suas reflexões sobre a questão do testemunho em *Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes* históricas, Márcio Selligman Silva fala que, após a Segunda Guerra e a questão do Holocausto, houve um crescimento do testemunho e que

⁷Termo cunhado por Marcelo Ridenti em seu livro *Em Busca do Povo Brasileiro*. Precisamente, ele considera que foi um grupo de intelectuais e artistas que, ao longo de várias décadas, especialmente os anos de 1950, 1960 e 1970, pensou e produziu para um determinado Brasil e utilizou a arte para tal produção. RIDENTI, Marcelo. *Em Busca do Povo Brasileiro: Artista da Revolução, do CPC a Era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁸Em 1992, o PCB sofreu uma grande crise, tendo resultado no fim, renascimento e divisão do partido. Para saber mais: PEREIRA, Fabrício. “Utopia dividida: a crise do PCB (1979-1992)”. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2006. v. 10, n. 1, jan-dez. 2006.

a narrativa, através da história, da literatura, etc., apropria-se desse aumento do elemento testemunhal. A narrativa, por esse motivo, torna-se, muitas vezes, uma forma de sobrevivência. Nessa necessidade de testemunho, nessa narrativa dos fatos vividos, existe, às vezes, uma sensação de inverossimilhança, como se aqueles acontecimentos não tivessem ocorrido.⁹ Por isso, inúmeras vezes se fez uso da arte, da literatura, para mostrar esse testemunho. Como consequência, existe uma forte literatura testemunhal, pois “o trauma encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço.”¹⁰ Por isso afirma¹¹, vendo

esta aproximação entre o campo testemunhal e o da imaginação a possibilidade mesma de se repensar tanto a literatura, como o testemunho e o registro da escrita autodenominado de sério e representacionista. Ocorre uma revisão da noção de literatura justamente porque do ponto de vista do testemunho ela passa a ser vista como indissociável da vida, a saber, como tendo um compromisso com o real. Aprendemos ao longo do século XX que todo o modo produtivo da cultura pode ser lido no seu *teor testemunhal*. (grifo do autor)¹²

O teórico afirma que “o testemunho como uma atividade *elementar* (grifos do autor), no sentido de que dela depende a sobrevida daquele que volta do *Lager* (campo de concentração) ou de uma situação radical de violência que implica esta necessidade, ou seja, que desencadeia esta carência absoluta de narrar”.¹³ A narrativa, portanto, seria uma espécie de ligação, uma espécie de reconexão com o mundo, conexão esta que havia sido quebrada com a experiência, com o trauma vivido; narrar o trauma seria como renascer para o mundo.

Para o autor, o testemunho sempre se dá no momento presente, sendo esse tempo passado um tempo presente.¹⁴ Haveria sempre certa irrealidade na percepção do trauma e este é uma espécie de memória ativa sobre um passado que teima em não passar. Além disso, destaca que existe um sentimento paradoxal que envolve os sobreviventes: a culpa por ter permanecido vivo, por sobreviver.¹⁵

⁹Em seu texto, Márcio Selligman-Silva cita diversos autores. Quando fala da inverossimilhança da narrativa, o autor cita Primo Levi, que disse que há dificuldades para se dar crédito ao testemunho, quando fala dos testemunhos que deu.

¹⁰SELLIGMAN-SILVA, Márcio. “Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas” *In: Psicologia Clínica, Revista do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica /RJ*. Rio de Janeiro, Vol. 20, nº.1, p. 65-82, 2008. p. 70.

¹¹Citando e associando-se às ideias de Jacques Derrida.

¹²SELLIGMAN-SILVA, Márcio. *op. cit.*, 2008. p. 71.

¹³*Idem*. p. 66.

¹⁴*Ibidem*. p. 69.

¹⁵*Ibidem*. p. 75.

Em seu texto *O testemunho: entre a ficção e o real*, em que Márcio Selligman-Silva versa sobre a literatura testemunhal e a questão do real em contraponto ao ficcional. Suas afirmações perpassam por uma sistematização teórica, numa perspectiva multidisciplinar: a literatura testemunhal, seu campo de análise, seu significado, se é arte ou história, e como trabalhar com esse tipo de literatura, com essa memória, com esse testemunho. Afirma que a

literatura, como é bem sabido, também trabalha no campo minado da fronteira – impossível de ser traçada! – entre a referência e a auto-referência. Como a ironia, ela também pode ser vista como um espaço de auto-reflexão da linguagem [...], ou ainda, como uma oficina de aprimoramento da imagem enquanto uma máquina não tanto de “representar” o “real”, mas sim de dar uma forma a ele.¹⁶

A literatura, portanto, não é simplesmente uma imitação do mundo.

A partir desse ponto, abre-se caminho para a pergunta sobre qual o impacto que a história, que os acontecimentos vividos, tiveram na trajetória pessoal de alguém para fazer com que ela desejar dar seu testemunho. Isto é, qual o impacto do mundo no autor e, conseqüentemente, em sua obra; em resumo, qual fato, momento, acontecimento, foi importante para determinado indivíduo que acaba por influenciar a sua obra. Há a necessidade de se pensar o contexto para situar essa obra, afinal, a literatura testemunhal é testemunho de algo no tempo, na história. Assim, relacionando, cruzando literatura e o chamado “mundo fenomênico”, há a percepção que a literatura de testemunho seria um “modelo paradigmático dessa literatura antiirônica – que poderíamos chamar, com o cuidado da aplicação das aspas, de literatura do ‘real’ [...]”.¹⁷

Essas reflexões nos dão a base para refletir sobre “Derrocada”, tendo como foco a questão da memória e do testemunho que aparecem em seu texto.

Derrocada

“Derrocada” fala sobre experiências sensíveis de personagem principal e as suas conseqüências. Sua história se passa em fins dos anos de 1980 e versa sobre a queda do muro de Berlim, o fim do socialismo real e as conseqüências, tanto físicas quanto emocionais desses fatores para um militante de esquerda. Membro do Partido Comunista Brasileiro até 1974, Dias Gomes coloca suas experiências mais ou menos próximas em

¹⁶SELLIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 372

¹⁷SELLIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). *op. cit.* p. 372.

seu trabalho. A obra não foi escrita no exato momento em que os fatos, fictícios e reais, ocorreram. Ela fala, a partir de um momento presente, em relação a um passado, de um lugar da memória. Utilizo a literatura, procurando pensar as articulações entre memória, os entrelaces entre as lembranças do autor sobre os fatos e a visão dos acontecimentos pela ótica do testemunho.

Romance escrito por Dias Gomes em 1993, conta a história de Rodrigo, militante de esquerda, que se dedicou durante anos a causa comunista e ao Partido – sendo exilado durante e torturado durante a ditadura militar, tendo perdido as suas relações familiares ao longo dos anos por este mesmo motivo –, vendo o mundo socialista ruir diante de seus olhos, tanto politicamente quanto fisicamente, com a queda do muro de Berlim, com a retirada e destruição das estátuas dos líderes comunistas. Em 1989, quando da queda do muro de Berlim, Dias Gomes tinha sessenta e sete anos e já havia sido, durante vinte e nove anos, membro do Partido Comunista Brasileiro. Não sofreu tortura, não abandonou o país durante o governo militar – ao contrário, foi neste período que construiu uma sólida carreira como escritor de telenovelas – e já não fazia mais parte do quadro do partido em fins dos anos de 1990¹⁸, diferentemente de sua personagem, porém, pela experiência anterior, pelos companheiros, compreendia as apreensões que estes acontecimentos causavam em que estava na militância.

O livro se passa em fins dos anos de 1990, mas foi escrito em 1993. Foi necessário um distanciamento no tempo, para que aqueles eventos pudessem ser escritos, para que a necessidade de falar sobre aqueles acontecimentos virasse texto. A obra, narrada em primeira pessoa, não é uma narrativa autobiográfica, porém tem elementos que compunham a realidade e as impressões vividas por seu autor. Mesmo não fazendo parte mais do partido¹⁹, mas tendo conservado algumas convicções ligadas à esquerda e visitado a União Soviética na década de 1950, no auge de seu regime, os acontecimentos daquele período, a queda do muro, a abertura política, afetavam os seus pensamentos e a produção de Dias Gomes. Como diz a personagem principal, ao falar de seu amigo e companheiro de luta Zé Luiz, a história acabava de

¹⁸Dias Gomes entrou para o Partido Comunista Brasileiro em 1945, saindo dele, segundo o próprio por ser um péssimo militante, em 1974. In: GOMES, Dias. *Apenas um subversivo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

¹⁹Em 1992, o PCB sofreu uma grande crise, tendo resultado no fim, renascimento e divisão do partido. Para saber mais: PEREIRA, Fabrício. “Utopia dividida: a crise do PCB (1979-1992)”. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2006. v. 10, n. 1, jan-dez. 2006.

lhe aplicar um “suadouro”, deixando-o nu, despojado de todos os seus bens oníricos. Ainda por cima estão apagando suas pegadas, suas impressões digitais, tornando difícil identificar o caminho por onde passou, antes da tormenta. O amanhã, que parecia tão próximo, o amanhã não tem mais. Num passe de mágica, o futuro lhe foi surrupiado, e o presente é uma realidade estúpida. É assim que me sinto também, com os pés no ar sobre o abismo, destruída a ponte. O único ponto de apoio é a necessidade de acreditar numa explicação plausível ou numa reversão das imagens.²⁰

A imagem construída pelo autor é do desmoronamento dos ideais, das certezas dessa personagem. Os eventos são tão perturbadores para Rodrigo, que este passa a rememorar situações de seu passado, que ocorreram devido a sua militância e a seu comprometimento, como a fuga do país e a tortura sofrida por ele e sua esposa na época. *Derrocada* tem um tom pessimista, é um livro que expõe as descrenças no por vir, já que a base, a realidade em que a personagem vivia – e o próprio autor – estava esfacelando-se diante de si. Para Rodrigo, é o fim de uma vida dedicada à luta por uma causa; para Dias Gomes, é um questionamento de seu lugar naquela sociedade que se modificava, uma busca por um espaço dentro do novo contexto social que se apresentava no Brasil, com o fim da ditadura militar e a volta da democracia plena, e no mundo.

“Derrocada” é uma obra escrita a partir da perspectiva do presente, das necessidades desse presente, em relação e sobre um passado que se desejava falar, vir à tona, emergir. Por motivos diferentes, narram traumas relacionados à suas personagens principais, traumas que marcaram as suas vidas e a dos que estão ao seu redor. Não é por acaso que Rodrigo, personagem de Dias Gomes, sofreu um final dramático e uma quase – e provavelmente desejada – morte.

Esse texto trabalha as memórias, tanto individuais quanto coletivas, de seus autores. Essas produções não são separadas da realidade que os cercavam; nelas foram apresentadas visões de mundo, os desejos, tanto os do passado e quanto os do futuro; é a constante presença de uma lembrança, que é latente, que insiste, que não se dissipa.

Conclusões

A memória acaba por afetar a formação das opiniões e visões posteriores do passado. Ela estabelece-se através de múltiplas representações do passado; passado esse que, por vezes, tem o interesse de ser construído de uma determinada maneira no presente. Ela – a memória – acentua-se, com sua natureza militante e justiceira que por vezes parece

²⁰GOMES, Dias. *Derrocada*. Rio de Janeiro: Record, 1993. P. 19-20.

perfeita a partir de seu ponto de vista, “ainda mais quando ela se faz portadora de questões ou mesmo de reivindicações identitárias, (quando) leva a raciocinar sobre o passado em função unicamente de fins do presente”²¹.

A literatura, principalmente a testemunhal, necessita de verossimilhança. Não podemos esquecer que as produções – as obras de arte, a literatura, etc. – são datadas e influenciadas pelo contexto da época. Os autores das obras fazem um esforço para representar, para idealizar o seu tempo, tendo na literatura um canal para a subjetividade. Neste trabalho, a utilizei como um meio para aperceber a subjetividade de uma época, através da obra, das personagens, do autor. Nelas encontramos a subjetividade, o imaginário e a representação de uma época, no interior das obras.

Esses dois livros discutem, põem em evidência, sobre uma época específica em outra época. Como afirma Andreas Huyssen, há momentos para se esquecer e para se lembrar sobre os acontecimentos.²² A obra precisou de um tempo para que as experiências, os testemunhos, mesmo que ficcionais, pudessem ser revelados. Obviamente, essas questões estão atreladas a demandas do presente e as possibilidades que o presente dá para que este testemunho venha à tona.

As mudanças políticas e sociais que ocorreram em fins do século XX afetaram a Dias Gomes e a geração de artistas e intelectuais a qual ele estava conectado, que partilhavam de ideais como políticos, ideológicos, que pensavam sobre uma arte engajada, sendo em boa parte ligados à esquerda. Como afirmou o dramaturgo, o sentimento compartilhado era de que se estava passando por uma grande crise, que afetava diversos setores, político, social, teatral, entre outros. Não é por acaso que o romance aqui destacado se chama “Derrocada”, já que faz parte de uma literatura produzida pelo autor que possui um tom fortemente pessimista. Alguns anos depois da escrita desta obra, Dias Gomes declarou que aquelas últimas décadas eram características das crises que assolam os finais de século, onde nada ocorre, mas que ele ainda acreditava que algo iria acontecer, provavelmente quando entrássemos no século XXI. Porém, ele não pode provar sua teoria, vivendo os seus últimos dias de vida neste momento que considerava crítico.

²¹LABORRIE, Pierre, “Memória e Opinião”. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 94.

²²HUYSSSEN, Andreas. *Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público*. (mimeo).

Em sua autobiografia o autor expor a sua necessidade de expressar os acontecimentos daquele determinado momento, daquele contexto, daquelas sensações e situações vividas:

[...] a derrocada do socialismo na União Soviética e nos países do leste europeu – inimaginável pelo mais reacionário futurólogo 10 anos antes – certamente me teria arrasado se eu já não tivesse deixado o Partido há tempos. Poderia, entretanto, imaginar seu efeito devastador sobre aqueles que ainda militavam e que o faziam desde a juventude (e foi no Partido que conheci as pessoas mais íntegras, generosas e desprendidas de toda a minha vida) abdicando de quase tudo, estabilidade familiar, ascensão social, prazeres burgueses, gostosas compensações da sociedade capitalista, por vezes sacrificando a própria liberdade e arriscando a vida, tudo pelo sonho de uma sociedade igualitária e justa. E, de repente, esse sonho se esvai, escorre como areia entre os dedos da História, a realidade mostrando o seu rosto sujo, num trágico despertar. Sim, não eram as ideias que estavam sendo derrotadas, essas iriam sobreviver, enquanto sobrevivesse a humanidade, pois eram inerentes ao que mais de generoso existe no ser humano. Era apenas o fracasso de uma experiência – e outras virão, o sonho não morreu nem morrerá nunca – cujas causas estavam na traição aos princípios básicos do socialismo. Mas era impossível raciocinar com essa clareza no primeiro momento, no fragor da derrubada dos monumentos a Lênin e a Marx. Colocando-me dentro da cabeça daquele velho militante, senti que ela ameaçava explodir, acuada contra o muro da loucura.

[...] *Derrocada* – que mereceu capa assinada por esse genial artista-símbolo da integridade e da coerência, plantador de cidades, semeador de utopias, Oscar Niemeyer – foi um romance escrito compulsivamente; não me sentiria em paz com minha consciência e com minha responsabilidade histórica como escritor sem o ter escrito.²³

Dias Gomes precisava narrar o trauma, falar sobre os acontecimentos que, se não tão devastadores para si, foram devastadores para pessoas que, por muito tempo, tiveram os mesmos ideais que o autor, que fizeram parte de uma comunidade, de uma coletividade que compartilhava pensamentos, sonhos, ideais. Não podemos deixar de lado o fato que “cada memória social transmite ao presente uma das múltiplas representações do passado que ela quer testemunhar. Entre diversos outros fatores, ela se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente”²⁴, afetando a formação das opiniões e visões posteriores do passado.

²³ GOMES, Dias. *Op. Cit.*, 1998. p. 345-349.

²⁴ LABORIE, Pierre. *Op. Cit.* p. 92.

Concluindo, “Derrocada” tem em seu texto o desespero, a angústia, o fim de um sonho para um bom número de militantes que imaginavam uma realidade diferente da que aconteceu. É uma literatura que se utiliza da memória, e também do esquecimento, para narrar os acontecimentos, traumáticos em seus diversos níveis – a morte de uma filha, a morte de um sonho. São representações da realidade e sua análise nos mostram as conexões entre arte, literatura, subjetividade e história.

Bibliografia

GOMES, Dias. *Derrocada*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSSSEN, Andreas. *Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público* (mimeo).

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. K. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

LABORIE, Pierre. “Memória e Opinião”. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PEREIRA, Fabrício. “Utopia dividida: a crise do PCB (1979-1992)”. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2006. v. 10, n. 1, jan-dez. 2006.

POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento e silêncio” IN: *Estudos Históricos*, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

SELLIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. “Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas” In: *Psicologia Clínica, Revista do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica /RJ*. Rio de Janeiro, Vol. 20, nº.1, p. 65-82, 2008.

Memória em exposições: a arte de Carlos Zilio e Sérgio Ferro durante a ditadura

Andrea Siqueira D'Alessandri Forti²⁵

Introdução

Carlos Zilio e Sérgio Ferro são dois artistas plásticos que, durante a segunda metade da década de 1960, atuaram em organizações de esquerda armada. A arte produzida por eles nesse período foi utilizada como instrumento de luta contra o regime instaurado com o Golpe de 1964. Posteriormente, no ano de 1970, Zilio e Ferro foram presos. Dentro da cadeia, eles elaboraram trabalhos que constituíram uma narrativa sobre suas experiências como presos políticos. Esse artigo tem como objetivo problematizar a produção da memória em três exposições, realizadas em dois momentos diferentes, nas quais a arte de Zilio e Ferro foram apresentadas, a fim de analisar como foi e como está sendo a lembrança da ditadura civil-militar pelos artistas e pela sociedade.

A arte de Zilio e Ferro nos anos 1960

A arte elaborada no Brasil a partir de meados da década de 1960 foi marcada pela questão política e social. Desde o início do regime militar, artistas plásticos se posicionaram criticamente através de suas produções, utilizando a arte como arma. Carlos Zilio e Sérgio Ferro, assim como outros artistas, buscaram através de seus trabalhos transmitir uma mensagem que incitasse à reflexão sobre a situação política do país. Essas obras foram apresentadas nas principais exposições do período.

Carlos Zilio e Sérgio Ferro se destacaram dos demais artistas de vanguarda devido às suas experiências políticas. Zilio iniciou seus estudos na Faculdade de Psicologia da UFRJ ao mesmo tempo que começou a atuar no campo artístico. Desde seu ingresso na universidade, o artista se aproximou de estudantes ligados a Dissidência Guanabara (DI-GB). A relação com o movimento estudantil foi iniciada, na prática, com a atuação no Diretório Acadêmico. Nesse período, ele viveu uma experiência conjunta de artista e militante que veio a repercutir em sua visão política.

Sérgio Ferro era artista plástico, arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, além de ser ex-militante do Partido Comunista Brasileiro. O artista que, desde o início, participou da dissidência do PCB em

²⁵ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

São Paulo, se aproximando da tendência de Carlos Marighella, foi um dos principais articuladores da Ação Libertadora Nacional (ALN) com o meio artístico e intelectual.

As experiências políticas de Carlos Zilio e Sérgio Ferro transformaram suas maneiras de pensar a arte. Como foi dito anteriormente, a produção de vários artistas foi utilizada como arma. No entanto, a arte como instrumento de luta apresentava limitações: seu público consumidor não era expressivo e o espectador precisava dominar determinado conhecimento para apreciar e entender essa arte, dois pontos que excluía uma parcela significativa da população. Esses limites apontavam sua ineficácia em relação à transformação da realidade, sendo um dos motivos que levou Carlos Zilio a abandonar o campo artístico e a se dedicar exclusivamente à política no final da década de 1960. Já para Sérgio Ferro, esses limites indicavam um espaço possível para a manifestação e para um posicionamento crítico frente à realidade – como afirmou o artista, “aproveitar dessa área que a censura entendia pouco para falar o que tínhamos que falar”, assinalando a arte como arma.²⁶

Zilio deixou o campo artístico para atuar no Diretório Central de Estudantes e, posteriormente, se filiou ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB). Sérgio Ferro deu continuidade às suas atividades nas artes plásticas, na universidade e na ALN. Como consequência da militância em organizações de esquerda armada, Carlos Zilio foi preso em março de 1970 e Sérgio Ferro em dezembro do mesmo ano.

Arte em prisões políticas

Os dois artistas produziram desenhos e pinturas dentro dos presídios políticos pelos quais passaram. Esses trabalhos constituem em si uma narrativa sobre a experiência na prisão, complementar a outros documentos. Trata-se de documentos produzidos pelos próprios presos políticos, diferente daqueles elaborados sobre eles por terceiros.

Carlos Zilio foi preso durante uma ação do MR-8. Gravemente ferido, passou um mês no Hospital Central do Exército. Ainda internado pediu à família que lhe enviasse material de desenho. Após esse período, o artista passou por diversas prisões: Polícia do Exército (DOI-CODI), DOPS, quartéis da Vila Militar e Regimento Caetano de Farias.²⁷ Em todos esses lugares foi permitido o uso do material artístico. Seu trabalho inicial possuía um caráter terapêutico, mas logo passou a ser uma documentação artística de sua

²⁶ PEREIRA, Sérgio Ferro. Depoimento concedido a Marcelo Ridenti. Grignan (França), 29 de janeiro de 1997.

²⁷ ZILIO, Carlos. *Arte e política: 1966-1976*. Rio de Janeiro: MAM, 1996, p. 71.

vivência. Primeiro, desenhos e pinturas sobre papel e, depois, pintura sobre pratos de comida, ideia surgida quando o carcereiro esqueceu de recuperar o prato após uma refeição. A produção prisional de Zilio pode ser dividida em duas etapas. Em seus primeiros desenhos, o artista retratou os acontecimentos – inclusive os anteriores à prisão –, na sequência em que eles aconteceram, como se estivesse tentando reconstruir o raciocínio, a sua própria memória. Posteriormente, o tema explorado nas pinturas sobre papel ou prato foi a experiência na prisão, enfatizando a vida e a morte, a liberdade e o encarceramento, a tortura e a angústia.

Sérgio Ferro foi preso junto a outros arquitetos militantes da ALN. O artista passou pela Operação Bandeirante, Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP) e Presídio Tiradentes²⁸, onde passou a maior parte do tempo. Nessa instituição, já havia alguns artistas e entre eles já havia alguma produção artesanal. Mas foi com a chegada do grupo de arquitetos “que o trabalho artístico passou a pretender uma ligação maior com o mundo da arte”.²⁹ A partir deste momento foi fundado um ateliê dentro do presídio. As obras de arte, assim como outras atividades, nem sempre eram elaboradas individualmente, alguns trabalhos foram feitos coletivamente. Através da produção artística de Sérgio Ferro realizada dentro do Presídio Tiradentes é possível conhecer um pouco da experiência do grupo que fundou o ateliê na instituição, além da relação destes artistas-militantes com os outros presos. Sua obra é importante não apenas por documentar a repressão e a vivência na prisão, mas por documentar também a solidariedade e a amizade entre as pessoas.

A arte prisional de Carlos Zilio e Sérgio Ferro teve, inicialmente, apenas um caráter ocupacional e terapêutico, mas logo adquiriu um valor documental, contribuindo na elaboração de uma narrativa sobre suas experiências na prisão. No caso de Carlos Zilio, sua produção é um testemunho individual que enfatizou a vida e a morte, a tortura e a angústia. O trabalho de Sérgio Ferro é um documento individual e coletivo que destacou a aflição, a indignação, a solidariedade e a amizade. Essa arte é fonte essencial para se conhecer esse momento de suas trajetórias.

Memória em exposições

²⁸ FERRO, Sérgio. Auto-retrato a chicotadas. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; GRANVILLE PONDE, J.A. de (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura. Memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997, p. 214.

²⁹ SISTER, Sérgio. Cadeia só funciona para inocentes que nem eu. In: FREIRE, Alípio *et al* (orgs.), op. cit., p. 211.

A arte produzida em presídios políticos – mais especificamente os trabalhos elaborados dentro do Presídio Tiradentes – foi apresentada pela primeira vez ao público, em 1984, na exposição *Pequenas Insurreições – Memórias*, realizada na sede da Associação Brasileira de Imprensa de São Paulo (ABI-SP), marcando os cinco anos do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos e da Anistia de agosto de 1979. Essa mostra também fez parte da campanha pelo tombamento do arco da pedra, o que sobrou da demolição do Presídio Tiradentes.³⁰ Nos últimos 30 anos, outras exposições e eventos sobre o tema foram realizados.

Com a intenção de analisar a produção da memória sobre a ditadura civil-militar e conhecer as diferentes narrativas construídas em torno do mesmo tipo de acervo foram selecionadas três exposições, nas quais o material exposto era composto (também) por objetos artísticos elaborados por Zilio e Ferro nos anos 60 e/ou dentro de prisões. Esses discursos foram problematizados com base em três ideias principais: 1) Toda memória é seletiva, no sentido que qualquer narrativa é fruto de escolhas e implica certo esquecimento de como a história poderia ter sido contada de maneira diferente³¹; 2) O passado não pode ser mudado, mas seu sentido sim, pois está “sujeito a reinterpretações ancoradas na intencionalidade e nas expectativas em relação ao futuro”³²; 3) A memória é uma construção que depende da conjuntura e de seus agentes empreendedores³³, sendo, ao mesmo tempo, produto e objeto de disputas³⁴.

A primeira mostra escolhida, Carlos Zilio: arte e política (1966-1976), foi analisada através de seu catálogo. Sua realização se deu entre 1996 e 1997 nos museus de Arte Moderna do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. A exposição individual com “forte componente biográfico”³⁵ cobriu o período de 1966 a 1976: o momento no qual Zilio iniciou sua atuação no campo artístico até o ano em que partiu para o exterior.

Nessa exibição, pela primeira vez, o artista apresentou ao público seus trabalhos elaborados na cadeia. Zilio explica que essas obras eram “uma espécie de tabu” e que ele não tinha disponibilidade pessoal para mostrá-las, mas como o objetivo do evento era

³⁰ FREIRE, Alípio. Um acervo de imagens dos presídios políticos: o cotidiano através das artes plásticas. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, nº 21, nov. 2000, p. 199.

³¹ HUYSSSEN, Andreas. *Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público*. Porto Alegre: Intercom, 31 agosto 2004, p. 3.

³² JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. In: *Colección Memorias de la represión*. Madrid: Siglo XXI editores, v.1, 2002, p. 39.

³³ HUYSSSEN, Andreas, op. cit., p. 16.

³⁴ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 203-204.

³⁵ DUARTE, Paulo Sérgio. Crítica da razão executiva. In: ZILIO, Carlos, op. cit., p. 6.

fazer uma retrospectiva de seus anos políticos, necessariamente elas deviam fazer parte do acervo exibido. Em um dos textos de apresentação da exposição, Zilio dedicou a mostra a “todos que morreram nesta luta, alguns, inclusive, de maneira bastante cruel”.³⁶ No mesmo escrito, o artista disse se surpreender como pessoas tão jovens tinham “a certeza de poder mudar o mundo e modelar a história”.³⁷ E que embora tenham experimentado a “dura realidade da derrota”, mantiveram, “como um registro histórico, a crença na esperança da realização humana e a manutenção da dignidade diante da opressão”.³⁸

Explicando o porquê de apresentar sua produção dos anos políticos, principalmente, do período da prisão, Zilio afirmou que era uma sensação espontânea que indicava aquele momento.

Talvez porque o tempo já houvesse distanciado seu caráter emocional, talvez porque as mudanças históricas permitissem ter com eles uma relação menos militante ou, até mesmo, porque o meu trabalho, como um todo, tivesse ganho, para mim, um amadurecimento capaz de tornar a relação com a época política independente de qualquer manipulação.³⁹

Ele confessou que antes disso se sentiria exposto. E que a necessidade da exibição como uma documentação de sua vivência e sentimento de uma época acabou predominando.

Em outro texto de apresentação, a Secretária Municipal de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro em 1996, Helena Severo, contextualizou a produção de Zilio dos anos 1960. Ela afirmou que os artistas do período – não apenas os brasileiros – “se viram impelidos a fazer arte ‘para mudar o mundo’, não para agradar aos sentidos de uma humanidade àquela altura quase anestesiada por tantos e tão inquietantes acontecimentos”.⁴⁰ No Brasil, a arte engajada se apresentou de duas maneiras: “uma que se aproximava das manifestações populares e espontâneas da arte (...) outra que, sem abrir mão da capacidade crítica do erudito, armou-se da arte como um instrumento de luta dos mais poderosos”⁴¹, apontando a segunda alternativa como aquela que Zilio teria se identificado. Sobre o artista, Severo declarou que “sob a tensão e o conflito dos anos

³⁶ ZILIO, Carlos, op. cit., p. 4.

³⁷ *Idem.*

³⁸ *Ibidem.*

³⁹ *Ibidem.*

⁴⁰ SEVERO, Helena. Apresentação. In: ZILIO, Carlos, op. cit., p. 3.

⁴¹ *Idem.*

1960, soube responder à situação externa sem perder de vista aquilo que a arte tem de mais profundo”.⁴²

A narrativa do passado presente na exposição foi construída em torno da atuação artística de Carlos Zilio. O discurso indicou Zilio, assim como outros artistas dos anos 1960, como alguém que fez “arte para mudar o mundo”⁴³, uma arte engajada que fez uso da capacidade crítica do erudito. Sua militância foi apontada como caso único na história da arte brasileira por ter sido, do ponto de vista existencial, um deslocamento da ação artística: durante as ações, o artista diz ter se sentido fazendo arte, como uma *performance* com uma eficácia transformadora. Nesse sentido, a revolução seria a obra de arte total e cada ação seria um fragmento dessa obra de arte coletiva.⁴⁴ A retomada da produção artística quando estava ferido no hospital e os trabalhos da prisão tiveram um caráter terapêutico, mas também de reaprendizado em relação à arte. Essas mesmas obras foram ainda o elo entre dois momentos de sua produção: antes da militância e após o período da cadeia, momentos de sua atuação no campo artístico. Como característica de todos esses trabalhos – de antes, durante e após a cadeia – está a relação entre arte e política: os elementos e a forma que proporcionam a denúncia estão circunscritos “às exigências plásticas necessárias à fruição estética”⁴⁵. A importância indicada desse período de prática política está em sua continuidade, uma continuidade que está presente na produção atual do artista e, de certa forma, em sua vida.

A segunda exposição selecionada, *Insurreições – expressões plásticas nos presídios políticos de São Paulo*⁴⁶, foi realizada de 30 de março a 14 de julho de 2013 no Memorial da Resistência de São Paulo, instituição localizada no antigo endereço do DEOPS-SP. A escolha do local do evento estava diretamente relacionada ao tema da mostra, pois o Memorial é “um lugar de memória que se dedica à preservação das memórias políticas”, além de compartilhar “o espaço com um museu de arte, a Estação Pinacoteca”.⁴⁷

Em um dos textos de apresentação, *Resistência e arte*, o diretor técnico da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Ivo Mesquita, e a coordenadora do Memorial da

⁴² SEVERO, Helena. Apresentação. In: ZILIO, Carlos, op. cit., p. 3.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ DUARTE, Paulo Sérgio, op. cit., p. 6.

⁴⁵ COCCHIARALE, Fernando. Há tensão. In: ZILIO, Carlos, op. cit., p. 10.

⁴⁶ Não foi feito catálogo para esta exposição. As citações sobre a mostra foram retiradas do folder distribuído na instituição ou dos próprios textos que acompanhavam a exibição.

⁴⁷ MESQUITA, Ivo; NEVES, Kátia Felipini. Apresentação. In: FREIRE, Alípio. *Insurreições: expressões plásticas nos presídios políticos de São Paulo*. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, Folder, 2013.

Resistência de São Paulo, Kátia Felipini Neves, afirmaram que “em um mesmo edifício, trata de expressões culturais que dignificam os grupos sociais e, ao mesmo tempo, evidencia as atrocidades que esta mesma sociedade é capaz de cometer”.⁴⁸ A mostra “interliga essas duas dimensões, ao evidenciar a capacidade e necessidade do ser humano de se expressar artisticamente mesmo nas condições mais adversas”.⁴⁹ Os responsáveis pela instituição enfatizaram o conceito de solidariedade presente na exibição: “Grande parte dos trabalhos foi produzida com a finalidade de angariar fundos para ajudar as famílias mais necessitadas dos presos políticos. E ainda para presentear os entes queridos, solidários nessa situação adversa”.⁵⁰ Para Ivo Mesquita e Kátia Neves, a realização desse evento teve um significado especial para a instituição, “pois aproxima a resistência política da expressão artística”.⁵¹

Alípio Freire, organizador da exposição, em documento com o mesmo título da mostra, apresentou o acervo exibido, indicando seus produtores – “os opositores da ditadura civil-militar do pós 1964”⁵² presos entre 1969 e 1979 em cinco presídios de São Paulo: DEOPS-SP, Presídio Tiradentes, Casa de Detenção do Carandiru, Presídio do Hipódromo e Presídio Romão Gomes (também conhecido como Presídio do Barro Branco). O curador explicou que “não se trata de uma exposição de artes plásticas no sentido mais conhecido do termo, mas sim de uma exposição de documentos históricos expressos em linguagem visual”.⁵³ Esclareceu ainda que “as imagens constituem discursos do seu próprio tempo, do passado e dos seus anseios de futuro”.⁵⁴ Essas imagens, muitas vezes, “são registros de percepções intraduzíveis em outras linguagens que não as que chamamos de artes plásticas ou artes visuais”.⁵⁵

A exposição ocupou duas salas interligadas do Memorial. O acervo era composto por 76 obras – entre elas, duas eram de Sérgio Ferro e uma dedicada a ele⁵⁶ – distribuídas em oito temas: Solidariedade, Ateliê de Xilogravura, Rostos e Retratos, Cartas,

⁴⁸ MESQUITA, Ivo; NEVES, Kátia Felipini. Apresentação. In: FREIRE, Alípio. *Insurreições: expressões plásticas nos presídios políticos de São Paulo*. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, Folder, 2013.

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ *Ibidem.*

⁵¹ *Ibidem.*

⁵² FREIRE, Alípio. *Insurreições...*, *op. cit.*.

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ *Ibidem.*

⁵⁵ *Ibidem.*

⁵⁶ *Carta a Sérgio Ferro*, produzida por Alípio Freire na Casa de Detenção do Carandiru em 1973.

Mulheres⁵⁷, Abstrações, Brincadeiras e Terror de Estado. Havia também quatro vitrines que acolhiam “cartões, cartas e bilhetes; letras e músicas; bolsas, cintos, poncho e uma boneca, entre outros trabalhos realizados por presos políticos”.⁵⁸

A narrativa do passado da exposição foi construída em torno da ideia de resistência por se tratar de presos políticos que documentaram, através da atividade artística, suas experiências. A arte prisional foi apresentada como “documento histórico expresso em linguagem visual”⁵⁹ e como registro “de percepções intraduzíveis em outras linguagens”⁶⁰, senão a das artes. O discurso marcou ainda a solidariedade entre os presos e seus familiares, mas também a solidariedade daqueles que incentivaram a atividade artística cujos resultados serviram para angariar fundos, ocupar o tempo livre, expressar opiniões e denunciar arbitrariedades.

A terceira mostra, *Resistir é Preciso...*, esteve em cartaz no Centro Cultural Banco do Brasil de Belo Horizonte, tendo passado por Brasília e São Paulo no ano de 2013 e pelo Rio de Janeiro no primeiro semestre de 2014. Idealizada pelo Instituto Vladimir Herzog, a exposição tem como objetivo contar a história da resistência à ditadura militar através de objetos de arte que indicam “a militância dos artistas clamando por democracia e denunciando os abusos e os crimes da ditadura”⁶¹ e também da imprensa alternativa⁶².

Em texto publicado no catálogo da exposição, *Anos de rebeldia: a arte contra a ditadura militar*, o museólogo Fabio Magalhães apresenta um resumo da história da cultura brasileira nos anos 1960, destacando o campo das artes plásticas. Com isso, explica que a exposição “reúne uma pequena amostragem de um amplo movimento de resistência à ditadura que envolveu artistas de todas as regiões do país”.⁶³ Acrescenta que o acervo foi enriquecido com os trabalhos da coleção de Alípio Freire e Rita Sipahi produzidos entre 1969 e 1979: “(...) a arte representou, para os presos políticos, uma ferramenta de luta e uma forma de recuperar a autoestima e de resistir às sequelas da violência do Estado”.⁶⁴

⁵⁷ Nos presídios políticos de São Paulo o forte foi a presença de mulheres ligadas ao teatro, entretanto, dois nomes se destacaram nas artes plásticas: Ângela Rocha e Marlene Soccas.

⁵⁸ FREIRE, Alípio. *Insurreições...*, op. cit..

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ HERZOG, Ivo. Apresentação. In: MAGALHÃES, Fabio (org.). *Resistir é Preciso*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013, p. 15.

⁶² Nesse trabalho foram privilegiados os pontos da exposição relacionados à arte.

⁶³ MAGALHÃES, Fabio. Anos de rebeldia: A arte contra a ditadura-militar. In: MAGALHÃES, Fabio (org.), op. cit. p. 73.

⁶⁴ MAGALHÃES, Fabio, op. cit. p. 73.

Os objetos artísticos produzidos entre as décadas de 1960 e 1970, entre esses, obras de Carlos Zilio e Sérgio Ferro, estiveram presentes em quase todos os ambientes da exposição, exceto a sala dos mortos e desaparecidos durante o período. A arte dos presos políticos foi exibida na sala *Nossos Direitos* junto a *Declaração dos Direitos Humanos* e a outros trabalhos artísticos elaborados na década de 1990 que ilustravam os artigos da declaração. A relação entre a arte prisional e os Direitos Humanos se refere, principalmente, aos atos cometidos pelo Estado contra os presos políticos.

A narrativa do passado da exposição *Resistir é Preciso...* apresenta diferentes setores da sociedade civil que, durante a ditadura militar no Brasil, teriam lutado pelo “restabelecimento da democracia”.⁶⁵ Para Miriam Leitão, “não há unanimidade numa resistência. Os métodos são diversos e contraditórios, mas, mesmo sem saber, estão todos remando o barco na mesma direção (...)”.⁶⁶ Neste sentido, a memória construída enfatiza a atuação de artistas plásticos através de suas obras e de jornalistas através da imprensa clandestina. O discurso produzido é justificado pela necessidade da continuação dessa resistência iniciada durante o regime militar e da manutenção da democracia, “para que o autoritarismo nunca mais se apresente como solução para os problemas nacionais”.⁶⁷

A relação com o presente é feita através das manifestações de 2013, desencadeadas inicialmente pelo aumento das passagens de ônibus: a repressão à liberdade de expressão, a violência da polícia, o desaparecimento de pessoas e a morte como consequência da tortura, heranças da ditadura. Esses dois últimos pontos, principalmente, traçam o paralelo entre os casos Vladimir Herzog e o ajudante de pedreiro Amarildo. A ligação entre as duas histórias foi feita através do projeto Cédulas do artista plástico Cildo Meireles, desenvolvido durante a década de 1970, onde cédulas de cruzeiro eram carimbadas com a frase “*Quem matou Herzog?*” e assim voltavam a circular normalmente. Junto a essas cédulas foram exibidas notas de real encontradas em circulação com a pergunta “*Onde está Amarildo?*”. A partir da relação entre os dois casos, é possível entender o significado da frase de Vladimir Herzog, presente na exposição e citada no início do catálogo: “Quando perdemos a capacidade de nos indignar com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerar

⁶⁵ CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. Apresentação. In: MAGALHÃES, Fabio (org.). *op. cit.* p. 11.

⁶⁶ LEITÃO, Miriam. A difícil travessia. In: MAGALHÃES, Fabio (org.). *op. cit.*, p. 22.

⁶⁷ *Idem.*

seres humanos civilizados”⁶⁸. E é possível compreender o título da mostra, o porquê é preciso resistir.

Considerações finais

A primeira exposição analisada, *Carlos Zilio: arte e política (1966-1976)*, foi uma mostra de caráter biográfico que enfatizou sua atuação como artista e onde pela primeira vez Zilio expôs sua produção prisional. A exibição *Insurreições – expressões plásticas nos presídios políticos de São Paulo* apresentou uma memória coletiva através de objetos artísticos produzidos na prisão, testemunhos diretos das experiências dos ex-presos políticos. A última mostra examinada, *Resistir é preciso...*, apresenta uma memória coletiva sobre aqueles que se posicionaram contra a ditadura – principalmente artistas plásticos e jornalistas – e que lutaram pelo “restabelecimento da democracia”.⁶⁹ A exposição busca promover a “reflexão ativa sobre esse passado e seu sentido para o presente e para o futuro”.⁷⁰

Construídos em dois momentos diferentes, na segunda metade da década de 1990 e às vésperas dos 50 anos do Golpe de 1964, foi possível perceber as diferenças entre os discursos, apesar do uso do mesmo tipo de acervo para transmiti-los. A narrativa dos anos 1990 é uma memória individual, subterrânea, que começava a ressurgir como “resultado de um novo amálgama entre a lembrança do passado e um presente político”.⁷¹ Os discursos de 2013 são coletivos, tentativas de se construir outra memória pública, diferente da oficial.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. Introdução e Primeira Parte: títulos de nobreza cultural. *In: A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2008, p. 9-92.

CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. Apresentação. *In: MAGALHÃES, Fabio (org.). Resistir é Preciso*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.

COCCHIARALE, Fernando. Há tensão. *In: ZILIO, Carlos. Arte e política: 1966-1976*. Rio de Janeiro: MAM, 1996.

⁶⁸ Apud HERZOG, Ivo. *op. cit.* p. 15.

⁶⁹ CCBB. *op. cit.* p. 11.

⁷⁰ JELIN. *op. cit.* p. 16.

⁷¹ HUYSSSEN. *op. cit.* p. 16.

- DUARTE, Paulo Sérgio. Crítica da razão executiva. In: ZILIO, Carlos. *Arte e política: 1966-1976*. Rio de Janeiro: MAM, 1996, p. 5-8.
- FERRO, Sérgio. Os limites da denúncia. In: *Rex Time*. São Paulo, n. 4, 10 de março de 1967.
- FERRO, Sérgio. Auto-retrato a chicotadas. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; GRANVILLE PONDE, J.A. de (org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura. Memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997, p. 213-217.
- FREIRE, Alípio. *Insurreições: expressões plásticas nos presídios políticos de São Paulo*. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, Folder, 2013.
- FREIRE, Alípio. Insurreições: memórias em busca de um lugar. In: *Teoria e Debate*, nº 112, maio 2013. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/cultura/insurreicoes-memorias-em-busca-de-um-lugar?page=0,0>. Acesso em 15 julho 2013.
- FREIRE, Alípio. Um acervo de imagens dos presídios políticos: o cotidiano através das artes plásticas. In: *Revista Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, nº 21, nov. 2000, p. 183-223.
- HERZOG, Ivo. Apresentação. In: MAGALHÃES, Fabio (org.). *Resistir é Preciso*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.
- HUYSSSEN, Andreas. *Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público*. Porto Alegre: Intercom, 31 agosto 2004.
- JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. In: *Colección Memorias de la represión*. Madrid: Siglo XXI editores, v.1, 2002.
- LEITÃO, Miriam. A difícil travessia. In: MAGALHÃES, Fabio (org.). *Resistir é Preciso*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013, p. 18-23.
- LOREDANO, Cássio; CHEN, Luciana. *Caderno de Mediação Resistir é Preciso*. São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil – Educativo, 2013.
- MAGALHÃES, Fabio. Anos de rebeldia: A arte contra a ditadura-militar. In: _____ (org.). *Resistir é Preciso*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013, p. 66-73.
- MESQUITA, Ivo; NEVES, Kátia Felipini. Apresentação. In: FREIRE, Alípio. *Insurreições: expressões plásticas nos presídios políticos de São Paulo*. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, Folder, 2013.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: http://www.reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidadesocial.pdf. Acesso 20 nov. 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *In: Psicologia Clínica*, Revista do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do RJ, Rio de Janeiro, vol. 20, n.1, 2008, p. 65-82.

SEVERO, Helena. Apresentação. *In: ZILIO, Carlos. Arte e política: 1966-1976*. Rio de Janeiro: MAM, 1996, p. 3.

SISTER, Sérgio. Cadeia só funciona para inocentes que nem eu. *In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; GRANVILLE PONDE, J.A. de (org.). Tiradentes, um presídio da ditadura. Memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997, p. 204-212.

ZILIO, Carlos. *Arte e política: 1966-1976*. Rio de Janeiro: MAM, 1996.

Entrevistas

PEREIRA, Sérgio Ferro. Depoimento concedido a Marcelo Ridenti (Unicamp). Grignan (França), 29 de janeiro de 1997.

PEREIRA, Sérgio Ferro. Entrevista concedida a Andrea Forti. Realizada por e-mail. 20 de julho de 2013.

ZILIO, Carlos Augusto da Silva. Depoimento concedido a Andrea Forti. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2012.

Entre lutas e protestos: a MPB e o rock nacional no contexto da redemocratização (1975-1985)

Gabriela Cordeiro Buscácio⁷²

O objetivo deste capítulo é apresentar alguns resultados iniciais da pesquisa que estou desenvolvendo acerca das transformações culturais pelas quais passava a sociedade brasileira no contexto da abertura política/redemocratização a partir da análise da produção musical de duas vertentes: a chamada MPB “engajada” e o rock nacional dos anos 80.

Conjuntura da ditadura civil-militar

Vejamos com mais calma o contexto em que essa discussão se insere. A legitimidade do Estado autoritário foi formada com a promessa de crescimento econômico e do controle da inflação. Com a crise do “milagre”, aumentaram os sinais de descontentamento da população e o arrocho salarial chegou a níveis jamais atingidos. Em meados da década de 1970, começaram a “pipocar” pelo país diversos movimentos organizados, de contestação ao regime militar, como o movimento pela anistia, as greves e os novos movimentos sociais⁷³, como o movimento das associações de moradores, os movimentos negros, feministas, entre outros.

O regime de exceção atravessado pelo país cerceava as liberdades individuais, com perseguição a grupos políticos de oposição ao regime e censura à imprensa e à cultura. A tortura e a repressão passaram a ser utilizadas como os braços autoritários do Estado em relação aos que discordavam do regime. A crise do “milagre” exigiu uma reorganização das forças políticas que controlavam o poder. Uma das saídas utilizadas

⁷² Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Bolsista CAPES.

⁷³ São diversas formas de lutas dos novos movimentos sociais surgidos durante os anos 70. No caso do movimento negro, por exemplo, a fundação do Movimento Negro Unificado ocorre somente em 1978, mas várias organizações de cunho cultural, tinham a questão política como fundamental, buscando a autoafirmação negra. Para citar algumas: o CEAA (Centro de Estudos Afro-Asiáticos), o SECNEB (Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil), a SINBA (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África), o IPCN (Instituto de Pesquisas das Culturas Negras), a Confederação Baiana dos Cultos Afro-Brasileiros, o bloco afro Ilê Ayê, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, o Centro de Pesquisas das Culturas Negras e o Grêmio de Arte Negra Escola de Samba Quilombo. Uma característica dos novos movimentos sociais eram estas novas formas de enfrentamento político. BUSCÁCIO, Gabriela Cordeiro. “*A chama não se apagou*”: *Candeia e a Gran Quilombo – movimentos negros e escolas de samba nos anos 70*. Niterói: Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, mimeo, 2005.

como resposta às manifestações populares, foi o início da abertura política, lenta, gradual e segura, que possibilitou a continuidade do controle dos grupos dominantes sobre o processo. Com o fim do AI-5 em 1978, algumas liberdades legais foram restauradas, como o fim da censura à imprensa e a limitação das prisões somente com acusações formais, anistia a presos e exilados e o fim do bipartidarismo restritivo.⁷⁴

Tais medidas não conseguiram controlar os movimentos sociais em ascensão. A mobilização popular seguiu crescendo com as greves dos metalúrgicos do ABC, de professores das escolas públicas no Rio ou dos bancários em vários estados. O movimento sanitarista ganhou cada vez mais espaço nos debates do período com sua proposta de saúde para todos. O ápice dessa mobilização popular se concretizou no movimento pelas Diretas-já em 1984.

É neste contexto de grave crise econômica, intensa mobilização social e perspectivas de grandes mudanças políticas que se insere o objeto de nossa pesquisa: a produção musical tanto da MPB “engajada” quanto do Rock Nacional. Tratemos de definir melhor tais objetos.

MPB e Rock nacional – definições

A ideia de uma música popular é um fenômeno típico do século XX e da sociedade ocidental burguesa. No caso brasileiro, podemos perceber que a música popular se constituiu em um dos importantes marcos do universo cultural. Nesse contexto a MPB ocupa um importante papel, definidor de estilos e gostos consumida por “formadores de opinião”. Mas afinal, o que define MPB? Segundo Marcos Napolitano, “a sigla MPB não só indica um gênero musical específico, mas um conjunto de valores estéticos e ideológicos e uma hierarquia de apreciação e julgamento flexível, porém reconhecível”.⁷⁵ Assim, a definição de MPB não passa por um determinado ritmo ou gênero musical, mas pela eleição simbólica de artistas que são *emepebistas*.

Com o acirramento da censura a partir do AI-5, os anos 1970 começaram com uma conjuntura difícil para o processo de criação do compositor brasileiro. Dentro da

⁷⁴ Segundo Marcelo Badaró Mattos, “Tais medidas possuíam um caráter limitado e dúbio. Antes de efetivá-las, a ditadura decretou, em abril de 1977, um pacote de medidas que fechou temporariamente o Congresso (como o AI-5 fizera em 1968) e instituiu eleições indiretas para 1/3 do Senado (os senadores ‘biônicos’), alterou a composição do colégio eleitoral para as escolhas presidenciais, manteve a escolha indireta dos governadores, entre outros atos.” *Apud Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

⁷⁵ NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção – engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*, São Paulo: Annablume/Ed. Fapesp, 200, p. 337.

sigla MPB, tivemos alguns artistas que foram para o exílio ou se auto-exilaram, enquanto outros (a maioria) buscavam frestas dentro do universo cultural e sonoro que se apresentava. Alguns, como Chico Buarque, tentaram inclusive se camuflar para tentar escapar das garras da censura, criando o personagem Julinho de Adelaide.⁷⁶

Marcos Napolitano propõe uma interessante divisão da MPB durante esse período: de 1969-74 teríamos a “canção dos anos de chumbo”, onde era necessário criar frestas para burlar o medo e a censura no campo musical, e entre 1975-1982 seria produzida a “canção da abertura”, marcada pela tensão entre uma liberdade que ainda está no por vir, que ainda não chegou.⁷⁷ Assim, “a era de violência extrema havia passado, mas a era de liberdade ainda não havia começado.”⁷⁸

O universo musical brasileiro da época, porém, não estava restrito a MPB. A partir do início da década de 1980 ocorreu a explosão do rock brasileiro em todas as mídias da época, com o sucesso da Blitz⁷⁹, com suas novidades performáticas no palco, que deram o pontapé inicial para o surgimento de várias novas bandas roqueiras. É bom esclarecer que entendemos o período dos anos 1980 como um momento de “explosão” de um grupo de bandas de rock, que tinham em comum a visibilidade adquirida nos meios de comunicação e que mantinham atitudes semelhantes em relação ao tipo de música executado, a novos tipos de performances no palco e que criticavam “irreverentemente” às gerações musicais anteriores. Enfim, uma nova geração de músicos brasileiros.

⁷⁶ Para uma análise do surgimento do personagem Julinho de Adelaide ver: SILVA, Alberto Moby. "A breve e profícua vida do compositor Julinho de Adelaide" In. *História Questões & Debates – MPB*, Curitiba: Ed. UFPR, ano 16 – nº 31, julho-dezembro de 1999.

⁷⁷ É sempre bom lembrar que essas cronologias são aproximações e generalizações. Só a utilizaremos para fins de categoria de análise, já que a realidade é muito mais complexa e diversificada.

⁷⁸ NAPOLITANO, Marcos. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975-1982). In: *Revista de Estudos Avançados* 24 (69), 2010.

⁷⁹ Este é um tema extremamente controverso, quando começou e terminou o rock brasileiro dos anos 80? Dentre vários marcos podemos citar Eis alguns deles: o caminho aberto por Rita Lee em sua fusão bem humorada de rock e pop; o êxito pioneiro da banda performática Blitz, que teria despertado o interesse do público e das gravadoras pelo gênero; a abertura política do país, que teria permitido o uso de uma linguagem menos metafórica e mais direta nas letras de música; a inauguração, no Rio de Janeiro (Arpoador), do Circo Voador, no verão de 1982 (no ano seguinte esse espaço alternativo de apresentações teatrais e musicais se deslocaria para a Lapa); a realização do 1º Festival Punk de São Paulo, em novembro de 1982, que trouxe visibilidade para os punks na mídia; e o surgimento de rádios com programações desvinculadas das exigências das gravadoras e exclusivamente voltadas para o público roqueiro – exemplo da carioca Rádio Fluminense, fundada em março de 1982 e ‘responsável’ pelo lançamento de grupos como Blitz, Kid Abelha e Paralamas do Sucesso. Já o ‘fim dessa cena roqueira’ é associado, entre outras coisas, à onda de música sertaneja que invadiu a mídia no início do governo de Fernando Collor de Mello; à morte de Cazuza – tido por muitos o ícone do ‘rock brasileiro da década’ – em julho de 1990; ao desaparecimento de bandas ‘seminais’, como Camisa de Vênus e Plebe Rude; e à perda de ‘atitude’.” RIBEIRO, Júlio Naves. *Lugar Nenhum ou Bora Bora? Narrativas do “rock brasileiro anos 80*. São Paulo: Annablume, 2009.

O rock brasileiro dos anos 1980 se inspirou no punk-rock anglo-americano e em “atitudes” como *do-it-yourself*. O movimento punk propunha a “espontaneidade”, o desprezo por determinadas técnicas formais da música e aproximação entre músicos e público.⁸⁰ Assim surgem bandas no Rio de Janeiro, como Blitz, Barão Vermelho, Paralamas do Sucesso e Kid Abelha; em São Paulo como Titãs, Ultraje a Rigor, Plebe Rude, Inocentes e Ira; em Brasília como Legião Urbana e Capital Inicial; e no Sul do Brasil como Nenhum de Nós e Engenheiros do Hawaii. Estes grupos estabeleceram uma significativa convivência ao frequentarem shows uns dos outros e trocar ideias e percepções sobre as mais variadas temáticas.

A proposta dessa geração era fazer uma música com linguagem coloquial, relacionada com o cotidiano das ruas, e sem grandes elaborações musicais. Essa postura buscava atingir o público jovem, numa relação diferente da que existia até então. Os shows dessa geração tinham um caráter muito mais corporal do que cerebral, em relação aos músicos ligados à MPB.⁸¹ E essa nova música atingiu em cheio o público mais jovem e os roqueiros passaram a vender milhões de discos quase que simultaneamente.

Gonzaguinha e Cazuza – artistas de sua época

Nesse momento da pesquisa estamos utilizando dois artistas representativos de cada um desses gêneros musicais para nos auxiliar em nossa análise deste processo. São eles: Gonzaguinha, representando a MPB “engajada”; e Cazuza, ligado ao Brock.

Rapidamente tentaremos explicar o porquê dessa escolha: Gonzaguinha era filho de Luiz Gonzaga, rei do baião, mas foi criado no Rio de Janeiro, no morro de São Carlos, por seus padrinhos. No início dos anos 70 participa do MAU (Movimento Artístico Universitário), participando de festivais de música na televisão e, chegando a ter junto

⁸⁰A ideia de que qualquer um podia ser um cantor de rock, fica mais clara ao lembrarmos que, por uma opção estética, as canções de rock dos anos 80 tinham geralmente três acordes. Era tão forte essa influência musical que, Renato Russo, cantor do Legião Urbana, excluiu o guitarrista Eduardo Paraná do grupo argumentando que ele tocava bem demais e solava em excesso.

⁸¹Importante ressaltar que os roqueiros tentavam se distanciar dos *emepebistas*. Um exemplo que expõe essa perspectiva é o Manifesto Punk, escrito por Clemente, vocalista da banda Inocentes: “Manifesto punk: fora com o mofo da MPB! Fim da ideia de falsa liberdade! Nós, os punks, estamos movimentando a periferia – que foi traída e esquecida pelo estrelismo dos astros da MPB. [...] Nossos astros da MPB estão cada vez mais velhos e cansados, e os novos astros que surgem apenas repetem tudo o que já foi feito, tornando a música popular uma música massificante e chata. [...] Relatamos a verdade sem disfarces, não queremos enganar ninguém. Procuramos algo que a MPB já não tem mais e que ficou perdido nos antigos festivais da Record e que nunca mais poderá ser revivido por nenhuma produção da Rede Globo de Televisão. Nós estamos aqui para revolucionar a música popular brasileira, para dizer a verdade sem disfarces (e não tornar bela a imunda realidade): para pintar de negro a asa branca, atrasar o trem das onze, pisar nas flores de Geraldo Vandré e fazer da Amélia uma mulher qualquer”. *apud* ALEXANDRE, Ricardo. *Dias de luta: o rock e o Brasil dos anos 80*. São Paulo, DBA Dórea Books and Art, 2002.

com seus parceiros, um programa na TV Globo chamado “Som Livre Exportação” em 1971. Foi a partir de meados da década de 1970 que ele conseguiu se “firmar” no mercado fonográfico, fazendo shows por todo o país. Nesta época foi dos artistas mais censurados, e sua música era considerada “hermética” pela imprensa. A partir da década de 80 manteve o ritmo de praticamente um álbum de carreira por ano, quase todos gravados pela EMI-ODEON. Ao longo dos anos suas músicas mais engajadas deram espaço também para canções românticas e menos obscuras. Faleceu em um acidente de carro em 1991.⁸²

Cazuza era filho de João Araújo, produtor fonográfico e fundador e presidente da Som Livre. Filho de classe média alta, viveu parte de sua vida no Leblon, Rio de Janeiro. Após algumas incursões no teatro e na fotografia, Cazuza juntou-se ao grupo Barão Vermelho (Roberto Frejat, Dé Palmeira, Guto Goffi e Maurício Barros). Uma das principais características do grupo era o fato de tocar rock mais pesado⁸³, diferente dos primeiros grupos de rock que haviam surgido, como a Blitz. Com Frejat, formou uma das principais duplas de compositores roqueiros daquele momento, criando várias canções de sucesso. Após três LPs e um compacto, Cazuza decidiu sair do grupo no auge do sucesso deste, pois queria buscar sua própria musicalidade. Gravou mais cinco álbuns onde juntava a verve roqueira com forte influência da MPB. Faleceu de doenças relacionada à Aids em 1990.⁸⁴

Análise de músicas

Vamos apresentar agora a análise de duas canções feitas no mesmo ano, 1988, fora, portanto, dos marcos da ditadura civil-militar, mas que são frutos desse período sem dúvida. São canções de Gonzaguinha e Cazuza que se propõe a pensar o Brasil e a nação naquele contexto.

⁸²As referências sobre Gonzaguinha foram retiradas dos seguintes livros: ECHEVERRIA, Regina. *Gonzaguinha & Gonzagão – uma história brasileira*. São Paulo: Leya, 2012; VIEIRA, Airton. *Você conhece esse moleque da cara Gonzaga*. Boa Vista: DLM, 2001 e VIEIRA, Jonas e KHOURY, Simon. *Gonzagão & Gonzaguinha – encontros e desencontros*. Rio de Janeiro: Viaman Gráfica e Editora, 2012.

⁸³“Dos grupos que chegaram nesta nova maré de rock tupiniquim, é o Barão Vermelho o que melhor transa o novo som. Blues e rock de garagem, despojamento e muita garra. É uma linguagem urbana, jovem e carioca que vai dos bares da “baixada” da Gávea e Leblon aos anti-heróis da Baixada fluminense.” MIGUEL, Antônio Carlos. *Revista Pipoca Moderna*, Rio de Janeiro: 1982, p. 38. Esta foi a primeira crítica ao disco “Barão Vermelho”, lançado em 1982.

⁸⁴ARAUJO, Lucinha & ECHEVERRIA, Regina. *Só as mães são felizes*. São Paulo: Globo, 2011; ARAÚJO, LUCINHA & ECHEVERRIA, Regina. São Paulo: Globo, 2001; SÁ, Jussara Bittencourt de. *Cazuza – no vídeo o tempo não para*. Tubarão: Unisul, 2006.

Em 1988, o país vivia o governo Sarney, com inflação disparada e o Executivo “ganhando” mais um ano de mandato. A Constituinte chegando aos finais de seu trabalho para a sua promulgação em outubro. A “ressaca” da perda do movimento das diretas já e a eleição e morte de Tancredo Neves. Enfim, vários são os acontecimentos que estão “mexendo” com a cabeça de Gonzaguinha e Cazuza. Vamos às canções!

É!

A gente quer valer o nosso amor
 A gente quer valer nosso suor
 A gente quer valer o nosso humor
 A gente quer do bom e do melhor...

A gente quer carinho e atenção
 A gente quer calor no coração
 A gente quer suar, mas de prazer
 A gente quer é ter muita saúde
 A gente quer viver a liberdade
 A gente quer viver felicidade...

É!

A gente não tem cara de panaca
 A gente não tem jeito de babaca
 A gente não está
 Com a bunda exposta na janela
 Prá passar a mão nela...

É!

A gente quer viver pleno direito
 A gente quer viver todo respeito
 A gente quer viver uma nação
 A gente quer é ser um cidadão
 A gente quer viver uma nação...

A canção “É” foi lançada no LP, *Corações Marginais* (Moleque/WEA) e no mesmo ano foi cantada por Simone e Marlene já como uma música crítica ao contexto atravessado pelo país, mas ao mesmo tempo esperançosa. Vale observar que o título da canção está no presente do indicativo: o “É”, é agora, ou seja, o momento chegou, ele não tem mais expectativas sobre o futuro. A ideia básica é que o futuro é agora. Relacionando com o conceito de canção da abertura cunhado por Marcos Napolitano e discutido anteriormente, essa canção não se encaixa neste perfil (como uma série de outras feitas por Gonzaguinha anteriormente), já que o futuro chegou.

A própria música, que começa com voz e violão, termina em um samba efusivo e entusiástico, demonstrando a vontade de agregar cada vez mais seus ouvintes. No final

da música a sensação do ouvinte é que ele foi “engolido” por ela, ou seja, que ele também faz parte dessa nação que está sendo julgada.

Em relação a letra, acredito que o foco de Gonzaguinha era a discussão sobre os direitos. O “*A gente quer...*” repetido tantas vezes, era aquilo que foi negado até então (durante a ditadura). Amor e humor são reivindicados, assim como liberdade e felicidade. A mensagem central era que queremos nossos direitos que não foram respeitados até então. Atenção ouvinte porém, que nós não somos mais ingênuos (a gente não tem mais cara de panaca nem jeito de babaca, nossa bunda não tá mais exposta na janela). O final da letra (que foi a mais explorada no momento do lançamento pela Simone), é bem enfático no que “a gente quer...” viver uma nação e ser um cidadão. Para Gonzaguinha, após o fim da ditadura era chegado o momento de construção de um novo país, onde a experiência da plena cidadania fosse finalmente alcançada.

Brasil

Não me convidaram
Pra esta festa pobre
Que os homens armaram
Pra me convencer
A pagar sem ver
Toda essa droga
Que já vem malhada
Antes de eu nascer

Não me ofereceram
Nem um cigarro
Fiquei na porta
Estacionando os carros
Não me elegeram
Chefe de nada
O meu cartão de crédito
É uma navalha

Brasil!
Mostra tua cara
Quero ver quem paga
Pra gente ficar assim
Brasil!
Qual é o teu negócio?
O nome do teu sócio?
Confia em mim

Não me convidaram
Pra essa festa pobre

Que os homens armaram
 Pra me convencer
 A pagar sem ver
 Toda essa droga
 Que já vem malhada
 Antes de eu nascer

Não me sortearam
 A garota do Fantástico
 Não me subornaram
 Será que é o meu fim?
 Ver TV a cores
 Na taba de um índio
 Programada
 Prá só dizer "sim, sim"

Brasil!
 Mostra a tua cara
 Quero ver quem paga
 Pra gente ficar assim
 Brasil!
 Qual é o teu negócio?
 O nome do teu sócio?
 Confia em mim

Grande pátria
 Desimportante
 Em nenhum instante
 Eu vou te trair
 Não, não vou te trair

A música “Brasil” foi gravada em 1987 e lançada no ano seguinte no LP Ideologia (Universal). Foi feita sob encomenda para o filme “Rádio Pirata”, de Lael Rodrigues. A letra é de Cazuza e a música de George Israel e Nilo Roméro. Ainda em 1988 foi gravada por Gal Costa e entrou como a música de abertura da novela Vale Tudo, da Rede Globo.

A música é um rock, feita com três acordes (em uma tentativa de aproximação com um estilo pop). A audição da canção permite perceber seu caráter de denúncia: Cazuza canta com muita potência e energia todas as contradições e limitações do país, mas no momento de repactuar com a nação, é como se o fizesse com suavidade e doçura.

Essa música fala sobre exclusão. A ditadura acabou, mas mesmo assim não foi permitido a maioria da população participar do processo (ou dessa festa pobre, ou seja, das eleições). O que restou foi uma “droga malhada”, que foi imposta ainda antes do nascimento (ou seja, nossa “herança maldita”). A não participação nos processos decisórios impingiu que a maioria da população (e Cazuza aí se inclui) ficasse de fora da

festa (tomando conta dos carros, ou sem ser sorteado para o Fantástico), ou ainda, sem ser eleito ou subornado por ninguém. A crise econômica (cartão de crédito), assim como a alienação provocada pela TV impedem a participação na construção de um novo país. Na letra o Brasil ainda é um desconhecido (mostra sua cara), os tempos de ditadura acabaram, mas o país ainda precisa ser descoberto.

Porém, no final da canção, o artista se redime, apesar de todas as contradições expostas, ele nunca irá trair a pátria. Para Cazuzza, toda a contestação e denúncia feita na canção não invalida a necessidade de não abandonar o país, e sim construir um novo, que incorpore a maioria da população. Na realidade, para ele, o fim da ditadura abriu frestas para que “a grande pátria desimportante” se tornasse a grande pátria.

Finalizando, as músicas feitas após 1985, ou seja, após o término na ditadura, ainda estão questionando e buscando o país esperado. Em 1988, essas duas músicas fizeram bastante sucesso e foram bastante executadas nos rádios e tevês.⁸⁵ Elas estão mostrando no pós-ditadura a necessidade esperançosa por um lado, de conquistar os direitos e a cidadania que foram negados ao longo dos anos anteriores, e por outro lado, a denúncia da exclusão do processo de participação e construção do país agora, sem militares no governo. De formas diferentes ambas aproximam a MPB e o rock, pois cada uma a seu modo e com seu tipo de expressão e criação musical, representa a desilusão que o fim da ditadura trouxe, já que o país sonhado ainda não havia se concretizado.

Bibliografia

ALEXANDRE, Ricardo. *Dias de luta: o rock e o Brasil dos anos 80*. São Paulo, DBA Dórea Books and Art, 2002.

ARAÚJO, Lucinha & ECHEVERRIA, Regina. *Só as mães são felizes*. São Paulo: Globo, 2011

ARAÚJO, LUCINHA & ECHEVERRIA, Regina. São Paulo: Globo, 2001; SÁ, Jussara Bittencourt de. *Cazuzza – no vídeo o tempo não para*. Tubarão: Unisul, 2006.

BUSCÁCIO, Gabriela Cordeiro. “*A chama não se apagou*”: *Candeia e a Gran Quilombo – movimentos negros e escolas de samba nos anos 70*. Niterói: Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, mimeo, 2005.

ECHEVERRIA, Regina. *Gonzaguinha & Gonzagão – uma história brasileira*. São Paulo: Leya, 2012.

⁸⁵Apesar de não fazer parte da abertura da novela *Vale Tudo* como “Brasil”, “É” também fez parte de sua trilha sonora. Importante ressaltar que a novela *Vale Tudo* fez um sucesso enorme entre o público da época.

MATTOS, Marcelo Badaró *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MIGUEL, Antônio Carlos. *Revista Pipoca Moderna*, Rio de Janeiro: 1982

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção – engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*, São Paulo: Annablume/Ed. Fapesp, 2001.

_____. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975-1982). In: *Revista de Estudos Avançados* 24 (69), 2010.

RIBEIRO, Júlio Naves. *Lugar Nenhum ou Bora Bora? Narrativas do “rock brasileiro anos 80*. São Paulo: Annablume, 2009.

SILVA, Alberto Moby. "A breve e profícua vida do compositor Julinho de Adelaide" In. *História Questões & Debates – MPB*, Curitiba: Ed. UFPR, ano 16 – nº 31, julho-dezembro de 1999.

VIEIRA, Airton. *Você conhece esse moleque da cara Gonzaga*. Boa Vista: DLM, 2001.

VIEIRA, Jonas e KHOURY, Simon. *Gonzagão & Gonzaguinha – encontros e desencontros*. Rio de Janeiro: Viaman Gráfica e Editora, 2012.

Geração Bendita: contracultura e censura nos anos 70

Igor Fernandes⁸⁶

O presente artigo busca compreender questões pertinentes à contracultura no Brasil. Será analisada a trajetória da Banda Spectrum, formada na cidade de Nova Friburgo, no interior do Rio de Janeiro, na década de setenta. Para tanto, serão utilizados produtos relacionados à banda como o LP e o filme de nome “Geração Bendita”, a fim de se compreender as temáticas alinhadas à contracultura praticadas no país, assim como serão analisados periódicos que trazem à tona questões acerca da censura moral e policial realizada no país durante o período, bem como a repercussão que estes produtos despertaram, tanto na capital, quanto na sociedade fluminense.

Geração Bendita: a formação da banda Spectrum e a gravação do LP

Durante o contexto de guerra fria e ditadura militar, acirrado pela competitividade e autoridade, muitos jovens tornaram-se adeptos de um conjunto de pensamentos que defendia a liberdade, criação e cooperação. A contracultura⁸⁷ originária da década de 1960, na Costa Oeste dos EUA, continuava influenciando jovens brasileiros na década seguinte, inclusive nas cidades interioranas.

Nova Friburgo, cidade serrana localizada próxima à capital, portadora de um modesto parque industrial e famosa pela natureza exuberante. A cidade, uma das mais frias da região, foi colonizada por suíços e alemães. Conhecida também como a “cidade das flores”, a região foi mais um dos lugares em que a influência da contracultura chegou.

Assim como na capital, com sucesso de bandas como os Beatles, Rolling Stones e a popularidade da Jovem Guarda, começaram a surgir diversas bandas na cidade. Uma destas foi formada pelos irmãos Fernando e Ramon Gomes Correa, junto com outros

⁸⁶ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense.

⁸⁷ De acordo com Theodore Roszak, a contracultura é a oposição ao sistema e à tecnocracia, assim como a apresentação de novas formas de sociedade. O conceito passou a permear os meios de comunicação de massa na década de sessenta para designar as novas maneiras dos jovens de pensar e se relacionar com o mundo e com as pessoas. O movimento social de caráter libertário envolveu principalmente as camadas médias urbanas. Foram questionados diversos valores ocidentais como a racionalidade e a organização social, inaugurando assim novos questionamentos que desencadearam posteriormente novos estilos de vida capazes de atraírem uma grande quantidade de adeptos. Cf. ROSZAK, Theodore. A Contracultura. Petrópolis: Vozes. 1972. p.10.

juvens⁸⁸, alunos do tradicional Colégio Anchieta. De influência jesuítica, frequentado pela classe média e famílias mais abastadas da cidade. Desta forma, o grupo “2000 Volts” passou a realizar shows-bailes em clubes da região, assim como passou a participar de eventos como festas de aniversário e apresentações em colégios.

Com o crescente prestígio no circuito local e aprimoramento artístico, a fim de se abandonar a identidade adolescente relacionada a Jovem Guarda, o grupo passou a se chamar Spectrum, nome de sonoridade universal, mais adequado as influências relacionadas a contracultura já adotadas pela banda neste momento. Em 1970 ocorre o convite de Carlos Roberto Bini para realizar a trilha sonora de um filme que ele, morador de uma comunidade hippie da região, iria realizar. Assim, a banda deixou de lado os palcos para se unir ao novo projeto intitulado “Geração Bendita”.⁸⁹

A banda Spectrum realizou o registro sonoro através da gravadora Todamérica Música Ltda, localizada no Rio de Janeiro em 1971. Este momento que deveria ser a guinada da banda trouxe um grande entrave em relação ao LP. Neste mesmo ano ocorreu a censura do filme, homônimo e assim a pequena banda do interior foi ignorada pelas emissoras de rádio.

O disco Geração Bendita possui pouco menos de trinta minutos, apresentando um repertório que inclui a mistura de músicas em português e inglês, os temas estão diretamente relacionados à contracultura em voga como paz, amor, liberdade, natureza e o desprezo pela sociedade tecnocrática, como pode ser observado na música “Pingo é Letra”: “O homem tingiu vermelho a terra/ O branco, a Paz, perdeu há muito a guerra/ Gente, eu vou me embora/ Vou sair por aí/ Vou procurar um mundo melhor”.⁹⁰ Outra música como “A paz, o amor e você” confirma a temática de fuga que persiste ao longo do disco: “Pelo caminho eu quero abraçar/ Liberdade/ Gente da vida que vive a cantar/ Liberdade/ Gente que esquece que a vida é má/ Liberdade/ Pelo caminho do Amor/ Liberdade/ Pelo caminho da Paz”.⁹¹ A palavra liberdade dita sucessivas vezes demonstra a busca pela libertação na sociedade brasileira, onde a repressão não era apenas militar, mas também moral.

⁸⁸ José Luiz Caetano da Silva, Sérgio Regle David John Giecco, Fernando José Teixeira de Almeida, Sérgio Nogueira Régly, Sebastião Luiz Caetano da Silva e José Carlos Corrêa da Rocha.

⁸⁹ *Geração Bendita: é isso aí Bicho!* Brasil. 1973. Dir: Carlos Bini.

⁹⁰ Spectrum. *Geração Bendita*. Todamérica. 1971.

⁹¹ *Idem*.

O objetivo do disco de acordo com a banda era contestar a “sociedade decadente”, como anuncia o texto presente na contracapa do disco, demonstrando características relacionadas a contracultura:

Lá nas redondezas de Nova Friburgo qualquer um sabe informar onde fica "O Sítio de Carlos Kohler" onde um grupo que todos chamam de "Os Barbudos" rodava o primeiro filme hippie brasileiro: "Geração Bendita". Durante três meses, as duas casas do sítio - Quiabo's e Abobora's - foram transformados em galpões de um estúdio cinematográfico. Carlos Bini tinha deixado a profissão de advogado para ser ator e diretor de uma obra que iria contestar exatamente tudo aquilo que ele tinha abandonado. O Osservatore Della Domênica, órgão do Vaticano escreveu: "os hippies são na maioria, jovens que renegaram a sociedade em que viviam, precisamente por abominarem a violência sob qualquer forma". Os próprios participantes do filme, dentre eles Toby, Fernando, Caetano, Serginho e David, formaram um conjunto - Spectrum - fizeram as músicas do filme e gravaram este LP, resultado de uma pesquisa de um som livre. O filme versa sobre uma filosofia que para os autores do enredo simbolizam a "sociedade decadente."⁹²

É isso aí Bicho: a produção e a censura do filme “Geração Bendita”

Para compreender as questões relacionadas a criação das canções contidas no LP “Geração Bendita”, assim como as represálias impostas a banda, é importante observar os acontecimentos relacionados ao processo de produção do longa-metragem iniciado em 1970:

Um a um, os jovens foram chegando aos sítios Quiabo's e Abóbora's, em Friburgo, e acabaram formando a primeira comunidade "hippie" do Brasil. Cultivavam flores e plantavam para colher. Viviam do artesanato, vendido na cidade. Em 1970, os quinze integrantes do grupo quiseram mostrar sua experiência e pensaram em fazer um filme, agora já copiado e pronto para entrar em cartaz. Nome: "Geração Bendita" ou "É Isso Aí, Bicho".⁹³

Assim como o trecho do jornal acima, várias fontes indicam esta credibilidade: a primeira comunidade hippie do Brasil. O que de fato é um exagero, visto que as comunidades se espalhavam pelo país desde a década de sessenta, porém esta frase deixa transparecer o estranhamento que as comunidades hippies ainda causavam naquele período.

⁹² Texto presente na contracapa do LP. Spectrum. 1971. Op. Cit.

⁹³ O Globo. *Filme mostra a vida de hippies em Nova Friburgo*. 8/3/1973

A ideia de realizar a película foi de Carl Kohler, o dono do sítio Quiabo's. O hippie, originário de família abastada, proprietária do Hotel Sans Souci, (um dos principais hotéis da região serrana naquele período), abriu uma mercearia, junto ao sítio, no distrito de São Pedro da Serra, na região conhecida como Vargem Alta, a onze quilômetros do centro da cidade. Com o tempo foram chegando amigos que passaram a se instalar nas duas casas rústicas do sítio de cinquenta e dois mil metros quadrados. Para sobreviverem, como era de praxe entre os hippies, começaram a produzir artesanatos que passaram a ser vendidos na feira de Nova Friburgo, localizada na região central da cidade.

A comunidade aumentou e Carlos Bini, um dos novos moradores, passou a documentar o cotidiano do sítio com o auxílio de uma câmera e algumas películas de 16 mm. Assim, Kohler decidiu produzir o filme: “resolvi fazer uma coisa nova [...] nessa época, estava acontecendo Woodstock e nós formávamos a única comunidade hippie do país”⁹⁴. Desta vez a comunidade é lembrada como a única no país de então mais de 90 milhões de habitantes, além disto, o fragmento demonstra outro fator interessante, os ecos do festival de Woodstock, realizado nos Estados Unidos em 1969, um marco na vida cultural daquele período, fator de influência de uma parcela de jovens daquela geração que se identificava com o rock e a contracultura.

De todos os integrantes da produção do filme, apenas Carlos Bini possuía algum conhecimento na área do cinema. Bini e Kohler começaram a escrever o roteiro com o objetivo de apresentar ao público a possibilidade de se viver de forma comunitária, longe da sociedade decadente. Fato que está fortemente presente na trilha sonora produzida pelos integrantes da banda Spectrum, que passaram a frequentar o sítio. Desta forma, o artesanato cessou e a venda foi fechada, todos os esforços agora deveriam estar voltados para a produção do filme. A empresa Meldy Filmes Ltda foi contratada e Max Mellinger foi convocado para ser o diretor de fotografia, utilizando uma câmera de 35 mm sem zoom.

O filme começou a ser rodado em 1970 com material da Meldy Filmes, tendo como atores os próprios moradores da comunidade hippie. Foram utilizadas como locações, o sítio e as proximidades, tudo isto em clima de improvisação. O filme idealizado pela dupla Bini e Kohler conta a história de um advogado insatisfeito com a profissão enfadonha e burocrática que resolve abandonar a vida urbana e se unir aos hippies da cidade. De fato a cena interpretada pelo próprio Carlos Bini (o protagonista do

⁹⁴ ⁹⁴ O Globo. *Filme mostra a vida de hippies em Nova Friburgo*. 8/3/1973

filme), em que o advogado renuncia o trabalho gritando “tô louco, tô louco!” ao som do vozerio “aleluia, aleluia” para enfim abandonar a sociedade e viver em uma comunidade hippie (o fenômeno “*drop out*”, narrado pelos autores Beatniks⁹⁵) traz questões abordadas por Theodore Roszak em 1969:

muito mais do que receber atenção, a contracultura necessita urgentemente dela; pois não sei onde poderemos encontrar, salvo entre os jovens rebeldes e seus herdeiros das próximas gerações, a insatisfação radical e a inovação capazes de transformar essa nossa desnorteada civilização em algo que um ser humano possa identificar como seu habitat. Eles constituem a matriz em que está gestando um futuro alternativo, mas ainda excessivamente frágil. Admito que a alternativa se apresenta vestida com uma bizarra colcha de retalhos;

suas vestes foram tomadas emprestadas de fontes variadas e exóticas [...] No entanto, quer me parecer que isso constitui tudo de que dispomos para opor-nos à consolidação final de um totalitarismo tecnocrático no qual nos vemos engenhosamente adaptados a uma existência de todo dissociada das coisas que sempre fizeram da vida uma aventura interessante.⁹⁶

A película traz ecos da realidade, já que Carlos Bini havia abandonado a profissão de advogado para viver no sítio Quiabo's. No decorrer do filme, os hippies são perseguidos por um insistente pastor que tenta a todo custo converter o grupo. No ínterim destes acontecimentos o ex-advogado mantém relacionamento com uma menina de classe média, de origem familiar conservadora, o que traz vários problemas ao romance do casal. Desta forma a família, o Estado e a religião, tentam recuperar os hippies, alça-los ao *status quo*.⁹⁷

Durante o final das gravações surgiram os problemas, decorrentes dos constantes estranhamentos que a sociedade de Nova Friburgo tinha com aquele peculiar grupo. Durante uma cena realizada no centro da cidade, o delegado da cidade, Amil Nei Richard tomou então uma atitude drástica em relação aos envolvidos na produção do filme, como anunciou o jornal O Dia⁹⁸ em letras garrafais: “Artistas presos e cabeças raspadas”. De acordo com o jornal “Os artistas, diretores e produtores foram todos presos e desfigurados da personalidade de hippies autênticos [...] todos os protagonistas do filme, depois de

⁹⁵Geração de poetas e escritores estadunidenses, produziram na década de 1950 ícones como o livro “On the Road” de Jack Kerouac e poemas como “Howl”, de Allen Ginsberg.

⁹⁶ROZAK. Theodore. *op. cit.* p. 8.

⁹⁷BOUILLET. Rodrigo. *Ah, mas que caretice!* Texto escrito para a sessão do cineclube Terra Brasilis, realizada no MAM-RJ. Disponível em <http://www.vivacine.org.br/site/textos/ver/?id=59> . Acessado em 23/06/2014.

⁹⁸O Dia. 27/11/1970.

terem as cabeleiras raspadas e a barba escanhoada, além de despojados de suas roupas exóticas, foram postos em liberdade”.⁹⁹ Durante a reclusão dos cerca de vinte hippies, aconteceu um protesto coletivo contra as prisões, protesto este que não cessou após os jovens receberem a liberdade, devido à arbitrariedade na maneira como as ações foram conduzidas, além do fato de que a saída dos ex-detentos ocorreu sem os longos cabelos e barbas, símbolos da rebeldia frente ao autoritarismo. A manifestação culminou em uma confusão generalizada que foi resolvida pelos policiais após “ameaças de depredação”, de acordo com a matéria. Em mais uma demonstração de autoritarismo, antes de serem soltos, todos os hippies que não moravam na região foram ordenados pelo delegado a abandonar a cidade em cinco dias.

No jornal o protesto por parte da equipe encarcerada é visível, o delegado é chamado por eles de quadrado e retrógrado. De acordo com Amil Nei Richard, a motivação da ação aconteceu devido “a cidade haver-se transformado, com a presença dos estranhos, pois temia que muitos fossem responsáveis por aliciamento de menores de outros locais”¹⁰⁰. O delegado salientou que diante das reclamações dos cidadãos friburguenses, mobilizou vários policiais para prender os hippies e convocou barbeiros para realizar o que chamou de “Operação Tosquia”, palavra usada para designar o ato de cortar rente a lã de ovelhas.

Após este episódio autoritário, as filmagens foram concluídas, porém para que o filme fosse lançado, em 1971 a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) que controlava a produção artística no país, censurou diversas cenas do filme.¹⁰¹ Novas cenas tiveram que ser filmadas para substituir as cenas proibidas, e o nome do filme foi alterado para “É isso aí bicho”, nome que consta no catálogo da cinemateca brasileira. Mesmo com estas mudanças o filme que estreou apenas em 1973, ficou pouco tempo em cartaz e teve as cópias recolhidas pela Polícia Federal¹⁰².

O jornal *A Voz da Serra*, o jornal de maior tiragem da cidade, ignorou o assunto. Em novembro, o mês das prisões, nada foi noticiado. O silêncio só foi cessado no final de dezembro quando o jornalista Pedro Paulo Cúrio, com o pseudônimo W. Robson deu

⁹⁹O Dia. 27/11/1970.

¹⁰⁰*Idem*.

¹⁰¹Certificado de Censura 71649 de 12/01/1973 (Fundo Censura – Arquivo Nacional).

¹⁰²MARTINS. Thamyres Dias Saldanha. *É Isso Aí, Bicho*: narrativas sobre o filme *Geração Bendita* no Jornal *A Voz da Serra* durante a ditadura militar. Trabalho apresentado no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação em 2009. p. 3.

nota dez para o diretor Carlos Bini em sua coluna, que tinha como objetivo fazer menção às pessoas que se destacaram naquele ano de 1970:

Para Carlos Bini, cineasta da jovem geração. Idealista em eterna ebulição. Com a inteligência que Deus lhe deu, soube aproveitar um caso de polícia na mais completa máquina publicitária em torno do seu filme *Geração Bendita*, que segundo o linguajar dos nossos filhos: Vai ser um barato.¹⁰³

A abordagem foi bastante concisa, considerando que a prisão dos hippies havia ocorrido há quase um mês. De fato, nada foi explicado e a alusão à “máquina publicitária” possivelmente se refere ao fato de Carlos Bini estar vociferando pela cidade acerca dos acontecimentos recentes, assim como ter dito aos jornais metropolitanos que iria processar o delegado Amil Rechaid.

O caso só aparece novamente na *Voz da Serra* em 30 de janeiro do ano seguinte:

Que a rapaziada friburguense fique “baratinada” com a providencial vassourada de Amil Rechaid, em prol da moralização de nossos costumes, até certo ponto achamos graça da turma raivosa batendo com as perninhas, tão somente porque o Delegado não está ligado na dêles... – Afinal de contas, são jovens amadurecendo nesta intranquila metamorfose de uma juventude que ainda pergunta pra onde vai.

O que não perdamos é a inconcebível revolta de certos pais tidos como “prafrentex”, que se consideram ofendidos com a aplaudida ação daquela autoridade, que com as suas “batidas-blitzes” tanto incomoda os seus adoráveis filhinhos. Êstes, minha gente, estes não tenham a menor dúvida, estão realmente com a cuca totalmente fundida, no linguajar maroto dessa gente nova e em ebulição. Como se pode reprovar, repudiar, combater um trabalho tão útil oportuno em prol da coletividade friburguense? Amyl vem procedendo uma ação digna de elogios gerais. Fiscaliza tudo. Aconselha. Repreende. Prende os salafrários. A então rendosa “indústria” dos mendigos turistas, já se sente profundamente abalada em sua estrutura de abuso aos corações moles de Friburgo. (...) A “gang” do tóxico explora outras bandas, sabendo que subir a serra com ele aqui é uma temeridade. (...) Aplaudimos, sem reservas, Amyl Rechaid (...) Merece êle dos pais sensatos o mais decidido apoio. Faz êle muito bem em mostrar o sol a nascer quadrado àqueles que tentam botar um “arco íris na moringa” de uma juventude tão bela como sói ser a nossa (...)¹⁰⁴

O tom moralista e ambíguo do jornalista Pedro Paulo Cúrio, o mesmo que no ano anterior havia elogiado os hippies, indica o estereótipo da alienação por parte dos “salafrários” da classe média. Diferente do repúdio aos jovens, a atitude do delegado

¹⁰³ MARTINS. Thamyres Dias Saldanha. *op.cit.* p. 8.

¹⁰⁴ *Voz da serra*, A. CÚRIO. Pedro Paulo. *Na tonga da mironga do cabuletê!* 30/01/1971.

Rechaid é elogiada “sem reservas”. Isto de certa forma demonstra o aspecto autoritário daquela sociedade. O sociólogo José Murilo de Carvalho chama isto de “função do cacete”, capaz de dissuadir os que fogem do espírito nacional de cooperação e patriotismo¹⁰⁵. Este tipo de perseguição não era exclusividade da cidade serrana, neste período era comum que os hippies vissem “o sol nascer quadrado”, como indicou a revista *Veja* de março de 1970 que anunciava: “hippies sem paz”:

a Polícia Federal ordenou a todos os Estados uma campanha rigorosa contra os jovens de colar no pescoço e cabelos compridos. Na semana passada, perto de duzentos deles foram presos na Feira de Arte de Ipanema, no Rio, e doze foram expulsos de sua minifeira na Praça da Alfândega, em Porto Alegre, onde vendiam pinturas. Cento e vinte estão presos em Salvador e mais alguns foram para a cadeia no Recife, onde serão investigados um a um.¹⁰⁶

Em relação aos hippies de Nova Friburgo, o tom moralista apresentado anteriormente no jornal *A Voz da Serra* permaneceu uma semana depois de forma bem afinada com o “Brasil grande” entoado pelos militares, “o país que vai pra frente” do “ame-o ou deixe-o”. Este pequeno fragmento publicado em fevereiro de 1971 no jornal *A Voz da Serra* diz muito sobre o silêncio reservado ao caso envolvendo os hippies do sítio Quiabo’s: “À imprensa cabe o papel de evitar o sensacionalismo, encarando o problema em ângulos essenciais sobriamente. Vamos enaltecer a juventude produtiva, a que ama o país e seu desenvolvimento. Aquela que não é notícia, mas precisa ser”.¹⁰⁷

Em relação ao filme, a obra realizada pela equipe formada por hippies residentes do Sítio Quiabo’s não é o longa-metragem nacional pioneiro a abordar a temática da contracultura. O filme “*Meteorango Kid: o herói intergalático*”¹⁰⁸, de 1969 já havia abordado o assunto por outro viés. Em “*Geração Bendita*”, os cortes entre as cenas e a dublagem possuem deficiências técnicas, assim como os atores demonstram grande amadorismo. Porém o filme possui relevância na cinematografia brasileira, não exatamente por seu valor técnico ou linguagem cinematográfica, e sim por retratar de forma quase documental aquela época onde a contracultura era uma realidade em meio ao conservadorismo brasileiro.

¹⁰⁵CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania a porrete*. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte. Editora Itatiaia/INL. 1984. p 309.

¹⁰⁶*Veja*. 04/03/1970. Edição 76. p. 70.

¹⁰⁷*Voz da serra*, A. 06/02/1971.

¹⁰⁸*Meteorango Kid: o herói intergalático*. Brasil. 1969. Diretor: André Luiz Oliveira.

Entre as cenas do filme é mostrado o cotidiano do Sítio Quiabo's, onde os moradores cozinham, fumam maconha, tocam instrumentos e tomam banhos coletivos de cachoeira. É importante frisar que na película há um delegado que em certo ponto da história exige a captura de todos hippies que “estiverem dando sopa”. Os hippies após serem presos sem nenhum tipo de reação permanecem a noite toda na cadeia. Como é possível observar, realidade e ficção se confundem em “Geração Bendita”. Não é à toa que durante o trailer do filme o narrador diz: “delegado interrompe filme hippie e ordena: corta! [...] artistas presos e cabeças raspadas” e finaliza “você precisa saber, conhecer de verdade o que é viver numa filosofia sem preconceitos e sadia”. Desta forma, além das cenas onde o grupo jovem, formado por homens e mulheres aparece nu na cachoeira, violando os bons costumes, a clara menção ao delegado Amyl Rechaid incomodou bastante os censores. Os sucessivos problemas da película que abrangem o amadorismo do filme, assim como a repressão moral e política ocorridas, fizeram com que o filme fosse um fracasso. O sítio Quiabo's teve que ser colocado à venda para cobrir os prejuízos e a banda Spectrum, já com o disco gravado não voltou a se apresentar na cidade. Por fim os integrantes da banda voltaram a participar de uma nova produção de Carlos Bini: “Guru das sete cidades”, gravado no Piauí. Depois desta experiência a banda Spectrum chegou ao fim e os integrantes se dispersaram.

Mais de trinta anos depois da gravação do LP, o funcionário público aposentado José Luiz Caetano, antigo da banda, lembrou, em uma entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*: "Chorava de alegria e tristeza. Sentia um arrepio ao ver a amplitude do trabalho que tínhamos feito. E tudo se perdera no vento, jogado em alguma prateleira"¹⁰⁹.

Considerações Finais

Como resultado de uma entrevista concedida por John Lennon em 1970, a revista *Rolling Stone* publicou as famosas palavras: “O sonho acabou. E não estou falando apenas que os Beatles chegaram ao fim, falo de toda a geração. O sonho acabou e tive de encarar a chamada realidade”¹¹⁰. Isto somado ao fatídico resultado do Festival de Altamont, ocorrido em dezembro de 1969, onde durante uma apresentação dos Rolling Stones um dos espectadores que engrossava a multidão foi esfaqueado e morto, sinalizou

¹⁰⁹*Jornal do Brasil. Um clássico psicodélico*. ESSINGER. Silvío. 14/02/2002.

¹¹⁰WENNER. Jann S. (Org.). *Lembranças de Lennon*. São Paulo: Conrad. 2001.

opiniões que indicavam o fim da contracultura como um movimento capaz de trazer resultados significativos para as questões existentes no início da década de setenta. O movimento hippie parecia se deteriorar no final dos anos sessenta, porém como foi exposto anteriormente, a contracultura perdurou e alçou novos horizontes. Embora o movimento enfrentasse uma “ressaca” e reformulação nos EUA, no Brasil a comunidade formada no sítio Quiabos’s em plena década de setenta se organizava e desenvolvia “Geração Bendita”, enfrentando sinais de esgotamento apenas alguns anos mais tarde. Nesta conjuntura a banda Spectrum através das músicas e letras demonstrava certa amargura diante das circunstâncias sociais e políticas presenciadas no Brasil.

Apesar da dita derrocada do movimento hippie e das críticas às condutas da contracultura, o fato é que os novos comportamentos existentes nos anos sessenta foram incorporados à sociedade, assim como levaram à políticas reformistas que atualizaram alguns destes anseios. A música relacionada à contracultura foi intensamente incorporada à indústria cultural, atingindo não apenas os jovens rebeldes identificados com os valores daquela geração, tornando-se assim uma referência cultural dos novos tempos.

A contracultura brasileira possui diversas fases e centenas de personagens, desta forma é um campo de pesquisa que necessita de novas abordagens, a fim de trazer à tona memórias subterrâneas. Além disto, a música é apenas uma das faces da contracultura, há um grande universo, permeado por artistas plásticos, cineastas, artesãos, entre tantos outros indivíduos que através de distintas formas se manifestaram neste período. O estudo destas manifestações é capaz de gerar novas perspectivas históricas.

Apesar de não terem sido um fenômeno da indústria cultural, o LP e o filme possuem grande valor como documentos de uma época de conflitos e sonhos. Os produtos possuem qualidade técnica amadora, mas estão recheados de audácia. O que desagradou alguns dos conservadores moradores da cidade, gerando represálias através do aparato repressor vigente no governo militar. A história da banda Spectrum é uma entre centenas que merecem ser contadas a fim de se demonstrar comportamentos e composições que vão além do que estamos acostumados. Novas possibilidades serão assim reveladas.

Bibliografia

ALMEIDA, Isabel Mendes de e NAVES, Santuza. (Orgs.). *Por que não? Rupturas e continuidades da Contracultura*. Rio de Janeiro: 7 letras. 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte. Editora Itatiaia/INL. 1984.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2006.

MARTINS, Thamyres Dias Saldanha. *É Isso Aí, Bicho: narrativas sobre o filme Geração Bendita no Jornal A Voz da Serra durante a ditadura militar*. São Paulo: Intercom. 2009.

NAPOLITANO, Marcos. *História e música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica. 2002.

_____. *Pretexto, Texto e Contexto na Análise da Canção*. In: *História e Imagens*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

ROSZAK, Theodore. *A Contracultura*. Petrópolis: Vozes. 1972.

WENNER, Jann S. (Org.). *Lembranças de Lennon*. São Paulo: Conrad. 2001.

Fontes

Dia, O. Edição de 27/11/1970.

Globo, O. Edição de 8/3/1973.

Jornal do Brasil. Edição de 14/02/2002.

Veja. Edição n. 76, 04/03/1970. p. 70.

Voz da Serra, A. Edições de 30/01/1971 e 06/02/1971.

LP: Spectrum. *Geração Bendita*. Todamérica. 1971.

Filmes: *Geração Bendita: É isso aí Bicho!* Brasil. 1973. Dir: Carlos Bini.

Meteorango Kid: o herói intergalático. Brasil. 1969. Diretor: André Luiz Oliveira.

Sites: Spectrum: <http://www.spectrum.mus.br>

Viva cine: <http://www.vivacine.org.br>

Direitas

Ernesto Geisel, ditador ou democrático? A construção de consensos sobre o “pai” da abertura política no Brasil.

Bianca Rihan P. Amorim¹¹¹

“(…) atingiu, com justiça, ao mais alto posto dirigente da República, assinalando a sua gestão principalmente pelo início da abertura democrática que promoveu e propiciou, sem dúvida, a promulgação da Constituição de 1988, marco indelével na história política do País”.¹¹²

Humbero Eustáquio César Mota - Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

“Lamentamos o falecimento do General Ernesto Geisel. Sua visão de estadista reconduziu o país a sua vocação democrática”.¹¹³

Lazaro Infante - Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

“É com pesar que recebemos a notícia do falecimento do ex-presidente Ernesto Geisel. A história desta nação saberá fazer justiça a este ilustre gaúcho que nos devolveu a democracia. Aceite nossas condolências”.¹¹⁴

Dagoberto Lima Godoy - Presidente da Federação de Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS).

“Perde o Brasil uma das figuras mais exponenciais da sua história oficial do exército, sempre cumpriu com dignidade as mais variadas funções que lhe foram confiadas, como presidente da República no período em que o país estava a exigir sacrifícios, dedicação e patriotismo não faltou ao chamamento dos compatriotas, foi austero e ao mesmo tempo ponderado nas suas decisões. Teve por formação o espírito liberal, e por isto mesmo na recondução do país ao caminho das liberdades plenas. Foi meticuloso na condução dos problemas até chegar à plenitude democrática”.

“Reverenciamos sua memória e particularmente destacamos as conquistas que o Vale do São Francisco alcançou por intermédio de Nilo Coelho que em todos os momentos acompanhou a sua liderança e se fez um bravo companheiro em todas as jornadas a que foi convidado a participar”.

¹¹¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência e Informação na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹¹² MOTA, Humbero Eustáquio César Mota. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12.

¹¹³ INFANTE, Lazaro. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12. Classificação: EG dc 1996.09.12.

¹¹⁴ GODOY, Dagoberto. Classificação: EG dc 1996.09.12. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12.

“Rendemos assim o contributo de nossa homenagem ao ilustre morto que nos anais da história uma página será escrita de respeito e admiração, onde certamente será inserida em letras de ouro a gratidão da pátria”.¹¹⁵

José Souza Coelho

Lauro José Viana Coelho

Cyro Eugenio Viana Coelho

Luiz Eduardo Viana Coelho

Como podemos perceber, as cartas acima registram os depoimentos de representantes de “elites orgânicas”¹¹⁶ da vida social brasileira. São, especialmente, empresários e políticos, componentes de posições dominantes da sociedade, que apresentam como traço comum o fato de que souberam circular bem do regime ditatorial para o regime democrático.

Apesar de exaltarem o início da abertura democrática como marco da gestão de Ernesto Geisel, a Associação Comercial do Rio de Janeiro; a Federação do Comércio do Estado de São Paulo; a Federação de Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul; assim como o clã Coelho, foram intensos partícipes na campanha de desestabilização do governo constitucionalmente eleito de João Goulart, e no apoio à estruturação da ditadura golpista.

Recuperando o trabalho do cientista político René Armand Dreifuss, que destaca o caráter classista do golpe de Estado no Brasil, já seria possível apontarmos o tipo de associação articulada entre frações da burguesia nacional e estrangeira. Além de promover a formulação de “passos teóricos”¹¹⁷ apropriados para uma intervenção política, o pacto costurado entre militares e burguesia criou as condições materiais para efetivar uma modalidade mais consistente de acumulação capitalista no Brasil, substituindo o reformismo de Jango que, volta e meia, incomodava oligarcas e empresários com seus debates sobre a reforma agrária e medidas como a limitação de remessas de lucros ao exterior.

¹¹⁵ COELHO, José Souza; COELHO, Lauro José Viana; COELHO, Cyro Eugenio Viana; COELHO, Luiz Eduardo Viana. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12.

¹¹⁶ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹¹⁷ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Escola Superior de Guerra (ESG).

Segundo Carlos Fico, a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, em 17 de janeiro de 1964, significou uma enorme insatisfação para o empresariado local e para o governo norte americano já que “definía como capital nacional os lucros obtidos em atividades no Brasil e estabelecia o limite de remessas para o estrangeiro em 10% do total do capital registrado das empresas”.¹¹⁸ Essa atitude de Goulart é apontada pelo historiador como um dos elementos mais utilizados na campanha da oposição para desestabilizar o governo, o que desencadearia, alguns meses depois, o golpe de 1964.¹¹⁹

Entre as grandes aliadas dos militares na trama do golpe e na construção do regime estão as citadas Associação Comercial do Rio de Janeiro e Federação do Comércio do Estado de São Paulo, ao lado de outras importantes organizações da sociedade civil ligadas à burguesia, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES); O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD); setores expressivos da imprensa; além de outras tradicionais entidades patronais, como a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).¹²⁰

Em algumas declarações públicas, José Papa Júnior, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo desde 1969, simbolizou o espírito do empresariado nacional, defensor da ditadura e mobilizado no estímulo à repressão política. Dizia que “Temos o indeclinável dever de apoiar as autoridades constituídas, no empenho de preservar a paz”¹²¹, lembrando a obrigação dos brasileiros em saudar as “Forças Armadas, que se cobriam de glórias”.¹²²

A posição da FIERGS, entidade representante dos empresários da indústria do Rio Grande do Sul, também pode ser confirmada a partir de nota datada de outubro de 1964, publicada no Jornal Correio do Povo, no qual estão expressas as justificativas para o apoio dado ao movimento de março. Com destaque, estão as ameaças à propriedade privada, que caracterizariam a ação do governo de Jango, “propagandista marxista e totalitário, além de corrupto”¹²³. O golpe, ao contrário, é relatado como uma “revolução milagrosa”¹²⁴, e por isso apoiado pelo empresariado:

¹¹⁸ FICO, Carlos. Reforma, Golpe e Revolução. Disponível em: <http://www.brasilrecente.com>

¹¹⁹ *Idem.*

¹²⁰ Ver: DREIFUSS, René Armand. *op.cit.*1981.

¹²¹ Folha de São Paulo, 23 de julho de 1969.

¹²² *Idem.*

¹²³ Correio do Povo, 29 de outubro de 1964.

¹²⁴ *Idem.*

Remontando ao mês de março, o mês mais crucial de nossa vida, como livres empresários, lembramo-nos de diversas manifestações de desapontamento e de frustração quase que generalizadas. Nunca em nossa existência nos sentimos tão ameaçados quando o processo de estatização iniciou a marcha batida, objetivando a eliminação da iniciativa privada. As encampações das refinarias particulares e o famoso decreto da SUPRA são exemplos típicos daquele período, independentemente da ostensiva pregação marxista e totalitária que aquele governo corrupto e corruptor, estendia a todo o País (...) Veio a Revolução; milagre de Deus, sem dúvida alguma, e, em 24 horas, a situação mudou. Àquelas manifestações de frustração e desapontamento surgiram as afirmativas de bons propósitos. O empresário eufórico e emocionado solidarizava-se com o novo governo; a ele prometia, em colaboração e trabalho; e dele condicionava este apoio à implantação das reformas.¹²⁵

Já o sobrenome Coelho intitula uma das oligarquias mais antigas do Nordeste fazendo-se presente em quase todo Pernambuco. Com representantes nos mais diferentes ramos da vida do estado, os Coelho são proprietários de um império econômico que hoje abriga fazendas, indústrias e meios de comunicação. O primeiro a entrar na política foi justamente o referenciado Nilo Coelho, nomeado governador biônico de Pernambuco pelo regime militar e logo mais, em 1983, eleito senador.

Relacionamos a memória desses atores em torno da sacralização da figura “democrática” de Geisel devido à transição conservadora em nosso país, que seguiu rearticulando os grupos dominantes e garantindo a acumulação de poder de instituições e pessoas estruturantes para o estabelecimento e desenvolvimento da ditadura, e igualmente importantes para a estabilidade da “nova democracia”. Paralelamente à consolidação de um personagem chave para a “reconstrução democrática” - ligado ao projeto militar -, da ideia de um movimento militar “cívico e redentor”, que foi assaltado em seu processo pelos membros da linha dura; e do encaminhamento de uma transição conciliada, evitam-se maiores conflitos sociais, e também a investigação do próprio passado dos inúmeros personagens orgânicos do regime de exceção, mas posteriormente ao seu sepultamento, transmutados em defensores irredutíveis dos princípios democráticos.

Assim, a construção memorial produzida nos depoimentos contribui não apenas para exaltar os “princípios democráticos” do ex-presidente, mas para redimir, perante a opinião pública, tantos outros participantes da história dos anos de chumbo. Geisel se torna um importante interlocutor de grupos e instituições que apoiaram o golpe - justificando nele a esperança para combater a “arruaça”, a “corrupção” e o “comunismo”

¹²⁵ Correio do Povo, 29 de outubro de 1964.

-, mas que passaram a “combater” o recrudescimento do regime, primando pela recondução democrática. Segundo Denise Rollemberg, depois dos tristes acontecimentos do Brasil pós-1964 “silenciava-se sobre o fato de que aqueles foram anos de ouro para muitos”.¹²⁶

As ideologias despendidas a partir de materiais como os depoimentos analisados servem a interesses específicos, apesar da tendência de se apresentar como um produto nascido de definições universais. Elementos forjados a partir da cultura dominante contribuem para a integração real da classe dominante, assegurando comunicação imediata entre seus membros. Segundo Bourdieu, os dominantes estão envolvidos numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social e para continuamente garantirem seus interesses, reproduzindo, no campo das tomadas de posições ideológicas, o campo das posições sociais.¹²⁷ Isso quer dizer que conseguem afirmar instrumentos de conhecimentos arbitrários, embora ignorados como tais, na realidade social, estabelecendo uma integração fictícia de muitas pessoas a um projeto particular.

O movimento de 1964 volta a ser abordado a partir de sua narrativa fundadora: de uma revolução de ordem moral e redentora, que pretendia romper com uma suposta “república sindicalista” e restaurar a paz no país. Como sabemos, essa foi a justificativa dos militares para o golpe, mas ela foi entrando em descrédito ao longo dos muitos anos de poderes arbitrários e violência estatal. Geisel seria o personagem capaz de retomar a memória de um movimento democratizante; e as pessoas, instituições e grupos próximos à ditadura encampariam a mesma memória, assegurando a conformação da maioria da população a essa forma de ver o mundo, e logo, a continuidade das relações de poder e dominação que estão ligadas a tais determinações.

Vejamos agora o depoimento de um magistrado:

O Exmº Sr. General Ernesto Geisel. S. Exa. durante o período em que exerceu a Suprema Magistratura do País, procurou liberalizar os propósitos do governo no sentido de condicionar o país a se encaminhar para a abertura democrática, tendo em vista os antecedentes havidos que acabaram por determinar uma sucessividade de governos militares no país. Os noticiários veiculados a respeito de S. Exa. procura demonstrar ter sido o General Ernesto Geisel, dentre todos os

¹²⁶ ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964 – 1974). In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT Samantha (org.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.100.

¹²⁷ Ver BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

integrantes do grupo de militares que procurou conduzir o país por mais de vinte e cinco anos, um dos mais liberais. S. Exa. encarava o fato político da mudança ocorrida em 1964, como também ocorreu com o Presidente Castello Branco, como algo que deveria ser transitório. Já por esse aspecto, parece-me ser motivo de elogio a S. Exa. a postura que teve em relação a esse assunto.¹²⁸

Orlando Teixeira da Costa consolidou sua carreira na magistratura trabalhista durante a ditadura civil-militar. Apesar de ter tornado-se juiz do trabalho ainda em 1957, chegou à presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (Pará) no ano de 1971. Em 1982 foi indicado pelo presidente João Batista Figueiredo ao Tribunal Superior do Trabalho, assumindo os cargos de Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Vice Presidente e de Presidente, a partir de 1993. No momento da morte de Geisel, Orlando Teixeira da Costa despedia-se da presidência do TST, instituição tradicionalmente reconhecida como representante e defensora dos direitos sociais e da democracia.

Conforme elucida Claudiane Torres em sua dissertação de mestrado sobre a atuação da Justiça do Trabalho durante a ditadura civil- militar, o TST foi uma das instituições que colaborou decisivamente com o patronato e com os sucessivos governos dirigidos por militares, julgando seus processos, na maioria das vezes, contra os sindicatos de empregados e trabalhadores.¹²⁹ O colaboracionismo do tribunal, como entidade diretamente influenciada pelo poder central, ajudou a sustentar os projetos políticos e econômicos em voga, neutralizando a classe trabalhadora e impedindo que a mesma desequilibrasse as metas orçamentárias adotadas. Segundo Torres:

Em confirmar a cautela de ações que pudessem intervir nos objetivos dos planos do regime civil-militar, os magistrados se colocam na posição de condescendentes com o Estado no caso específico dos processos implementados contra o projeto econômico do regime. Assim, corroboram a ideia de que a ditadura, direta ou indiretamente, contou com a colaboração e o consentimento de instituições civis importantes e estratégicas para execução dos seus projetos ao longo de 21 anos.¹³⁰

Observar um magistrado, no ano de 1996, em pleno regime democrático, endossando o discurso da intervenção cirúrgica, e exaltando o papel e a atuação de Geisel para a redemocratização do país, em nome de todos os seus pares, reforça a ideia de tentar

¹²⁸ COSTA, Orlando Teixeira. In: Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12.

¹²⁹ TORRES, Claudiane. *Justiça do Trabalho e Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985): atuação e memória*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

¹³⁰ TORRES. *op.cit.* 2010. p.97.

promover a memória sobre os compromissos democráticos da instituição durante o regime civil-militar. A partir do enquadramento ¹³¹ dos vestígios do passado vai se forjando o espírito de conciliação nacional que marca a transição do regime ditatorial para a democracia do “esquecimento”.

A partir do bem costurado projeto do grupo político de Geisel para rearticular o consenso em torno do regime civil-militar, foram tomadas decisões de bastante apelo, como o fim do AI-5, a articulação da lei de anistia (1979) e a reformulação da lei de segurança nacional (1979), já no governo do presidente João Baptista Figueiredo. O discurso protagonizado pelo então Chefe de Estado elevou tais medidas à lista das convicções democráticas do governo, capaz de enfrentar com coragem e dignidade os desafios postos naquele momento. Tal narrativa foi encorajada não só pelos governos pós-militares, como por várias entidades recompostas no interior do Estado, e certos grupos da sociedade civil, principalmente representantes do empresariado nacional, que a partir de seus instrumentos da “desmemória” vêm jogando sua própria sujeira para “baixo do tapete”. Segundo Denise Rollemberg, entre perdão, esquecimento e silêncio formulou-se a memória dos anos de chumbo, principalmente a partir do ano da anistia. Inúmeras instituições componentes da sociedade política, ou organizadas no interior da sociedade civil passaram a construir “a imagem de si como essencialmente democrática, que repudiara o arbítrio, desde o início, desde sempre”. ¹³²

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. Reforma, Golpe e Revolução. Disponível em: <http://www.brasilrecente.com>

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos n° 3*, 1989.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964 – 1974). In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT Samantha (org.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

¹³¹ POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos n° 3*, 1989.

¹³² ROLLEMBERG, Denise. *op.cit.* p.100.

TORRES, Claudiane. Justiça do Trabalho e Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985): atuação e memória. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

Fontes

Arquivo Geisel em depósito no CPDOC. Classificação: EG dc 1996.09.12.

Correio do Povo, 29 de outubro de 1964.

Folha de São Paulo, 23 de julho de 1969.

O caminho para o (neo)liberalismo no Brasil: o caso dos Institutos Liberais.

Gabriel da Fonseca Onofre¹³³

O fenômeno do (neo)liberalismo

A partir dos anos 1970, um turbilhão político assolou o mundo. Diante da crise econômica do capitalismo mundial, principiada pelos efeitos da crise do petróleo de 1973, fantasmas, até então submersos, como inflação e desemprego, voltaram ao debate nos países desenvolvidos e no chamado terceiro mundo. A fase de ouro do capitalismo do pós-Segunda Guerra Mundial ficava para trás. *Les Trente Glorieuses* (1945-1975), aclamados pelos franceses, tornaram-se anos de queda das taxas de crescimento econômico, crises fiscais, elevação dos preços e do desemprego, a palavra “estagflação” se tornou cada vez mais corrente. Para sair da crise, acionaram-se os tradicionais mecanismos de política econômica. Os partidos socialdemocratas e da esquerda socialista aprofundaram o controle e a regulação estatais da economia. Contudo, os recursos da economia keynesiana, dominante nas últimas décadas, não pareciam mais fazer efeito.

Na esteira do fracasso das soluções socialdemocratas, os discursos liberais¹³⁴, até agora no ostracismo político e intelectual, emergiram com força. A onda neoliberal chegou ao poder primeiro no Chile, sob a ditadura do general Pinochet. No final da década, em 1979, foi a vez da experiência ser adotada em um país capitalista desenvolvido, caso da Inglaterra com a eleição do governo conservador de Margaret Thatcher na Inglaterra, e, no ano seguinte, o fenômeno se repetiu nos EUA com a ascensão do republicano Ronald Reagan à presidência.

Na América do Sul, depois do experimento chileno, o neoliberalismo apareceu como a política econômica dominante dos governos que assumiram o poder no final da década de 1980 e início dos anos 1990 no continente. A vitória de Carlos Salinas no

¹³³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense.

¹³⁴ O trabalho aqui apresentado recorrerá aos termos *liberais* e *neoliberais* para identificar indivíduos, grupos, partidos e instituições que defendiam os princípios do liberalismo econômico - com base em autores como Adam Smith, Von Mises, Hayek e Friedman - como definidores de uma mais eficiente organização da sociedade. O mercado, assim, é considerado o único fator racional de ordenamento da sociedade e de sua organização econômica, assim como o sistema ótimo de alocação de recursos. O Estado Mínimo torna-se o fim a ser alcançado, segundo o entendimento de que o Estado deve interferir o mínimo possível na vida dos indivíduos e empresas, deixando livre o funcionamento da economia de mercado. Foge aos objetivos deste artigo o aprofundamento do debate sobre a viabilidade ou não da diferenciação entre os conceitos de liberalismo e o neoliberalismo.

México e de Menem na Argentina, em 1988, seguida da eleição de Fernando Collor no Brasil e de Alberto Fujimori no Peru, em 1989, evidenciaram a virada neoliberal no continente. Todavia, mais do que um triunfo político, o neoliberalismo representou, nas últimas três décadas do século XX, uma revolução intelectual, cujas raízes devem ser encontradas no imediato pós-1945.

As origens: a fundação da Sociedade Mont Pelerin

Depois da Segunda Guerra Mundial, em 1947, a pedido do economista e filósofo austríaco Friedrich von Hayek, trinta e seis estudiosos, a maioria economistas, se reuniram em Mont Pelerin, Suíça. Em um ambiente semi-rural, marcado pela presença de uma paisagem deslumbrante de cadeias de montanhas magníficas, liberais de várias partes do mundo se hospedaram em um luxuoso hotel para discutir os rumos da política e da economia no contexto da nova ordem mundial. Mont Pèlerin, que em francês significa monte peregrino, passará a dar nome a sociedade liberal organizada a partir deste primeiro encontro, simbolizando também o espírito que movia aqueles intelectuais: a ideia de que travavam uma luta contra um novo mal.

Muito influenciados pelo livro *O Caminho da Servidão* de Hayek – cuja tese central era a de que o planejamento econômico, característica não apenas dos países do mundo socialista, mas também, em menor escala, das nações do capitalismo desenvolvido da Europa Ocidental e dos EUA, representava uma espécie de servidão moderna para o homem, jogando as sociedades em novas formas de totalitarismo – intelectuais de diferentes países discutiram durante dias ideias e propostas do liberalismo econômico como solução para os problemas das sociedades contemporâneas.

Surgiu, neste momento, uma organização poderosa e extremamente influente, voltada para difundir a ideologia liberal pelo mundo. Poucas instituições na história podem se gabar de possuírem tantos vencedores do Prêmio Nobel em seus quadros¹³⁵.

¹³⁵ Formada como um “grupo de estudo” liberal, entre 1947 e 1993, a sociedade Mont Pelerin cresceu de 35 para 540 membros espalhados pelo mundo. A sociedade também se tornou a principal munção intelectual dos institutos liberais, que se espalharam pelo mundo a partir da década de 1980. Em 1993, cerca de 25% dos membros da Mont Pèlerin pertenciam aos quadros de algum tipo de instituição. Em setembro deste ano, o Brasil sediou, pela primeira vez, uma reunião da sociedade. O Instituto Liberal do Rio de Janeiro foi a instituição anfitriã. Cerca de 300 pessoas se reuniram no Hotel Sheraton, durante três dias, para discutir assuntos relativos às ideias liberais. Até este mesmo ano, sete membros da sociedade haviam sido premiados com o Prêmio Nobel de economia: Friedrich Hayek (1973); Milton Friedman (1976); George Stigler (1982); James Buchanan (1986); Maurice Allais (1988); Ronald Coase (1991); Gary Becker

Fundada como um grupo de estudos, não possuía sede, tendo como objetivo promover debates e reuniões internacionais a cada dois anos, buscando criar um movimento intelectual de contestação ao keynesianismo, reunindo para isso, críticos do Estado de Bem-Estar Social europeu, bem como do *New Deal* americano.

Contudo, durante as décadas de 1950 e 1960, na chamada Idade de Ouro do capitalismo – período de grande crescimento da economia mundial e de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos dos países desenvolvidos – homens como Hayek e Ludwig Von Mises pareciam fadados à marginalização política e profissional. Os alertas sobre os perigos da regulação dos mercados por parte dos governos encontravam pouca repercussão. Em 1956, o político trabalhista inglês Anthony Crosland, escreveu: “ninguém com alguma projeção acredita hoje na tese antes popular de Hayek, de que a interferência nos mecanismos de mercado nos levará a uma ladeira escorregadia que conduz ao totalitarismo”.¹³⁶ Apenas as polêmicas sobre a regulação social tinham um impacto um pouco maior. Em uma época de redistribuição das rendas e de pleno emprego, desafiavam o consenso dominante, manifestando-se a favor da desigualdade, entendendo-a como um valor positivo. Mais do que isso, alegavam que as desigualdades eram vitais para o capitalismo, uma vez que eram funcionais para a prosperidade do sistema. A chamada tese da desigualdade produtiva encontrava poucos adeptos nestes anos.

Esse quadro só começou a mudar com a crise econômica capitalista dos anos 1970, quando as ideias neoliberais começaram a ganhar terreno. A crise do dólar nos EUA, em 1972, o choque do petróleo em 1973, e a segunda crise do petróleo, em 1979, esgotaram o modelo econômico do pós-guerra. A combinação de baixas taxas de crescimento da economia, altos índices de inflação e de desemprego desafiavam as receitas empregadas pelos países desenvolvidos. As medidas protecionistas dos países centrais difundiram a crise para a periferia do capitalismo, com destaque para a América Latina. Para Hayek e outros teóricos neoliberais, a solução para a crise estava na estabilidade monetária, na diminuição dos gastos sociais, nas reformas fiscais, na redução de impostos sobre rendimentos e rendas mais altos para incentivar a poupança e o investimento e na restauração da taxa de desemprego visando quebrar o poder dos sindicatos.

(1992). O mais novo laureado do Prêmio Nobel a ingressar na Sociedade é o escritor peruano Vargas Llosa, primeiro vencedor da categoria literatura a aderir à organização.

136 Anthony Crosland, *The future of socialism*, citado em: JUDT, Tony. *O mal ronda a Terra*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2011.

A hegemonia do programa neoliberal não se realizou, todavia, imediatamente. Durante uma década, os países desenvolvidos buscaram solucionar a crise com medidas de caráter keynesiano. Foi o insucesso na solução da crise que abriu espaço para a revolução política e intelectual do neoliberalismo, a partir do final da década de 1970, com a eleição de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos. Com o fracasso dos Estados de bem-estar social, o discurso neoliberal se impôs: impostos altos passaram a significar inibição do crescimento e ineficiência; a regulamentação governamental agora era vista como responsável por sufocar as iniciativas e o empreendedorismo. Sai de cena o Estado intervencionista e a busca do bem comum. O novo consenso ditava, nas palavras de Thatcher, que: “não existe isso de sociedade, há apenas indivíduos e suas famílias”.

Este artigo propõe-se a discutir a necessidade de compreender a ascensão do neoliberalismo como um movimento político e ideológico tendo como foco a participação de organizações específicas chamadas *think tanks*¹³⁷. O objetivo do texto é o de explorar a experiência brasileira a partir da atuação dos Institutos Liberais (ILs) durante a década de 1980 e início dos anos 1990. No caso do Brasil, o fenômeno do neoliberalismo começa a fincar suas raízes no período da transição democrática. Não buscamos aqui esgotar as explicações para a ascensão da agenda neoliberal, nem muito menos mapear os atores envolvidos direta ou indiretamente com a vitória deste projeto político. Intentamos apenas analisar a ação dos ILs na divulgação das ideias do liberalismo, buscando demonstrar como no país a mudança política veio acompanhada de um questionamento da tradição nacional-estatista por parte dos grupos liberais.

A cultura política do nacional-estatismo, como nos ensina Daniel Aarão Reis, possui uma longa tradição no Brasil republicano, e que, embora não possa ser vista como estática, seu dinamismo e metamorfoses ao longo do tempo preservaram algumas características básicas, a saber: a) a ideia de um Estado centralizado e unificador; b) o ideário nacionalista; c) o discurso centrado na modernização e industrialização como caminhos para o desenvolvimento nacional; d) a defesa de uma política externa de

¹³⁷ Ainda que variando quanto à forma, estrutura, atuação e importância política, os *think tanks* podem ser definidos como centros de produção e divulgação de informações e estudos com o objetivo de influenciar a elaboração de políticas públicas. No caso do presente estudo, analisa-se a formação de uma rede internacional de *think tanks* (neo)liberais que, crescendo nos anos 1960 e 1970, teve um destacado papel na revolução intelectual que permitiu a ascensão de partidos e programas neoliberais ao poder, principalmente nas décadas de 1980 e 1990.

afirmação nacional.¹³⁸ Surgida nos anos do Estado Novo, o nacional-estatismo teve seus momentos de avanços e refluxos. Entre seus períodos mais fortalecidos, frisa-se: a ditadura de Vargas (1937-1945); o governo de Juscelino Kubitschek(1955-1960); a ditadura civil-militar na presidência de Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979); e, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Por outro lado, houve as fases de enfraquecimento desta cultura política, como o início do período ditatorial com o presidente Castello Branco, quando o programa liberal-internacionalista encontrava-se em marcha: defesa do alinhamento estratégico com os EUA; abertura radical aos fluxos do capital internacional; adoção de uma política econômica monetarista e consequente abandono da postura intervencionista e desenvolvimentista.

Este trabalho centra-se em um período específico de retrocesso do nacional-estatismo e de progresso da cultura política (neo)liberal, através da análise do comportamento dos grupos liberais reunidos nos ILs durante a transição democrática¹³⁹, e sua atuação no ataque à cultura política nacional-estatista, acusada de ser responsável pelos males que afligiam a sociedade brasileira. Sabe-se que os institutos liberais correspondem apenas a uma parcela da cultura política liberal do país, mas foi escolhida aqui por ser considerada bastante representativa deste grupo, por sua intensa atividade no período. Causa e reflexo do avanço das ideias liberais, o Instituto Liberal deve ser visto também como parte de uma rede internacional de *think tanks* que se desenvolveram desde a década de 1960 em diferentes países. Vale dizer também que, embora independente e com características próprias, os ILs inspiraram-se nesses *think tanks* liberais - principalmente no britânico Institute of Economic Affairs (IEA) e nos norte-americanos¹⁴⁰ Heritage Foundation e Liberty Fund - estabelecendo com eles contatos e parcerias, e recebendo por mais de uma década substancial aporte financeiro.

¹³⁸ Daniel Aarão, em *A ditadura que mudou o Brasil*, aponta ainda mais dois pressupostos básicos: o esteio das Forças Armadas e as amplas alianças sociais do Estado com trabalhadores urbanos e rurais, colocados sob tutela e vigilância.

¹³⁹ Serão abordados os primeiros dez anos do instituto (1983-1993), o que evidentemente ultrapassa o período tradicionalmente definido pela expressão “transição democrática”.

¹⁴⁰ No vocabulário político norte-americano, esses *think tanks* são definidos como “conservadores” ou “libertários”, sendo o termo “liberal” usado para caracterizar os institutos com uma posição política identificada com a esquerda.

Os Institutos Liberais brasileiros

No Brasil, os anos 1980, caracterizaram-se pelo processo de transição política que colocou fim ao regime civil-militar e representou o retorno à ordem democrática. No novo arranjo político, organizaram-se diferentes forças sociais para disputar o jogo político que então surgia. Os Institutos Liberais devem ser analisados dentro desta conjuntura, como uma resposta de determinados grupos da sociedade ao novo momento do país. Em comum, esses grupos compartilhavam o que defendo ser uma cultura política liberal, que entende estar nos princípios do liberalismo econômico a solução para uma mais eficiente organização política e econômica.

O Instituto Liberal foi fundado em 1983, no Rio de Janeiro, pelo engenheiro e empresário Donald Stewart, dono da Ecisa, grande empresa de construção. Rapidamente a organização tornou-se nacional com a abertura de sedes nas cidades de São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Recife e Salvador. Os ILs foram criados por grupos de empresários como sociedades sem fins lucrativos e apartidárias, mantidas por doações e patrocínios de pessoas físicas e jurídicas, com um objetivo principal, conforme escrito em sua carta de fundação: “convencer a sociedade brasileira das vantagens de uma ordem liberal”.

A “missão” dos Institutos Liberais é, portanto, de longo prazo: divulgar as ideias do liberalismo, principalmente, entre os homens de negócios e o setor privado, de forma geral, mas também entre os considerados formadores de opinião – intelectuais, estudantes universitários, jornalistas, juristas etc. Buscam também intervir no cenário político através da elaboração de projetos de políticas públicas inspiradas nas teorias liberais.

Neste sentido, os institutos tiveram uma atuação bastante variada em seus primeiros dez anos de existência. Inicialmente, dedicaram-se a publicação de clássicos liberais não traduzidos no país¹⁴¹. A seguir, passaram a desempenhar uma série de atividades: realização de programas de rádio e televisão, como o *Rio Grande Questiona*, um programa semanal de debates e entrevistas, transmitido aos domingos (22h às 23h) para

¹⁴¹ As primeiras iniciativas foram traduzir e publicar *O Caminho da Servidão e Direito, legislação e liberdade*, de Friedrich Hayek. Foram publicados a seguir outros autores como: Ludwig Von Mises, E. Bohm-Bawerk, James Buchanan e Murray N. Rothbard. Também autores nacionais defensores de ideias liberais tiveram suas publicações financiadas por esses institutos, como Og Francisco Leme, Eduardo Gianetti da Fonseca, Antonio Paim, Ubiratan Borges de Macedo, Ubiratan Iorio de Souza, Ricardo Velez Rodriguez entre outros. Os livros foram divulgados por todos os Institutos Liberais, através de venda direta ao público, da promoção de palestras e cursos e da doação a instituições de ensino, bibliotecas, etc.

todo estado do Rio Grande do Sul; criação de cursos de aperfeiçoamento para professores; instituição do Prêmio Fenícia de Jornalismo; publicação do *IL-Notícias*, divulgação de pequenas notas sobre o pensamento liberal e a realidade brasileira; elaboração de projetos de lei e políticas alternativas; publicação mensal do caderno *Notas*, com o propósito de analisar medidas ou projetos de lei em curso no Executivo, ou no Judiciário; publicação de cartilhas, como a *Turma da Mônica – Cidadania*, criação e produção conjunta de Maurício de Souza Produções e IL-SP, com patrocínio do Unibanco, do Bradesco e do Citibank, visando ao grande público e com uma tiragem de 500 mil exemplares; realização da Semana da Cidadania; além de encontros, colóquios, conferências e seminários¹⁴², organizados, inclusive, em parceria com *think tanks* liberais estrangeiros, como o *Colloquium do Liberty Fund*.¹⁴³

Destaca-se também sua participação na Assembleia Nacional Constituinte e na formulação de estudos de políticas públicas. O Instituto Liberal, junto com organizações empresariais, como o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), promoveu uma intensa campanha contra o avanço dos direitos trabalhistas na Constituinte. Os ILs acreditavam que a Constituição, promulgada em 1988, apesar de progredir com relação aos direitos de propriedade e da economia de mercado, ainda apresentava muitas falhas ao deixar espaços para a intervenção estatal. Segundo Ney Prado, ex-presidente do IL-SP, a nova Constituição provocava insegurança jurídica, dificultando a governabilidade, inibindo os negócios internos e externos e gerando uma série de conflitos sociais¹⁴⁴. A aposta dos liberais estava na revisão constitucional de 1993, quando confiavam poder reverter algumas medidas da “Carta Cidadã”.

Para Francisco Dornelles, em palestra realizada no Instituto Liberal de São Paulo, em um programa de conferências sobre a revisão constitucional, declarou que era preciso motivar os órgãos de comunicação e os segmentos da sociedade a enxugar o tamanho do

¹⁴² Entre 1983 e 1993, foram realizadas mais de 500 conferências e seminários em todo o país, com a presença de políticos, intelectuais e economistas brasileiros e estrangeiros, entre eles: Antonio Delfim Neto; Eduardo Giannetti da Fonseca; Bernard Siegan; Francisco Dornelles; Guy Sorman; James Buchanan; José Piñera; Marcio Moreira Alves; Marco Antonio Maciel; Nelson Jobim; Og Francisco Leme; Paulo Guedes; Reinhold Stephanes; Richard Ebeling; Roberto Campos; Waldemar Costa Neto. Disponível no arquivo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro

¹⁴³ O *Liberty Fund*, de Indianápolis, EUA, foi criado pelo empresário norte-americano Pierre F. Goodrich, em 1960, como uma instituição educacional privada com a finalidade de estimular o estudo do liberalismo.

¹⁴⁴ PRADO, Ney. *Razões das virtudes e vícios da Constituição de 1988*: subsídios à revisão constitucional. São Paulo: Inconfidentes, 1994.

Estado, limitando-o à parte econômica, previdenciária, financeira e orçamentária. Rejeitando as discussões sobre a Ordem Social, afirmou:

a Constituição de 1988 foi um equívoco (...) todos nós que temos responsabilidade na formação de opinião junto aos segmentos de maior poder de fogo da sociedade devemos nos mobilizar, estabelecendo os pontos que queremos modificar e marchando de maneira organizada para essas mudanças.¹⁴⁵

Ademais, elaboraram projetos de políticas públicas que subsidiaram uma série de ações governamentais de cunho liberal para as áreas de saúde, educação, previdência e legislação trabalhista durante os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique.

À guisa de conclusão

Este trabalho teve como objetivo apenas iniciar uma discussão sobre a ascensão do neoliberalismo no Brasil. Buscamos nos distanciar de dois tipos de análise comum sobre a ascensão das ideias liberais no país: primeiro, a visão do neoliberalismo como produto da influencia coercitiva dos EUA a partir do Consenso de Washington, típica das teorias fundamentadas na ideia de imperialismo; segundo, as interpretações de cunho teleológico que abordam o fenômeno em termos de um desenvolvimento histórico inevitável.

A partir da percepção do neoliberalismo como um processo histórico marcado por experiências nacionais particulares e por desenvolvimentos políticos e econômicos desiguais, complexos, dinâmicos e contraditórios, buscou-se analisar no Brasil a criação dos Institutos Liberais como parte de uma rede internacional e que cumpriu um papel importante na divulgação da ideologia liberal entre diferentes segmentos sociais, tendo também atuação relevante na formulação de políticas governamentais nos anos 1990 principalmente.

Nesta direção, pretendeu-se aqui apenas introduzir um debate sobre a influência deste *think tank* na política brasileira e seus efeitos para a elaboração e execução de políticas públicas inspiradas na doutrina do liberalismo econômico a partir da redemocratização. Buscou-se, simultaneamente, inserir a experiência brasileira dentro de uma conjuntura mais ampla, marcada por uma revolução intelectual que rompeu com as

¹⁴⁵ Palestra intitulada “A reforma do Estado deve preceder a revisão constitucional”, disponível no Arquivo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

ideologias dominantes do pós-guerra, apresentando uma nova visão de mundo voltada para revolucionar a política, a economia e a sociedade a partir das orientações liberais. A Sociedade Mont Pelerin, da qual os ILs fazem parte, é um componente crucial deste processo.

Para concluir, a respeito do avanço da ideologia neoliberal, deve-se frisar que se, por um lado, a queda do muro de Berlim e do socialismo real na União Soviética e no Leste Europeu colocou um fim às ilusões do marxismo em um progresso inexorável da humanidade rumo à sociedade socialista, por outro lado, uma nova fé secular parecia emergir a partir desse momento, com a crença nos mercados e nos interesses privados como solução para os problemas da realidade social. Reinventou-se o mito do “fim da história” com Francis Fukuyama; agora, com uma roupagem liberal, a história não acabaria como uma sociedade de iguais, mas como uma sociedade de desiguais, uma vez que a causa principal para o progresso seria a desigualdade, funcional ao sistema capitalista. As palavras de Hayke, baluarte do liberalismo, ainda nos anos 1940, soavam proféticas para sociedades que nos anos 1980 e 1990 presenciariam o crescimento exponencial de seus índices de desigualdade: “Devemos enfrentar o fato de que a preservação da liberdade individual é incompatível com a satisfação plena de nossa visão de justiça distributiva”.

Bibliografia

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

FUKUYAMA, Francis. “The end of history”. In *The Nation Interest* 16, Summer 1989.

HAYKE, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

PRADO, Ney. *Razões das virtudes e vícios da Constituição de 1988*. São Paulo: Inconfidentes, 1994.

Fontes

Acervo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

Acervo do Instituto Liberal de São Paulo.

O outro lado da rua Maria Antônia: a juventude de direita brasileira em 1968

Rafaela Mateus Antunes dos Santos¹⁴⁶

“Vindo da Consolação, o prédio da Faculdade de Filosofia ficava do lado direito da rua. Do lado esquerdo, estava uma das alas da Universidade Mackenzie. Situação topográfica oposta, nesta perspectiva, à posição político-cultural das duas instituições”.

João Quartim de Moraes - Professor de Filosofia Política

1968: uma maré revolucionária

No Brasil e no mundo 1968 foi um ano de grande efervescência, marcado por uma palavra de ordem: revolução. Os jovens se destacaram como protagonistas nos diversos movimentos que ocorreram nesse ano e que pretendiam, além da mudança de padrões comportamentais, o fim do conservadorismo e a emergência de novos projetos políticos capazes de realizar uma transformação da realidade social.

No Brasil, inúmeras manifestações de repúdio ao regime militar ocorreram em 1968. Além disso, o movimento estudantil reivindicava mais verbas para as escolas e universidades, modernização do ensino e ampliação do acesso ao nível superior. Esse contexto foi extremamente propício para uma série de mobilizações, nas quais os jovens exerceram um papel fundamental. O estopim desses eventos foi o assassinato do secundarista Edson Luís em um confronto entre estudantes e policiais. As repercussões desse episódio demonstraram o alto grau de insatisfação dos estudantes e de outros grupos sociais em relação à ditadura.

A participação da juventude nas manifestações que ocorreram em diversas partes do mundo em 1968 contribuiu para ratificar a ideia de que todo o jovem é rebelde e revolucionário. Karl Mannheim, refletindo sobre esse viés explicativo, afirmou que “quando eu era jovem, a crença corrente era de que a juventude é progressista por natureza. Desde então isso revelou-se falacioso, pois aprendemos que movimentos reacionários ou conservadores também podem criar movimentos de juventude.”¹⁴⁷ Para Mannheim, a juventude é um *agente revitalizante*¹⁴⁸ que se torna um instrumento importante para a renovação de uma sociedade, quando esta se encontra em circunstâncias

¹⁴⁶ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense.

¹⁴⁷ Cf. Karl Mannheim. *Diagnóstico de nosso tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

¹⁴⁸ *Idem*.

de rápidas transformações ou totalmente novas. No entanto, adverte que a utilização dessa “reserva latente” só será bem sucedida a partir da integração e mobilização da mesma.

Segundo João Roberto Martins Filho, a juventude elabora uma autoimagem, baseada no descompromisso e desvinculada de interesses de classes. Por isso, há uma tendência dos estudantes de “se auto-representar como imunes aos condicionamentos de classe e como portadores de uma ampla liberdade social de ação.”¹⁴⁹ Para Martins Filho, a construção desse imaginário juvenil faz parte de uma tentativa do próprio movimento estudantil de expressar seu compromisso com o movimento populares. Todavia, para o autor, esse retrato da juventude não corresponde à realidade. Não foram em todos os casos que a juventude brasileira adotou um posicionamento favorável as demandas populares. Portanto a seu ver, não é possível, em qualquer trabalho sobre a juventude, dar ênfase na autonomia ideológica e desvincular suas ações ou ideias da influência social.

Por isso, diversos autores compreendem a juventude como uma categoria social. Definida nesse termo a juventude, segundo Luis Groppo¹⁵⁰, pode ser concebida como uma representação sociocultural. Uma criação simbólica, construída pelos grupos sociais tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Portanto, encarar os jovens como uma categoria social é levar em consideração que estes não estão à margem da sociedade e que estão vinculados a uma classe social na formação de suas ideias e reivindicações.

Na historiografia brasileira, muitos trabalhos buscaram compreender os projetos e as ideologias que nortearam as ações da juventude de esquerda ¹⁵¹. No entanto, passados 50 anos do golpe civil-militar muitos questionamentos persistem, principalmente, no que diz respeito à relação entre sociedade e Estado durante a ditadura civil-militar. O propósito não é deixar de lado as inúmeras contribuições que os estudos sobre as esquerdas brasileiras trouxeram para a compreensão da conjuntura política da década de 1960. Mas, refletir sobre as parcelas sociais que defenderam a intervenção militar no Brasil em 1964 e que acreditavam que o projeto das Reformas de Base, defendido pelas esquerdas, seriam mudanças que colocariam em risco a democracia brasileira e

¹⁴⁹ Cf. João Roberto Martins Filho. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964 -1968*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1987.

¹⁵⁰ Cf. GROPPPO. Luis Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

¹⁵¹ Cf. João Roberto Martins Filho. *op.cit.*; ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007; FILHO REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. *1968 a paixão de uma utopia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

representariam a implantação do comunismo. Quem eram, o que pensavam e no que acreditavam esses inúmeros indivíduos que em nome da democracia, defenderam uma ação inconstitucional em prol da manutenção do *status quo*?

No que diz respeito ao movimento estudantil brasileiro da década de 1960 a atuação da juventude não foi homogênea e destituída de cisões. As disputas políticas e a intensa polarização ideológica entre direitas e esquerdas, que marcaram a conjuntura política no Brasil, também se manifestaram no meio estudantil. A proposta desse trabalho é analisar o confronto entre estudantes da USP e do Mackenzie, na Maria Antônia, em São Paulo. De um lado da rua, os estudantes de esquerda; do outro, os de direita. Nos relatos, livros, a *batalha* é descrita em detalhes. Já podemos ver com clareza e nitidez aqueles que estavam *do lado esquerdo* da rua, suas lutas, reivindicações, organização, ideias. Contudo, com relação *ao lado direito* da rua pairam dúvidas e incertezas. Na história, a participação do movimento estudantil de esquerda, contra a ditadura militar, ganha destaque e grande foco durante o ano de 1968, grupos juvenis das direitas adquirem um aspecto fantasmagórico: uma parte que fica fora de foco e que, praticamente, foi esquecida na história.

A batalha na rua Maria Antônia: uma fronteira ideológica

Em outubro de 1968, na rua Maria Antônia em São Paulo, ocorreu uma série de confrontos armados entre os estudantes de direito da Mackenzie e os estudantes de Filosofia da USP. Esse episódio deve ser analisado dentro do contexto de grande disputa ideológica que vinha se configurando no meio estudantil desde o ano de 1956¹⁵². De um lado, as esquerdas que antes de 1964 tinham obtido um expressivo espaço de atuação entre os estudantes, principalmente através da UNE. Do outro, as direitas que, estavam divididas entre os defensores da democracia e aqueles que representavam a extrema direita e realizavam ações violentas.

Em 1968, a grande mobilização dos estudantes, teve dois eixos fundamentais: a luta contra a ditadura e a campanha pela transformação da universidade. A existência

¹⁵² Até 1956 a tendência liberal era predominante no meio estudantil. Momentos marcantes da história do Brasil e de forte conteúdo liberal, como por exemplo, a Revolução de 1932 e a campanha pelo fim do Estado Novo contaram com um expressivo apoio dos estudantes. Após 1956, com a eleição de um bloco composto por nacionalistas, comunistas, socialistas, cristãos e trabalhistas para a direção da UNE, teve início no movimento estudantil um processo de radicalização que refletiu maior disputa entre os estudantes acerca do posicionamento ideológico da entidade.

desses dois polos de mobilização gerou divergências entre a vanguarda do movimento estudantil: os defensores da “luta específica”, que centralizaram suas críticas e reivindicações contra o projeto de Reforma Universitária, proposto pelo governo militar, e o grupo que focaram na “luta política”, contra a ditadura e o imperialismo.

Ademais, no meio estudantil, existiam grupos de posição democrático-liberal que condenavam extremismos de direita e de esquerda. Eram os casos do Partido Idealista Universitário (PIU) da Faculdade Paulista de Direito da PUC – SP, do Grupo de Resistência Democrática da Universidade de Brasília e do Movimento de Autenticidade Acadêmica (MAAC) da PUC-RJ.¹⁵³ Havia ainda outros grupos, de extrema direita, favoráveis a ações terroristas, como por exemplo o Comanda de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento Anticomunista (MAC).

A rixa entre os estudantes da Mackenzie e da Filosofia era de longa data. Provocações, xingamentos feitos entre os estudantes: “Nazistas!” ou “Guerrilheiros fajutos!” e nas pichações eram ações frequentes nas paredes das Faculdades. Uma dizia: “O CCC está de volta, esquerdinha!”. A outra respondia: “CCC, para nós é: Co Ca Cola!”. A rivalidade entre os estudantes das duas Faculdades não era novidade.

A briga teve início no dia 2 de outubro quando universitários e secundaristas realizavam na rua Maria Antônia um pedágio afim de recolher fundos para a realização do XX Congresso da UNE. Alguns estudantes de Direito da Mackenzie, irritados com a ação, passaram a jogar ovos e pedras nos estudantes. A partir daí, teve origem o confronto que foi descrito no jornal Correio da Manhã como “O que se iniciara apenas com pedradas, na quarta-feira, avolumou-se ontem com o emprego de bombas molotov, tiros, ácidos, bombas de gás lacrimogêneo e rojões de alto poder explosivo”¹⁵⁴, seguido de ocupações nas duas Faculdades por grupos de estudantes e da Polícia. O saldo do conflito foi a morte de um estudante secundarista José Carlos Guimarães, atribuída a ação de um membro do CCC que estava no telhado da Faculdade de Direito e atirava contra os estudantes da Filosofia da USP e grande destruição material.

Os provocadores foram associados ao CCC pois, uma parte de seus membros, eram estudantes na Faculdade de Direito do Mackenzie. Por serem famosos por atos de intolerância e violência em outros episódios, o CCC ganhou muita notoriedade no confronto entre os estudantes da rua Maria Antônia, sendo alçados a posição de articuladores e líderes do grupo defensor da Mackenzie. Apesar do papel desempenhado

¹⁵³ Jornal da Tarde. 09/10/1968.

¹⁵⁴ Correio da Manhã. 04/10/1968.

pelo CCC nessa briga, havia outros estudantes da Mackenzie que participaram do episódio, porém, não pertenciam ao mesmo. Era o caso do coordenador do Esquema Universitário do Mackenzie, Silvio Saad, que em entrevista ao Jornal da Tarde teve a preocupação de destacar a existência de outras lideranças juvenis na Faculdade que não atuavam no CCC e não partilhavam de suas ideias. Além disso, afirmava a posição de que “a UNE não manda em todos os estudantes”¹⁵⁵. Essa declaração de Silvio Saad tinha como intento demonstrar o pluralismo que existia no meio estudantil e destacar a posição contrária que alguns grupos tinham em relação ao projeto político defendido pela direção da UNE. Dias depois, Silvio Saad falou novamente ao Jornal da Tarde e reafirmou essa ideia ao declarar que “Para a UNE interessa dizer que era o CCC, porque assim não aparece tanto que existe uma divisão entre estudantes. Mas não foi nada disso e nós que lutamos lá, sabemos muito bem.”¹⁵⁶

A Revista Veja na reportagem intitulada “Destruição e morte. Por quê?” do dia 09 de novembro de 1968 também destacou para esse fato:

No dia 3, quase às 9 horas da manhã, um grupo de rapazes saiu pelo portão de ferro do Mackenzie, correu até a entrada da Faculdade de Filosofia e arrancou uma faixa suspensa entre as duas colunas. Dizia a faixa: CCC, FAC e MAC = Repressão. E mais abaixo: Filosofia e Mackenzie contra a Ditadura. Os dizeres insinuavam a união das duas escolas contra a ‘ditadura’ e as organizações de extrema direita. Ao arrancá-la os mackenzistas repudiavam a pretendida unidade.¹⁵⁷

A batalha da rua Maria Antônia e as suas repercussões, foram temas de diversas reportagens em jornais e revistas que buscaram, através de depoimentos e relatos, obter inúmeras informações sobre a guerra dos estudantes. Uma das reportagens que ganhou grande notoriedade nesse período foi intitulada “CCC ou Comando do Terror”, publicada pela revista O Cruzeiro no dia 09 de novembro de 1968. O autor do texto, Pedro Medeiros, através de informantes conseguiu ter acesso a membros do CCC e conseguiu extrair algumas informações, como por exemplo, como surgiu o CCC e alguns detalhes de sua organização. Na realidade, as perguntas feitas a supostos integrantes do CCC não receberam respostas satisfatórias. É possível notar que os entrevistados deram muitas repostas vagas aos questionamentos feitos pelo jornalista e isso pode ser explicado pela tentativa de anonimato que esses membros buscavam em virtude de atos violentos

¹⁵⁵ Jornal da Tarde. 05/10/1968.

¹⁵⁶ *Idem*. 09/10/1968.

¹⁵⁷ Revista Veja. 09/10/1968.

vinculados ao CCC. Ao longo da reportagem percebe-se um tom de bravura e coragem dos entrevistados “Não temos medo de nada – afirma Milton Morais Zélio, um dos mais jovens colaboradores do Comando de Caça aos Comunistas”¹⁵⁸. Contudo, eles possuem cuidado em relação ao que deve ser falado: “ [...] há informações que podemos dar tranquilamente, pois não comprometem.”¹⁵⁹

Apesar de trazer ao público informações, ainda que muito superficiais, sobre o funcionamento do CCC o ponto alto da reportagem foi a apresentação de uma lista de nomes de possíveis participantes do grupo. Ao ter contato com esses membros, o jornalista Pedro Medeiros alegou ter furtado um caderno de um dos depoentes, Milton Zélio, que continha nomes e telefones de partidário do CCC. Na reportagem, Pedro Medeiros descreveu as peripécias e dificuldades enfrentadas para conseguir desvendar mais sobre o CCC. Depois de muita investigação, o jornalista apresentou como resultado os nomes de alguns membros do grupo, seus respectivos endereços e algumas características de cada um. A repercussão dessa reportagem foi estrondosa na época. Na semana seguinte, diversos acusados de participação no CCC foram a sede da revista O Cruzeiro em São Paulo para dar explicações ou negar as informações apresentadas, ameaças foram feitas a Pedro Medeiros e houve uma declaração oficial do CCC. Todos esses fatos estiveram presentes em uma nova reportagem intitulada “O Cruzeiro na mira do Terror”, publicada em 16 de novembro de 1968.

A maior preocupação de muitos acusados de participação no CCC foi de esclarecer o engano, declarando seu posicionamento político e rechaçando as ações violentas do grupo. Um exemplo disso foi Percy Eduardo Eckmann, que tendo seu nome citado na reportagem de Pedro Medeiros e associado ao apelido de “Nazistão”, declarou “simpatizo com o PRA (Partido de Renovação Acadêmica da Faculdade de Direito da USP e de tendência direitista), mas nem por isso vou deixar de ter ideais democráticos; não ando armado, meu negócio é velejar e jogar tênis”¹⁶⁰. Outro exemplo foi Paulo F. Campos Salles de Toledo que, em sua declaração, demonstra aversão às ações violentas do CCC:

Sempre fiz política, mas nunca concordei com o CCC; agora acabo de fundar um novo partido na faculdade, o Vanguarda Revolucionária, e sua primeira manifestação foi contra a violência [...]. Depois, sempre fui respeitado pela turma de esquerda, na qual tenho muitos amigos.¹⁶¹

¹⁵⁸ Revista O Cruzeiro. 09/11/1968.

¹⁵⁹ *Idem.*

¹⁶⁰ Revista O Cruzeiro. 16/11/1968.

¹⁶¹ *Idem.*

A reação do CCC veio através de um manifesto¹⁶² que demonstrava grande insatisfação em relação à reportagem produzida e aproveitava a oportunidade para mostrar, para a opinião pública, seu projeto político para o Brasil. Justificaram seu manifesto pela necessidade de “alertar nosso povo para os inimigos de fora e de dentro”, além de identificaram na mídia o objetivo de “dissolver a família, corromper a juventude, aviltar a religião e extinguir o patriotismo”. Houve uma preocupação da organização de legitimar sua violência e justifica-la devido ao inimigo maior: o comunismo. “Nosso movimento não pode ser confundido com uma simples afirmação de violência negativa”.

Considerações finais

A morte do Edson Luís, a Passeata dos 100 mil e o confronto entre estudantes na rua Maria Antônia foram episódios que marcaram o ano de 1968. O resultado das diversas manifestações sociais desse ano foi a decretação do AI- 5 que representou o recrudescimento do governo militar. A *batalha* na rua Maria Antônia refletiu como a defesa pelas posições ideológicas dentro do meio estudantil era extremada. Mesmo com o golpe-civil militar de 1964 e com a repressão ao movimento estudantil as disputas continuaram a existir e chegaram ao nível de um confronto físico entre os estudantes. A reportagem da revista O Cruzeiro e dos demais veículos de comunicação, acerca desse episódio, revelam a grande preocupação que a sociedade da época tinha em relação ao que vinha acontecendo no meio estudantil.

O confronto na rua Maria Antônia durou pouco mais que um dia, porém seus impactos foram duradouros. A morte de um secundarista pôs fim à *batalha*. Muitos universitários foram para as ruas protestar contra a morte do estudante por dias a fio, o que acarretou em novos confrontos entre os policiais e estudantes. Os prédios da Filosofia da USP e de Direito da Mackenzie foram ocupados por tropas policiais. Devido à grande destruição do prédio da Filosofia da USP e da impossibilidade de manter os grupos estudantis rivais tão próximos, o curso foi transferido para a Cidade Universitária, no bairro do Butantã. A Faculdade de Direito da Mackenzie permaneceu na rua Maria Antônia.

O estudo mais aprofundado sobre esse tema permite uma melhor compreensão sobre o papel dos jovens como atores sociais, suas motivações ideológicas e projetos políticos. Além de fornecer elementos que comprovam a existência de diversos projetos

¹⁶² Revista O Cruzeiro. 16/11/1968.

políticos dentro do meio estudantil. O conflito da rua Maria Antônia simbolizou o confronto entre as juventudes das esquerdas e direitas no Brasil. Refletiu que essa luta ideológica também estava vinculada ao espaço geográfico. Em uma única rua, direita e esquerda rivalizavam pela supremacia de suas convicções e ideais em seus espaços de poder: a universidade.

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

FILHO REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. *1968 a paixão de uma utopia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GROPPO, Luis Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000. p. 07 a 55.

LOPES, Gustavo Esteves. *Ensaio do Terrorismo: História Oral do Comando de Caça aos Comunistas*. São Paulo: FFLCH-USP. Dissertação de Mestrado.

MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico de nosso tempo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964 -1968*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917 -1964)*. São Paulo: Editora Perspectiva. FAPESP, 2002.

POERNER, Arthur. *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo de. *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Editora Nobel, 1988.

Fontes

Correio da Manhã
Jornal da Tarde
O Cruzeiro
Veja

Estado, Militares e Judiciário

Os “indesejáveis”: o monitoramento das esquerdas pré-1964 no exílio e no processo de anistia política

Denise Felipe Ribeiro Mestre¹⁶³

A literatura acadêmica sobre o processo que culminou na Anistia de 1979 tem explorado, de maneira profícua, diferentes ângulos de análise, propiciando um cada vez mais extenso panorama deste processo político. Contudo, em parte significativa da historiografia que analisa a abertura política e a anistia, ainda percebemos algumas lacunas. Para os fins desse trabalho, salientamos o tratamento secundário relegado aos atingidos de primeira hora pelo golpe de 1964, assim como as tradições políticas a que pertenciam tais personagens.

A atenção secundária dedicada aos personagens da geração de 1964¹⁶⁴, nos estudos sobre o processo de abertura política e anistia, tende a indicar um processo de enquadramento da memória. Michel Pollak, ao tratar da memória coletiva, nos lembra que enquanto operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se deseja preservar, a memória inclui tentativas de definição e de reforço dos sentimentos de pertencimento e das fronteiras sociais entre coletividades diversas¹⁶⁵. A memória que foi construída, ao longo do tempo, acerca do processo de redemocratização, abertura política e anistia, teria, com efeito, priorizado determinados grupos que, em grande medida, empreenderam sua atividade política após o golpe de 1964: os integrantes da chamada “geração de 1968”. Ao longo do curso do processo de abertura, nos anos 1970, esse grupo estava passando por um movimento de construção e reconstrução de suas identidades, o que resultou na conformação de novos partidos e projetos políticos. Vem daí, a necessidade de levar a cabo uma operação coletiva de (re)interpretação do passado que privilegiou suas ações, experiências e projetos políticos em detrimento das experiências que antecederam a “geração de 1968”.

¹⁶³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

¹⁶⁴ Rollemberg divide os personagens que vivenciaram a experiência do exílio entre os anos 1960 e 1970 em duas gerações: a geração de 1964 e a geração de 1968. A primeira estaria identificada com os movimentos reformistas que atuaram durante o governo João Goulart, ligados a sindicatos e partidos políticos legais, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). A segunda geração estaria mais próxima das manifestações estudantis iniciadas entre os anos de 1965-66 e 1968. Tinham, em geral, uma postura mais crítica em relação às práticas e avaliações do PCB e do PTB e supervalorizavam a ação revolucionária. ROLLEMBERG, Denise. Exílio: Entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹⁶⁵ POLLAK, Michael. “Memórias, esquecimento, silêncio”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989. p.9.

Durante o estudo que realizei ao longo do curso do mestrado, acerca da anistia política de 1979, percebi que uma das questões que era bastante discutida durante o contexto de elaboração do projeto de anistia era a do retorno dos exilados e banidos.¹⁶⁶ O governo ditatorial preocupava-se, sobretudo, em como ocorreria a reintrodução de alguns personagens pertencentes a diversas clivagens políticas das esquerdas brasileiras. Na imprensa, oito personagens eram mencionados como os “indesejáveis” para o regime: Luis Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Márcio Moreira Alves, Paulo Schilling e Paulo Freire.¹⁶⁷ Praticamente todos esses personagens revelavam sólidas atividades políticas anteriores à ruptura institucional ocorrida em 1964.

Os personagens vistos como “indesejáveis” pelo regime civil-militar faziam, em maior ou menor medida, parte de tradições políticas que remontam ao período da história republicana brasileira que vai de 1930 a 1964. Na nossa cultura política, tais personagens e tradições ganharam uma série de interpretações pejorativas, sendo cunhada uma expressão que os englobava a despeito das peculiaridades e da diversidade de projetos políticos vinculados a cada um desses personagens: o populismo. Tal expressão foi disseminada tanto por intermédio dos círculos acadêmicos como por meio da imprensa, atingindo e deixando marcas no “senso comum”, ressignificando parte da memória da república democrática de 1946.¹⁶⁸ Segundo Daniel Aarão Reis, tais estudos teriam assim contribuído para um esvaziamento das análises acerca da tradição, por ele denominada, *nacional-estatista* no campo das esquerdas, que acabou ganhando o rótulo de pensamento burguês e reformista. Assim, “a tradição trabalhista, que empolgou grandes movimentos sociais ao longo de décadas, foi simplesmente eliminada do campo de reflexão das esquerdas”¹⁶⁹. Aarão Reis observa que tal concepção ainda encontra reflexos nos estudos contemporâneos sobre as esquerdas no Brasil, na medida em que é a tradição comunista

¹⁶⁶ Em março de 2012, defendi pela Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação da professora Samantha Quadrat, a dissertação “A Anistia Brasileira: antecedentes, limites e desdobramentos da ditadura civil-militar à democracia”, disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1576.pdf>, acesso em 24 mar. 2014. Uma versão do trabalho foi publicada: RIBEIRO, Denise Felipe. *Os desafios da anistia brasileira: da ditadura civil-militar à democracia*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

¹⁶⁷ “Os caminhos da volta”. Revista *Veja*. 10 de janeiro de 1979, p. 30-32.

¹⁶⁸ As perspectivas teóricas marxistas esposadas por Octavio Ianni e Francisco Weffort foram as grandes disseminadoras do conceito de populismo.

¹⁶⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. “As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições”. In: FORTES, Alexandre (Org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Editora Perseu Abramo/Argos, 2005.p.174-175.

que detém uma espécie de monopólio no âmbito das esquerdas¹⁷⁰. A esse respeito, Aarão Reis nos traz seu próprio relato:

A geração da qual faço parte, que iniciou vida e participação política nos anos imediatamente anteriores ou posteriores a 1964, que formou a então autodenominada *esquerda revolucionária*, ou *nova esquerda*, considerava o trabalhismo um lixo. Tinha ido, como se costumava dizer na época, para a lata de lixo da história. A partir daí, conosco, a história iria começar do zero¹⁷¹.

Se para as esquerdas surgidas no pós-1964, as tradições que a antecediam deviam ser esquecidas, para o regime ditatorial, o combate tinha sido por elas motivado. Quinze anos após o golpe civil-militar que as alijara do poder, era o conjunto de diferentes tradições que compunham as esquerdas do pré-1964 que continuavam a ser a “pedra no sapato” do regime.

No início de 1979, quando a Lei da Anistia não havia ainda sido promulgada, muitos exilados começavam a pensar o retorno ao país. Enquanto isso, o governo ia mudando seus procedimentos relativos a esse grupo. Aos poucos, iam sendo transmitidas orientações ao Itamaraty em relação a concessão de passaportes, que facilitariam o deslocamento de brasileiros no exterior e o retorno ao Brasil. Os exilados seriam classificados de acordo com sua situação política. A partir daí, seriam adotados procedimentos específicos para cada um dos grupos. Para o grupo denominado como “indesejáveis”, as restrições seriam maiores.¹⁷² Segundo o noticiado pela Revista Veja:

Haveria um grupo “verde”, sem quaisquer dificuldades na área política, merecedores de passaportes normais; um outro classificado de “cor-de-rosa”, integrado por cidadãos indiciados em processos, e por isso habilitados, apenas, a obter um título de nacionalidade para o regresso; e finalmente um reduzidíssimo círculo de oito pessoas, para as quais estaria aceso um sinal “vermelho” – isto é, elas receberiam documentos somente após uma negociação política de sua volta com o governo.¹⁷³

¹⁷⁰ Esse cenário vem se transformando. Sobretudo a partir dos anos 1990, uma série de trabalhos historiográficos tem procurado empreender uma revisão dessa imagem solidificada do “populismo” na política brasileira. Autores como Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira, Maria Helena Capelato, Lucília de Almeida Neves têm procurado desconstruir esses esquemas de percepção desqualificatórios, por meio da historicização do conceito de “populismo”, renovando os estudos sobre o sindicalismo e sobre os projetos e a atuação do PTB. Para uma breve, mas consistente, revisão da construção do conceito de populismo e dos estudos que procuraram trazer uma reflexão e renovação a esse respeito, ver a introdução do livro FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; e REIS FILHO, *Op.cit.*

¹⁷¹ REIS FILHO. *Op.cit.*p.175

¹⁷² “Os caminhos da volta”.Revista *Veja*. 10 de janeiro de 1979, p.30-32.

¹⁷³ *Idem*.

A notícia de que o governo tinha estipulado procedimentos diferenciados para o grupo dos “indesejáveis” gerou um certo constrangimento para o governo. Alguns veículos da imprensa buscaram esclarecimentos a esse respeito, fazendo com que integrantes do regime tivessem que se pronunciar. O porta-voz do governo, coronel Rubem Ludwig, alegou desconhecer tais instruções do Itamaraty, reafirmando que todos os exilados, sem distinção, poderiam retornar ao país, desde que acertassem suas contas com a justiça.¹⁷⁴

Nos setores oposicionistas, o senador Paulo Brossard (MDB-RS), comentou a lista dos oito “indesejáveis”, lembrando que havia sido dada muita importância ao decreto que revogava o banimento. Para ele, somente a anistia resolveria todos os casos. Sintonizado com tais críticas, o senador Gilvan Rocha (MDB-SE) afirmou que só haveria conciliação nacional com a convocação de uma Assembleia Constituinte e a concessão da anistia.

Inseria-se também nessa discussão, o tratamento que o governo reservaria a banidos e exilados. De acordo com o vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Jesus Trindade Barreto (Arena), o tempo de banimento deveria ser contado para efeito de condenação ou prescrição da pena, enquanto os exilados por terem “abandonado” o país, não deveriam ter prescrição de pena, pois “quando um preso foge, o tempo de fuga não é contado no período total de sua condenação”.¹⁷⁵

Entre os “indesejáveis”, Miguel Arraes e Marcio Moreira Alves foram ouvidos. Para o ex-governador de Pernambuco e o ex-deputado, ambos cassados, a lista dos “indesejáveis” era uma demonstração da manutenção do arbítrio e da repressão e objetivava dividir os brasileiros exilados. Moreira Alves não conseguia enxergar lógica aparente na lista, posto que seus integrantes tinham origens ideológicas diversas.¹⁷⁶

O receio governamental em relação a esses personagens é também demonstrado em documentos oficiais. Em relatório produzido pelo Estado Maior das Forças Armadas, em 1972 – sete anos antes da Lei da Anistia – nota-se a preocupação com a “reabilitação de personalidades proscritas pela Revolução Democrática de 1964”.¹⁷⁷ Diz o documento:

1. Ao se aproximar o término do prazo (1974) com que foram punidos, pelos Governos Revolucionários, com a “suspensão dos direitos políticos”, inúmeras figuras da vida pública brasileira, antes e depois de 1964 – verifica-se a crescente frequência com que são focalizados

¹⁷⁴ *Folha de São Paulo*, 4 de janeiro de 1979, p.6.

¹⁷⁵ *Idem*.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 0248.

- pelos diversos meios de comunicação social, particularmente pela imprensa.
2. Intencionalmente ou não, essas referências predisõem a opinião pública a se tornar benevolente com as personalidades focalizadas, criando receptividade à ideia de sua total reabilitação, com a restituição plena de seus direitos políticos, antes mesmo do término do prazo da sanção que lhes foi imposta. (...)
 4. Aproximando-se as épocas de renovação dos cargos eletivos nas administrações municipais e estaduais e, mais longinquamente, da federal, quase coincidentes com o término das punições impostas a tais figuras proscritas pela Revolução – é lícito acreditar, se lhes for permitido, em sua influência nos processos eleitorais que se avizinham, mesmo que sejam indiretas as eleições. Num futuro próximo, além disso, sendo-lhes restituída a plenitude de seus direitos políticos, poderão elas mesmas, candidatar-se a cargos na administração pública.
 5. A alusão a essas personalidades é feita mesmo no próprio Congresso. O “Noticiário da Imprensa”, de 17/18 ABR 72, do SNI, reproduz a essência de um projeto de lei, de autoria do deputado Jerônimo Santana (MDB/RO), apresentado a 17 ABR 72, à apreciação da Câmara, pelo qual “ficam anistiados os SRs JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA. JÂNIO QUADROS E JOÃO MARQUES GOULART, ex-presidentes da República, que tiveram decretada a suspensão dos seus direitos políticos”.¹⁷⁸

Tais personagens, durante todo o período em que permaneceram exilados, foram monitorados pelo regime ditatorial através de seus órgãos de informações. Na documentação analisada até o presente momento, é patente o monitoramento minucioso de alguns líderes políticos pertencentes a diversas vertentes das esquerdas pré-1964. Em 1972, um informe do Ministério das Relações Exteriores dava conta das viagens de Miguel Arraes ao Chile, ao Peru e ao México. Ainda de acordo com o órgão, Arraes estaria mudando sua concepção de atividade político-revolucionária por meio da criação de “comitês contra a corrupção”, que não poderiam ser reprimidos pelo governo devido ao fato desses comitês não apresentarem um objetivo político.¹⁷⁹

Como observado na documentação, Leonel Brizola era um dos personagens políticos sobre quem recaía inúmeros receios por parte do regime ditatorial. Ele e seus simpatizantes sofriam a constante e atenta vigilância dos órgãos de informações. Em 1979, já no contexto de abertura política e dos debates acerca da possibilidade de retorno de exilados e banidos, suas ações foram objeto de grande atenção. O Departamento de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) informava a presença de

¹⁷⁸ Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 0248.

¹⁷⁹ Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 0258.

Brizola no México e atentava para os contatos estabelecidos com outras lideranças como Francisco Julião e Neiva Moreira. Informava o relatório:

O Adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil no México, informou ao Chefe daquela Missão Diplomática que:

- a) LEONEL BRIZOLA esteve algumas semanas naquele país, até 15/MAR/79, quando regressou a Nova YORK.
- b) Declarou o ex-governador do Rio Grande do Sul ter sido convidado pela direção do PRI para, juntamente com os ex-deputados NEIVA MOREIRA e FRANCISCO JULIÃO, participar, como membro de “delegação brasileira das festividades comemorativas do cinquentenário do referido partido, realizadas em QUERETARO, na primeira semana de março”.
- c) Disse, também BRIZZOLA (sic), que havia decidido regressar ao Brasil em fins de abril ou começo de maio, a fim de reiniciar sua atividade política, mesmo sabendo que deverá ser preso à sua chegada e passar um ou dois meses detido
- d) Acrescentou ele, ainda, que assim resolveu em virtude de achar que sua liderança política apenas pode ser mantida e exercida, agora, no BRASIL.
- e) Afirmou, igualmente, estar trabalhando a fim de somar, em torno de si, o maior número possível de dirigentes políticos afastados da vida partidária após 1964, admitindo, inclusive, dividir sua liderança com alguns deles.¹⁸⁰

Nesse mesmo contexto, o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), informava sobre um debate sobre liberdade de imprensa, realizado na sede do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre/RS. Do relatório, constavam as observações e análises feitas pelos presentes acerca de diversos temas:

O SNI (Serviço Nacional de Informações) é um prolongamento da ESG (Escola Superior de Guerra) sendo que, de seus mais recentes chefes, um atualmente é Presidente da República e outro Comandante do III Exército. Tal órgão já calculou guerras, invasões e tudo o mais que nunca existiram a não ser em suas mentes. É um órgão exclusivamente de acompanhamento e coordenação e sua preocupação atual é com a abertura política e com a anistia, os problemas que trarão juntos, que são: LUIZ CARLOS PRESTES, com seu PC; LEONEL DE MOURA BRIZOLA e o dito PTB; CENTENO, JULIÃO, MIGUEL ARRAES e outras figuras indesejáveis para o órgão.¹⁸¹

Em junho de 1979, no momento de elaboração do projeto governamental de anistia política, uma declaração supostamente feita por Brizola – que para os setores governistas soou como uma provocação – suscitou reações por parte das Forças Armadas.

¹⁸⁰ Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 1669.

¹⁸¹ Arquivo Nacional. BR AN BSB VAZ 130 0161.

O trecho da suposta fala do ex-governador, que se encontrava em Lisboa, e que causou grande celeuma, teria sido o seguinte: “*Os militares não representarão uma grande preocupação, porque a organização popular, através de um partido prestigioso e forte, vai discipliná-los*”.¹⁸² As reações das Forças Armadas foram imediatas. O então ministro do Exército, Valter Pires, divulgou uma nota em que atacava as declarações de Brizola de modo contundente. Dizia o general:

Na qualidade de ministro do Exército (...), julgo de meu dever declarar que falece autoridade para ditar normas disciplinadoras às nossas instituições militares a um evadido de 1964, que, às vésperas do movimento de 31 de março, pregou ostensivamente a subversão e a indisciplina no seio das Forças Armadas, incitando subordinados contra superiores e que abandonou seus correligionários para refugiar-se em território estrangeiro, de onde tem estado em permanente conspiração contra a democracia brasileira.¹⁸³

O ministro da Marinha, almirante Maximiano da Silva Fonseca, também produziu uma nota oficial, apoiando o ministro do Exército. Nessa nota, o objetivo de macular a imagem e a trajetória de Brizola é ainda mais claro:

É de conhecimento geral da nação brasileira a atuação insólita do mencionado cidadão, antes de março de 1964, na tentativa desesperada de inculcar o ódio e a descrença entre os brasileiros e de insuflar a agitação nas Forças Armadas pelo incitamento à desobediência e à indisciplina. Passados quinze anos, volta o referido cidadão, menosprezando a memória nacional, a fazer afirmativas a respeito de disciplina nas Forças Armadas.¹⁸⁴

O episódio gerou a apreensão de que o processo de elaboração do projeto de anistia política fosse prejudicado ou de que Brizola pudesse ter seu nome excluído da lista de exilados que teriam a volta ao país permitida pelo governo.

Não eram apenas os militares que se ocupavam dessas questões. Segundo Lucia Grinberg¹⁸⁵, ao longo do processo de abertura, políticos e simpatizantes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) discutiam a respeito do retorno de líderes políticos cassados e/ou exilados. Os diagnósticos arenistas revelavam um sabor fatalista, prevendo eventuais revanchismos. Temiam que líderes com grande capacidade de mobilização

¹⁸² “Falece autoridade a um banido”. *Folha de S. Paulo*. 21 de junho de 1979, p.6.

¹⁸³ “Falece autoridade a um banido”. *Folha de S. Paulo*. 21 de junho de 1979, p.6.

¹⁸⁴ *Idem*.

¹⁸⁵ GRINBERG, Lucia. “‘Saudações arenistas’: a correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1966-1979”. In: ROLLEBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.268-272.

como Leonel Brizola, retornassem ao jogo político. Tais preocupações levavam os partidários e simpatizantes da Arena a pleitear medidas governamentais que não permitissem que as conquistas da “Revolução de 1964” fossem abandonadas.

No presente trabalho, procurei apresentar algumas reflexões e apontamentos a respeito das discussões sobre o retorno de exilados considerados “indesejáveis” pelo regime ditatorial. Notamos que o modo pelo qual retornariam alguns desses personagens, pertencentes às tradições políticas de esquerda do pré-1964, incomodavam bastante o governo. Esse incômodo foi ainda notável quando surgia no cenário a possibilidade de retomada, por parte desses personagens, de suas vidas políticas/ partidárias. Desse modo, fazia-se necessário o acompanhamento das atividades e da trajetória dessas figuras políticas no exílio, assim como o estabelecimento de normas e procedimentos para o momento do retorno ao país.

Bibliografia

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRINBERG, Lucia. “Saudações arenistas’: a correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1966-1979”. In: ROLLEBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.268-272.

POLLAK, Michael. “Memórias, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.9.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições”. In: FORTES, Alexandre (Org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Editora Perseu Abramo/Argos, 2005.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Fontes

Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 0248.

Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 0258.

Arquivo Nacional. BR AN RIO TT O MCP PRO 1669.

Arquivo Nacional. BR AN BSB VAZ 130 0161.

JORNAL Folha de São Paulo. 4 de janeiro de 1979, p.6.

JORNAL Folha de S. Paulo. “Falece autoridade a um banido”, 21 de junho de 1979, p.6.

REVISTA Veja. “Os caminhos da volta”, 10 de janeiro de 1979, p. 30-32.

O fim da “primavera” no país da “eterna tirania”: O golpe de 1954 e a ruptura do projeto democrático na Guatemala

Ana Carolina Reginatto¹⁸⁶

Guatemala, este pequeno país centro-americano, foi palco de intensas lutas políticas durante o século passado. Mais do que uma ditadura, vivenciou um conflito armado interno que, entre os anos de 1960-1980, colocou em confronto organizações guerrilheiras e as forças contra-insurgentes do Estado. Mais do que uma transição política, passou por um processo de pacificação mediado pela Organização das Nações Unidas (ONU). E, como afirma Greg Grandin, talvez até mais que Cuba, foi protagonista da Guerra Fria na América Latina¹⁸⁷.

Neste sentido, a derrubada de Jacobo Arbenz da presidência da República em junho de 1954 é, sem dúvida, o evento-chave para o desenrolar de todo este processo. Há sessenta anos atrás, este golpe de Estado marcou a abrupta interrupção de um inédito ciclo democrático, inaugurado dez anos antes, cujas reformas traduziram-se em um projeto político sob novas bases para o país. O objetivo deste trabalho é, portanto, apresentar uma reflexão sobre a década democrática (1944-1954) e a dinâmica das forças sociais e políticas que levaram a Guatemala a ser o primeiro país da América Latina a sofrer uma intervenção norte-americana no contexto da Guerra Fria, tendo em vista, que o entendimento de tal processo nos ajuda a compreender o trágico conflito armado que devastou o país nas décadas seguintes.

A crise do Estado liberal e a Revolução de Outubro

Para analisar o desenrolar do processo histórico na Guatemala, assim como em outros países latino-americanos, é preciso entender sua condição de dependência e subordinação ao capital estrangeiro. Neste sentido, torna-se imprescindível retornarmos ao século XIX e a formação do Estado guatemalteco e sua inserção no mercado mundial.

Como parte do Império espanhol, a Guatemala se tornou independente formando com outros países centro-americanos: Nicarágua, Costa Rica, Honduras e El Salvador; uma República Federativa (1824-1838) regida por uma Constituição comum, seguindo o

¹⁸⁶ Doutoranda no Programa da Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁸⁷ GRANDIN, Greg. *A Revolução Guatemalteca*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 57.

modelo norte-americano. Uma antiga rivalidade entre liberais e conservadores¹⁸⁸, entretanto, provocou uma guerra civil e o fim da unidade regional. A Guatemala, então, se tornou um Estado independente, em 1839, ficando nas mãos de grupos conservadores até 1871.

O Estado Liberal, como forma estatal, estruturou-se a partir das antigas instituições e relações coloniais de poder, aliando um projeto modernizante que proporcionou uma expansão vertiginosa da agricultura cafeeira exportadora às relações de produção coloniais com a exploração massiva do campesinato indígena como mão-de-obra forçada, tendo o grande latifúndio, como espaço privado das relações de produção onde o poder oligárquico se reproduziu.

Neste período a oligarquia centro-americana, em geral, e o projeto liberal de poder promoveram uma rápida e radical privatização da terra para a expansão do café, expropriando terras da Igreja Católica e dando fim à propriedade comunal indígena. Além do rígido controle da mão-de-obra, sempre apoiado em uma hierarquização étnica, é oportuno ressaltar o papel desempenhado pelo Exército. Foram os militares que se ocuparam da manutenção da ordem e da autoridade oligárquica, protagonizando o processo através de governos personalistas como na Guatemala de Justo Rufino Barrios (1873-1885), em El Salvador com Rafael Zaldívar (1876-1883), Braulio Carrillo na Costa Rica (1838-1842), Marco Aurelio Soto em Honduras (1878-1883) e José Santos Zelaya na Nicarágua (1893-1909). Como afirma Edelberto Torres-Rivas:

En Centroamérica, el Estado liberal fue un poder militar y nunca democrático. De hecho, los militares siempre actuaron así, defendiendo y reproduciendo un *ethos* señorial que lo penetra todo: el estilo oligárquico (...). Es la imposibilidad para ejercer el poder con métodos democráticos, o la democracia asumida como amenaza a los intereses patrimoniales los que constituyeron al Estado liberal¹⁸⁹.

O café e sua expansão como principal produto de exportação, dentro das especificidades de cada país, introduziram a região ao mercado mundial sempre de forma

¹⁸⁸ A dicotomia dos projetos conservador e liberal foi um sintoma clássico da história política latino-americana pós-independência. A necessidade de se criar um Estado autônomo e nacional, distinto e independente do antigo sistema colonial, trouxe à tona divergências consideráveis. Segundo Edelberto Torres-Rivas, *grosso modo*, as diferenças entre conservadores e liberais giravam em torno da identificação dos primeiros com o colonialismo da Metrópole, conservador e católico, em descompasso com a admiração dos liberais pela Revolução Francesa e pelo modelo político norte-americano. Para um estudo mais pormenorizado: TORRES-RIVAS, Edelberto. *Revoluciones sin cambios revolucionarios*. Guatemala: F&G Editores, 2011; QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder y sus ámbitos sociales*. Binghamton University, 1999.

¹⁸⁹TORRES-RIVAS. *op.cit.* p. 54.

dependente ao capital externo e aos ciclos de auge e crise internacionais. Internamente, os investimentos externos também foram fundamentais para as questões de infraestrutura, com o capital estrangeiro controlando a construção e a administração de ferrovias e portos, sobretudo na Costa Rica, em Honduras e na Guatemala, como veremos mais adiante.

O crescimento econômico propiciado dinamizou as forças produtivas e as relações econômicas. Já no caminhar do século XX, os grandes cafeicultores da região, núcleo duro da oligarquia, se dividiam ou controlavam ao mesmo tempo não só a plantação/colheita do café, mas também, sua etapa agora agroindustrial de processamento e beneficiamento do grão. Este incipiente processo de industrialização foi acompanhado pela diversificação do setor manufatureiro, crescimento demográfico, urbanização, aumento dos níveis de escolaridade e expansão da burocracia pública, promovendo uma ascensão de setores médios.

O primeiro grande desafio imposto ao poder oligárquico foram os dramáticos efeitos da crise de 1929 sobre as exportações e seu prolongamento pela década seguinte. Posteriormente, já com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial a partir de 1939, o processo de diversificação econômica se aprofundou com a política de substituição de importações, dinamizando a produção interna e abrindo possibilidades de expansão econômica sobre novas bases que não o café. Além disso, o discurso antifascista e a posterior derrota do Eixo alimentaram as lutas populares, encabeçadas por líderes oriundos da classe média urbana, por mais representatividade no poder e por espaços mais democráticos.

Como nos alerta Torres-Rivas, incapaz de ampliar ou garantir a representatividade política de outros setores da sociedade, criando uma base consensual em uma comunidade não mais dividida entre senhores da terra e camponeses, o Estado liberal e sua ordem entraram em crise¹⁹⁰.

O fim do conflito mundial e a vitória das forças aliadas consolidaram a democracia como sistema político a ser seguido. As contradições internas e externas impulsionaram a crise política da ordem oligárquica, afetando as instituições do Estado e os interesses de sua classe dirigente. Neste cenário, levantes populares notadamente urbanos derrubaram as ditaduras militares em El Salvador (1944), na Guatemala (1944) e Honduras (1948),

¹⁹⁰ TORRES RIVAS. *op.cit.* p.60.

desafiaram pela primeira vez o regime de Somoza na Nicarágua (1945) e promoveram uma breve guerra civil na Costa Rica (1948).¹⁹¹

Dentre tais países, a Guatemala foi o lugar em que o poder oligárquico foi mais desafiado em suas bases estruturais: a propriedade da terra e as relações laborais. Se a princípio as mudanças giraram em torno da afirmação de uma democracia política, baseada no voto universal¹⁹² e no sistema partidário, no decorrer do processo, mudanças profundas foram convocadas a transformar a sociedade guatemalteca, ainda que sua trajetória histórica não tenha alcançado maturidade com a precoce ruptura, em 1954.

O movimento que derrubou a ditadura de mais de 13 anos do general Jorge Ubico e impediu a ascensão ao poder de seu sucessor, Ponce Vaides, foi resultado da mobilização de setores médios urbanos que uniu estudantes, intelectuais e trabalhadores a uma parte dos oficiais do Exército. As insatisfações tomaram corpo e uma forma coletiva em junho de 1944, exigindo maior abertura política e demandas específicas, como autonomia da Universidade de São Carlos da Guatemala (USAC). A repressão descabida e a intransigência do governo precipitaram a renúncia de Ubico e a tomada do poder por uma junta militar em 20 de outubro. Tal fato assegurou a convocação de eleições presidenciais e uma nova Constituinte.

Os agentes do processo não tardaram a se autodenominarem revolucionários. Autores importantes que analisam o período também qualificam as mudanças empreendidas entre 1944-1954 como uma revolução política e social. Primeiro, porque tomou o poder inaugurando um novo projeto (democrático) que redefiniu o Estado e levou à bancarrota a antiga forma estatal (o Estado liberal). Segundo, porque atacou a subjetividade oligárquica, seus alicerces de poder e suas formas de dominação social¹⁹³

¹⁹¹ Para uma análise fundamental sobre o incipiente processo de democratização vivenciado por diversos países da América Latina no pós-guerra e seu retrocesso com o início das tensões da Guerra Fria, ver: BETHELL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian (orgs.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

¹⁹² Obrigatório, secreto para os homens alfabetizados, público para os homens analfabetos e optativo para as mulheres alfabetizadas.

¹⁹³ BORGES, Alfredo. Apuntes para una interpretación de la revolución guatemalteca y su derrota. In: *Anuario de Estudios Centroamericanos*. San José: Universidad de Costa Rica, vol. 14, N° 2, 1988, pp. 109-120; CARRERA, Eduardo. *La revolución de Octubre, 10 años de lucha por la democracia en Guatemala 1944-54*. Guatemala: CEUR-Comisión de Conmemoración Revolución, 1994; VISQUERRA, Sergio Tischler. *Guatemala 1944: Crisis y Revolución - Ocaso y quiebre de una forma estatal*. 2ª Ed. Cidade da Guatemala: F&G Editores, 2009.

Os anos democráticos e o golpe de 1954

A nova Constituição foi um catalisador do projeto democrático em gestação, estipulando uma legislação sem parâmetros, até então, na história do país. Aprovada em março de 1945, reconhecia a propriedade privada, mas a limitava por sua função social, autorizando a expropriação em caso de utilidade pública ou interesse social. Limitava as concessões público-administrativas aos investimentos estrangeiros no país e previa a formulação posterior de leis ordinárias que assegurassem direitos trabalhistas como: salário mínimo, férias remuneradas, livre sindicalização, trabalho feminino e infantil, etc. Pela primeira vez, autorizava os cidadãos a se organizarem em partidos políticos, adotando o sistema proporcional de representação, além de declarar a independência dos três poderes¹⁹⁴.

Neste contexto, o novo governo eleito, chefiado pelo professor Juan José Arévalo, procurou expandir a segurança social e a proteção dos trabalhadores, além de universalizar a educação primária e conceder autonomia à Universidade de São Carlos.

O Código do Trabalho, aprovado em 1947, colocou em prática a ideia de justiça social mediada pelo Estado, com a criação do Ministério do Trabalho. Além disso, garantia o direito sindical e de greve (em estabelecimentos rurais com mais de 500 trabalhadores ou mais de 1000 empregados urbanos), limitava a jornada de trabalho semanal em 48h, regulamentando o trabalho infantil e feminino e estipulando normas de segurança e salubridade no ambiente laboral¹⁹⁵. Por outro lado, como ressalta Greg Grandin, ainda que atendesse a reivindicações históricas dos trabalhadores, seu caráter moderado era visível perante a debilidade do próprio Ministério do Trabalho em atender as demandas trabalhistas conflituosas por todo país (GRANDIN, 2004, p. 26-27).

A administração de Arévalo ainda conseguiu aprovar duas leis fundamentais sobre a questão agrária: a de Titulação Suplementar que versava sobre títulos de propriedade, cedendo as terras do governo aos camponeses que nelas viviam por mais de 10 anos e a Lei de Arrendamento Forçado, uma clara tentativa de conter o arbítrio dos grandes latifundiários em relação aos camponeses, impondo regras ao arrendamento agrícola.

Foi com a posse de Jacobo Arbenz, figura de proa da junta militar que tomou o poder em outubro de 1944, entretanto, que a estrutura agrária e seu viés oligárquico

¹⁹⁴LAGUARDIA, Jorge M. García. *Breve historia constitucional de Guatemala*. Guatemala, USCG, 2010.

¹⁹⁵BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel. A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 98-99.

seriam mais precisamente atacados. O Decreto nº 900 de 17 de junho de 1952, instituiu a reforma agrária, concedendo um caráter de posse em usufruto vitalício às terras concedidas aos camponeses. A nova Lei expropriou terras públicas e fazendas com mais de 200 hectares não cultivados, em benefício dos trabalhadores rurais locais.

O programa de governo de Arbenz previa ainda o direcionamento de investimentos do Estado para o setor de infraestrutura, com a construção de uma rodovia e de um novo porto na costa do Atlântico, além de uma hidroelétrica. Tal setor era controlado pelo capital estrangeiro. A *United Fruit Company* e suas subsidiárias controlavam a malha ferroviária do país e seu único porto. Já a geração e distribuição de energia eram monopolizadas pela *Electric Bond and Share Co.* Ambas eram grandes latifundiárias e, no caso da *United Fruit*, $\frac{3}{4}$ de suas terras foram desapropriadas pela reforma agrária.

Ao propor um novo projeto político para o país e implementar medidas que procuravam modernizar a Guatemala sobre novas bases - atacando as relações laborais colonialistas, o grande latifúndio e seu caráter estritamente agroexportador, incentivando a pequena propriedade através da reforma agrária, a produção e o consumo internos -; os governos democráticos pós-1944 geraram inimigos irreconciliáveis perante aqueles que lucravam com a velha ordem e viam significado em sua hierarquia e autoridade¹⁹⁶.

Se em 1944 uma ampla frente multiclassista, formada majoritariamente por setores da classe média, se reuniu para derrubar a ditadura de Jorge Ubico, no início dos anos 1950 e do mandato de Arbenz, tais forças políticas começaram a se dividir em torno do projeto democrático que, para muitos, se radicalizava demasiadamente. O discurso anticomunista unificou os setores de oposição paulatinamente, formando uma frente golpista e contra-revolucionária, “*sinonimo de antiarbencismo y contraria a toda medida democrática*”¹⁹⁷. O papel da Igreja Católica foi decisivo para legitimar tal discurso neste momento, consolidando o consenso em torno da “ameaça vermelha” dentro do governo. Personificado na figura do Arcebispo Mariano Rossell y Arellano, o discurso religioso esbravejava sobre o perigo de que as mudanças levadas a cabo pelo governo acabariam subvertendo as relações hierárquicas, tão necessárias ao bem-estar dos guatemaltecos e à coesão da sociedade como um todo. Atacando a secularização do Estado, insistia na influência benéfica do catolicismo na pacificação da sociedade guatemalteca, desde os tempos da colonização, dando significado as hierarquias instituídas: “À sombra da cruz

¹⁹⁶GRANDIN. *op.cit.* p. 35.

¹⁹⁷ *Idem.* p.85.

de Cristo, forjou-se o caráter moderado dos nossos ancestrais, a quem devemos o que há de nobre e generoso em nossas classes superiores e o que há de paciente e abnegado nas classes populares”¹⁹⁸.

A notória aproximação do presidente com os comunistas, reunidos dentro do Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT), serviu de subterfúgio inicial. Os comunistas apoiavam o projeto democrático, uma vez que, o mesmo ia ao encontro de suas posições diante da necessidade de se complementar a transição rumo ao desenvolvimento capitalista, como uma etapa de consolidação para as condições necessárias a revolução socialista.

Desafiados em seus interesses econômicos a política externa norte-americana não tardou a apoiar o coro contra Arbenz. O Departamento de Estado e a agência de inteligência (CIA), que possuíam figuras importantes com fortes ligações com a *United Fruit*, souberam utilizar os setores sociais descontentes, aglutinando-os através do discurso anticomunista, para legitimar a intervenção militar na Guatemala, dentro e fora do país. Os irmãos John Foster e Allen Dulles, respectivamente, secretário de Estado e diretor da CIA, eram sócios do escritório de advocacia cujo um dos principais clientes era uma das subsidiárias da *United Fruit* na Guatemala, a *International Railways of Central America*. John Moors Cabot, secretário de Estado para Assuntos Interamericanos, também possuía relações com a esta multinacional.¹⁹⁹

Em relatório de inteligência de 5 de março de 1953, o Departamento de Estado avaliava os efeitos da reforma agrária do país, diluindo desapropriação do capital privado internacional e ameaça da influência vermelha no caldo do anticomunismo vigente:

A adoção, em 17 de junho de 1952, de um amplo programa de reforma agrária denuncia significativas mudanças políticas, econômicas e sociológicas na Guatemala. (...) As forças administrativas usarão a lei, quase que certamente, para eliminar todo o controle que as grandes classes latifundiárias conservadoras exercem sobre os trabalhadores rurais. Com a assistência dos comunistas, que aproveitarão a oportunidade para estender a sua influência sobre as classes rurais, deverá resultar um apoio mais forte para o governo. (...) Os empreendimentos agrícolas estrangeiros, especialmente a *United Fruit Company*, provavelmente terão suas propriedades não cultivadas desapropriadas, uma vez que elas parecem não ter nenhuma proteção especial sob suas concessões de operação. (...) Existe uma forte possibilidade de que uma aceleração rápida demais do programa agrário, juntamente com a crescente força e influência comunista, possa

¹⁹⁸GRANDIN. *op.cit.* p. 46-47.

¹⁹⁹ Para maiores informações ver BANDEIRA. *op.cit.*

levar a uma violência difícil de ser contida pela administração de Arbenz²⁰⁰.

Na mesma época, Spruille Braden, ex-Embaixador dos Estados Unidos na Colômbia, Argentina e Cuba, conselheiro de relações públicas da *United Fruit*, discursa contra a suposta omissão da administração Eisenhower em relação à Guatemala, solicitando abertamente a intervenção norte-americana no país para deter o comunismo. Neste contexto, Eisenhower aprovou o início do treinamento de tropas mercenárias em Honduras e na Nicarágua, lideradas pelo coronel Carlos Castillo Armas, com o objetivo de invadirem o país no momento certo. Em 1954, a X Conferência Interamericana Extraordinária, realizada em Caracas, aprovou a resolução contra a ameaça comunista, apoiando a intervenção sob o argumento de medida de segurança diante das possíveis conseqüências que a infiltração comunista na Guatemala trouxesse ao continente americano.²⁰¹ Quando em maio de 1954 foi descoberto o envio de armas da Tcheco-Eslováquia à *Puerto Barrios*, a separação dos interesses econômicos na intervenção foi concretizada, assim como a estratégia de aproximar o governo Arbenz ao comunismo internacional. Mesclando operações abertas e fechadas, a Operação Êxito²⁰², orquestrada pela CIA, atingiu seu objetivo em 27 de junho de 1954, quando Jacobo Arbenz, sem apoio militar e diante da invasão de tropas lideradas pelo coronel Carlos Castillo Armas, renunciou à presidência.

O golpe significou um marco para o desenrolar da Guerra Fria na América Latina, sendo o país o primeiro a sofrer intervenção norte-americana durante o período. As estratégias políticas e militares para derrubar um governo eleito democraticamente, assim como o financiamento posterior para a formação de aparatos repressivos utilizados na Guatemala, serviram de exemplo para o dramático avanço do arbítrio pelo continente.

Os movimentos de esquerda e seus projetos revolucionários também foram influenciados pela ruptura do projeto democrático guatemalteco. Símbolo maior das esquerdas latino-americanas, Ernesto Che Guevara, estava presente no país quando a

²⁰⁰AREYBE, Luis Fernando. Estados Unidos e América Latina: A construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.p. 108-109).

²⁰¹ Segundo o Luiz Alberto Moniz Bandeira, alimentada por informações da CIA, a imprensa norte-americana passou a difundir a imagem de uma Guatemala aliada à URSS, servindo de “cabeça-de-ponte” para os interesses comunistas de penetrar no continente americano e, devido a localização estratégica do país, ameaçar o Canal do Panamá e a política hemisférica como um todo. *Idem, ibidem*.

²⁰² Para uma análise profunda da Operação, também chamada como PBSUCCESS, ver dissertação de mestrado de Coelho (2012).

campanha para a derrubada de Arbenz se intensificou. Após o golpe, passou a repetir, reiteradas vezes, que “Cuba não seria outra Guatemala”²⁰³.

Em um país onde a opção autoritária foi sempre uma saída muito concreta, o golpe foi uma alternativa sempre plausível para as elites guatemaltecas, ainda mais em um contexto onde seus interesses foram tão estruturalmente desafiados. A aliança dos mesmos com os do capital estrangeiro, sobretudo norte-americano, se fortaleceu no discurso anticomunista construindo um consenso de que Arbenz tinha que ser deposto. Entretanto, as esperanças de que um projeto democrático era possível acabou permeando o imaginário guatemalteco nas décadas seguintes. Como bem traduziu Luis Cardoza y Aragón, um dos mais famosos escritores nacionais, os anos democráticos, entre 1944-1954, foram “*años de primavera en el país de la eterna tiranía*”.²⁰⁴

Considerações Finais

Para a sociedade guatemalteca, o fim do governo de Arbenz e do processo iniciado com a Revolução de Outubro em 1944, representou um paradoxo: ao mesmo tempo em que sepultou o Estado liberal como forma estatal, viu ressurgir a repressão social e política. Nos anos subsequentes, principalmente a partir da década de 1960, o sistema constitucional e a alternância de poder foram mantidos, forjados por eleições fraudulentas onde o Ministro da Defesa de turno era sempre eleito. O crescimento econômico prolongou-se por quase duas décadas, oferecendo progresso e bem-estar para poucos. A autocrítica formulada dentro do próprio PGT,²⁰⁵ por ter apoiado um projeto reformista num país extremamente oligárquico, aliada aos efeitos perversos da ampliação da desigualdade social e da restrição progressiva dos espaços políticos culminaram na ascensão dos primeiros grupos insurgentes, no início dos anos 1960. O aparelhamento de estruturas de repressão social e política do Estado, promoveu um conflito armado interno que durou quase quatro décadas.

Neste sentido, em um país onde tal conflito resultou em política de Estado que assassinou e/ou desapareceu com cerca de 200 mil pessoas, onde a transição política foi resultado de um projeto militar de perpetuação da influência do Exército e de seus

²⁰³ BANDEIRA. *op.cit.*, p.121.

²⁰⁴ CARDOZA Y ARAGÓN, Luis. *La Revolución Guatemalteca*. Cidade da Guatemala: Editora del Pensativo, 2004. p.45.

²⁰⁵ Como afirmou Alfonso Bauer Paiz, ex-ministro do Trabalho, membro do PGT: “A confluência de interesses do Departamento de Estado norte-americano, das elites econômicas locais e dos monopólios estrangeiros, sobretudo da United Fruit Company, jamais permitiria o amadurecimento de reformas como as empreendidas pela Revolução de Outubro.” GRANDIN. *op.cit.* p.78.

aparelhos de repressão em meados da década de 1985, onde graves conflitos étnicos e agrários não foram solucionados mesmos após o processo de pacificação, onde o processo eleitoral é extremamente passível de fraudes, pensar os anos democráticos e sua ruptura em 1954, é pensar em uma agenda democrática ainda pendente para o país.

Bibliografia

AREYBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: A construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel. A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BHELL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian (orgs.). *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BORGES, Alfredo. “Apuntes para una interpretación de la revolución guatemalteca y su derrota”. In: *Anuario de Estudios Centroamericanos*. San José: Universidad de Costa Rica, vol. 14, N° 2, 1988, pp. 109-120.

CARRERA, Eduardo. *La revolución de Octubre, 10 años de lucha por la democracia en Guatemala 1944-54*. Guatemala: CEUR-Comisión de Conmemoración Revolución, 1994.

COELHO, Anelise. S. F. *PBSuccess: a intervenção secreta da CIA na Guatemala e seus impactos em um contexto de Guerra Fria*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GRANDIN, Greg. *A Revolução Guatemalteca*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

IBARRA, Carlos Figueroa. *El recurso del miedo: Estado y terror en Guatemala*. Guatemala: F&G Editores, 2011.

LAGUARDIA, Jorge M. García. *Breve historia constitucional de Guatemala*. Guatemala, USCG, 2010.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder y sus ámbitos sociales*. Binghamton University, 1999.

TORRES-RIVAS, Edelberto. *Revoluciones sin cambios revolucionarios*. Guatemala: F&G Editores, 2011

VISQUERRA, Sergio Tischler. *Guatemala 1944: Crisis y Revolución - Ocaso y quiebre de una forma estatal*. 2ª Ed. Cidade da Guatemala: F&G Editores, 2009.

Intelectuais e imprensa

Imprensa e política: o governo Goulart nas páginas do *Correio da Manhã* (1961-1964)

Renato Pereira da Silva²⁰⁶

Introdução

Nos primeiros anos da década de 1960, o Brasil viveu um momento de intensa efervescência política. O desejo por mudanças permeava o campo político, social e cultural da sociedade brasileira. Foram anos intensos na vida política republicana brasileira, marcados, sobretudo, pelo protagonismo dos movimentos populares.

Eram tempos de guerra fria, contexto histórico marcado pela polarização ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética. As duas superpotências não mediam esforços para empenhar todos os recursos no sentido de evidenciar as contradições existentes em escala mundial em torno de seus interesses. Foi um contexto em que as imagens do ideário “ocidental e cristão” se sentiam ameaçadas com a projeção das ideias comunistas. Grupos e instituições seguidores da visão de mundo ocidental se sentiam cada vez mais preocupados com o “perigo comunista”,²⁰⁷ que se afigurava com maior grau desde a revolução cubana, em 1959, e, principalmente, com sua respectiva opção por um governo socialista, em 1961. No entanto, para as esquerdas – nacionalistas, reformistas e revolucionárias –, sobretudo da América Latina, era uma alternativa para novos tempos enquanto para as direitas era uma ameaça potencial não só ao mundo “ocidental e cristão” como ao seu *status quo*.²⁰⁸

Não só a revolução cubana acenava como alternativa, como outros movimentos semelhantes. A revolução argelina, em 1962, o processo de independência da África negra e do mundo árabe e muçulmano, a luta revolucionária do Vietnã, retomada nos anos 1960, entre outros, configuraram-se como esperança aos movimentos de cunho nacionalista que

²⁰⁶Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Bolsista da CAPES.

²⁰⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

²⁰⁸ Ao longo do trabalho adotarei as categorias clássicas de direita, centro e esquerda. Por direita, entenderei como forças conservadoras e contrárias a mudanças e sempre dispostas a manter seus privilégios. Centristas serão as tendências da moderação e da conciliação, pois de acordo com as circunstâncias, podem ser favoráveis a reformas, desde que dentro da lei e da ordem, ou podem apoiar soluções de força para impedir as reformas. Quanto à esquerda, entenderei como forças favoráveis às mudanças em nome da justiça e do progresso sociais. As categorias serão empregadas no plural por entender a diversidade de posições, lideranças e forças, passando das mais moderadas às mais radicais. Cf. BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

se despontavam na América Latina, em especial no Brasil.²⁰⁹ Os referidos movimentos constituíam-se como processos históricos que incendiavam as imaginações e as utopias, juntamente com a fermentação ideológica. Pareciam reforçar e estimular a ideia de revolução que ganhava sentidos e tonalidades fortes no início dos anos 1960. Entretanto, a ressonância e o impacto do movimento revolucionário cubano não só permeou o imaginário de todas as esquerdas e grupos nacionalistas brasileiros, como tirou o sono dos Estados Unidos e dos grupos conservadores.

É diante desse contexto internacional que se abriu uma conjuntura de grandes lutas sociais, até então, inéditas na história republicana brasileira. Era hora de reconhecer e praticar os direitos de cidadania com voz, voto, opinião e decisão. Entre 1961 e 1964, os movimentos sociais conheceram um significativo crescimento e, conseqüentemente, a ampliação da participação popular no processo político detonou um conjunto de demandas sociais e pressões reivindicatórias no meio urbano e no campo. Em contrapartida, os setores mais conservadores da sociedade, temendo o avanço dos movimentos populares, reagiram para conter as reformas projetadas pelo presidente João Goulart. O processo de crescente polarização da sociedade não se limitou mais ao Parlamento, ultrapassou a esfera institucional para impedir ou defender mudanças estruturais para o país. Grupos de orientação política oposta se enfrentaram em alguns dos embates mais emblemáticos da nossa história política. Nesse cenário, os atores políticos foram fazendo suas escolhas dentro de um determinado campo de possibilidades que acabaram por minar oportunidades de acordo e fragilizaram as instituições liberal-democráticas.²¹⁰

Desse modo, cabe uma pergunta: como a imprensa se comportou, especialmente o jornal *Correio da Manhã*, na conjuntura explosiva dos anos 1960? Qual foi o papel político do diário carioca? Analisar a trajetória do *Correio da Manhã* no pré-1964 poderá ser um fio condutor para compreender sua atuação nos idos de março de 1964. No entanto, marco inaugural desse processo histórico foi a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961.

²⁰⁹ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar Editor, 2005. p. 17.

²¹⁰Cf. FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

Um baluarte na defesa da legalidade

O *Correio da Manhã* se caracterizou ao longo da sua existência por ser um jornal de opinião, oposição e combate a governos e medidas que considerasse como violações à legalidade. Essas características assinalavam a chamada “ortografia” do matutino carioca.²¹¹ O diário seguia uma orientação política liberal, mas diferente de outros jornais repudiava medidas extremistas tanto à direita quanto à esquerda, caracterizando-se como um ferrenho defensor da legalidade.

A atuação política do diário carioca tinha como referencial os seus editoriais. Nos depoimentos de Carlos Heitor Cony e Luís Alberto Bahia, fica notório o reconhecimento de que o editorial era o forte do jornal.²¹² Segundo Bahia, a estrutura do *Correio da Manhã* seguia o modelo francês em que o cargo de redator-chefe equivalia ao de ministro, em função das atividades que desempenhava no jornal. O redator-chefe lia tudo de importante todos os dias, instruía, estimulava e até pautava, enfim, tinha o comando dos editoriais que influíam o jornal. De acordo com a avaliação de Marialva Barbosa, esse processo pode ser compreendido como uma lógica discursiva que é determinada pela necessidade dos veículos de comunicação de afirmarem suas concepções e legitimarem sua identidade, na qual se sobressai a imagem de formador de opiniões.²¹³ Podemos compreender que a imprensa em todo momento busca espaços privilegiados não só para manifestar como para ser a detentora da opinião pública.

Na conjuntura explosiva do início dos anos 1960, o *Correio da Manhã* passou a ser entre os jornais da grande imprensa brasileira um porta-voz do discurso da legalidade. Embora não fosse janguista, tampouco defensor da política trabalhista de João Goulart, apoiou a sua posse em meio à crise da renúncia de Jânio Quadros, contra uma tentativa golpista dos ministros militares Odílio Denys (Guerra), Sílvio Heck (Marinha) e Grun Möss (Aeronáutica).²¹⁴ Enquanto parte da imprensa, como o jornal paulista *Estado de S. Paulo* e os cariocas *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, refletindo a posição da cúpula militar

²¹¹ Cf. ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. Ver também LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã*. In: ABREU, Alzira A. et. al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. 2ª ed. RJ: Editora FGV, 2002.

²¹² PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã – compromisso com a verdade*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001. (Caderno de Comunicação: Série Memória). p. 42. Ver também, ANDRADE, op. cit., p. 102.

²¹³ Cf. BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

²¹⁴ Cf. LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: editora brasiliense, 1986.

e da UDN, manifestava-se contra a posse de Goulart,²¹⁵ o *Correio da Manhã*, entre outros, não abria mão da manutenção da democracia representativa e do respeito à legalidade. Com um editorial de primeira página intitulado “EM DEFESA DA LEGALIDADE”, o diário defendia sua posição da seguinte forma:

Conforme a letra da Constituição, o sr. Mazzilli assumiu interinamente a Presidência da República, aguardando-se a chegada do primeiro substituto legal para este ser empossado. É o sr. João Goulart. (...) Temos sempre manifestado as necessárias reservas quanto à personalidade do novo presidente da República. Mas o fato é que ele agora o presidente da República. (...) A posse do sr. João Goulart, isto é a legalidade. (...).²¹⁶

O jornal carioca não titubeou em denunciar as medidas coercitivas e inconstitucionais utilizadas na crise de agosto de 1961, como prisões, espancamentos e, principalmente, a censura e a apreensão dos jornais por Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara. Na concepção do jornal carioca, Lacerda era considerado como um “REI SEM LEI”,²¹⁷ e explicava aos seus leitores que:

Na noite de sábado para domingo entraram na redação deste jornal, assim como nas redações de outros jornais do Estado da Guanabara, agentes da Polícia. (...) Agiram como censores. (...) Não admitimos esse crime. De maneira nenhuma. Nem na noite de sábado para domingo nem em qualquer outra noite. (...) Os responsáveis imediatos daquele crime são policiais que entraram em nossa casa sem serem convidados. (...) Importa quem mentiu para justificar a violência. Esse responsável no mais alto grau é o sr. Carlos Lacerda, precariamente eleito governador do Estado da Guanabara e automeado ditador desta desgraçada cidade.²¹⁸

O *Correio da Manhã* apoiou a solução de compromisso que envolvia a adoção do parlamentarismo, endossando as justificativas de que as mudanças no jogo político atendiam às necessidades de uma solução negociada para se evitar uma guerra civil. Para

²¹⁵ No estado de São Paulo, a renúncia de Jânio Quadros dividiu parte da imprensa paulista. Enquanto o *Estado de S. Paulo* repudiava a posse de João Goulart, a *Folha de S. Paulo* optou por respeitar a legalidade naquele momento. Cf. PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012. p. 146. No estado da Guanabara, os jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* foram contra a posse do vice-presidente, mas o *Jornal do Brasil* defendeu a manutenção da democracia representativa, bem como o *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *A Noite*, *O Jornal*, *Última Hora*, além do *Correio da Manhã*. Ver ABREU, Alzira Alves de. Op. cit., p. 111-113.

²¹⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27/08/1961. 1º caderno, p. 1.

²¹⁷ Título do editorial do *Correio da Manhã*, em 29 de agosto de 1961. p. 6.

²¹⁸ *Idem*.

o diário carioca, a hora de definição havia chegado: a posse de Goulart deveria ser concretizada, seja com a emenda parlamentarista ou não. Segundo o matutino carioca,

A crise política está encerrada. O sr. João Goulart encontra-se em território nacional. Queiram ou não, o sr. João Goulart é o presidente da República. Todo o país o reconhece, com ou sem parlamentarismo. (...) Com ou sem posse, já é o presidente. Todos cumpriram com seu dever, menos alguns chefes militares.²¹⁹

O posicionamento do *Correio da Manhã*, portanto, refletia o desejo de vários segmentos da sociedade brasileira naquele momento. Em todos os recantos do país, vozes das classes sindicais, estudantis e liberais se pronunciaram contra os grupos reacionários.²²⁰ A tentativa de golpe foi rechaçada por quase todos os setores da sociedade brasileira, tendo o jornal *Correio da Manhã* como um dos principais baluartes da manutenção da democracia representativa.

O *Correio da Manhã* e a reforma agrária

Durante o governo Goulart, as reformas de base ocuparam o centro da agenda política do país, sendo a reforma agrária a principal delas.²²¹ O *Correio da Manhã* desde o início defendeu as reformas, especialmente a agrária. No entanto, diferentemente das esquerdas, defendia mudanças no campo dentro da legalidade e condenava ações que legitimassem o slogan “reformas na lei ou na marra”. Ainda em meio à crise da renúncia de Jânio Quadros, o diário carioca se posicionava da seguinte forma num editorial intitulado como “AS CIDADES E AS SERRAS” quanto à questão:

(...) Se há perigo comunista no Brasil, certamente seu lugar mais característico não deve ser procurado nas cidades. (...) No Brasil, o lugar do perigo (...) Está no interior do país, onde a miopia – para não dizer: a cegueira – pretende manter condições de vida anteriores ao século XVIII. Os latifundiários que combatem o comunismo, na verdade não são anticomunistas, mas são os grandes aliados do movimento subversivo.²²²

²¹⁹ *Correio da Manhã*, 02/09/1961. 1º caderno, p. 1.

²²⁰ VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. pp. 311-312.

²²¹ A reforma agrária era o carro-chefe das reformas, mas havia também a bancária, fiscal, administrativa, urbana, universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e aos subalternos das Forças Armadas e a legalização do PCB.

²²² *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25/08/1961. 1º caderno, p. 6.

Para o diário carioca, a ameaça comunista estava no campo, onde o perigo iminente da difusão do comunismo era maior do que nas cidades. De fato, o período compreendido entre 1940 e 1960 imprimia o surgimento de força de mobilização dos trabalhadores rurais, como as Ligas Camponesas. A preocupação do *Correio da Manhã* não era contra as reivindicações dos camponeses, tampouco com a exploração, os desmandos dos grandes proprietários e as constantes expulsões, mas com o tom inflamado que as Ligas emitiam em seus discursos, defendendo a reforma agrária de forma radical e sem base institucional.

João Goulart, embora tenha iniciado seu governo com poderes limitados, buscou compor alianças entre o PSD e o PTB para colocar em prática as reformas de base, sobretudo a reforma agrária, via Congresso Nacional. Entretanto, somente com o retorno do presidencialismo, em janeiro de 1963, o governo tomou as primeiras ações voltadas para o campo, como o Estatuto do Trabalhador Rural e a proposta de emenda constitucional. O Estatuto do Trabalhador Rural era um código legal que concedia aos trabalhadores rurais direitos semelhantes aos que a legislação trabalhista conferia aos trabalhadores urbanos. Após a aprovação do estatuto, a posição do *Correio da Manhã* foi a seguinte:

O início da sindicalização rural e o Estatuto do Trabalhador Rural – a Lei Fernando Ferrari – foram os primeiros passos para conseguir-se nos campos a mesma pacificação social que já demonstrou sua viabilidade na indústria, nas cidades. (...) A Lei Fernando Ferrari significa a intervenção em favor da igualdade de trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais.²²³

Com efeito, a emenda constitucional gerou implicações mais complexas, que, em última instância, acabaram inviabilizando a reforma agrária proposta pelo governo. O ponto que criou grande celeuma na proposta e provocou reações contrárias dos partidos conservadores, tornando-se foco das negociações foi a indenização das terras desapropriadas com títulos da dívida pública sujeitos a uma correção monetária. A Constituição de 1946 estipulava a possibilidade de desapropriação por interesse social, mas condicionada a aplicação do dispositivo à indenização prévia em dinheiro. O governo argumentava que não havia condições financeiras suficientes para a realização de uma reforma agrária necessária. Desse modo, não só o governo como alguns políticos

²²³*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 01/05/1963. p. 6.

moderados defendiam a necessidade de alterar a Carta Magna para viabilizar a reforma agrária.

A UDN, principal partido de oposição ao governo, defendia a reforma agrária, mas a questão dividiu os grupos dentro do partido.²²⁴ A polêmica não era em relação à necessidade da reforma em si, mas o que se entendia por ela, ou seja, a UDN temia a possibilidade de reforçar os poderes do presidente Goulart e da ampliação das bases das esquerdas, representada pela aliança parlamentar pela aliança parlamentar PTB-PSD com o apoio da CGT, do movimento estudantil e de setores progressistas da Igreja.²²⁵

Durante todo o período em que a emenda constitucional esteve em discussão no Congresso Nacional, no entanto, prevaleceram a intransigência e a radicalização dos partidos de direita e esquerda. Uma saída negociada era praticamente impossível, o impasse sobre a questão foi uma constante. Mesmo o PSD, partido conservador, mas de tom moderado, não conteve suas alas rebeldes e aproximou-se da UDN, principalmente a partir da desconfiança em relação ao governo, aliada a atitude radical do PTB, que pressionava Goulart a abandonar sua estratégia de negociar as reformas, sobretudo a agrária, de forma pactuada no Congresso, tendo os pessedistas como aliados.²²⁶ Enquanto a UDN, liderada por Carlos Lacerda, e parte do PSD rejeitavam qualquer mudança constitucional, as esquerdas, especialmente a ala mais radical do PTB, liderada por Leonel Brizola, não abriam mão do pagamento em títulos da dívida pública. Em meio ao impasse criado, a emenda constitucional foi derrotada na comissão parlamentar responsável para apreciá-la.

O *Correio da Manhã* expressava da seguinte forma a oportunidade perdida para alterar a estrutura agrária no Brasil:

A Comissão Especial da Câmara rejeitou por 7 contra 4 votos, o parecer do relator, do PDC, sobre o projeto da reforma agrária. Querem sepultá-la. (...) A questão agrária é o problema fundamental do país. Este Brasil não pode crescer e prosperar, enquanto 30 milhões de seus habitantes viverem às margens do regime capitalista em vigor: enquanto vegetam na miséria típica dos acampamentos feudais. (...) Essa demagogia dos dois lados só prospera por falta de verdadeira liderança da nação: pelo clima de

²²⁴ BENEVIDES, Maria Vitoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981. p. 189.

²²⁵ *Idem.* p. 189.

²²⁶ HIPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. p. 285.

indefinição, ambiguidade e mistificação em que se apraz o governo. Mas o país exige definição, clareza, atitudes.²²⁷

O *Correio da Manhã* não poupou críticas aos grupos políticos envolvidos, tampouco ao presidente. Naquela conjuntura, quando predominava a intransigência das partes, João Goulart encontrou dificuldades políticas para enviar um projeto de reforma agrária ao Congresso Nacional. Naquele momento, colocar em prática projetos reformistas cuja estratégia seria a negociação e o compromisso com a legalidade não era uma realidade política para grupos à direita ou à esquerda. Preocupado em construir alternativas para enfrentar o acirramento no meio rural, Goulart passou a sofrer ataques tanto da direita quanto da esquerda. Sem conseguir controlar a inflação e sem aprovar a reforma agrária, o governo começou a perder o rumo a partir do segundo semestre de 1963.

Repúdio ao radicalismo

O segundo semestre de 1963 foi marcado por um ambiente de graves crises políticas e com repercussões negativas no campo econômico. Aliada à insurreição dos sargentos, em setembro, e ao pedido de estado de sítio, em outubro, episódios ocorridos naquele ano, o país também passava por um processo de ondas grevistas, sendo que muitas vezes parte delas teve como pano de fundo motivações políticas, mas também como reflexo do aumento da inflação, refletindo no custo de vida. O índice elevado de paralisações não só se restringia às cidades, mas também contagiava o campo.²²⁸

Aquele período registrava a polarização da sociedade a favor ou contra as reformas. Os conflitos políticos não estavam mais sendo resolvidos de forma satisfatória dentro ou fora do Congresso Nacional. O quadro de agitação política fez com que o Legislativo ficasse imobilizado e incapaz de oferecer saídas para os impasses criados, dando a sensação de um confronto iminente entre os grupos radicais de esquerda e direita.²²⁹ De um lado, sob a liderança de Leonel Brizola através da Frente de Mobilização Popular, as principais organizações de esquerda não só lutavam pelas reformas de base, sobretudo a agrária, como pressionavam Goulart a abandonar sua estratégia de

²²⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15/05/1963. 1º caderno, p. 6.

²²⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 166.

²²⁹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986. p. 59.

implementar as reformas pactuadas via parlamento.²³⁰ De outro, tomava corpo um processo de condensação de várias correntes de oposição às reformas: grupos empresariais patrocinados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)²³¹ somados a maior parte da classe média e alguns setores das camadas populares. Formava-se uma corrente política anticomunista que se manifestou intensamente durante o governo Goulart.²³²

Enquanto a maior parte da imprensa divulgava notícias alarmantes sobre o risco de comunização do Brasil, insuflando um ambiente propício à radicalização política, principalmente a partir da formação da “A Rede da Democracia”, grupos jornalísticos como *O Globo*, *O Jornal* e o *Jornal do Brasil*,²³³ o *Correio da Manhã* defendia em seus editoriais que o maior problema do país era a crise econômica e que as reformas de base deveriam ser implementadas na “lei” e não na “marra” como defendiam as esquerdas radicais. Neste sentido, repudiava com contundências os discursos radicalizados oriundos tanto da extrema-esquerda quanto da extrema-direita. O jornal denunciava a existência de dois inimigos:

De um lado, a grave crise. De outro lado, os agitadores que caluniam o país no estrangeiro, com entrevistas antipatrióticas, e agitadores, que pretendem fazer ao governo ameaças pueris. (...) Não tínhamos a inquietação social, mui justificada, dos campos de Pernambuco. Mas os srs. Carlos Lacerda e Ademar de Barros resolveram inventá-las e explorá-las demagogicamente.

Com eles tornou-se impossível o diálogo. Mas esse diálogo é necessário entre os responsáveis – governo, classes produtoras, sindicatos, o povo.²³⁴

O jornal não poupa críticas aos governadores Carlos Lacerda (Guanabara) e Ademar de Barros (São Paulo), considerados como principais agentes da ala conservadora por incentivar o quadro de inquietação social, além de ressaltar a dificuldade de ambos no diálogo com o governo. Defendendo a manutenção da democracia representativa, o diário insistia no diálogo entre o governo, os empresários e os sindicatos. Podemos

²³⁰ FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: _____; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 547.

²³¹ Cf. DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: vozes, 1981.

²³² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *op. cit.*

²³³ Cf. CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Niterói: Editora da UFF, Editora NitPress, 2010.

²³⁴ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27/10/1963. 1º caderno, p. 6.

interpretar que o *Correio da Manhã*, em meio ao processo de polarização e radicalização política, defende a união da sociedade brasileira contra a crise econômica.

Entretanto, o ano que seria das reformas de base finalizava-se sem que elas tivessem dado passos importantes para a sua concretização. O ano de 1963 fechava-se com a deteriorização do campo econômico, principalmente com o descontrole inflacionário e político, com as dissensões entre os vários grupos políticos, tanto à esquerda quanto à direita. É nesse clima de incertezas que o ano de 1964 se iniciava. Contudo, o *Correio da Manhã*, seguindo sua orientação legalista, continuava condenando os grupos da esquerda e da direita que insistiam apenas em radicalizar o processo político, minando a ordem democrática. Com raras exceções, como no caso do jornal *Última Hora*, defensor da política trabalhista do presidente, e do próprio *Correio da Manhã*, a maior parte da imprensa imprimia um tom que oscilava entre a profunda desconfiança e a franca hostilidade em relação ao governo, afirmando que a causa de todos os males do país era a “comunicação” do Executivo federal.

Considerações finais

Não há a pretensão de contar a história do Brasil na conjuntura do início dos anos 1960, em que prevaleceu uma crescente polarização e radicalização política que acabariam culminando com a deposição do presidente João Goulart e com a própria experiência democrática que se delineava desde a Carta Constitucional de 1946, pela imprensa. Trata-se de uma história do papel político da imprensa nos rumos do país, especialmente do *Correio da Manhã* na crise política que desembocou com o golpe civil-militar de 1964. Seria ingênuo atribuir um protagonismo decisivo a jornais e jornalistas. No entanto, durante a experiência democrática (1945-1964) houve momentos em que a imprensa deixou suas marcas em diversos acontecimentos.

A imprensa se revela, assim, como um dos principais mananciais férteis para o conhecimento do passado, pois possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. A imprensa não só registra e comenta, mas, sobretudo, intervém e participa da história, e através dela se trava uma constante “batalha pela conquista de corações e mentes”.²³⁵ Ela não age apenas de forma neutra ou imparcial,

²³⁵ Citado em: CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

mas também como portadora de ideias e projetos. Recorrer ao jornal carioca *Correio da Manhã* é antes de mais considerá-lo um agente político naquela conjuntura.

Com efeito, caso a imprensa seja vista de longe, parecerá igual em termos de interesses, com a mesma visão de mundo e com a mesma ideologia.²³⁶ Contudo, um olhar mais próximo e cuidadoso pode evidenciar diferenças significativas dentro de uma redação, seja entre articulistas progressistas e conservadores, seja entre a direção e o corpo de profissionais que compõem um jornal. Enfim, pode nos permitir a identificação de nuances entre os veículos de imprensa. Analisar e compreender as metamorfoses, ambiguidades e ambivalências do jornal carioca na conjuntura explosiva do início dos anos 1960 podem possibilitar a repensar os embates políticos durante o período e visualizar as aproximações e divergências entre o *Correio da Manhã* e o governo Goulart.

Bibliografia

ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENEVIDES, Maria Vitoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Niterói: Editora da UFF, Editora NitPress, 2010.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: vozes, 1981.

²³⁶ PILAGALLO, Oscar. *op. cit.*, p. 11.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: _____; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

LABAKI, Amir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: editora brasiliense, 1986.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. In: ABREU, Alzira A. et. al. (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. 2ª ed. RJ: Editora FGV, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar Editor, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Fontes

Correio da Manhã

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Correio da Manhã – compromisso com a verdade*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2001. (Caderno de Comunicação: Série Memória).

1964 – o espectro que não veio: anticomunismo e ideologia nos editoriais de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*

Robson Leal Francisco²³⁷

“Os virtuosos não apenas são atormentados pelo mal, eles necessitam de sua presença”.

Michael Parent

Introdução

O presente texto se propõe a abordar o papel da grande imprensa liberal no contexto do golpe civil-militar de 1964. Tomaremos como exemplo os editoriais dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. O principal objetivo é problematizar as relações entre imprensa, política, ideologia e anticomunismo, assim como discutir os métodos e a relevância de tais periódicos no contexto dos eventos que culminaram no golpe civil-militar de 1964. A proposta é apresentar como principal problemática a forma como os editoriais dos jornais em questão justificavam a deposição de João Goulart, associando o governo trabalhista ao comunismo, à corrupção, à inflação e à desordem. Destacaremos, também, algumas contradições referentes aos próprios valores defendidos pelos mesmos periódicos. Sendo assim, buscaremos analisar como duas instituições jornalísticas de forte tradição liberal articulavam questões aparentemente opostas, como os pressupostos do liberalismo político e as vias extremas para se chegar ao poder.

Imprensa, política, ideologia e anticomunismo.

Mesmo não sendo um bloco monolítico de ideias, a imprensa nutre algumas matrizes e tradições históricas comuns. Buscaremos aqui analisar três dessas matrizes: a política, a ideológica e a anticomunista.

Ao falarmos de política, buscaremos apresentá-la como uma esfera de atuação dos agentes sociais históricos, que, por intermédio dos seus mais variados mecanismos, atuam em defesa de interesses específicos. Pensando o político como

²³⁷ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História na Universo.

ambiente privilegiado de racionalização de tais disputas²³⁸, tentaremos inserir o papel histórico da imprensa brasileira, especificamente, a grande imprensa de teor liberal.

Ao compreendermos o político como uma região de fronteiras quase intangíveis,²³⁹ tentaremos analisar as incursões da grande imprensa neste ambiente. Embora a imprensa, e os meios de comunicação em geral, não seja político por natureza, “pode tornar-se político em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas”.²⁴⁰

O discurso de imparcialidade dos jornais esforça-se em cristalizar a ideia da imprensa como fiscal dos governos e guardião da esfera de atuação do Estado e da opinião pública.²⁴¹ Por isso, cria-se uma ideia consensual, por parte dos representantes dos meios midiáticos, de uma imprensa quase científica. A partir daí a imprensa seria capaz de isolar o seu objeto de análise (o Estado, a política, a sociedade) e apenas transmitir para o leitor aquilo que já estaria posto.²⁴²

Durante o governo Goulart, a grande imprensa desempenhou um papel marcante nas decisões políticas. Grandes jornais, como *O Estado de S. Paulo* e o carioca *O Globo*, não se furtaram em opinar sobre os embates políticos e sociais do período citado. No caso específico do periódico carioca, este chegou mesmo a fazer parte de uma rede de rádio de forte atuação política e oposição ao Governo Federal. A chamada Rede da Democracia²⁴³ desempenhou papel determinante para a legitimação do golpe de 1964 e a consequente intervenção militar no país.

Para compreendermos a profundidade do discurso político da imprensa escrita, necessitamos de um contato com o universo dos editoriais. Escrito de forma opinativa e não assinada²⁴⁴, um editorial expressa um duplo movimento de um grande jornal.

²³⁸RÉMOND, René. *Do Político*. In RÉMOND, René (Org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003, p. 445.

²³⁹ *Idem*. p. 443.

²⁴⁰ *Ibidem*. p. 441.

²⁴¹ CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia. O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961 – 1964)*. Niterói, Editora da UFF, Editora NitPress, 2010, p. 153.

²⁴² MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro. Revan, 1998.

²⁴³ CARVALHO, Aloysio Castelo de. *op. cit.*

²⁴⁴ Em alguns casos, menos comuns, os editoriais são assinados. RABAÇA, Carlos Alberto, BARBOSA, Gustavo Guimarães. Verbete, Editorial. In *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2001, p. 255.

Embora os editoriais representem a “espinha dorsal” de uma instituição midiática, não devemos negligenciar os esforços de tais instituições em encobrir seus aspectos subjetivos. Para tanto, faz-se necessário adentrarmos na segunda matriz que caracteriza o discurso jornalístico. Ou seja, seu aspecto ideológico.

Compreendemos ideologia a partir da concepção desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels. Em “*A ideologia alemã*” (1846)²⁴⁵, Marx apresenta a ideologia como o esforço (de classe) de se converter interesses específicos em interesses gerais. Outra contribuição relevante para os debates teóricos sobre ideologia se encontra nas pesquisas de Slavoj Žižek. Segundo este, a ideologia se apresenta como parte integrante da própria realidade. Para o autor, os estudos sobre ideologia devem se debruçar sobre os esforços de ocultação das intencionalidades de tais discursos.

Analisar os aspectos ideológicos da imprensa corresponde a apontar os esforços de eclipsar toda realidade social e política que a cerca. Ao tentar se apresentar como mecanismo que apenas reproduz a informação sobre o político, ocorre um esforço de ocultação de seu próprio discurso político. Mesmo com uma estrutura textual direta e opinativa, um editorial não está livre das armadilhas ideológicas. Em nenhum momento, os editoriais dos jornais citados apresentavam abertamente a origem social de seu discurso. Os ideólogos de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* nunca se afirmavam porta-vozes de uma classe específica, sempre falavam em nome de “toda Nação” ou do “povo” como um todo.

Logo, podemos evidenciar algumas contradições relevantes. A credibilidade jornalística é determinada não pelos aspectos subjetivos da imprensa, mas pela sua objetividade. Segundo Bethania Mariani, é o movimento de transferência do enunciado jornalístico para o anonimato e seu consequente efeito de literalidade²⁴⁶ que cristaliza o processo ideológico enunciativo da imprensa.

Para uma melhor compreensão desta relação entre imprensa, política e ideologia, é relevante o desdobramento da sua terceira matriz, o anticomunismo.

Imprensa e anticomunismo: quando as matrizes se encontram

As pesquisas desenvolvidas sobre o anticomunismo no Brasil e no exterior são quase unânimes em apresentar tal fenômeno como uma ortodoxia dotada de uma

²⁴⁵ MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo. Boitempo, 2007.

²⁴⁶ MARIANI, Bethania. *op. cit.* p. 42.

indisposição em verificar variantes dentro dos movimentos (políticos e intelectuais) de esquerda. Esta postura tende a identificar o comunismo como uma ideologia desconectada das dinâmicas: históricas, sociais, econômicas e locais próprias. Logo, tais “doutrinas” seriam sempre implantadas ou levadas a cabo pelo proselitismo soviético e visavam colocar em prática suas supostas pretensões de dominação mundial.

Rodrigo Patto Sá Motta produziu estudo de extrema relevância ao mapear as matrizes históricas do anticomunismo no Brasil. Segundo o autor, estas seriam: o nacionalismo, o catolicismo e o liberalismo. Buscaremos compreender o anticomunismo da grande imprensa brasileira pela ótica da última matriz, o liberalismo.

Para Patto, os liberais recusam o comunismo, pois acreditam que este atente contra os dois postulados básicos da sociedade de livre mercado. Em primeiro lugar, sufoca as liberdades, ao praticar o autoritarismo político, interferindo na economia e nas relações entre as classes sociais. Em segundo, imputa-se aos comunistas o “crime” da insistência, destes, no combate à propriedade privada.

Somando-se a isso, o caminho percorrido pelo anticomunismo da imprensa liberal sofre uma bifurcação de origem. Num primeiro momento, o comunismo se apresenta como uma ameaça direta à liberdade de imprensa. No segundo caso, deparamo-nos com as origens de classe que envolvem o problema em questão. Não podemos negar o fato de que todo grande jornal, ou corporação midiática, apresenta-se como uma empresa organizada nos moldes do capitalismo moderno. Desse modo, o proprietário de um grande jornal, também é um capitalista.

A partir daí, constatamos então que o anticomunismo da imprensa liberal se dá na colagem entre os princípios da liberdade de imprensa e na manutenção da propriedade privada.

O Estado de S. Paulo e O Globo: contradições e relações de um liberalismo autoritário

A escolha dos periódicos *O Estado de S. Paulo* e o carioca *O Globo*, como objetos de pesquisa do presente texto, apoia-se na convicção de que, tais jornais, possam ser encarados como relevantes exemplos da visão de mundo da grande

imprensa liberal brasileira, durante o período do governo de João Goulart. Sendo assim, buscaremos analisar suas similaridades e especificidades no tocante às suas posturas políticas durante o período citado.

Para Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado “é na teoria política exposta por John Locke²⁴⁷ e pelo Iluminismo francês que devemos buscar os fundamentos sobre os quais se assenta o pensamento político de “OESP”. ”²⁴⁸ Os estudos levantados por Aloysio Castelo de Carvalho também nos permitem identificar as posturas políticas de *O Globo* com essa mesma linha de pensamento liberal.²⁴⁹

Acreditamos estar em Locke a explicação para como os jornais citados articulavam plataformas aparentemente contraditórias, como liberalismo econômico e conservadorismo político. Locke era um fervoroso defensor do *jusnaturalismo*, ou seja, da ideia que concebia todos os homens como livres. No entanto, o pensador britânico acrescentava um elemento determinante em suas teorias sobre liberdade e cidadania. Ou seja, a propriedade. Ser proprietário, para Locke, é ser livre. Mas, a noção de propriedade/liberdade começa surgir em Locke de formas variadas. Num primeiro momento, a propriedade é identificada com a própria vida; num segundo momento, Locke se refere à propriedade como bens e fortunas específicas. Destarte, podemos concluir que todos que possuem bens (*lato sensu*) são considerados membros da sociedade civil, mas, apenas aqueles que possuem fortunas garantem plena cidadania.

Acreditamos estar aí a chave para compreendermos as aparentes contradições dos periódicos citados.

1964 - O espectro que não veio: considerações finais

As linhas editoriais dos periódicos citados contrárias ao governo Goulart estavam pautadas justamente nos dois postulados discutidos no item anterior: liberalismo econômico e conservadorismo políticos. Sendo Jango um herdeiro político

²⁴⁷ O próprio *OESP* vinculava o pensamento de John Locke à ideia de liberdade e soberania, em oposição ao suposto “totalitarismo comunista”. Em editorial, no qual fazia duras críticas à política cubana sob o comando de Fidel Castro, o periódico afirmava que “o princípio da auto-determinação filia-se na doutrina pregada por John Locke, fundamentalmente, contrária àquilo que o comunismo-nacionalismo indígena pretende impor ao Brasil. *O princípio da auto-determinação em Cuba. O Estado de S. Paulo*. 19 de abril de 1961, p. 3.

²⁴⁸ CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo. Alfa-Omega, 1980, p. 91.

²⁴⁹ CARVALHO, Aloysio Castelo de. *op. cit.*

de Vargas era constantemente retratado pelos jornais como um “caudilho” e associado ao peronismo argentino. Em editorial publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* dias após o plebiscito que devolveu plenos poderes a João Goulart, o texto afirmava que “o colorido das tendências ditatoriais do caudilho tornaram ainda mais temerosa a eventual ampliação de seus poderes.”²⁵⁰

Os periódicos citados acusavam constantemente o governo Goulart, ora de ser conivente com o comunismo, ora de estar infiltrado pelos comunistas. Tais associações já se faziam presente nos momentos iniciais do governo Jango, inclusive nos eventos que marcaram a luta pela posse em 1961. No entanto, o ano de 1964 marcou o derradeiro ponto de inflexão para o discurso anticomunista dos periódicos contra o governo Jango.

Para os ideólogos de *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* as supostas atitudes centralizadoras de Jango eram resultantes de algumas características “pouco salutares” do presidente. Ou seja, a herança varguista e a influência de seus aliados comunistas no governo. O jornal carioca, no contexto das lutas de retorno ao presidencialismo, chegou mesmo a afirmar que, “o Sr. João Goulart se rodeara de alguns auxiliares de tendências radicais, até mesmo de conhecidas figuras da esquerda”.²⁵¹

Os periódicos citados acusavam constantemente o governo Goulart, ora de ser conivente com o comunismo, ora de estar infiltrado pelos comunistas. Tais associações já se faziam presente nos momentos iniciais do governo Jango, inclusive nos eventos que marcaram a luta pela posse em 1961. No entanto, o ano de 1964 marcou o derradeiro ponto de inflexão para o discurso anticomunista dos periódicos contra o governo Jango.

Muitos autores se esforçaram em apresentar os eventos que marcaram o ano de 1964 como o produto do choque entre dois modelos autoritários, das esquerdas e das direitas, ou daquilo que ficou conhecido como bloco liberal-conservador. Em interpretação distinta, estamos convencidos que 1964 representou a encruzilhada entre dois projetos nacionais divergentes. Em outras palavras, dois projetos distintos de democracia. Goulart, os setores nacionalistas e as esquerdas propunham um projeto

²⁵⁰ *O presidente e a subversão. O Estado de S. Paulo*, 08 de janeiro de 1963, p. 3.

²⁵¹ *O momento de Jango. O Globo*, 17 de setembro de 1962, p. 1.

de democracia de inclusão. Mesmo marcado por inúmeras contradições, tal projeto propunha o reordenamento da participação social no Brasil, uma política externa independente, a extensão do pacto trabalhista aos trabalhadores do campo e uma série de outras propostas inseridas naquilo ficou conhecido como as reformas de base. Na sua grande maioria tratava-se de reformas estruturais capitalistas que atenderiam aos anseios de uma burguesia nacional progressista, dos setores nacionalistas e das esquerdas, incluindo os próprios comunistas que viam nas mesmas um importante passo para conclusão de seus projetos etapistas. No entanto, o chamado bloco liberal-conservador preferiu interpretar tais posicionamentos do governo como sinais de comunização e de incentivo a subversão social.

No campo político, outra questão se fazia presente, “democracia” só seria digna deste nome se fosse conduzida por uma elite de proprietários e/ou uma elite letrada. No contexto do mundo matizado da Guerra Fria, democracia de massa não era democracia, mas sim comunismo. João Goulart teria confirmado tais predigas ao optar por um método de representação direta das massas. Na realidade o governo Goulart, mesmo na fase do parlamentarismo, tentou evitar tal mecanismo de participação popular. Jango tinha como estratégia central costurar uma aliança de centro-esquerda, ou centro nacionalista. O “fiel da balança seria o PSD”, que ao se manter ao lado do Governo possibilitaria ao mesmo tempo, consolidar as transformações estruturais, tão caras para Jango, minando a direita os argumentos golpistas e a esquerda atendendo, dentro dos paradigmas da democracia liberal, os anseios populares e nacionais.

Mediante a demonstração de fracasso de tal estratégia (fosse pelas pressões que vinham tanto das esquerdas, quanto das direitas, ou mesmo do peso de grupos conservadores dentro do PSD) é que constatamos uma guinada de Goulart às esquerdas e notadamente uma forma de relação mais direta entre o Poder Executivo e as massas trabalhadoras.

No entanto, jornais como *O Globo* e *O Estado de São Paulo* começaram a enxergar no apoio presidencial às causas de setores subalternos das Forças Armadas – como no caso da revolta dos marinheiros, na assinatura de decretos em comícios populares – como o da Central do Brasil, como sinais incontestes das estreitas relações entre o governo e os comunistas.

O editorial publicado pelo jornal *O Globo* no dia 02 de abril de 1964 nos ajuda bastante a identificarmos os “valores” e “antivalores” que se faziam presentes.

As reformas de base tomaram contorno de comunização. O jornal carioca as descreveu como “infecunda e desnecessária polêmica”²⁵², que segundo o periódico foi apresentada pelo governo, não para ser colocada em prática, “mas para excitar as massas trabalhadoras contra a ordem jurídica e as instituições”²⁵³. A própria equipe escolhida pelo presidente composta majoritariamente por intelectuais de alto gabarito (muitos deles ligados ao ISEB), como o economista Celso Furtado, por exemplo, foi retratada como um grupo de “assessôres e auxiliares comunistas”²⁵⁴.

Muito embora o jornal se afirmasse em favor das reformas, o mesmo fazia questão de frisar que estas não poderiam ser conduzidas por “um Governo, a principio, infiltrado e depois orientado pelos comunistas.”²⁵⁵

A temática da ameaça comunista foi de fato a base da justificativa para o apoio dado ao golpe civil-militar de 1964. Como verificamos ao longo do texto estamos convencidos de que as reformas propostas por Jango estavam muito distantes de uma plataforma revolucionária, menos ainda comunista. Na sua maioria se tratava de pontos que fizeram parte da pedra angular do processo de construção de diversas nações capitalistas, inclusive dos EUA. No tocante à “leniência com o comunismo”, de fato, Goulart não era um anticomunista, e, até mesmo, tinha o apoio político dos mesmos. Mas daí encarar seu governo como “comunizante” atestava um pouco de deslocamento da realidade política do momento. Acreditamos que isso não foi mera ignorância por parte dos setores mais conservadores da sociedade (incluindo os jornais citados). Como verificamos, nem mesmo os setores conservadores se apresentavam como um bloco homogêneo. Existiam grupos, no seio das próprias direitas, que acreditavam poder concretizar seus projetos políticos sem lançar mão do uso de vias extremas (golpistas). No esforço de se criar um vetor de unidade entre as direitas, e relevante parcela dos setores médios urbanos, é que o espectro do comunismo foi evocado. Tudo foi pintado com cores vermelhas: as reformas de base, as sublevações populares, a política externa independente, a tolerância política com as esquerdas, ou mesmo um mero e comum aparato militar de apoio ao presidente era apresentado como prova incontestável do fantasma da subversão social e do suposto golpe que seria desfechado pelo presidente e seus aliados, de esquerda e militar. O palco estava

²⁵² *A decisão da Pátria. O Globo*, 02 de abril de 1964, p. 1.

²⁵³ *Idem.*

²⁵⁴ *Ibidem.*

²⁵⁵ *Ibidem.*

armado, mas os protagonistas de tal espetáculo não surgiram detrás das cortinas. Em outras palavras, o exorcismo político foi estruturado, mas o espectro demoníaco da revolução comunista não se fez presente. Restava agora saldar o golpe, não como golpe, pois isso ecoaria de maneira extremamente contraditória para os postulados das democracias liberais do ocidente. Sendo assim, o golpe vira como “contragolpe”, ou mesmo “revolução”, e com ela a justificativa dos vitoriosos,

(...) os brasileiros patriotas e democratas, veem que não é mais possível contemporizar com a subversão, pois a subversão partindo do Governo fatalmente conduziria ao “Putsch” e a entrega do País aos vermelhos, elevemos a Deus nosso pensamento, pedindo-lhe que proteja esta Pátria Cristã, que a salve da guerra fratricida e que a livre da escravidão comuno-fidelista.²⁵⁶

Bibliografia

CAPELATO, Maria Helena, PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo. Alfa-Omega, 1980.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia. O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961 – 1964)*. Niterói, Editora da UFF, Editora NitPress, 2010.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez Editora, 1985.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro. Revan, 1998.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo. Boitempo, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva, 2002.

RABAÇA, Carlos Alberto, BARBOSA, Gustavo Guimarães. Verbete, Editorial. In *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2001.

²⁵⁶ A decisão da Pátria. *O Globo*, 02 de abril de 1964, p. 1.

RÉMOND, René. *Do Político*. In RÉMOND, René (Org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

ZIZEK, Slavoj (org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

Fontes

O Estado de S. Paulo

O princípio da auto-determinação em Cuba, 19 de abril de 1961, p. 3

O presidente e a subversão, 08 de janeiro de 1963, p. 3

O Globo

O momento de Jango, 17 de setembro de 1962, p. 1.

A decisão da Pátria, 02 de abril de 1964, p. 1.

Ditadura e cultura

O regime autoritário na televisão pela medição do IBOPE do programa *Amaral Netto, o Repórter* (1968-1984)

Katia Krause²⁵⁷

Após o golpe de Estado de 1964, o caráter civil da ditadura que se instaurou no Brasil pode ser comprovado na adesão de setores importantes da sociedade aos projetos dos generais presidentes que se sucederam até 1985. Essa sustentação social ao regime autoritário, longe de ser uma exceção, aparece como fenômeno observado em outros tempos e espaços.²⁵⁸

No Brasil, uma das faces da sustentação à ditadura foi a televisão. Numa conjuntura atravessada pelo surgimento de novos recursos tecnológicos de comunicação, esse veículo revelou-se fenômeno de enorme potencial de sedução e fascínio, ampliado ainda mais a partir das crescentes inovações no setor. Isso se consolidou numa hegemonia da TV Globo²⁵⁹ nos anos 1970, o que não significou que outras emissoras não continuassem sendo assistidas, competindo e até surgindo. Foi nessa emissora que a série *Amaral Netto, o Repórter* se tornou uma expressão audiovisual do que também interessava ao regime autoritário projetar. O programa foi exibido no período dos governos dos generais presidentes Costa e Silva (final), Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo,

Amaral Netto, um conhecido jornalista que havia entrado para a política nos anos 1940-50 de maneira informal, foi deputado pelo antigo estado da Guanabara em 1960,

²⁵⁷Doutora em História Social, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Este trabalho é um recorte temático da pesquisa de doutorado em História Social, defendida no PPGH - UFF, em 2016, sob orientação da Prof^a Dr^a Denise Rollemberg, sobre o tema *O Brasil de Amaral Netto, o Repórter, 1968-1985*.

²⁵⁸ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. 3 Volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

²⁵⁹ A TV Globo foi inaugurada em abril/1965. Roberto Marinho, dono do jornal *O Globo* e da rádio *Globo*, conseguiu com Juscelino Kubitschek a concessão para instalar um canal de televisão, pelo Decreto do Executivo nº 42.940, de 30/12/1957, em nome da Rádio Globo. Quando a TV Globo estava prestes a ser inaugurada, esse decreto foi revogado pelo Decreto do Executivo nº 55.782, de 19/02/1965, que transferiu a concessão para a TV Globo Ltda. Cf. Legislação- Governo Federal. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>, acesso em abril/2014.

Já Oliveira Sobrinho afirma que a concessão de canal à Globo fora em 1951, pelo governo Dutra, e revogada por Getúlio Vargas em 1953. JK a teria devolvido em 1957. Após a outorga de outra concessão para funcionamento de um canal em Brasília, por Goulart, em 1962, foram adquiridas geradoras de outros grupos. A TV Globo também teria tentado solicitar canais em João Pessoa e em Curitiba, negados pelo governo, em 1978. OLIVEIRA SOBRINHO. 443-444.

pela UDN, e em 1964 apoiou o golpe civil-militar. Em 1965, rompido com Carlos Lacerda e, a esta altura, em franca oposição ao general presidente Castello Branco, filiou-se ao MDB do qual chegou a ser vice-líder na Câmara. Em junho/1967, já no governo Costa e Silva, Amaral migrou para a Arena, até ingressar no PDS em 1979.

Amaral Netto, o Repórter começou a ser exibido em maio/1968 na TV Tupi, mas passou para a TV Globo em dezembro desse ano. O programa representou uma inovação no jornalismo em televisão já a partir do formato de reportagem-documentário e, também, ao mostrar a exuberante natureza brasileira, costumes e tradições desconhecidos pelo grande público, numa época em que a grande maioria das produções em televisão era feita em estúdios. Inovando ainda em vários sentidos técnicos, era realizado numa concepção didática, com o emprego de mapas explicativos de localização geográfica, e de muita informação histórica sobre os temas mostrados. A retórica do programa, no entanto, expunha uma franca identificação com os valores representados pelo regime autoritário, ao mesmo tempo em que mostrava, entre outras coisas, as realizações do governo e de empresas envolvidas no desenvolvimento e na modernização do país. A análise desses filmes²⁶⁰ pode ajudar a tentar reconhecer a substância social sobre a qual foram construídos. E os sentidos que representaram para grupos sociais significativos junto aos quais encontravam ressonância, como mostram as medições do Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística.

Conhecido no Brasil simplesmente como IBOPE, ou pelo atributo *deu ibope* (ou *não deu ibope*), esse instituto de pesquisa de opinião foi fundado em 1942 com a finalidade de medir a audiência do rádio para atender aos anunciantes de produtos. A técnica de aferimento de audiência havia sido criada nos EUA e foi trazida ao país por Auricélio Penteado, dono de uma rádio em São Paulo, que a fechou e criou o instituto. Quando a televisão chegou ao Brasil, em 1950, o IBOPE começou a medição na *metodologia do flagrante* (de porta em porta), que funcionou até 1986²⁶¹. Mas além de atuar em relação a hábitos de consumo, principalmente a partir de produtos anunciados em rádio e televisão, o IBOPE também atuava em relação a opiniões políticas e sociais, construindo um vasto banco de dados. Esse trabalho não foi interrompido durante a ditadura que se instaurou no Brasil em 1964. Pelo contrário, no acervo do IBOPE²⁶²,

²⁶⁰ Filmes *Amaral Netto, o Repórter*, Acervo Plantel, Fundo Cinemateca do MAM, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

²⁶¹ CÂMARA, Dora. O Ibope e o negócio da televisão. In: SILVA JUNIOR, Gonçalo. *Pais da TV: a história da televisão brasileira contada por*. São Paulo: Conrad Livros, 2001.

²⁶² Acervo IBOPE, Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP, Campinas, SP.

entre inúmeras pesquisas sobre consumo e preferências, existem também pesquisas de opinião pública sobre comportamentos eleitorais, tendências políticas, receptividade de candidatos, atitudes/opiniões da população local de cidades/estados quanto a problemas e/ou questões administrativas e/ou políticas, entre outras, que se referem ao período²⁶³.

Quando *Amaral Netto, o Repórter* começou a ser exibido, a credibilidade do IBOPE já se havia consolidado no país e essas pesquisas já balizavam produções em televisão. Para realizar suas reportagens, Amaral Netto viajou por todo o Brasil. Ele mostrou, pela primeira vez na televisão, os índios do Xingu, o fenômeno da Pororoca, o Atol das Rocas, entre outros temas, em lugares então de difícil acesso. Mas nem todas as reportagens da série eram sobre natureza. Na maioria delas, aliás, a natureza é um personagem secundário. Principalmente naquelas onde o objeto principal eram as obras grandiosas do governo, ou as cidades que investiam em algum produto industrial e/ou cultural, ou os empreendimentos que, supostamente, estariam engrandecendo o país. Amaral mostrou o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste à população do Sul e do Sudeste. Da mesma forma, mostrava as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo às populações que nunca as tinham visto. Tudo alinhado à política de integração nacional do governo autoritário.

É importante lembrar que o programa de Amaral Netto na TV Globo passou para a memória construída como *imposto pela ditadura* ou *imposto pela extrema direita*²⁶⁴. Chegou a ser referido como um programa *chapa branca*²⁶⁵. Por outro lado, ao consultar as fontes do IBOPE, deparamo-nos com uma significativa ressonância, se considerarmos os números aferidos pelos indicadores de audiência. Esse aspecto traz à consideração o comportamento dos telespectadores de *Amaral Netto, o Repórter*, se considerarmos que o programa se manteve no ar por cerca de 16 anos. Um público expressivo, principalmente durante a década de 1970, ao qual o programa, em tese, não era imposto, já que havia opções em outros canais, além do botão liga/desliga. Os dados do IBOPE, em diferentes anos, estados, dias e horários de exibição, mostram uma expressiva preferência pela TV Globo no horário do programa de Amaral Netto. Não se pode ignorar esse dado. É grande, portanto, a possibilidade de que o programa se sustentasse no ar por

²⁶³ CATÁLOGOS. Serie Pesquisas Especiais. Serie Boletim das Classes Dirigentes do Fundo IBOPE. Serie Pesquisas sobre assuntos políticos e administrativos do Fundo IBOPE. Arquivo Edgard Leuenroth. UNICAMP, Campinas, 2007.

²⁶⁴ KEHL, Maria Rita. Eu vi um Brasil na TV. In: SIMÕES, Inimá F; COSTA, Alcir Henrique da; KEHL, Maria Rita. *Um país no ar*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1986.

CLARK, Walter; PRIOLLI, Gabriel. *O campeão de audiência*. Rio de Janeiro: Best Seller, 1991.

²⁶⁵ BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

força de um público que se identificava, em alguma medida, com a estética do produto, com o teor das mensagens, ou com ambos.

É verdade que as técnicas de aferição e as metodologias do IBOPE foram se modificando. Tanto no sentido da simplificação quanto no da sofisticação. A tecnologia permitiu a instalação de medidores para registrar a audiência dos televisores em domicílios escolhidos e que compunham uma amostragem conforme critérios baseados em dados do IBGE que diziam respeito a percentuais por gênero, escolaridade, idade, localização da moradia, numa sociedade onde era hábito as famílias assistirem juntas à televisão num único domicílio contado pelo IBOPE. O próprio IBOPE procurava adequar essa amostragem por distribuição socioeconômica, que o IBGE não fornecia, mais alguma variável. Essa *metodologia do painel*, que registrava a sintonia de grupos de domicílios, começou a ser inicialmente usada na década de 1970, em São Paulo, e depois em outros grandes centros²⁶⁶.

Em 1969, a medição de audiência era aferida por faixas de duas em duas horas. Nessa época, *Amaral Netto, o Repórter* era exibido aos domingos, na faixa das 22-24h, após a *Buzina do Chacrinha* que figurava com regularidade entre os mais assistidos da semana. E nessa faixa que se dava a maior diferença entre o número de televisores que permaneciam ligados e os que eram desligados, em todos os cinco canais disponíveis, num domingo à noite. Até às 22h, o número de televisores desligados nos domingos era por volta de 31%. Após esse horário, esse número dobrava, da mesma forma que nos outros dias da semana em que esse número era só ligeiramente inferior ao dos aparelhos desligados no domingo na mesma faixa de horário.

A disputa pela audiência do programa de Amaral Netto se concentrava, então, sobre o público que não desligava o aparelho televisor, no domingo à noite, véspera de mais uma semana de trabalho. E se concentrava, nessa faixa de horário das 22-24h, entre a Globo e a Tupi. Com exceção da TV Excelsior, em 1969, as outras emissoras eram muito pouco assistidas no horário, a não ser em caso de transmissões específicas. Mesmo assim, se considerarmos a quantidade de televisores ligados temos, já em 1969, uma expressiva preferência pela TV Globo no horário (que se estende a outras faixas de horário, que não são aqui nosso objeto), e que vai se consolidando a partir de 1970.

Amaral Netto não era imune às medições do IBOPE, e festejava essa audiência, acompanhando atentamente as medições. E não perdia oportunidade de mostrar a

²⁶⁶ CÂMARA. *op. cit.*

Roberto Marinho os “honrosos aplausos de todo o Governo” e os boletins do IBOPE que registravam, por exemplo, “nas 26 semanas do 2º semestre de 1969, um total de 51,4% dos aparelhos ligados para *Amaral Netto*, o *Repórter* enquanto as quatro outras emissoras somadas ficaram com 48,6%”. Para ele isso era prova de que era “possível reunir a preferência absoluta de governantes e governados”²⁶⁷.

O jornal *O Globo*, da mesma forma, festejava essa preferência. Em maio/1969, em matéria que destacava a solidificação “absoluta” da liderança de Amaral no horário, a TV Globo comunicava que reaperentaria o programa “a pedidos de secretarias de Educação e de Turismo, de câmaras municipais, de diretores de colégios, de professores, de pais e de alunos de várias idades”²⁶⁸. Nessa altura, o programa já era exibido no Rio de Janeiro, em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia, Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Belém com percentuais bastante similares aos do Rio de Janeiro.

Em 1971, o programa passou para os sábados à noite, mantendo a constância na aferição atribuída. A faixa das 22-24h continuou registrando a preferência pelo Canal 4, em todos os dias da semana, com 70 a 80% dos televisores ligados sintonizados na TV Globo. Ressalte-se que o programa era reprisado aos sábados às 12:30h, sendo que os registros encontrados dão conta de computações aferidas na faixa das 12-16h, quando o número de televisores desligados também era alto. Mesmo assim, a preferência nos aparelhos ligados era pela TV Globo. Lembro que, a essa altura, a TV Excelsior tinha sido cassada e a TV Continental falido²⁶⁹.

Em 1972, o programa continuou sendo exibido aos sábados às 23:00h, no Rio de Janeiro, com reprise do programa anterior aos sábados de manhã. As medições continuam mostrando a manutenção da média de assistência tanto no sábado à noite quanto nas reprises. Desse ano, há dados que permitem perceber que eram, principalmente, os muito jovens (até 18 anos) e os jovens adultos (19-24 anos) que sintonizavam a TV Globo aos sábados ao meio-dia. A distribuição por classe social atinge a toda a classificação, com maior ou menor intensidade, entre pessoas de ambos os sexos em proporções

²⁶⁷ Carta da *Plantel Editora e Publicidade* a Roberto Marinho, boletim do IBOPE anexo, datada de 14/01/1970. Arquivo Roberto Marinho. Memória Globo. Rio de Janeiro, RJ.

²⁶⁸ *Programa de Amaral Neto é líder*. Jornal *O Globo*, Geral, 31/05/1969, p. 16

²⁶⁹ A TV Continental (canal 11, RJ) foi criada em 1959 e faliu em 1971.

A TV Excelsior (canal 2, SP e depois RJ), criada em 1959, era propriedade de Mario Wallace Simonsen (1909-1965). A censura foi excepcionalmente rigorosa a partir de 1964 com essa emissora, tumultuando a organização da empresa que havia sido grande apoiadora do governo Goulart. Além disso, a principal fonte de recursos provenientes de anúncios comerciais vinha da Panair, empresa de aviação também da família Simonsen. Quando a *Panair* foi forçada a fechar as portas, ainda em 1964, a emissora passou a lutar para continuar viável economicamente, mas acabou com a concessão cassada em setembro/1970. Cf. COSTA, Alcir Henrique. *Excelsior: A destruição de um grande império*. In: COSTA; SIMÕES, KEHL. *op. cit.* 1986.

semelhantes. O grau de instrução dos assistentes se concentrava no primário e secundário, o que não chega a surpreender num contexto onde poucos tinham acesso ao ensino universitário.

Em 1973, *Amaral Netto, o Repórter* continuou mantendo as médias de audiência no Rio de Janeiro e em São Paulo, e ainda figurou muitas vezes entre os programas que alcançaram índices de audiência superior a 20% durante uma semana. Isso aconteceu, por exemplo, com os programas sobre temas como a CEPLAC-Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (27,2%); o DNPVN-Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (23,3%); a Amazônia (23,9%); o Iguazu - Salto Osório (28,7%); o estado do Paraná, (27,4%); o então território de Roraima, (23,2%); a COBAL-Companhia Brasileira de Alimentos (22,9%).

Nesse mesmo ano de 1973, Amaral Netto encomendou ao IBOPE uma pesquisa sobre “imagem e conceituação”, feita com o objetivo de se conseguir uma amostra do pensamento sobre o programa e sobre o próprio Amaral, naqueles anos, entre os que o assistiam. Realizada em agosto/1973 em São Paulo, e repetida em outubro/1973 no Rio de Janeiro, a pesquisa mostrou que a televisão era considerada o meio “em que mais acreditavam quando recebiam uma notícia ou acompanhavam uma reportagem”. Essa preferência se concentrava em mais de 70% dos entrevistados, seja na avaliação por gênero, classe, idade ou grau de instrução. O segundo lugar ficava para o jornal impresso (cerca de 18%), menos entre entrevistados de nível de escolaridade primário que preferiam o rádio. Essa pesquisa mostrou que o programa era considerado “o mais bem filmado” e “o mais educativo” por mais de 50% dos entrevistados. Além disso, era considerado “o mais bem comentado” por 38,8%, e o que apresentava assuntos de maior interesse para 46,4%, à frente do *Jornal Nacional* e do *Fantástico*, também da TV Globo. Os dados mostram pessoas de instrução primária (42%), secundária (38%) e superior (31,8%). O que chama maior atenção é que *Amaral Netto, o Repórter* era considerado “o mais verdadeiro” por 53,8%, novamente à frente dos citados programas. E mais, 94,4% consideravam que o programa era importante para “conhecer melhor o Brasil”, percepção de 94,8% das classes A/B, 97% da classe C e 89,4% da classe D.

Entre os elementos valorizados pelos entrevistados estavam o caráter educativo do programa e a sinceridade dos comentários feitos por Amaral. Mas perguntados se a sinceridade das reportagens os levaria a acreditar também na qualidade de produtos e serviços recomendados por Amaral Netto, 52,1% dos entrevistados disse “acreditar em

parte”, enquanto 38,3% acreditariam sem qualquer restrição. Cerca de 10% em média responderam não acreditar (a maior diferença no grau de instrução superior: 18%).

Essa pesquisa de opinião é bastante interessante porque Amaral Netto era potencialmente um candidato eleitoral; pode-se tirar daí como não era automática a adesão de telespectadores de seu programa às suas candidaturas. Mesmo que *Amaral Netto, o Repórter* embutisse intencionalidades de cooptação política, isso não significa que esse objetivo tivesse sido sempre atingido plenamente. Ou seja, fazer propaganda política supõe uma intenção, mas essa nem sempre se concretiza.

Durante os anos de 1974-75 a aferição do IBOPE continuou registrando constância da assistência ao programa. O ano de 1975 comporta uma curiosa contradição em relação ao público da TV Globo. Nessa época, o programa era exibido normalmente às segundas-feiras, na faixa das 22-24h. Mas justamente na semana em que terminava a novela *Escalada* (em 26/08/75, terça-feira), e na qual seria a estreia frustrada pela censura de *Roque Santeiro*, (em 27/08/1975, quarta-feira), um programa especial da serie de Amaral Netto em homenagem ao *Dia do Soldado* (em 25/08/1975, segunda-feira, excepcionalmente exibido às 21:00h) alcançou uma audiência de 49,4 pontos, ficando em oitavo lugar nos índices dessa semana. O interessante é que a deferência explícita ao Exército que governava o país teve audiência muito expressiva, na mesma semana em que a censura federal sentia-se perfeitamente à vontade para agir duramente. A censura não só impôs a mudança do horário, como também desfigurou o texto da novela de Dias Gomes, o que acabou por inviabilizar o projeto da emissora no dia da estreia²⁷⁰. Isso não significa dizer que o público telespectador estivesse de acordo com a ação da censura, mas mostra que o regime certamente tinha uma boa ideia do respaldo social que o amparava nessas decisões arbitrárias.

A aferição da audiência do programa, em 1976, mostra índices expressivos com muitas reportagens que ultrapassaram a marca dos vinte pontos, figurando inúmeras vezes na relação semanal dos maiores índices de audiência. Um deles, sobre a *Pororoca*, é lembrado ainda hoje. Exibida em 03/05/1976, alcançou 34,5%. Amaral aproveitou essa popularidade do programa e o rerepresentou no ano seguinte (com 24%).

Em 1977, alguns dos temas que figuraram entre os mais assistidos foram sobre o CINDACTA-Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (22,7%) e uma reportagem sobre acidentes de trabalho (28,5%). É interessante perceber que, após

²⁷⁰ Nota da TV Globo sobre *Roque Santeiro*. *Jornal O Globo*, 28/08/1975, p. 5

a falência da TV Rio (canal 11), mesmo com dois novos canais no Rio de Janeiro, as TVs Educativa (canal 2) e Guanabara (canal 7)²⁷¹, manteve-se a média da audiência na faixa de horário/dia de *Amaral Netto, o Repórter* na TV Globo.

Em 1978-79 o programa voltou para os domingos à noite, mantendo as médias de audiência da faixa de horário. Em 1978, Amaral conseguiu até colocar alguns programas na relação semanal dos mais assistidos. O documentário sobre o *Atol das Rocas* marcou 24,5%. Outro sobre as rodovias que o governo do estado de São Paulo construía marcou 23,3%. As pesquisas qualitativas realizadas em outros estados também apontavam a preferência pela TV Globo. Em 1979, mesmo quando houvesse alguma alteração em favor de outra emissora, esse percentual era mínimo.

As medições a partir de 1980 do acervo IBOPE não estão microfilmadas e ainda não houve tempo hábil de retomá-lo. Mas Amaral Netto continuou apresentando o programa à noite e aos sábados pela manhã, pelo menos até 1981 quando o programa foi reformatado e recebeu o nome de *Brasil, terra da gente*. Nessa altura, exibido somente aos sábados de manhã, é possível apenas inferir que certa constância de audiência tenha se mantido. O programa foi exibido até fevereiro/1985.

As conclusões sobre os dados do IBOPE aqui apresentados não se esgotam no breve panorama sobre essa medição de audiência do programa *Amaral Netto, o Repórter*. O relevante para este artigo é observar que, ainda que não figurasse com constância regular entre os mais assistidos ao longo dos anos, *Amaral Netto, o Repórter* chegou a

²⁷¹ A TV Rio (canal 13, RJ) começou a transmitir em 1955 e faliu em 1977. O canal fez parte da REI-Rede de Emissoras Independentes, da qual também fazia parte a TV Record. Foi a Record que comprou a massa falida da TV Rio. Cf. COSTA; SIMÕES, KEHL. *op. cit.* 1986.

A TV Educativa (canal 2, RJ) começou a transmitir em 1975.

A TV Guanabara (canal 7, RJ) começou a transmitir em julho/1977, tornando-se depois TV Bandeirantes. A emissora faz parte hoje do Grupo Bandeirantes de Comunicação, presidido por João Carlos Saad, composto por redes de rádio, de televisão, jornais impressos, internet. Cf. <http://www.band.uol.com.br/grupo/grupo.asp>, acesso em 1º/12/2013.

Vale ressaltar que a TV Bandeirantes foi fundada em 13/05/1967, em SP, por João Jorge Saad (1919-1999), dono da Radio Bandeirantes. Saad era casado com a filha de Ademar de Barros (1901-1969), importante político desde 1932, governador de SP até seus direitos políticos serem cassados por Castello Branco em junho/1966, embora tivesse apoiado o golpe civil-militar de 1964. Ademar de Barros era o antigo proprietário da Radio Bandeirantes, onde Saad passou a trabalhar e acabou assumindo o controle da empresa em 1951. Getúlio Vargas havia concedido a Saad a exploração de um canal de televisão ainda na primeira metade da década de 1950. Essa concessão foi cassada por JK e recuperada por Saad no governo Goulart, mas só em 1967 Saad conseguiu colocar a emissora no ar. Com Geisel, em 18/04/1974, o grupo paulista Saad conseguiu a concessão para explorar o canal 7 do RJ (TV Guanabara). O governo militar alegou que as novas concessões eram um incentivo a uma concorrência mais equilibrada entre as estações e a novas alternativas para o público. A partir do Canal 7 no RJ, juntamente com a TV Vila Rica de BH, da qual era proprietária desde 1975, e uma concessão em Salvador (BA), o grupo Bandeirantes deu início a sua rede. Cf. Verbetes *Rede Bandeirantes* e *Ademar de Barros*, DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO - DHBB/CPDOC/FGV.

atingir, por diversas vezes, expressivos índices de audiência. E considerando o número de aparelhos ligados nos dias da semana e na faixa de horário onde era exibido, verificasse que o percentual ligado na Globo manteve admirável consistência. Sempre consideravelmente superior a qualquer oferta dos canais concorrentes. Isso mostra que, no mínimo, o público telespectador se reconhecia na dimensão ali dada ao tema *Brasil*. Por outro lado, mesmo que o programa tivesse significativa ressonância e que Amaral Netto fosse considerado um entusiasmado apresentador das realizações do governo autoritário, isso não significa que a transferência de confiança para ele como deputado fosse automática.

Vale lembrar que há, ainda, todo um vasto e diversificado material audiovisual televisivo a ser explorado pela historiografia. O estudo das novelas e séries apenas começou²⁷². O fenômeno televisão e, no nosso caso, o programa *Amaral Netto, o Repórter* mostra que, ao se lidar com as visualidades da ditadura brasileira, é necessário lidar com categorias mais refinadas do que a *manipulação*. E que é necessário considerar elementos como a atração e o fascínio nas narrativas audiovisuais geradas pela televisão. E, principalmente, mostra que é necessário compreender as enormes complexidades do respaldo social com que o regime autoritário também contou.

Bibliografia

ABDALA JUNIOR, Roberto. Brasil anos 1990: teleficção e ditadura - entre memórias e história. In: *Topoi*, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 94-111.

BIAL, Pedro. *Roberto Marinho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CÂMARA, Dora. O Ibope e o negócio da televisão. In: SILVA JUNIOR, Gonçalo. *Pais da TV: a história da televisão brasileira contada por*. São Paulo: Conrad Livros, 2001.

CATÁLOGOS. Serie Pesquisas Especiais. Serie Boletim das Classes Dirigentes do Fundo IBOPE. Serie Pesquisas sobre assuntos políticos e administrativos do Fundo IBOPE. Arquivo Edgard Leuenroth. UNICAMP, Campinas, 2007.

²⁷² Ver: KORNIS, Monica. Ficção televisiva e identidade nacional: o caso da Rede Globo. In: CAPELATTI, Maria Helena. MORETTIN, Eduardo. NAPOLITANO, Marcos. SALIBA, Elias Thomé. *História e Cinema*. São Paulo: USP – Editora Alameda, 2007. p. 97-114; ROLLEMBERG, Denise. Ditadura, Intelectuais e Sociedade. O Bem Amado de Dias Gomes. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. p. 377-398; ABDALA JUNIOR, Roberto. Brasil anos 1990: teleficção e ditadura - entre memórias e história. In: *Topoi*, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 94-111; SANTOS, Giordano Bruno Reis dos. *Vianninha e a Grande Família: Intelectuais de esquerda no Brasil dos anos 1970*. Dissertação (Mestrado em História), (141 f.) PPGH-Universidade Federal Fluminense, 2011.

CLARK, Walter; PRIOLLI, Gabriel. *O campeão de audiência*. Rio de Janeiro: Best Seller, 1991.

COSTA, Alcir Henrique da; SIMÕES, Inimá Ferreira; KEHL, Maria Rita. *Um país no ar*. São Paulo: Brasiliense/Funarte, 1986.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO – DHBB, CPDOC/FGV.

KEHL, Maria Rita. Eu vi um Brasil na TV. In: SIMÕES, Inimá F; COSTA, Alcir Henrique da; KEHL, Maria Rita. *Um país no ar*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1986.

KORNIS, Monica. Ficção televisiva e identidade nacional: o caso da Rede Globo. In: CAPELATTO, Maria Helena. MORETTIN, Eduardo. NAPOLITANO, Marcos. SALIBA, Elias Thomé. *História e Cinema*. São Paulo: USP – Editora Alameda, 2007. p. 97-114.

OLIVEIRA SOBRINHO. José Bonifácio. *O livro do Boni*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. 3 Volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Ditadura, Intelectuais e Sociedade. O Bem Amado de Dias Gomes. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. p. 377-398.

SANTOS, Giordano Bruno Reis dos. *Vianninha e a Grande Família: Intelectuais de esquerda no Brasil dos anos 1970*. Dissertação (Mestrado em História), (141 f.) PPGH-Universidade Federal Fluminense, 2011.

Fontes

Filmes *Amaral Netto, o Repórter*, Acervo Plantel, Fundo Cinemateca do MAM, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Acervo IBOPE, Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP, Campinas, SP.

Carta da *Plantel Editora e Publicidade* a Roberto Marinho, boletim do IBOPE anexo, datada de 14/01/1970. Arquivo Roberto Marinho. Memória Globo. Rio de Janeiro, RJ.

Programa de Amaral Netto é líder. Jornal *O Globo*, Geral, 31/05/1969.

Nota da TV Globo sobre *Roque Santeiro*. Jornal *O Globo*, 28/08/1975.

“Livros no poder!” – O Instituto Nacional do Livro ao longo das ditaduras

Mariana Rodrigues Tavares ²⁷³

Introdução

Já faz algum tempo que a historiografia se detém nos estudos sobre a produção, circulação e apropriação dos objetos culturais. Tema caro aos historiadores franceses e, mais recentemente, àqueles pertencentes a corrente do *Novo historicismo*, a análise dos livros enquanto um dos principais objetos da produção cultural de uma época, pode ser bastante elucidativa para a compreensão das práticas dos agentes sociais em diferentes momentos históricos. Nesse sentido, este pequeno texto se destina a discutir de que maneira a produção editorial de livros esteve associada a projetos políticos ditatoriais, e mais, de que forma algumas editoras de esquerda mantiveram convênios de publicação com o Instituto Nacional do Livro (INL).

Um leitor interessado em literatura brasileira poderia se deparar numa biblioteca com a obra *Malagueta, perus e bacanaço*²⁷⁴ de João Antônio. Um “olho” atento apenas ao conteúdo desta obra, certamente ignoraria o fato de que em 1975 a segunda edição²⁷⁵ da obra de João Antônio²⁷⁶ fora lançada numa parceria entre a editora de esquerda Civilização Brasileira e o Instituto Nacional do Livro. Tempos difíceis eram os da Ditadura Militar. Em 1975 já se completava cerca de uma década desde que o golpe fora deflagrado e principalmente para aqueles que assumiam uma postura política de esquerda a insegurança e o temor pela censura, prisão e tortura eram sempre iminentes.

Mas ao que parece apesar do clima de insegurança e de posições políticas bem delimitadas, a margem de negociações e diálogos não foi impossibilitada. Nas próximas linhas veremos de que maneira o Instituto Nacional do Livro ao longo dos anos 1970-80,

²⁷³Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense.

²⁷⁴*Malagueta, perus e bacanaço* trata da história de uma noite na vida de três personagens malandros que dão título à obra. Os personagens que compõe o trio representam os típicos malandros paulistas que passam as noites a procura dos mais diferentes modos de fazer ganhos em dinheiro. Para maiores detalhes ver: ANTÔNIO, João. *Malagueta, perus e bacanaço*. Rio de Janeiro, 2 ed. Co-ed. Rio de Janeiro, INL, Civilização Brasileira, 1975.

²⁷⁵A primeira edição da respectiva obra também foi lançada pela Civilização Brasileira, mas ocorreu em 1963. Ver: ANTÔNIO, João. *Malagueta, perus e bacanaço*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

²⁷⁶João Antônio (1937-1996) foi um jornalista e escritor brasileiro, criador do conto-reportagem que se tornou conhecido por retratar bairros proletários. O primeiro livro foi “*Malagueta, perus e bacanaço*”. Ver: SERRA, Marlene Gonçalves. *O jogo das linguagens em João Antônio*. Revista Idiomas, n.18, 2º semestre de 1996.

estabeleceu associações com as editoras privadas, em especial, com a Civilização Brasileira de Ênio Silveira. Antes de passarmos ao detalhamento dessas associações, cabe aqui situar historicamente o Instituto Nacional do Livro.

O INL através da História: Origens e fases

Fundado por meio do decreto-lei n. 93, de 21 de dezembro de 1937²⁷⁷, através da transferência do Instituto Cairu²⁷⁸ que havia sido criado em janeiro daquele ano, ao Instituto Nacional do Livro caberia a função de contribuir direta e eficientemente para o desenvolvimento cultural do país. Essa contribuição viria por meio da política de edições de obras raras, ou preciosas, consideradas de grande interesse para a cultura nacional, além do propósito de aumentar e melhorar a edição de livros no país, bem como facilitar a sua importação e incentivar a organização e manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. Desde sua criação, o Instituto Nacional do Livro estabeleceu sua sede no quarto andar do prédio da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e teve como primeiro diretor o escritor gaúcho Augusto Meyer²⁷⁹, amigo do então presidente Getúlio Vargas, que permaneceu à frente da instituição por mais de 18 anos.

À época de sua fundação, o Instituto Nacional do Livro se constituía por um Conselho de Orientação, composto de cinco membros nomeados pelo presidente da República, e por três seções técnicas: a Seção da Enciclopédia e do Dicionário, a Seção de

²⁷⁷A criação do Instituto Nacional durante o Estado Novo de Vargas pode ser compreendida no sentido de buscar o estabelecimento de uma prática de conformação da leitura muito cara aos regimes ditatoriais. Tal fato pode ser identificado ao aproximarmos as análises da criação do Instituto Treccani também conhecido por Istituto dell'Enciclopedia Italiana. O Instituto italiano, assim como INL, fora criado na conjuntura de uma governo autoritário, o governo Mussolini e tinha planos de publicar uma enciclopédia italiana das ciências, letras e artes – algo bem parecido com os propósitos do INL de organizar uma enciclopédia brasileira e o dicionário nacional. Para maiores detalhes ver: GREGORY, Tullio. *L'istituto dell'enciclopedia italiana*. In: nuova informazione bibliografica 4/11.

²⁷⁸O objetivo do Instituto Cairu era organizar e publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, rendendo-lhes sucessivas edições. Para maiores detalhes ver: *Instituto Nacional do Livro: 1937-1987 – 50 anos de publicações*. Brasília: INL, 1987, e documentação do fundo Gustavo Capanema. Para maiores esclarecimentos ver: *Transformação do Instituto Cairu em INL, elaboração da Enciclopédia Brasileira, Dicionário de língua nacional, obras patrocinadas pelo INL, incentivos a indústria nacional do Livro*. Rio de Janeiro, Belo Horizonte, 07/09/1934 a 11/12/1945 e Lei n° 378 de 13 de janeiro de 1937.

²⁷⁹Augusto Meyer (1902-1970) foi poeta, ensaísta e professor. Entre 1930 e 1936, dirigiu a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, desde 1937, ocupou por duas vezes do Instituto Nacional do Livro, entre 1938 e 1956 e entre 1961 e 1967. Dois anos antes de assumir o INL, em 1935, lançou o ensaio *Machado de Assis*, colaborando para a valorização e o resgate da obra do autor pela crítica literária. No ano de 1960 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Dez anos mais tarde, faleceu no Rio de Janeiro causando grande comoção no Instituto Nacional do Livro, na época dirigido por Maria Alice Barroso. Ver *Revista do Livro*, n. 42, ano XIII, 3º trimestre de 1970.

Publicações e a Seção de Bibliotecas. Ao Conselho de Orientação caberia organizar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário Nacional*, bem como dar pareceres sobre as medidas que deveriam ser tomadas para atingir os objetivos do órgão.

As demais seções, de maneira geral, desempenhavam os seguintes papéis: a Seção da Enciclopédia e do Dicionário, primeiramente chefiada pelo poeta Américo Facó²⁸⁰ e tendo como consultor técnico o escritor Mário de Andrade, destinava-se a realizar o trabalho de publicação da *Enciclopédia Brasileira*. Durante anos tentou-se editar esta publicação e pelo menos três planos foram pensados para o lançamento da obra,²⁸¹ o último deles datado de 1961. No entanto, esta seção foi extinta em 1973, sem que a *Enciclopédia* tivesse saído do papel.

O INL havia sido planejado desde março de 1936, quando o governo constituiu uma comissão composta por Alceu Amoroso Lima, pelo diretor da Biblioteca Nacional, Rodolfo Garcia, e pelo diretor da Casa de Rui Barbosa, Luís Camilo de Oliveira Neto, com o objetivo de elaborar o plano de redação de uma *Enciclopédia Brasileira*. Foram muitas as dificuldades encontradas pelo INL para sua implantação efetiva, e estas compreenderam desde a demora de dois meses para a nomeação de seu diretor, até a reduzida dotação orçamentária que atrasava os salários e postergava as publicações, sem contar, ainda, a dificuldade na criação da sua própria revista, sonho antigo de Meyer.

Este último desejo foi concretizado somente no ano de 1956, quando foi publicada a *Revista do Livro*. Entre os anos de 1954 e 1955, o Instituto Nacional do Livro passara das mãos de Augusto Meyer²⁸² para as de Adonias Filho.²⁸³ No ano de 1956, a administração foi transferida para José Renato Pereira e, ao que parece, a gestão desse diretor tinha o

²⁸⁰Américo de Queirós Facó (1885-1953) foi um poeta e jornalista cearense. No ano de 1910 transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro a fim de ingressar nos principais círculos literários e intelectuais do Brasil. Trabalhou no INL, no Senado Federal e foi diretor da *Revista Fon Fon*.

²⁸¹Houve outra tentativa de elaborar a *Enciclopédia brasileira* que antecede a de 1961, e data de 1959. Nessa tentativa houve a reunião de candidatos de diversas áreas científicas brasileiras, como Darcy Ribeiro, por exemplo.

²⁸²Conforme indica Aníbal Bragança, a saída de Augusto Meyer da direção do INL se deveu à sua atuação na cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Hamburgo, na Alemanha. Ver: BRAGANÇA, Aníbal. *As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967)*. Matrizes, ano 2, nº2, primeiro semestre de 2009, pp. 221-246.

²⁸³ Adonias Filho (1915-1990) foi jornalista, crítico literário, ensaísta e romancista. Mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro onde colaborou para os jornais *Correio da Manhã* (1944-45), *Jornal das Letras* (1955-1960) e *Diário de Notícias* (1958-1960). Esteve à frente da editora A Noite (1946-1950), foi diretor do Serviço Nacional de Teatro (1954) e da Biblioteca Nacional (1961-1971). Esteve na direção do INL entre os anos 1954-55, ingressando mais tarde nos quadros da direção da Biblioteca Nacional. Durante os anos 1970, e principalmente no período de coedições do INL, pertenceu ao setor de pareceristas da Instituição.

propósito de, finalmente, conseguir cumprir os objetivos estabelecidos desde o momento de criação do Instituto Nacional do Livro. Somente em junho de 1956, a *Revista do Livro* pôde vir a público como parte das comemorações do 117º aniversário de Machado de Assis.

Porém a gestão de José Renato Pereira não tirou do papel apenas a revista. Também neste momento as enciclopédias e os dicionários da cultura brasileira passaram pelos prelos do Instituto Nacional do Livro. O primeiro deles, datado de 1956, foi o *Dicionário Popular Brasileiro*, de Alarico Silveira²⁸⁴. Dois anos mais tarde, em 1958, o Instituto Nacional do Livro lançaria o primeiro tomo da *Enciclopédia Brasileira*, também de Alarico Silveira, sob a organização de Américo Jacobina Lacombe. Um ano antes, em 1957, o INL havia publicado outro volume importante: tratava-se dos textos de Euryalo Cannabrava e Paulo Ribeiro de Assis, reunidos na *Enciclopédia brasileira; introdução, diretrizes, normas gerais*,²⁸⁵ com o prefácio do então diretor José Renato Pereira.

Passados alguns anos, entre 1961-1967, o INL foi novamente dirigido por Augusto Meyer. A partir desta data e nos anos de maior endurecimento do governo civil militar, passou por mudanças mais expressivas no quadro de diretores.

Em junho de 1960, assumiu a direção o general Umberto Peregrino, que havia sido exonerado do cargo de diretor da Biblioteca do Exército após ter transcrito em seu boletim um texto em defesa do ISEB,²⁸⁶ de autoria do coronel Nelson Werneck Sodré²⁸⁷ e um artigo contra um americano. Durante a gestão de Umberto Peregrino foi criada, no INL, a Comissão de Alto Nível, responsável por adquirir um número de exemplares de determinadas obras submetidas à apreciação do conselho da instituição. Uma vez elaborados pareceres favoráveis às obras, o INL adquiriria certo número de volumes e os repassaria para as bibliotecas do país. Pertenceram a esta comissão²⁸⁸ muitos intelectuais

²⁸⁴ Alarico Silveira (1878-1943) foi um educador paulista reconhecido pela sua dedicação profissional à escrita de uma *Enciclopédia Brasileira*.

²⁸⁵ Ver: CANNABRAVA, Euryalo; RIBEIRO, Paulo de Assis. *Enciclopédia Brasileira; introdução, diretrizes, normas gerais*. Rio de Janeiro, INL, 1957. Prefácio de José Renato Pereira.

²⁸⁶ O ISEB foi criado como um órgão do Ministério da Educação e Cultura e tinha o objetivo de promover os estudos e a divulgação das ciências sociais. Foram nomes atuantes no ISEB os de Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida e Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em: 22 março 2014.

²⁸⁷ Ao que parece, a dita publicação provocou furor nos jornais brasileiros. No *Jornal do Brasil* de 29 de junho de 1960, no primeiro caderno, há a seguinte manchete: “Coronel Umberto Peregrino demitido por transcrever artigo contra um americano”.

²⁸⁸ No mesmo ano de criação do Conselho, o secretário José Galante propunha que as obras fossem examinadas por pareceristas que as classificariam em *bom*, *muito bom* e *ótimo*. Por essa escala se definiria o número de exemplares que o Instituto adquiriria. A aquisição se faria prioritariamente na ordem

importantes²⁸⁹: Luiz Antonio Barreto, parecerista e secretário do Instituto; José Galante de Souza; Clarice Lispector;²⁹⁰ Altimar de Alencar Pimentel; Américo Jacobina Lacombe; Antônio Geraldo da Cunha; Vicente de Paulo Vicente de Azevedo; Eduardo Portella; Assis Brasil; Celso Ferreira da Cunha; Valdemar Cavalcanti; Carlos Xavier Paes Barreto; Odaléa de Queiroz Cunha; Vitorino F. Sanson; Antonio Geraldo Pereira Caldas; Walmir Ayala; Adonias Filho; Marcos Konder Reis e Octavio de Faria, entre outros.

A prática de aquisição de livros se manteve ao longo dos anos 70, a política de coedições marcou a ação do INL. A diretoria do Instituto coube, nesta época, à escritora Maria Alice Barroso.²⁹¹ No ano de 1970, o primeiro de Maria Alice como diretora, a *Revista do Livro*²⁹² já anunciava o programa de convênio entre o INL e as editoras privadas, firmado pelo ministro Jarbas Passarinho. As primeiras editoras que estabeleceram esse acordo foram: Tecnoprint; Melhoramentos; J. Olympio; Cultrix; Agir; Lia; Coordenada de Brasília; Lidador; Livros no Mundo Inteiro; Conquista; Brasiliense; Quatro Artes; Paz e Terra; José Álvaro; Grifo; Ática; Globo; Laudes; Expressão e Cultura; Tempo Brasileiro; Bruguera; Bonde; *Civilização Brasileira*; Leitura; Cátedra; Nosso Tempo; O Cruzeiro; GRD; Poster Graph; Editora Record; Renes Ltda.; Brasília S. A.; Livro Místico e Cadernos Didáticos.

Iniciada nos anos 1970, a política de coedições foi um sucesso. Após a gestão de Maria Alice Barroso, Herberto Sales²⁹³ assumiu a direção do Instituto, onde permaneceu até 1985 e também e onde pôde dar também continuidade aos trâmites com as editoras. Alguns dos pareceristas da Comissão de Alto Nível permaneceram nos quadros de

decrecente do valor atribuído, os originais não seriam devolvidos e os autores seriam avisados previamente da decisão.

²⁸⁹Muitos desses nomes intelectuais, mais tarde, além de compor os quadros do INL fizeram parte também do Conselho Federal de Cultura (CFC). Para maiores esclarecimentos ver: MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: O Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. Organização da coleção Lia Calabre. São Paulo: Itáu Cultural: Iluminuras, 2012.

²⁹⁰Ao contrário do que afirmou Ricardo Oiticica em sua tese sobre o INL, Clarice Lispector não só teve publicações pelo INL como atuou como parecerista da Instituição. Ver: Pareceres da Comissão de Alto Nível – anos: 1967, 1968, 1969, 1970 e 1971.

²⁹¹Maria Alice Barroso (1926-2012) foi jornalista e escritora. Formada em biblioteconomia, lançou seu primeiro livro em 1960, intitulado *Os posseiros*. Esteve na direção do INL, da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional. Faleceu em 2012.

²⁹²Para maiores detalhes ver: *Revista do Livro*, ano XIII, 4º trimestre, n. 43, 1970.

²⁹³Herberto Sales (1917-1999) foi jornalista e escritor. No ano de 1944 publicou seu romance de estreia, *Cascalho*, baseado na vida dos mineradores de diamante, texto que se tornou um clássico do regionalismo. Em 1974 mudou-se para Brasília, onde ocupou a função de diretor do INL. No governo Sarney foi nomeado assessor da presidência da República, até 1986, quando se mudou para Paris na condição de adido cultural da Embaixada do Brasil.

avaliadores das políticas de coedições ao longo de todo o período 1970-1987.²⁹⁴ Foram eles: Valdemar Cavalcanti; Adonias Filho; Marcos Konder Reis; Américo Jacobina Lacombe; Therezinha Casassanta; Nelly Novaes Coelho; José Augusto Guerra; Octavio de Faria; Clarival do Prado Valladares; Miguel Reale e Edson Nery da Fonseca. E é justamente sobre a política de coedições e editoras que vou tratar a partir de agora.

Negociações impossíveis? O INL e a Civilização Brasileira na Ditadura

Na manhã de sábado do dia 29 de maio de 1965 a primeira página do jornal Correio da Manhã trazia a seguinte notícia: *Advogado de Ênio quer Pina punido*, e completava a manchete com a seguinte reportagem:

O advogado Heleno Fragoso impetrou, ontem, no Superior Tribunal Militar, *habeas-corpus* em favor do editor Ênio Silveira, sustentando a ilegalidade de sua prisão e solicitando que seja aberto inquérito contra o coronel Gerson de Pina, que “praticou o crime de exercício arbitrário ou abuso de poder, definido no artigo 350 do Código Penal comum²⁹⁵.”

De acordo com a reportagem a prisão de Ênio Silveira aconteceu em razão de uma acusação por subversão feita pelo coronel Gerson de Pina, encarregado do IPM do ISEB, que acreditava estar o editor envolvido nos planos de fuga e de cobertura do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Toda essa articulação, segundo a acusação, teria ocorrido durante uma feijoada oferecida a Arraes por Silveira no último dia quinze daquele mês.

A despeito de planejamentos de uma fuga política ou não, é certo que Ênio Silveira já possuía uma carreira ligada ao universo dos livros e também a militância política de esquerda. Nascido num ambiente familiar ligado ao universo letrado, Ênio Silveira desde muito jovem se inseriu nos círculos ligados a edição e a publicação de livros, em especial, nos da Companhia Editora Nacional, onde trabalhou graças a uma aproximação de seu padrinho com Octalles Marcondes Ferreira, proprietário da referida editora²⁹⁶. Além disso, as relações se intensificaram quando do casamento de Ênio com a filha de Marcondes Ferreira, Cléo, uma das maiores acionistas da Cia.Nacional.

²⁹⁴Ver: Pareceres do INL que indicam se a obra merece ou não coedição do INL. São cerca de 3304 pareceres dispostos em 17 pastas (anos 1970-1987).

²⁹⁵ Jornal Correio da Manhã de 29 de maio de 1965.

²⁹⁶Ver: VIEIRA, Luiz Renato. *Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil*. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v.20, n.2, p.139-192, jul./dez.1996.

A *Civilização Brasileira* fora criada em 1929 por Gustavo Barroso, Ribeiro Couto e Getúlio Costa. Alguns anos mais tarde, em 1932, fora incorporada pela Cia. Editora Nacional e tinha o sinete editorial de publicar livros não didáticos e livros de ficção. Somente em 1963, Silveira assumiu a direção da editora que a época já podia ser considerada uma das mais importantes do país e com o catálogo editorial já incrementado. Ao longo dos anos 1960, as publicações cada vez mais se direcionavam para o lançamento de livros de esquerda especialmente quando da criação da coleção Retratos do Brasil e do fato de alguns títulos serem ligados à história da formação do Partido Comunista²⁹⁷.

Por toda essa ação “à esquerda”, a imagem de que se construiu a respeito de Ênio Silveira é a de um editor militante e combativo da ditadura, haja vista os trabalhos clássicos na área de história do mercado editorial brasileiro que ressaltam o caráter combativo de Ênio e que principalmente são também responsáveis pela construção de uma memória do período militar²⁹⁸.

Ainda hoje em tempos de relembrar acontecimentos tão recentes em nossa história, a menção que se costuma fazer a Ênio Silveira e principalmente a casa editorial sob sua chancela é a de militância e perseguição por parte do governo militar. Recentemente a publicação no caderno Prosa do Jornal *O Globo* de 22 de março de 2014, comprova essa assertiva:

Um dos símbolos dessa perseguição foi o atentado a bomba contra a Livraria Civilização Brasileira, em 1968. Instalada desde 1955 na Rua Sete de Setembro, no Centro do Rio, a loja havia se tornado centro de debate político e ponto de encontro de autores da casa, artistas e intelectuais de esquerda como Carlos Heitor Cony, Antonio Callado, Di Cavalcanti, Nelson Werneck Sodré e Dias Gomes, entre muitos outros. Na madrugada de 14 de outubro, dois meses antes do AI-5, uma explosão provocada por terroristas de direita deixou parcialmente destruída a fachada, com seu imponente cartaz com os dizeres “Quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê”. Anos depois, o depósito da editora também sofreu atentado a bomba e foi incendiado²⁹⁹.

²⁹⁷Além da atuação de Ênio Silveira enquanto um editor militante de esquerda, há de se considerar também sua ação no Sindicato Nacional dos livreiros especialmente quando da discussões acerca da publicação e edição de livros no Brasil. Para maiores detalhes ver: LEMOS, Andréa. Ênio Silveira: o empresário militante. In: Livros vermelhos: literatura, trabalhadores e militância no Brasil. Marcelo Badaró Mattos (organizador); Andréa Xavier Galúcio...[et.al]. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2010, pp.230-266.

²⁹⁸Sobre essa construção da “memória militante” de Ênio Silveira vale destacar os trabalhos de Andréa Lemos aqui referidos e dos de Hallewell. Para maiores detalhes: HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005, p.445.

²⁹⁹Disponível: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/>. Acesso em 22/03/2014.

Não há como negar que a ditadura cerceava a liberdade, impunha suas regras, perseguia, torturava, matava. Também não se pode fechar os olhos para o fato de que Ênio Silveira não só fora preso uma vez, mas, pelo menos, três vezes e destituído da direção da Revista Civilização Brasileira, outra criação também de cunho esquerdista, em 1965 durante o governo de Humberto Castelo Branco. Entretanto o que esta comunicação pretende não é desconstruir uma memória militante criada em torno da imagem da Civilização Brasileira e de seu principal editor, mas apenas evidenciar de que maneira as negociações também fizeram parte do universo da militância política e, sobretudo, destacar os diálogos que existiram entre as “esquerdas e direitas”.

Decorridos dez anos do episódio da “feijoada subversiva” de 1965, ao que parece, o nosso editor solicitou o convênio com o INL para a publicação da obra de João Antônio, Malagueta, *Perus e Bacanaço*, já referida nesta narrativa. Apesar de um homem de posições políticas claramente esquerdistas, o parecer conferido por Adonias Filho destaca as qualidades do texto e vota a favor do convênio com as seguintes palavras:

Parecer nº 1404/75

Malagueta, Perus e Bacanaço

João Antônio

Editora Civilização Brasileira S.A

Ficção

Parecer

O sucesso de crítica e público que o livro de João Antônio provocou – quando do lançamento inicial – já bastaria para justificar o convênio com o INL. Situado efetivamente na linha dos ficcionistas que tomam a vida no cotidiano para acioná-la em termos episódicos, o A. é sobretudo um incomum caracterizador de figuras.

E, se integrado nesse moderno realismo que reafirma a “ficção do testemunho”, nem por isso perde o direito de certa transfiguração que nele é parte da vocação literária. A linguagem, finalmente, assim direta e objetiva, já atesta o escritor realizado.

Voto a favor do convênio.

Adonias Filho.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1975.

A este parecer poderíamos acrescentar outro também da Civilização Brasileira datado de 1970, em que a diretora do INL, Maria Alice Barroso vota a favor do convênio entre o instituto e a editora para a coedição do livro “Obra completa de Oswald de Andrade”. O que a análise desses pareceres demonstra é a negociação existente entre as editoras e as políticas públicas para a promoção do livro no Brasil. Mais do que a ideia de cooptação que poderia ser característica de análises desse tipo, aqui o que prevalece são as evidências de que posições políticas podem definir um editor, mas não as suas articulações ao tratar dos livros enquanto objetos de mercado. No caso de Ênio Silveira, mais do que buscar convênios com INL, associação esta que garantia o funcionamento da sua editora, há de se considerar também suas relações com os diretores do Instituto, dentre os quais, se destaca a relação entre Civilização Brasileira e Herberto Sales³⁰⁰. Por todas essas questões e nuances do período ditatorial e das práticas editoriais no Brasil, só posso encerrar ainda que brevemente tomando de empréstimo as palavras de Sales em correspondência para a autora Lygia Fagundes Telles onde afirma o seguinte: “uma coisa é escrever livros, e outra é entender deles, do seu comércio, de suas transas”³⁰¹.

Bibliografia

ANTÔNIO, João. *Malagueta, perus e bacanaço*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

_____. Rio de Janeiro, 2 ed. Co-ed. Rio de Janeiro, INL, Civilização Brasileira, 1975.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. *A palavra e o silêncio: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2002.

BORGES, Jorge Luís. O Livro. In: O Livro. Cinco visões pessoais. 4º ed., Brasília: UnB, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. Ortiz, Renato (org.). São Paulo, editora Ática, 1983, pp. 122-155.

BRAGANÇA, Aníbal. *As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: O Instituto Nacional do Livro (1937-1967)*. Matrizes, ano 2, nº2, primeiro semestre de 2009, pp. 221-246.

³⁰⁰Herberto Sales (1917-1999) Jornalista e escritor brasileiro. Em 1974 mudou-se para Brasília a fim de ocupar a diretoria do INL, onde permaneceu até 1985. Depois disso se tornou representante da Embaixada do Brasil em Paris a partir de 1986. Primeiro romance foi “Cascalho”.

³⁰¹Carta de Herberto Sales a Lygia Fagundes Telles. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1979.

BRITO, Tatiana Feitosa de. *O Livro Didático, o Mercado Editorial e os Sistemas Apostilados*. Centro de Estudos da Consultoria do Senado, Textos para discussão, junho de 2011.

CANNABRAVA, Euryalo & RIBEIRO, Paulo de Assis. *Enciclopédia Brasileira; introdução, diretrizes, normas gerais*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1957.

CARROL, Lewis. Descendo pela toca do coelho. In: *Alice no País das Maravilhas*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. *O Instituto Nacional do Livro e os Modernistas: Questões para a História da Educação Brasileira*. Cadernos de História da Educação – v.11, n.2 – jul./dez.2012, pp.543-557.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ELIAS, Norbert. O conceito de configuração. In: ELIAS, Norbert. *Introdução a Sociologia*. Lisboa, Edições 70, 1999, pp. 140-145.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Tempo da Experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GREGORY, Tullio. *L'istituto dell'enciclopedia italiana*. In: nuova informazione bibliografica 4/11.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005, p.445.

LEMOS, Andréa. Ênio Silveira: o empresário militante. In: *Livros vermelhos: literatura, trabalhadores e militância no Brasil*. Marcelo Badaró Mattos (organizador); Andréa Xavier Galúcio...[et.al]. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2010, pp.230-266.

MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: O Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)*. Organização da coleção Lia Calabre. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

OITICICA, Ricardo. *O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia brasileira dos rejeitados*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1997.

ORIÁ, Ricardo. A Companhia Editora Nacional e a Literatura escolar. In: *O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar brasileira (1934-1961)*. São Paulo: Annablume, 2011.

SERRA, Marlene Gonçalves. *O jogo das linguagens em João Antônio*. Revista Idiomas, n.18, 2º semestre de 1996.

SERRANO, Gisella de Amorim. *Caravelas de Papel: A política editorial do Acordo Cultural de 1941 e o pan-lusitanismo (1941-1949)*. Tese de doutorado, Belo Horizonte, UFMG, 2009.

TREBITSCH, Michel. Avant-propos: La chapelle, Le clan et Le microcosme. Apud. GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio...: modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

VIEIRA, Luiz Renato. *Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil*. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v.20, n.2, p.139-192, jul./dez.1996.

XAVIER, Erica da Silva e CUNHA, Maria de Fátima da. *Entre a Indústria Editorial, a Academia e o Estado: o Livro Didático da História em questão*. Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História, 18, 19 e 20 de abril de 2011 – Florianópolis/SC.

Fontes

Fundo e coleção INL.

Pasta de Pareceres editoras – Fundo INL.

Revista do Livro, n. 42, ano XIII, 3º trimestre de 1970.

Jornal Correio da Manhã de 29 de maio de 1965.

Carta de Herberto Sales endereçada a Lygia Fagundes Telles em 6 de novembro de 1979.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em 22/03/2014;

<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/> . Acesso em 22/03/2014.

Memórias das oposições

Trajatória, projeto, memória e identidade: três operários sindicalistas em perspectiva

Fernanda Raquel Abreu Silva³⁰²

Neste artigo pretendemos brevemente apresentar as histórias de vida dos três sindicalistas operários, Clodesmidt Riani, José Ibrahin e Geraldo Cândido, que são objetos da dissertação de mestrado provisoriamente intitulada como “Memórias sindicais: Trajetória, identidade e memória de três lideranças sindicais do tempo da ditadura brasileira (1964-1985)”, através da perspectiva de *Projeto* desenvolvida por Gilberto Velho. Analisaremos como esses indivíduos lutaram por manter seus projetos de vida apesar de todas as dificuldades proporcionadas pelo período de repressão que se abateu sobre o Brasil entre as décadas de 1960 e 1980. Pretendemos, ainda, articular suas trajetórias de modo que possam representar as memórias do próprio movimento sindical brasileiro, mesmo tendo militado em áreas e épocas diferentes.

Ao optar por utilizar o conceito de projeto de vida de Velho, vemos o imperativo de trabalhar com outras duas questões: identidade e memória. Desta forma, lançaremos mão das produções de Elizabeth Jelin, Michel Pollak e Maurice Halbwachs para nos auxiliar no estudo sobre a interação da memória e da identidade e, por fim, como isso influencia no projeto de vida do sujeito.

As fontes para esse trabalho são entrevistas realizadas com os operários sindicalistas, separadamente, através do Projeto Marcas da Memória, que faz parte do acervo do Laboratório de História Oral do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e uma entrevista concedida por Riani a Hilda Rezende Paula e Nilo de Araujo Campos, em Juiz de Fora - MG, publicada pela editora Funalfa. Em vista da necessidade de cuidado ao lidar com fontes orais, esses depoimentos foram colhidos de acordo com a metodologia da História Oral, que tem se desenvolvido amplamente no Brasil nos últimos trinta anos. A partir dessa metodologia, há a possibilidade de o pesquisador perceber as diversas imagens de como os sujeitos encaram a vida coletiva.

³⁰²Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O indivíduo, então, compõe a coletividade e dessa forma as informações por ele fornecidas não são apenas sobre si, como também sobre o ambiente em que vive. Portanto, como afirma Lucília de Almeida Neves, acreditamos que, na História Oral, "faz parte dos procedimentos metodológicos que lhe são próprios reconhecer a importância de cada indivíduo/depoente em si mesmo e em sua relação com a sociedade na qual está ou esteve integrado"³⁰³.

Os sindicalistas escolhidos para este trabalho foram Clodesmidt Riani, José Ibrahin e Geraldo Cândido. Fizemos essa escolha porque consideramos que as trajetórias desses indivíduos nos permitem analisar também a história recente do movimento sindical brasileiro dada a sua representatividade. Foram lideranças sindicais em áreas distintas cuja trajetória sindical se confunde com a profissional, uma vez que os três iniciaram suas militâncias justamente no começo de suas carreiras profissionais.

Em 30 de outubro de 2011, entrevistamos Clodesmidt Riani, em Juiz de Fora (MG), sua cidade natal. O espaço escolhido para a realização do depoimento foi o Centro de Memória e Documentação Clodesmidt Riani, que ele mantém com sua família próximo à sua residência. Riani foi bastante ativo durante o governo do presidente João Goulart e, portanto, foi imediatamente reprimido após o Golpe de 1964. Sua militância se deu basicamente no estado de Minas Gerais, mas abrangia todo o país uma vez que Riani foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e do Comando Geral dos Trabalhadores.

A entrevista seguinte, de José Ibrahin, foi realizada na sede do sindicato União Geral dos Trabalhadores, em São Paulo, no dia 27 de janeiro de 2012. Ibrahin foi um dos líderes sindicais que orquestraram a greve em Osasco em 1968, porém sua militância iniciou-se antes do golpe, por volta de 1961, também no estado de São Paulo. Foi também um dos presos políticos trocados pelo embaixador estadunidense, em 1969.

E, por fim, o depoimento de Geraldo Cândido ocorreu no dia nove de agosto de 2011, no Instituto de História/UFRJ. Ele foi operário, ex-militante da Ala Vermelha do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), atuou no estado do Rio de Janeiro e foi um dos fundadores do Sindicato dos Metroviários, do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

³⁰³ NEVES, L. A. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. In: *Revista de História Oral*, 3, 2000. P. 109 - 116

Tendo em mente que Riani iniciou sua militância nos anos 1950 e Cândido e Ibrahin continuaram na luta até a década de 1980, podemos então ter um bom panorama do período da ditadura civil-militar brasileira. Assim, não trabalharemos apenas com a história do movimento sindical ao utilizar essas entrevistas, como também analisaremos a história política recente do país.

Esquematizamos este texto em três partes a fim de facilitar ao leitor a compreensão dos conceitos aqui trabalhados - projeto, memória e identidade - relacionando um indivíduo e sua trajetória a cada um desses, porém é importante salientar que essas noções, tal como as trajetórias, não estão desassociadas. Foram assim dispostas apenas com o objetivo de desenvolver os conceitos separadamente tendo como apoio o exemplo da história de vida de cada sujeito que selecionamos aqui.

Memória

A memória do movimento operário sindical do período de 1964 a 1978 - ou seja, período anterior ao chamado "Novo Sindicalismo" - ainda está emergindo no atual contexto de disputas de memórias oficiais e subterrâneas. A abertura democrática permitiu a veiculação de informações sobre os atos repressores da ditadura, bem como as ações de resistência de setores já conhecidos, como o movimento estudantil e os intelectuais de esquerda. Dentro desse contexto, o movimento operário sindical adquire novo destaque como uma memória que começa a buscar espaço dentro das memórias de resistência à ditadura.

O setor operário foi um dos que mais sofreram com a opressão do governo imediatamente após a tomada do poder, tendo que se articular silenciosamente pelo interior das fábricas para que pudesse retomar o seu papel de pressão como ator social já no período de abertura democrática - vide a relevância das greves do ABC paulista em 1978.

Podemos perceber assim que tanto as memórias oficiais de um período de crise quanto as subterrâneas são reavaliadas e/ou autocriticadas, fazendo emergir novas visões acerca do passado; perspectivas que compõem um quadro complexo de memórias imbricadas, contribuindo na formação da memória coletiva. Lembramos aqui de

Elizabeth Jelin, que comenta que o passado não muda, o que pode mudar é o sentido desse passado, suas interpretações³⁰⁴.

Maurice Halbwachs³⁰⁵ nos ajuda a pensar a memória como uma construção social coletiva, por conseguinte formulada pela presença em grupos sociais. Para ele, o indivíduo apenas se recorda daquelas lembranças das quais o grupo no qual ele se identifica faz parte; não seria possível, portanto, que uma pessoa se lembrasse de acontecimentos ocorridos a um grupo a que ela não pertença ou não tenha pertencido.

Esse embate entre as memórias de esquerda é o que Pollak comenta em seu texto "Memória, esquecimento, silêncio"³⁰⁶, quando afirma ser mais frequente a disputa entre grupos minoritários e a sociedade globalizante. Isto é, nem sempre a disputa entre memórias é somente entre o Estado e a sociedade civil, podendo ser observada de formas variadas dentro de grupos com o mesmo posicionamento político, mas de tendências diferentes, como é o caso das esquerdas brasileiras.

Novamente recorrendo a Halbwachs, podemos afirmar que a memória individual se insere na memória coletiva, pois as recordações são criadas a partir de interações sociais e partilhadas com os grupos aos quais o sujeito pertence. Assim, a memória individual - que conta com diversos participantes em diferentes contextos - atravessa o seu caráter pessoal, ou seja, a capacidade de captar informações, para se transformar em um aglomerado de acontecimentos compartilhados com outros sujeitos.

O autor enfatiza que a junção das memórias de diferentes grupos em que o indivíduo está inserido caracteriza o processo de construção da memória individual. Deste modo, o sujeito faz parte de duas memórias - a coletiva e a individual - já que "para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade"³⁰⁷.

Considerando que a memória coletiva seria fruto das interações sociais, a manutenção dessa memória demanda a permanência das ligações entre os indivíduos que integram um grupo social. A inserção do sujeito no grupo repercute na própria memória

³⁰⁴ JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Coleção Memorias de la Represión Vol. 1: Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

³⁰⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. 2ª edição

³⁰⁶ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: Estudos Históricos, vol. 2, n° 3. 1989.

³⁰⁷ HALBWACHS, *op.cit.*

individual, pois na medida que se insere e interage com o grupo, suas memórias são recuperadas e, por consequência, mantêm a memória coletiva ativa.

Em 1953, já como membro do conselho de representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI), participou do 1º Congresso Brasileiro de Previdência Social, realizado no Rio de Janeiro. Esse congresso tinha por objetivo criar uma lei que garantisse aos trabalhadores a previdência social, ou seja, aposentadoria, seguro em caso de doenças e acidentes etc. Essa luta durou até 1960, quando a Lei Orgânica da Previdência Social foi finalmente aprovada. Inclusive, foi nessa oportunidade - em 1953 - que Riani conheceu o então ministro do Trabalho, João Goulart, e estabeleceu um vínculo de cooperação e admiração que durou até o golpe de 1964, quando Goulart ocupava a Presidência da República.

No dia 30, o clima era de bastante hostilidade e houve uma reunião com a Comissão Permanente das Organizações Sindicais na Guanabara, na sede da Federação dos Estivadores, no Rio de Janeiro. Riani estava presente até que, ao fazer um telefonema no corredor, percebeu que o prédio estava repleto de investigadores e sargentos da polícia; desceu as escadas e passou despercebido pelos oficiais e conseguiu sair do prédio antes que os outros sindicalistas fossem presos. No seu depoimento, Riani diz: "Era plano deles prender a turma em silêncio. E a maioria do nosso pessoal estava preso no Brasil, o movimento sindical todo, como fizeram em 1961"³⁰⁸. No dia seguinte houve outra reunião acalorada cujos sindicatos optaram por greve geral, foi quando Jango ligou para o Riani pedindo que evitasse a greve, pois acreditava que poderia negociar e acalmar a situação.

No dia 1º de abril, após uma reunião para decidir o rumo do CGT, Riani foi para o Palácio das Laranjeiras para falar na Rádio da Legalidade, que era um posto da Rádio Nacional, onde estavam Tancredo Neves e o Marechal Lott. Riani foi o último orador até que a rádio foi invadida, mas conseguiu sair, pois não foi reconhecido naquele momento. Seguiu para a sede da UNE (União Nacional dos Estudantes), porém esta também já havia sido tomada pelo Exército; ao conseguir escapar também dessa situação, Riani foi acolhido na casa de um sobrinho e no dia quatro voltou para Juiz de Fora.

Ainda no Rio de Janeiro, ele se reuniu com advogados da CNTI, dentre eles um criminalista, o advogado Evaristo de Moraes Filho, que aconselhou o exílio como medida

³⁰⁸ CAMPOS, N. A.; PAULA, H. R. (orgs). *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora - MG: Funalfa Edições, 2005.

imediate. Entretanto, Riani não aceitou, acreditou que poderia fazer um discurso de resistência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais na condição de deputado estadual. Já na sua cidade natal, soube que sua casa estava cercada pela Polícia do Exército, que exigia documentos a todos que chegavam. No entanto, por sorte, ao chegar às 4 horas da manhã, não havia guarda na porta.

Na mesma manhã ele se apresentou à sentinela da 4ª Região Militar, um tenente-coronel se aproximou e disse que precisava da colaboração de Riani: bastava assinar uma carta afirmando que Jango e Brizola eram comunistas. Após negar a assinar a carta, Riani foi mantido preso e, em seguida, foi torturado dentro do alojamento da Polícia do Exército que ficava nos fundos da 4ª RM e seguiu para o DOPS de Belo Horizonte e de lá para o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva), no dia cinco já havia decretada a sua prisão preventiva e no dia oito teve seu mandato cassado.

Entre idas e vindas, Riani ficou preso por mais de cinco anos, seus direitos políticos foram cassados na lista do Ato Institucional nº1 e, a maior parte desse tempo, passou incomunicável. Na década de 1970, já em liberdade, Riani retoma o trabalho sindical e na década de 1980 se elege novamente deputado estadual, mas sem abandonar a luta dos trabalhadores. Assim, Riani afirma: "Lutei até a última hora com as armas que tive, que puseram ao meu alcance"³⁰⁹.

A trajetória de Clodesmidt Riani nos ajuda a pensar o papel da memória dentro desse contexto coletivo, no qual a sua memória individual tangencia a memória nacional, mas não necessariamente a oficial. Por meio do seu depoimento, Riani nos mostra a força política dos trabalhadores durante o governo de Goulart e como o Estado autoritário lidou com essa importância política popular.

Podemos notar a partir do trecho da trajetória de Riani que aqui foi apresentado, a possibilidade de analisar a história política brasileira recente através da metodologia da História Oral: sua memória se agrega à história do país e seu depoimento se converte em uma importante fonte para o estudo das nuances da situação crítica do pré-golpe e tudo que o sucedeu. Um ponto que chama a atenção é justamente a ação dos sindicalistas no momento de crise e a repressão policial-militar antes mesmo da deflagração do golpe. Essa questão refuta a acusação de parte da esquerda brasileira, principalmente da geração de 1968, de que a classe trabalhadora esteve imóvel durante esse período cuja sua força

³⁰⁹ CAMPOS e PAULA. *op.cit.*

poderia evitar que o país fosse tomado pelo autoritarismo. Contudo, muito provavelmente os articuladores do golpe tiveram em mente a potência desse grupo social e por isso suas ações de repressão começaram estrategicamente poucos dias antes do golpe e continuou intensamente por toda a ditadura.

Projeto

Ao desenvolver a noção de projeto, Gilberto Velho estabelece uma articulação entre memória, identidade e projeto; no qual a memória seria o que foi a relação daquele indivíduo com o mundo, a identidade seria como ele se coloca no mundo e o projeto seria, então, o seu campo de possibilidades no mundo. De acordo com o autor, o projeto só pode ser articulado a partir da memória e da identidade, tendo em mente que projeto seria o processo de construção da identidade e a projeção dentro desse campo de possibilidades.

Na trajetória do líder sindical José Ibrahin, podemos notar o seu comprometimento com a militância política como ato projetado, ou seja, como uma ação consciente. É consciente no sentido em que, antes de ser realizada, criou-se uma idealização do que seria feito. Relaciona-se com o futuro, com as possibilidades dispostas no mundo e a sua projeção.

José Ibrahin iniciou sua militância no movimento operário ainda adolescente, por volta de 1961, bastante influenciado pelo clima de efervescência política na sua cidade natal, Osasco (SP), assim, desde secundarista ele pode estabelecer uma proximidade com os sindicalistas. Quando houve o golpe militar em 1964, os trabalhadores foram duramente reprimidos - abordaremos essa questão mais a frente -, deste modo Ibrahin e outros jovens operários se viram em uma situação extrema em que teriam que assumir uma militância mais comprometida.

Após assumir o sindicato em 1967, o seu grupo percebeu que havia tentativas de infiltração nas fábricas de pessoas a serviço da repressão e, notando que não conseguiriam manter a resistência por mais tempo, optaram então por radicalizar o movimento. Dessa forma, em 1968 foi deflagrada a greve em Osasco, iniciada na Cobrasma. Que foi, sem dúvidas, um dos momentos mais significativos da trajetória de Ibrahin. De acordo com

Marco Aurélio Santana, essa greve foi bem planejada e estruturada, adotando uma nova estratégia: paralisação da produção a partir do interior da fábrica³¹⁰.

Mesmo com as negociações em andamento, o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco foi invadido e, em assembleia, os trabalhadores decidiram que parte da diretoria seria preservada a fim de dar continuidade ao movimento sindical, entre eles estava Ibrahin. Por conta dessa decisão, ele foi obrigado a viver na clandestinidade.

A questão da clandestinidade é um tema muito sensível e pouco explorado no meio acadêmico. É um momento de intenso choque que afeta a formação e a consolidação da identidade do sujeito e, assim, influencia nas suas futuras decisões. São rupturas profundas na sua identidade: alteração repentina do cotidiano, reformulação das relações sociais, entre outros.

Como já comentamos, os projetos de vida são planos para o futuro que têm por objetivo atingir determinados fins, processo que claramente envolve expectativas. Gilberto Velho confirma que "o projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade"³¹¹, portanto, quando o sujeito paralisa ou modifica o seu projeto em função de forças externas a ele, a sua identidade é também ressignificada.

A maneira com a qual Ibrahin conseguiu desviar de parte dessas descontinuidades e, de alguma forma, manter a coerência do seu projeto, foi justamente retornar a militância sindical com o reagrupamento dos trabalhadores que foram demitidos - ou afetados de outras formas - pela greve e por manifestações em São Paulo. Podemos notar, portanto, que ele manteve o vínculo com o movimento operário e conseqüentemente conservou seu projeto de vida inicial.

Durante a clandestinidade, ele viveu com um casal em um "aparelho", numa região industrial da cidade de São Paulo. Em fevereiro de 1969, o "aparelho" foi descoberto por agentes da repressão, Ibrahin e um colega foram presos e enviados ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e em seguida foram para o Presídio Tiradentes, em São Paulo.

³¹⁰ SANTANA, M. A. *Homens Partidos*. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Unirio, 2001.

³¹¹ VELHO, Gilberto. *Memória, Identidade e Projeto*. In: *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Ed. Zahar., Rio de Janeiro.. 3ª ed. 2003.

Após quatro meses de prisão, Ibrahim soube que o embaixador americano havia sido sequestrado por militantes de uma organização de esquerda e na negociação incluía libertar quinze presos políticos. A lista de presos divulgada continha militantes de diversos movimentos e organizações; José Ibrahim representava, portanto, o movimento operário. Os presos foram libertados e banidos do país, assim começou o período de exílio na sua vida, tendo apenas 21 anos.

Assim, mudou-se com a família para a capital Bruxelas e, a partir do contato com a comunidade de exilados, surgiu a ideia de criar um espaço não-governamental cujo principal objetivo seria auxiliar os presos políticos e imigrantes através de apoio jurídico, psicológico, médico, entre outros. Assim, fundaram a Casa da América Latina com auxílio financeiro de uma agência de ajuda e desenvolvimento do governo belga, e lá ele foi o primeiro presidente, na qual trabalhou com cargo remunerado até a sua volta ao Brasil.

Aqui podemos perceber o projeto de vida como um instrumento de negociação da realidade imposta a Ibrahim, uma vez que o trabalho na Casa da América Latina pode ser interpretado como uma maneira de dar continuidade à luta política dentro da sua nova realidade. A luta já não era por melhores condições de trabalho ou aumentos salariais, a ação gritava em torno da denúncia das atrocidades dos regimes ditatoriais latino-americanos e a demanda da anistia nesses países. Assim demonstrando como o projeto pode ser fundamentalmente um meio de se expressar, articular interesses e aspirações para o mundo³¹².

A partir desse trecho do depoimento de Ibrahim, podemos notar como ele percebia o seu retorno como uma forma de luta. Não era apenas a volta para o país de origem, era a sua contribuição para uma causa: o engajamento político fazia parte da identidade que ele construiu ao longo de sua trajetória. Naquele momento, não se tratava então de sindicalismo, tratava-se de um interesse globalizante de toda sociedade brasileira.

É possível perceber também que Ibrahim em toda sua trajetória buscou manter o centro político, posto que essa era a representação da sua identidade; ele construiu a sua individualidade através da militância. Assim, continuar com atividades políticas durante

³¹² VELHO. *op.cit.*

o exílio e após o retorno ao Brasil foi uma forma de reafirmar sua identidade pessoal para si próprio, como uma tentativa de reiterar o seu projeto de vida.

Identidade

A identidade formulada pelo grupo permite a criação de um ambiente no qual os atores sociais busquem sinais que os aproximam a fim de que suas recordações sejam reconstruídas e validadas como integrantes do mesmo círculo, compartilhando as suas lembranças.

A memória confere um sentido à identidade construída e, dentro desse processo, pode se reordenar quantas vezes forem necessárias de acordo com as urgências dos momentos de crise. Nesta dinâmica, a memória deve ser compreendida como amparo da identidade cujas construções (ou reconstruções) se dão no contexto do presente - portanto, o passado é rememorado de acordo com as conjunturas do momento em que se está vivendo. Segundo Lucília Neves, é essa construção da identidade que estimula a busca por marcos na memória de referências reais nas lembranças.

A identidade, por sua vez, mesmo que individual, refere-se também às mentalidades coletivas. Deste modo, as trajetórias de Riani, Ibrahim e Cândido tornam-se valiosos estudos de caso a fim de observar a relação da memória do grupo (o movimento sindical) com a identidade construída por eles, enquanto indivíduos, que também reflete a sua integração na sociedade. Neves argumenta que "a memória passa a se constituir como fundamento da identidade, refere-se também às mentalidades coletivas, uma vez que o relembrar individual (...) relaciona-se à inserção social e histórica de cada depoente"³¹³.

Como já dissemos anteriormente, a identidade é a forma como o indivíduo se coloca no mundo, é o que lhe confere um sentido de permanência: poder lembrar - rememorar - o passado é o que conserva a identidade. É a maneira como pensa, como enxerga, como analisa as coisas, a vida. Segundo Jelin, é uma relação de constituição mútua: para fixar parâmetros da identidade, o sujeito seleciona certas memórias que o põe em relação com o outro³¹⁴. Assim, como afirma Velho, projeto e memória se associam

³¹³ NEVES. *op.cit.*

³¹⁴ JELIN. *op.cit.*

para dar sentido à identidade e esta depende da relação do projeto do seu sujeito com a sociedade, em um permanente processo interativo.

É a partir desse ponto que trabalharemos a trajetória de vida de Geraldo Cândido. Ele assumiu para si a identidade de sindicalista ex-perseguido político e mantém esta qualidade como parte da sua luta política que hoje não é mais como líder sindical, mas como membro da Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro.

Cândido também participou da organização da CUT (Central Única dos Trabalhadores) nesta mesma agitação política-sindical. Esse período foi bastante conturbado para todo o movimento sindical brasileiro, as greves do ABC paulista tomaram grandes proporções e havia novamente a visibilidade que outrora fora perdida. O sindicalismo nunca deixou de atuar, porém a maneira como se organizou no decênio entre 1968 e 1978, assim como aconteceu após o golpe, foi uma rearticulação da classe trabalhadora no interior das fábricas, criando comissões e oposições sindicais. Essas oposições foram responsáveis pela mudança de direção, uma vez que havia intervenção nos sindicatos e muitos eram controlados por pelos chamados "pelegos", ou seja, os sindicalistas que estavam ao serviço do patronato ou do governo.

As histórias de vida desses três representantes da classe trabalhadora de períodos e conjunturas distintas se articulam com a história política recente do Brasil. Pudemos abordar questões como a luta contra a ditadura, a repressão do Estado aos trabalhadores e, sobretudo, trajetória do movimento sindical; em uma tentativa de refutar a ideia do senso comum de que os trabalhadores enquanto atores sociais se mantiveram em um imobilismo após o Golpe de 1964 e os anos que se seguiram até o ápice do novo sindicalismo caracterizado pelas greves de 1978, no ABC paulista.

A metodologia da História Oral nos permite capturar pequenas nuances que nos aproximam dessas figuras políticas como indivíduos humanos com sentimentos; o que possibilita também compreender como se deu o processo de tomada de decisão do indivíduo e não apenas a decisão em si. Através do depoimento oral conseguimos ter acesso a questões que muitas vezes um documento físico não transparece, permite saber o que influenciou aquela personagem a seguir determinada direção; quais pensamentos e questionamentos a motivaram a caminhar daquela forma; quais emoções estiveram presentes no momento em que fez alguma escolha e etc. Assim abre-se um novo caminho para o historiador: mais sensível, mais humano, mais tangível e, talvez, mais real.

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, J. *O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GIANNOTTI, V. *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 3.ed.

GOMES, A. C. Memórias em Disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, M. M. (cood). *João Goulart: entre memória e história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. 2ª edição.

JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Coleção Memorias de la Represión Vol. 1: Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.

NEVES, L. A. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. In: *Revista de História Oral*, 3, 2000. P. 109 – 116

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3. 1989.

ROLLEMBERG, D. *Exílio: entre raízes e radares*. Ed. Record. Rio de Janeiro, 1999.

VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. In: *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Ed. Zahar., Rio de Janeiro.. 3ª ed. 2003.

Fontes

BUENO, Stanley. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Nova Iguaçu, RJ. 17 de maio de 2011

CAMPOS, N. A.; PAULA, H. R. (orgs). *Clodesmidt Riani: trajetória*. Juiz de Fora - MG: Funalfa Edições, 2005.

CÂNDIDO, Geraldo. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Rio de Janeiro, RJ. 09 de agosto de 2011.

IBRAHIN, J. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). São Paulo, 27 de janeiro de 2012.

RIANI, Clodesmidt. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Juiz de Fora, MG. 30 de outubro de 2011.

GRABOIS, V. Depoimento concedido ao projeto "Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil" (Equipe do Rio de Janeiro - UFRJ). Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2011.

História, Memória e Movimento Estudantil

Gislene Edwiges de Lacerda³¹⁵

O movimento estudantil tem sua presença marcada na história do país desde 1937, quando foi fundada a União Nacional dos Estudantes, o movimento estudantil tem sua trajetória mais claramente colocada no curso da história do país. As diferentes gerações e as diferentes organizações políticas que passaram pelo movimento, levantaram bandeiras, lutaram politicamente, criaram modismos e escreveram, cada geração a seu modo, trechos da história brasileira.

Da luta contra o Estado Novo, passando pela campanha pelo Petróleo é Nosso, pela defesa das Reformas de Base de Jango, pela resistência à Ditadura Militar, a luta pelas “liberdades democráticas” até o movimento dos “Caras Pintadas” e ações mais recentes, o Movimento Estudantil marcou sua presença na história do país.

Neste artigo o foco é a análise da atuação deste movimento durante a Ditadura Militar, e em especial entre os anos de 1974 e 1985, período chamado de Transição Democrática, percebendo neste momento histórico, como o Movimento Estudantil contribuiu para o “avançar da História”.

Logo no início do regime militar, o movimento estudantil passou a ser alvo dos golpistas. No mesmo dia do Golpe, o prédio da UNE, localizado na Praia do Flamengo no Rio de Janeiro, que guardava a memória do movimento de várias épocas, foi depredado e incendiado.

No mesmo ano do golpe, seguindo as investidas iniciadas com o incêndio da sede da UNE e a perseguição à suas lideranças, em 11 de novembro, a lei 4.464, conhecida como a Lei Suplicy Lacerda, tornou o movimento estudantil ilegal, estabelecendo que todas as representações estudantis estariam submetidas ao MEC³¹⁶. Essa lei também extinguiu a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEE's) e, em seu lugar, criava o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e Diretório Estadual dos Estudantes (DEE).

Mesmo na tentativa do regime de gerar total desarticulação no Movimento Estudantil, destruído sua sede, perseguindo suas lideranças e colocando a UNE na ilegalidade, o movimento resistiu. A UNE, mesmo extinta, ainda era um símbolo político importante. Constantes foram as tentativas de sua reorganização desde o decreto

³¹⁵Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³¹⁶ MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCAR), 2006.

presidencial que a extinguia. “Greves, manifestações e passeatas eram convocadas em nome da entidade, que continuava elegendo seus presidentes e realizando clandestinamente seus congressos”³¹⁷.

Em 1968 o movimento atingiu o auge de suas manifestações e também neste ano atingiu o auge da repressão sofrida. Inúmeras manifestações marcaram o ano de 1968 no país. E com a implementação do AI-5, a repressão também cresceu junto às manifestações. Para dentro das universidades públicas e privadas, o AI-5 foi levado através do Decreto-Lei nº 477 de fevereiro de 1969. O “decreto proibia a existência de qualquer tipo de associação de estudantes ou professores, e estabelecia punições sumárias como a imediata expulsão do estabelecimento para quem o infringisse”. Este cenário fechava cada vez mais o cerco militar em torno do movimento estudantil que continua resistindo e mobilizando toda a sociedade civil nesta luta contra a ditadura.

Devido à repressão muitos estudantes optaram pela luta armada e se vincularam a organizações revolucionárias. Outros passaram a viver na clandestinidade, dispersos pelo país e atuando em outras frentes. Muitos tiveram que deixar seus estudos nas faculdades devido à intensa perseguição que sofreram do regime e, vivendo na clandestinidade, assumiram outros nomes, distanciaram de suas famílias, assumiram outra vida, para poder preservar sua verdadeira.

Em 1974, no entanto, era o início de mudanças significativas sobre o cenário político brasileiro e que vão incidir também sobre o Movimento Estudantil. Neste ano iniciou-se o longo processo de transição para a democracia. Setores da sociedade se reorganizaram e promoveram inúmeras ações de pressão ao regime, alargando os limites da abertura. Dentre eles há um destaque ao Movimento Estudantil que foi o responsável pelas primeiras manifestações de rua depois de 1968 e foi protagonista na luta junto aos demais setores da sociedade civil a motivar a luta de oposição e pelas liberdades democráticas. Luta esta que passava pelo fim do AI-5, pela anistia política, pela reconstrução da UNE, pelo retorno do pluripartidarismo e pelas eleições diretas para presidente da república.

No período da transição, muitos intelectuais, seja do meio acadêmico ou militante, compreenderam o projeto de abertura como fruto das divisões internas do próprio regime e como uma estratégia para ampliar a institucionalidade da ditadura ao criar uma

³¹⁷ARAÚJO, Maria Paula N.. *Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. p.157.

“democracia fechada”. “Mas também apontavam a fluidez desse projeto e a possibilidade que a sociedade tinha de interferir no seu curso, aprofundando e alargando a abertura”.

Assim, a existência de uma sociedade mobilizada, simultânea ao processo de abertura política dos militares, constitui um dos principais fatores a contribuir para uma transição para a democracia. O final da década de 1970 teve a marca de uma sociedade civil que se mobilizava ativamente em torno das diversas lutas que contribuíram para o fim da ditadura e para implantar a democracia no país.

Frente a este novo contexto de atuação encontramos o movimento estudantil com uma pauta de lutas dupla: por um lado lutava pelas liberdades democráticas no país; por outro lado, lutavam pela reconstrução da UNE, sua entidade representativa que havia sido desmantelada totalmente após o desaparecimento de Honestino Guimarães, seu último presidente, em 1973. Lutar pela reconstrução da UNE também significava uma luta por liberdades democráticas, era uma luta pela restituição do direito de organização social e reorganização estudantil, direito tirado dos estudantes desde que a UNE foi colocada na ilegalidade em novembro de 1964 através da lei Suplicy Lacerda.

O Movimento Estudantil foi palco dos principais debates em torno das concepções de luta democrática que fragmentava as esquerdas e que também ganhava proporções nas questões estudantis. Nessa polarização, encontramos, no bloco das “Liberdades Democráticas”, o PCB e o PC do B, seguido do MR-8, a APML e algumas organizações trotskistas, como a Convergência Socialista e a Liberdade e Luta. Este grupo atuava em campanhas pelos direitos democráticos, como a liberdade de imprensa; pela anistia ampla, geral e irrestrita; pela liberdade de organização e expressão; denunciando torturas, entre outras coisas. Valorizavam também a disputa política eleitoral através de “candidaturas populares” pelo MDB. De outro lado havia o grupo liderado pela PO, composto também pelo MEP. Eram contra a luta democrática, por compreendê-la como reformista. Para este grupo, levantar bandeiras de luta econômica evitava a “diluição reformista”.

Este panorama mostra-nos a divergência existente entre esquerda plural que, por vezes, unia-se em prol da democracia. Esta fragmentação afetava diretamente o Movimento Estudantil que possuía suas bases fortemente marcadas pelas organizações de Esquerdas que no interior do movimento, assumindo o mesmo nome ou buscando denominações específicas para o meio estudantil, expressavam as ideias das diversas tendências de esquerda atuantes no período, polarizando o debate no interior do ME e

gerando divergências na condução de manifestações, na presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE) e nas instituições estudantis locais como UEE's, DCE's e DA'S.

Esta diversidade foi responsável pelos rumos tomados pelo Movimento Estudantil, que atuou fortemente na luta pelo fim da ditadura no Brasil, travando a bandeira “pelas liberdades democráticas”. Sendo assim, compreender as bases dessas tendências e os diferentes grupos de organização estudantil torna-se importante para compreender a luta pela democracia no Brasil, composta pelo Movimento Estudantil.

Nesta fase de abertura foram vários os movimentos sociais de oposição, partidos e organizações de esquerda que atuaram alargando os limites da abertura “lenta, gradual e segura” como o movimento sindical, as pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica, movimento de mulheres, movimento negro, a imprensa alternativa e o MDB, entre outros. No entanto, os estudantes nesta fase tiveram um papel central, foram eles que iniciaram as primeiras manifestações de rua desde os anos 1968 e colocaram nelas as marcas da luta “pelas liberdades democráticas” mais radical, que dificilmente teria sem os estudantes.

A retomada das lutas estudantis teve como marco inicial importante o ano de 1975 marcado pelas mobilizações que surgiram em protesto pelo assassinato de Wladimir Herzog que era jornalista e professor da USP. No mesmo ano, os estudantes de São Paulo conseguiram fundar o DCE Livre da USP, que recebeu o nome de Alexandre Vanucchi Leme.

Contudo o ano de 1977 foi o ano que marcou de forma definitiva o retorno das lutas do movimento estudantil. O ME voltou às ruas realizando manifestações e seguiu um caminho importante que o levaria a reconstrução da UNE.

No Rio de Janeiro o “Ato Público dos 5000” da PUC foi um fato que marcou a história, obviamente estava muito distante do nível de mobilização que atingiram passeatas como a dos “Cem Mil” em 1968. Entretanto era a primeira vez desde a promulgação do AI-5 que os estudantes conseguiam reunir um contingente de pessoas como esse. Era um avanço importante que sinalizava que o ME havia voltado com força. Este ato influenciou os estudantes da UFRJ que começaram a se organizar fundando dos centros acadêmicos um a um e posteriormente o DCE da UFRJ em 1978.

Em São Paulo, a prisão de militantes do MEP levou os estudantes pra rua para protestar no ato que ficou conhecido como a “Passeata do Viaduto do Chá”. Foi o marco da retomada das ruas pelos estudantes de São Paulo. O ato seguinte foi agendar um Dia

Nacional de Lutas pelas Liberdades Democráticas que mobilizou o movimento que foi pra rua e realizou inúmeras ações durante todo o dia 19 de junho por todo o Brasil.

Após a realização do III ENE, onde foi criada a Comissão nacional Pró-UNE, o próximo passo do movimento estudantil foi realizar um congresso para efetivamente, reconstruir a entidade representativa dos estudantes. O congresso de Reconstrução foi realizado em maio de 1979, em Salvador, era o XXXI Congresso da entidade. Ruy César era presidente do DCE da UFBA e organizou toda a logística do congresso. Conseguiu o centro de convenções da Bahia junto ao governador Antônio Carlos Magalhães, mesmo com parte da direção do movimento estudantil contra, pois não queriam negociar com um governador nomeado pela ditadura militar.

No congresso houve um momento de forte tensão quando aconteceu um atentado com bombas que deixou o salão do Centro de Convenções às escuras. Foram lançadas bombas de pó químico e a energia elétrica foi cortada. O salão ficou totalmente às escuras. Os depoimentos de várias pessoas presentes neste momento narram que a direção resolveu organizar um coro de 100 pessoas e pediu a elas que repetissem, palavra por palavra o que ele dizia para que toda a plenária ouvisse.

Em 29 de maio de 1979, através de uma votação formal durante o Congresso de Salvador, a UNE foi reconstruída. No congresso decidiu-se pela realização de eleições diretas para a diretoria da entidade e para encaminhar as eleições foi tirada uma diretoria provisória. No mês de outubro foram realizadas as eleições por voto direto em todo o país. Ruy Cesar, candidato a presidência da entidade pela coligação que envolveu o MR-8, a APML e o PC do B foi vitorioso e se tornou o primeiro presidente da UNE após a sua reconstrução.

Além da anistia, outra grande conquista foi o retorno o fim do AI-2 e o retorno ao pluripartidarismo no país e a fundação de vários partidos, antigos que se refundaram ou novos partidos como o caso do Partido dos Trabalhadores. O PT congregou diversas forças políticas da sociedade para seus quadros, dentre eles os estudantes oriundos dos diferentes grupos políticos de esquerda estudantil que se envolveram na proposta da criação de um partido dos trabalhadores.

Diante da nova conjuntura brasileira de pluripartidarismo, a anistia dos presos políticos, fim do AI-5 e a reconstrução da UNE, os estudantes se envolveram em uma nova luta junto com toda a sociedade: o retorno das eleições diretas para a presidência da república – As Diretas Já. A campanha pelas eleições diretas motivou inúmeros comícios

e manifestações por todo o país e contou com a presença constante do Movimento Estudantil.

No entanto a Emenda Dante de Oliveira havia sido derrotada, os partidos políticos recém-criados encaminharam uma nova solução: a opção era a realização de uma eleição indireta, por Colégio Eleitoral composto por parlamentares. Os partidos apresentariam os candidatos e o Colégio Eleitoral escolheria o novo presidente.

Além desta perspectiva historiográfica, apresento para análise aqui o Movimento Estudantil e a transição democrática pela perspectiva da memória. No trabalho com a história oral como método ao longo das pesquisas desenvolvidas até o momento me deparei com uma questão sobre a memória que se constitui sobre a atuação estudantil e sobre a transição democrática. Pela historiografia sem dúvidas constata-se o papel significativo da sociedade civil na construção da democracia do país e percebe-se o papel do ME de abrir espaço para esta luta e ser o primeiro movimento a se reorganizar a partir de 1974 e o primeiro a retornar as ruas com as bandeiras das liberdades democráticas e o quanto estes movimentos foram responsáveis por alargar os limites da transição imposta pelos militares e colocar fim a anos de violência, tortura, falta de liberdade, etc.

No entanto, o processo de transição democrática e os rumos da justiça de transição no Brasil contribuíram para a configuração da memória sobre o período, ou melhor, na existência de uma memória em disputa, uma memória ainda a ser construída, uma busca pelos sentidos do passado. Nesta perspectiva contemplo uma disputa de memória igualmente importante para a compreensão deste passado: uma disputa geracional, onde se busca responder: quem são os “heróis da resistência”? E quem são as vítimas” da ditadura?

O autor Andreas Huyssen³¹⁸, ao estudar as relações entre memória e esquecimento faz uma abordagem sobre o discurso de vitimização que surge como forma de legitimar a memória. Para o autor, a sociedade atual valoriza muito mais as memórias de trauma e violência estatal, onde está presente uma espécie de obrigação permanente de recordar, de evocar o passado e torná-lo presente para que ele se torne objeto de indagação. Este processo de vitimização pode ser associado à memória sobre as Esquerdas durante a Ditadura no Brasil. A geração da década de 1960, em especial a geração da luta armada e da resistência em 1968 e nos anos posteriores, devido a sua atuação nos anos duros da ditadura e da intensa repressão, da violência e tortura às quais foi submetida, ganhou uma

³¹⁸HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória – Arquitetura, Monumentos, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2004.

atribuição de vítima do regime militar, e essa vitimização lhe concede um *status* de “herói”. No entanto, a geração que participou da transição democrática levantando a bandeira pelas liberdades democráticas reivindica um espaço na história e na memória sobre a ditadura militar e, muitas vezes, quer se colocar como responsável por vencer o regime e lançar um foco sobre sua atuação. Esta disputa traz à tona a busca de se compreender o lugar da memória da transição democrática dentro da perspectiva da luta contra a ditadura civil militar.

A questão da disputa de memória existente no tempo presente sobre este passado nos mostra também que a transição democrática ainda não foi finalizada no Brasil. A Constituição de 1988 foi o marco político da concretização da democracia no país, mas a transição na memória não foi finalizada. As políticas de memória não acompanharam a consolidação da democracia política no país e, apesar de ter dado os primeiros passos na década de 1980, ainda hoje apresenta traços inacabados.

Assim, a disputa de memória entre gerações de ex-militantes estudantis e a construção da memória sobre a transição democrática evidenciam a busca de um significado por parte dos grupos sociais envolvidos na luta pela transição de sua própria atuação e relevância política que crie uma memória sobre o herói da resistência.

A memória de representantes da militância da década de 1970 e 1980 é marcada pela consciência de participação política pelo fim da ditadura. Reflexos de uma realidade distinta da década de 1960, esta que sofreu uma repressão diferente daquela da geração anterior e também resistiu de uma forma diferente. A geração da transição democrática busca ao narrar sua memória construir uma nova história e gerar uma nova memória sobre os tempos de ditadura onde não se foque no sofrimento da tortura, do exílio e das prisões, mas nas manifestações de rua, nas ações culturais, nas lutas pela anistia, pela reconstrução de uma sociedade democrática.

No entanto, ainda não há resultados desta disputa. Vivemos hoje um momento de revisão da nossa história recente. A comissão da anistia e a comissão da verdade reacenderam o debate no cerne social. Neste meio onde se busca construir uma narrativa sobre o passado várias são as vozes que vem falar sobre o passado com o objetivo de projetar uma imagem para o futuro. A memória sobre a ditadura é um campo aberto, onde muitos sujeitos demandam seu protagonismo e onde muitas instituições lançam mão dela com fins políticos. Hoje quando a UNE luta pela reconstrução do seu prédio incendiado em 1964 no discurso há um apelo da memória de seu protagonismo político para legitimar seu presente, sua identidade, sua importância. São as possibilidades de usos políticos

deste passado e que tem fins de construir memória sobre este passado. No entanto, neste ponto vai além da proposta deste artigo. Por fim, quero salientar que este artigo é fruto de uma pesquisa em andamento e que portanto, não vista fechar as análises sobre o tema proposta, mas sim abrir possibilidades de diálogo sobre o mesmo.

Bibliografia

ABRÃO, Paulo e TORELLY, Marcelo. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In.: *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Comissão de Anistia; Oxford : Oxford University, Latin American Centre, 2011. p. 212 – 249.

AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. RJ: Editora FGV, 1996.

ARAÚJO, Maria Paula N.. *A utopia fragmentada: As novas esquerdas no Brasil e no mundo da década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula N.. *Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BRITO, Alexandra Barahona (org). Verdad, Justicia, memoria y democratización en el cono sur. In.: *Las políticas hacia el pasado: juicios, depuraciones, perdón u olvido en las nuevas democracias*. Madrid: Ediciones Istmo, 2002.

BRITO, Alexandra Barahona. Justiça transicional e a política da memória: uma visão global. In.: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Nº 1 (jan. / jun. 2009). Brasília: Ministério da Justiça, 2009. p. 56 – 83.

CASSIN, Barbara. Amnistie et pardon: pour une ligne de partage entre éthique ET politique. CASSIN, Barbara (et al). *Vérité, Réconciliation et Répartition*. Seuil, 2004.

CASSIN, Barbara. Dire La vérité, faire la réconciliation, manquer la reparation. In.: CASSIN, Barbara (et al). *Vérité, Réconciliation et Répartition*. Seuil, 2004.

CATROGA, Fernando. A representação do ausente. In.: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Nº 2. Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p. 64 – 84.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória – Arquitetura, Monumentos, Mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2004.

JELIN, Elizabeth. *Los Trabajos de la memoria*. Colección Memorias de la represión. Siglo veintiuno de Argentina editores. S/D.

JELIN, Elizabeth. La justicia después del juicio. In.: FICO, Carlos., FERREIRA, Marieta M., ARAUJO, Maria Paula N., QUADRAT, Samantha (orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

JOFFILY, Mariana. *Entre o direito à verdade e o direito ao sigilo*. In.: Anais do I Seminário internacional de história do tempo presente. Florianópolis: UDESC, 2011. p. 1057 – 1066.

LACERDA, Gislene Edwiges de. *Memórias de Esquerda: O Movimento Estudantil em Juiz de Fora de 1974 a 1985*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2011.

LAZZARA, Michael. *Prismas de la memoria. Narración y trauma em la transición chilena*. Santiago: Editorial Cuatro Propoi, 2007.

OLIVEIRA, Antonio Leal. O perdão e a reconciliação em Hannah Arendt e Jacques Derrida. In.: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Nº 1 (jan. / jun. 2009). Brasília: Ministério da Justiça, 2009. p. 203 – 227.

PANDOLFI, Dulce. Anistia não é esquecimento. In.: SUSSEKIND, Elizabeth (org.). *Memória e Justiça*. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2009.

PORTILHO, Aline dos Santos. *Praia do Flamengo, 132. Memória, reparação e patrimonialização da União Nacional dos Estudantes*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História, política e bens culturais – CPDOC / FGV, 2010.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, 3ª Ed.

RICOEUR, Paul. *Memória, História e Esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SUSSEKIND, Elizabeth (org.). *Memória e Justiça*. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2009.

TELES, Edson Luís de Almeida. Pensar e agir: Narrativas e história na filosofia de Hannah Arendt. *Revista História Hoje*. São Paulo, v. 3, 2006.

TELES, Edson Luís de Almeida. *Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia*. São Paulo: USP, 2007. Tese de doutorado.

ZYL, Paul Van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. In.: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Nº 1 (jan. / jun. 2009). Brasília: Ministério da Justiça, 2009. p. 32 – 55.

Significados da anistia: apropriações do conceito de anistia no Brasil, dos anos 1970 à gestão de 2007 da Comissão de Anistia.Glenda Gathe Alves³¹⁹

Muitos diálogos têm sido travados entre a História e o Direito, desde debates a respeito da influência que os contextos políticos têm sobre a elaboração de leis e sobre a forma como o Direito é estruturado, até reflexões sobre os diferentes usos que os historiadores podem fazer de documentos produzidos pelos três poderes. Reconhecendo o Direito como produto social, as suas práticas, instituições e discursos são alvo de estudos que analisam a sua interação com processos sociais e à luz de questões historiográficas que considerem as disputas de poder, o campo simbólico e as práticas discursivas que fazem parte desse campo e, assim, consideram como diferentes noções de justiça foram produzidas e entraram em conflito, criando distintas interpretações do legal, do justo e do Direito.

Em relação à História do Tempo Presente, esse debate se intensificou nos estudos sobre as transições de governos autoritários para democracias. Segundo as demandas do contexto, cada país adotou estratégias distintas para lidar com questões do legado de violência que as ditaduras deixaram - a questão dos desaparecidos políticos, a opção por punir ou não os torturadores e/ou perpetradores dos regimes e as medidas de reparação dos danos sofridos. Esse conjunto de medidas é chamado de Justiça de Transição e, segundo Esteban Cuya³²⁰, se orienta por quatro dimensões fundamentais: busca pela verdade, aplicação da justiça, concessão de reparações e reformas institucionais e legais.

Cada país que passou por transição democrática construiu o seu próprio modelo de Justiça Transicional segundo as demandas sociais que surgiam durante o processo, dando ênfases distintas a cada uma das dimensões citadas. Sendo perceptível, contudo, que o grau de poder de interferência dos antigos grupos dirigentes no governo democrático influenciou no alcance e na aplicação dessas políticas. Inserida nesse debate, essa comunicação visa analisar como a Lei de Anistia foi apropriada por diferentes grupos no Brasil desde o seu processo de elaboração até a última gestão da Comissão de Anistia,

³¹⁹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³²⁰ CUYA, Esteban. “Justiça de Transição”. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, jan/jun 2011, p. 37-78.

iniciada em 2007, considerando os diferentes conceitos de justiça que guiam essas distintas apropriações.

Em análise que visa acentuar o protagonismo da sociedade civil na transição, Heloísa Greco³²¹ ressalta como as demandas por medidas de enfrentamento das marcas de violência da ditadura ganharam relevância ainda durante o governo autoritário, no movimento pela anistia dos anos 1970. O movimento, iniciado pelo Movimento Feminino pela Anistia, se consolidou nos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) e organizou a pauta de exigências incluindo, entre outros elementos, o esclarecimento das mortes e desaparecimentos, a responsabilização dos agentes da repressão, a libertação dos presos e cassados, a rejeição à anistia recíproca e o fim da Lei de Segurança Nacional. O lema difundido pelo movimento a partir de 1978 era “Anistia ampla, geral e irrestrita”, as demandas por justiça e verdade já estavam, portanto, presentes antes mesmo do retorno à democracia.

Ao contrário de considerar a transição como pura manobra dos militares, um grupo de historiadores tem destacado a importância da participação popular para a criação de espaços de participação política na abertura, seja da imprensa alternativa, de diferentes núcleos dos CBAs ou de diferentes grupos que participaram do Movimento pela Anistia. Nesse grupo, que questiona a hipótese de que os militares teriam exercido controle absoluto da abertura, parece haver um consenso em reconhecer um papel central da anistia para a transição brasileira, identificando-a como bandeira e estratégia para a redemocratização. Segundo essa leitura, nos CBAs teriam se articulado diversos setores interessados no retorno dos direitos civis e políticos e que viam nessa bandeira uma estratégia de concentrar forças no combate à ditadura. No contexto de abertura política controlada e de efervescência de movimentos civis críticos à ditadura a anistia ganhou um novo significado: a luta pela redemocratização³²².

³²¹GRECO, Heloísa. Anistia anamnese vs. Anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol. II, São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

³²² Sobre o assunto pode-se citar alguns trabalhos da historiadora Maria Paula Araújo sobre o movimento estudantil e/ou a imprensa alternativa, (a jus de orientação, vale começar pelo artigo ARAUJO, Maria Paula. “Anistia, memória e reparação: processos de democratização e justiça de transição no mundo contemporâneo.” In: Simpósio Nacional de História (ANPUH), XXVI, 2011, São Paulo, *Anais Eletrônicos*, São Paulo, 2011); também vale citar o trabalho de Carla Rodeghero, Gabriel Dienstmann e Tatiana Trindade sobre as peculiaridades do movimento pela anistia no Rio Grande do Sul (RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel e TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011) e o artigo publicado por Jessie Janne Vieira sobre a pluralidade de grupos que compuseram os Comitês Brasileiros pela Anistia (VIEIRA, Jessie Jane. “Anistia no Brasil: um processo político em disputa”. In: PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY,

Em 1979, após muita pressão social, o presidente Figueiredo encaminhou ao Congresso Nacional um projeto que concedia a anistia aos que tivessem cometido crimes políticos e conexos e que tiveram seus direitos políticos suspensos a partir de 02 de setembro de 1961, desde que não tivessem cometido “crimes de sangue”, terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal e aos crimes conexos aos de natureza política”³²³. A anistia aos “crimes conexos”, conforme foram compreendidos os crimes praticados pelos militares, era o grande interesse do governo porque, dentro do projeto de abertura lenta, gradual e segura, garantia-se legalmente uma transição para a democracia que não punisse os militares.

Essa proposta era dissonante do lema dos CBAs, não exclusivamente pela sua reciprocidade, mas por não incluir todos os presos políticos no projeto. Contudo, a mensagem parecia clara: a abertura só seria aceita pelo governo nesses termos e, de fato, nessa estrutura foi aprovada a Lei nº 6.683. Desde então, a aprovação da anistia nesses moldes é explicada por boa parte dos integrantes do Movimento pela Anistia e, principalmente, pelos parlamentares do MDB como uma concessão necessária para se conseguir alcançar a abertura política. Conforme afirma Carlos Fico³²⁴ a análise do debate dos parlamentares na Comissão Mista sobre a Anistia que aprovou a Lei nº 6.683 em 1979 e da “mensagem presidencial lida na sessão do Congresso Nacional de 28-6-79” também indica que a associação entre anistia e redemocratização já fazia parte dos debates institucionais em 1979. Contudo, afirma o pesquisador, no Congresso essa bandeira, identificada como uma medida relevante para a redemocratização, também se apresentou como estratégia para impedir a responsabilização dos agentes da repressão pela concessão de uma anistia recíproca. Diversos posicionamentos dos parlamentares podem ser identificados, desde o apoio à reciprocidade da anistia à rejeição severa à inclusão dos torturadores no projeto.

O resultado foi a aprovação, no dia 28 de agosto de 1979, da Lei de Anistia, de nº6683, interpretada oficialmente até hoje de forma a anistiar os crimes dos torturadores

Marcelo D. (Org.). *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, comissão de anistia. Oxford University. Latin American Centre. 2001).

³²³ CONGRESSO NACIONAL. Comissão Mista sobre Anistia. *Anistia*. Brasília: [Centro Gráfico do Senado Federal], 1982. Vol. 1, pp. 13-36.

³²⁴FICO, Carlos. “A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado ‘perdão aos torturadores’”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília, Ministério da Justiça, n.4, pp.318-333, jul./dez. 2010.

como “crimes conexos” aos crimes políticos. Por essa conciliação pragmática os exilados retornaram ao país e os presos políticos foram gradativamente libertados, mas também foram ignoradas, na época, as questões de indenização e reparação moral dos familiares de mortos e desaparecidos e não foram apuradas responsabilidades individuais sobre os crimes cometidos pelas forças policiais ligadas ao regime.

Desde então a Lei de Anistia foi alvo de várias críticas, sendo associada à impunidade e acusada de ser usada como obstáculo para a promoção da verdade e da justiça sob a alegação de que medidas que visassem algum tipo de responsabilização dos agentes do Estado estariam desrespeitando o acordo feito em 1979. Essas críticas surgiram principalmente de grupos de combate à violência de Estado, dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e de coletivos organizados por figuras que tiveram uma militância destacada no processo de transição e nos CBAs, como o Grupo Tortura Nunca Mais, e teve um destaque particular quando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pediu oficialmente, em 2008, a revisão da Lei de Anistia no Supremo Tribunal Federal (STF)³²⁵ e, em 2010, quando o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo desaparecimento de pessoas na Guerrilha do Araguaia³²⁶. Se durante a abertura havia um cenário político favorável à aceitação da reciprocidade da anistia, os exemplos acima indicam um fortalecimento de posicionamentos críticos a Lei de 79, o que mostra que a Justiça de Transição ainda é um cenário de disputas e de transformações no Brasil.

A concessão de anistia a grupos que sofreram perseguição política e aos agentes da repressão gerou uma situação paradoxal em relação ao *status* que a Lei nº 6683/79 reservou à resistência política à ditadura, pois ao mesmo tempo em que compreendeu esses indivíduos como personagens a serem perdoados pelo Estado, também os tratou como dignos de algum tipo de reparação. Já que, além de definir a quem caberia a anistia, apresenta uma série de determinações que autorizam a reversão ao serviço ativo de funcionários públicos e militares, a revogação das punições que atingiram os dirigentes e representantes sindicais e estudantes por motivos políticos e uma série de outras medidas que visam restaurar, de alguma maneira, os impactos nas carreiras dos indivíduos que sofreram perseguição política³²⁷.

³²⁵ A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental foi registrada no STF sob o nº 153, em 21 de outubro de 2008.

³²⁶ Caso Julia Gomes Lund e outros contra o Estado brasileiro, autuado com o número 11.552, na CrIDH, com sentença de 24 de novembro de 2010.

³²⁷ BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

Nessa ótica, a interpretação e alargamento das dimensões da Lei foram atrelando cada vez mais a anistia à ideia de reparação e agregando à implantação da Justiça de Transição uma lógica trabalhista e administrativa que foram direcionando por ao menos 15 anos as políticas de distribuição de reparações³²⁸. Uma análise das principais leis criadas para enfrentar a herança da ditadura permite identificar que até a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011, a reparação se tornou um eixo central da Justiça de Transição brasileira. Em análise mais detida desse caso, Denise Ribeiro (2012) identifica como os Direitos à Memória e à Verdade foram as dimensões menos desenvolvidas no Brasil (ao menos até a implementação das políticas de Memória da Comissão de Anistia, em 2007).

A aprovação da Lei de 1979 foi seguida por várias alterações. O primeiro ponto a sofrer modificações foi a questão da reinserção dos servidores públicos e militares, pois o retorno à ativa desses indivíduos não era garantido - dependia do interesse da Administração e da disponibilidade de vagas - e a Lei também não incluía restituições de salários atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimento. Após muitas reformas, em 1980 foi criada a primeira Comissão Especial de Anistia, no Ministério do Trabalho, com o objetivo de tratar da questão da reinserção aos postos de trabalho.

O retorno para a democracia ocorreu, portanto, sem que o Estado reconhecesse seus crimes, sem a punição de torturadores e, até mesmo sem o reconhecimento oficial de que a prática da tortura e assassinato por motivação política foram cometidos pelo Estado. Jesse Jane Vieira (2001) defende que esse quadro se acentuou ainda mais porque as diversas forças que estavam concentradas na luta pela anistia, após a Lei de 1979 e o retorno ao pluripartidarismo, se fragmentaram nas lutas pelos seus pleitos particulares e poucos grupos, com destaque para os Familiares de Mortos e Desaparecidos, seguiram com demandas pelo esclarecimento dos crimes cometidos e pela punição de seus perpetradores.

A Constituição de 1988 deu ainda mais legitimidade à Lei de Anistia e estabeleceu providências para a implantação de medidas de distribuição de reparações dentro dessa ótica trabalhista. A Lei de 1979 permanece, até hoje, ainda que com uma série de alterações, como legislação de referência para a regulamentação da concessão de reparações aos danos causados pela perseguição política no país.

³²⁸ A primeira medida relevante que atendia demandas de compensação por desrespeito aos Direitos Humanos foi aplicada em 1995 com a aprovação da Lei dos Desaparecidos que indenizava familiares que tiveram seus parentes assassinados pela ditadura.

Contudo, não se pode ignorar os apontamentos que a cientista política Glenda Mezarobba (2010) faz, ressaltando como é possível identificar no decorrer dos anos um processo de alteração do significado político da anistia e de mudanças na legislação que fogem aos planos originais da transição. Ela cita dois momentos de mudança marcantes: o de reconhecimento das responsabilidades do Estado, com a assinatura da Lei dos Desaparecidos em 1995; e o de concessão de reparações econômicas a todos os ex-perseguidos políticos em 2002, através da Lei 10.559.

Em 1995, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, amparados pela pressão de órgãos internacionais de defesa dos Direitos Humanos, conseguiu que fosse criada a Comissão Especial de Reconhecimento dos Mortos e Desaparecidos Políticos a fim de indenizar os familiares dessas vítimas. Compensação que fugia à lógica do esquecimento que fundamentou a Lei de 1979, pela primeira vez o Estado admitiu responsabilidade pelas violações dos Direitos Humanos e, fugindo à lógica trabalhista, concedeu indenizações a vítimas da ditadura pelas perdas sofridas, mas sem se comprometer com a investigação dos crimes cometidos.

O ano de 2002 também foi de transformações, sendo promulgada a Lei 10.559 que, regulamentava a concessão de reparações prevista na Constituição de 1988. Outorgava reparações econômicas de caráter indenizatório pelo tempo de afastamento das atividades profissionais, uma reparação financeira aos exilados e estudantes e um atestado de anistiado às pessoas que tiveram seu requerimento aprovado. Àqueles contemplados com a anistia que tivessem vínculo empregatício no período de perseguição seria concedida uma prestação mensal que considerasse a possível progressão no local onde trabalhavam, enquanto os que não tinham vínculo receberiam apenas uma prestação como reparação simbólica pelos danos causados pela repressão³²⁹.

Na prática, essa Lei ampliou o grupo prestigiado pela reparação, previu a concessão de indenizações ao invés da restituição dos empregos e criou uma Comissão responsável pela apreciação e concessão dos benefícios. Agora não apenas as perdas trabalhistas eram consideradas, mas foram incluídos todos os perseguidos políticos como dignos de reparação. Ao mesmo tempo, a Comissão de Anistia passou a estar submetida ao Ministério da Justiça e não mais ao Ministério do Trabalho, um indicativo de que a função política da anistia foi se ampliando para responder a demandas que não fossem exclusivamente trabalhistas.

³²⁹ BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

A análise dos relatórios produzidos pela Comissão de Anistia permite afirmar que desde 2007 houve um redirecionamento político da instituição em que as demandas por memória e por uma dimensão simbólica da reparação passaram a ser mais apreciadas. Nesse ano foi iniciada uma nova gestão da Comissão, presidida por Paulo Abrão Pires e, desde então, pode-se constatar nas políticas da instituição um esforço em repensar a forma como a anistia e as políticas de reparação são concebidas no Brasil³³⁰.

Nos últimos anos, a Comissão tem sido protagonista na produção de Memoriais sobre a resistência, na elaboração de seminários sobre a ditadura militar e de toda uma política de memória e de concessão de homenagens aos ex-perseguidos políticos. A realização mais comentada dessa gestão a criação das Caravanas de Anistia que são sessões de apreciação dos requerimentos de anistia que passaram a ser realizadas em diferentes espaços e estados do Brasil, contemplando desde assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST), a auditórios de universidades. Essas sessões são conciliadas com seminários e eventos culturais (peças, encontros de cinema, círculos de debate) sobre a ditadura e, junto a realização de homenagens a figuras da resistência consideradas marcantes, se tornam espaços de divulgação do tema e de reconhecimento da atuação dos grupos da resistência à ditadura³³¹.

Contudo, ao analisar esse novo direcionamento político do órgão é perceptível que para trabalhar com essa dimensão simbólica e moral da reparação houve um esforço do grupo em repensar o significado da anistia e as funções políticas da reparação. Como promover o Direito à Memória se a Comissão é orientada por uma lei que se fundamentou na ideia de esquecimento? Como reconhecer o direito de resistir ao autoritarismo se a anistia não só perdoa os agentes do Estado pelos crimes cometidos como também se coloca no papel de perdoar àqueles que sofreram perseguição? Esse novo projeto político teve, portanto, que encarar os paradoxos gerados pela Lei de 1979 e dele surgiram novas apropriações da legislação.

Principalmente após o veto do Supremo Tribunal Federal à anulação ou revisão da Lei de Anistia em 2010 a alternativa que se fortaleceu entre os conselheiros da Comissão é o de que para se ampliar os contornos da Justiça de Transição no Brasil não

³³⁰ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Ações Educativas Relatório 2007-2010*. Brasília: Comissão de Anistia, 2010.

³³¹ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Ações Educativas Relatório 2007-2010*. Brasília: Comissão de Anistia, 2010.

é necessário anular a Lei, mas reinterpretá-la. Começando, assim, pelo próprio conceito de anistia:

O sentido ordinário de ‘anistia’, vinculado à ideia de esquecimento, e amplamente empregado por setores conservadores, certamente agrava ainda mais esta situação no contexto reparatório, e por isso precisou ser repellido, resgatando-se a pré-compreensão de anistia presente nas demandas dos movimentos sociais da década de 1970³³².

Com esse novo projeto político, a nova gestão da Comissão renega o legado deixado pelo acordo de 1979 e apresenta a instituição como herdeira dos movimentos civis pela anistia dos anos 1970 e desassocia a anistia de esquecimento e passam a articulá-la com a lógica da rememoração. Essa estratégia política é chamada por eles como *Virada Hermenêutica* e abriu espaço não só para um reconhecimento maior da atuação da instituição como passa a lidar de forma diferenciada com ambiguidades geradas pela anistia. Se agora ela é sinônimo de rememoração e não de esquecimento, então não seria mais contraditório que o Estado se desculpe pelos crimes praticados, os repare e reconheça a resistência como algo a ser homenageado e lembrado; e não mais como algo a se desculpar. Passa, então, a não ser a concessão de um pedido de desculpas, mas, ao contrário, o Estado que passa a pedi-lo.

Essa estratégia política não deixa de ter os seus paradoxos, já que apesar da *Virada Hermenêutica* há uma tradição histórica a respeito do significado de anistia. Contudo esse novo projeto político em torno da afirmação de um novo significado da anistia expressa uma nova disputa que vem se travando na consolidação de um modelo de Justiça de Transição para o Brasil. Ao mesmo tempo, a análise dessas diferentes apropriações da concepção de anistia permitem identificar não só a fluidez de interpretações e concepções de justiça, quanto os diferentes embates políticos que envolvem a consolidação de uma estratégia para lidar com as heranças do passado autoritário.

Uma análise mais detida sobre as políticas de reparação simbólica da Comissão poderiam ser feitas, mas esse trabalho buscou, através da análise da trajetória da anistia, focalizar numa reflexão a respeito dos diferentes sentidos políticos que foram incorporados ao conceito de anistia no decorrer dos anos e como o novo direcionamento

³³²ABRÃO, Paulo. TORELLY, Marcelo. “A justiça de transição no Brasil: a dimensão da reparação.” In: ABRÃO, Paulo; SANTOS, Boaventura; MACDOWELL, Cecília; TORELLY, Marcelo (Org.). *Repressão e Memória Política no contexto Ibero-brasileiro: Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra; Brasília: Ministério da Justiça, 2010. p.50.

político da Comissão de Anistia, em 2007, abraçando uma linguagem dos Direitos Humanos conseguiu exercer uma função política que excede o previsto nas suas funções legais, e que amplia os limites da Lei de 1979, ao trabalhar com uma dimensão moral das políticas de reparação. A mesma lei que foi criada para limitar o alcance da Justiça de Transição no país foi apropriada não só para aprimorar as políticas de reparação, que se tornaram o eixo norteador da transição brasileira, como para promover outras dimensões da justiça, como o Direito à Memória. Apesar dos limites claros na promoção da dimensão da Justiça, o que antes era considerado um pacto pelo esquecimento passou, através desse movimento de renovação política, a ser o maior eixo promotor de políticas de memória sobre a ditadura militar do país.

Bibliografia

ARAUJO, Maria Paula. Anistia, memória e reparação: processos de democratização e justiça de transição no mundo contemporâneo. In: Simpósio Nacional de História (ANPUH), XXVI, 2011, São Paulo, *Anais Eletrônicos*, São Paulo, 2011 (paginação irregular).

BASTOS, Lucia Elena Arantes Ferreira. A Anistia brasileira em comparação com as da América Latina: uma análise na perspectiva do direito internacional. In: *Desarquivando a ditadura: memórias e justiça no Brasil*. Volume II. São Paulo: Hucietec, 2009.

BACKSO, Bronislaw. Imaginação Social. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, vol. 5.

BOBBIO, N. *Dicionário de Política*, Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, N. “As origens históricas do positivismo jurídico”. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 1995.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

BURZTYN, Ana. Depoimento concedido ao Projeto “Marcas da memória: História Oral da Anistia no Brasil” [Núcleo da UFRJ]. 07 de julho de 2011, pp.30-33.

CUYA, Esteban. “Justiça de Transição”. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, pp. 39-43, jan/jun 2011.

FICO, Carlos. “A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado ‘perdão aos torturadores’”. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília, Ministério da Justiça, n.4, pp.318-333, jul./dez. 2010.

FOUCAULT, M. Verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

GATHE, Glenda. A nova agenda política da Comissão de Anistia: sentidos e recepções das políticas de reparação nos depoimentos do Projeto *Marcas da Memória*. Orientador (a): Maria Paula Nascimento. Rio de Janeiro: UFRJ / Instituto de História; 2013. Monografia (Bacharelado em História).

GOMES, Angela de Castro. “Retrato falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados.” In: Revista Estudos Históricos. jan.-jun. 2006. pp.55-80.

GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte: 2003. 559 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

GRECO, Heloísa. Anistia anamnese vs. Anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol. II, São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

KERTZER, David. Rituais Políticos e a Transformação do Partido Comunista Italiano. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 7, n. 15, julho de 2001

LARA, S. H. “Apresentação”. In: LARA, S. H.; MENDONÇA, J. M. (Org.) Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social. São Paulo: Editora Unicamp, 2006, pp.9-22.

MEZAROBBA, Glenda. Anistia de 1979: o que restou da lei forjada pelo arbítrio?. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Orgs). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. 2v, São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

_____. *Um acerto de contas com o futuro. A anistia e suas consequências: um estudo do caso brasileiro*. Mestrado em Ciência Política. São Paulo: USP, 2003, p. 109-140.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel e TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

ROSITO, João Baptista. *O Estado pede perdão: a reparação por perseguição política e os sentidos da anistia no Brasil*. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010. [Entrevista concedida a João Baptista Rosito]

SCHMIDT, B. B.; SPERANZA, C. G.. “Acervos do judiciário trabalhista: lutas pela preservação e possibilidades de pesquisa.” In: Antonio José Marques; Inez Terezinha Stampa. (Org.). Arquivos do Mundo dos Trabalhadores. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

SOARES, Samuel; PRADO, Larissa. “O processo político da anistia e os espaços da autonomia militar”. In: *Desarquivando a ditadura: memórias e justiça no Brasil*. Volume II. São Paulo: Hucietec, 2009.

TEITEL, Ruti. “Transitional Justice Genealogy”. *In: Transitional Justice: Handbook for Latin America*. Brasília: Comissão de Anistia; New York: International Center for Transitional Justice, 2011.

VIEIRA, Jessie Jane. “Anistia no Brasil: um processo político em disputa”. *In: PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Org.). A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, comissão de anistia. Oxford University. Latin American Centre. 2001.

Fontes

ABRÃO, Paulo. TORELLY, Marcelo. “A justiça de transição no Brasil: a dimensão da reparação.” *In: ABRÃO, Paulo; SANTOS, Boaventura; MACDOWELL, Cecília; TORELLY, Marcelo (Org.). Repressão e Memória Política no contexto Ibero-brasileiro: Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra; Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

CONGRESSO NACIONAL. *Comissão Mista sobre Anistia. Anistia*. Brasília: [Centro Gráfico do Senado Federal], 1982. Vol. 1.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Ações Educativas Relatório 2007-2010*. Brasília: Comissão de Anistia, 2010.

As Comissões de Verdade e seus Informes na América Platina: questões de produção e circulação

Marina Maria de Lira Rocha³³³

O presente texto pretende fazer uma análise inicial sobre as elaborações das Comissões de Verdade, suas produções e efeitos em contextos de constituições de Políticas de Memória na Argentina, Paraguai e Uruguai – *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (1983-1984), *Comisión de Verdad y Justicia* (2004-2008) e *Comisión para la Paz* (2000-2003) respectivamente. Desejando enfatizar a produção e a circulação dessas políticas, delinearemos a percepção de circulação de ideias em espaços e tempos para se entender como, com que conteúdo e de que forma foram conformadas as Comissões de Verdade relativas às ditaduras na Argentina (1976-1983), Paraguai (1954-1989) e Uruguai (1973-1985), não circunscrevendo-se apenas na maneira de produzir esse trabalho de memória, mas acima de tudo percebendo as construções de formas e conteúdos narrativos – o *Nunca Más*, o *Informe Final*. *Anive Haguã Oiko* e o *Informe da Comisión para la Paz*.

Comissões de Verdade e Produções de Informes

Na Argentina, as denúncias dos organismos de direitos humanos sobre as violações praticadas pelo Estado iniciaram-se antes do fim da ditadura. Contudo, a produção de conhecimento sobre as vítimas e suas respostas sociais não atingiram um estado público pleno até os comícios das eleições de 1983³³⁴. Em abril, as Forças Armadas haviam lançado um “*Documento final de la Junta Militar sobre la guerra contra la subversión y el terrorismo*”, onde assumiam a responsabilidade pela “guerra anti-subversiva” e desqualificavam as denúncias de desaparecimento. Esse documento teve efeitos jurídicos e fundamentou a lei de “*Pacificación Nacional*”, que auto-anistiava as Forças Armadas.

³³³Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade de São Paulo.

³³⁴ CRENZEL, Emilio *La Historia Política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en Argentina*. Buenos Aires, Siglo XXI. 2008.

A resposta foi imediata. Os organismos de direitos humanos e a opinião pública rejeitaram a lei e voltaram-se ao pedido de constituição de uma comissão bicameral para investigar o terrorismo de Estado, a ser conformada por um futuro governo civil. Esse tema centralizou os debates eleitorais daquele ano e foi a primeira medida tomada pelo recém-eleito à presidência Raúl Alfonsín.

Assinando os decretos 157 e 158, o presidente definiu a restauração da vida democrática através da justiça, promovida pela investigação pública e perseguição penal aos responsáveis por formas violentas de ação política e pela violência de Estado. Dois dias depois, Alfonsín firmou outro decreto que conformava uma Comissão Nacional para esclarecer os feitos relacionados à desaparecimento de pessoas.

A *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) teve funções de receber denúncias e provas de delitos para a remissão à Justiça; averiguar o paradeiro de desaparecidos; localizar crianças retiradas da tutela dos pais; denunciar qualquer tentativa de ocultamento e destruição de provas relacionadas aos casos investigados; e emitir o informe final. (Decreto 187 de 15 de Dezembro de 1983) Nesse sentido, o executivo convocou membros destacados de organismos de direitos humanos e figuras públicas não afetadas diretamente pelos desaparecimentos para integrá-la, presidida pelo escritor Ernesto Sabato.

Em 22 de dezembro de 1983, a CONADEP começou a funcionar. Ela centrar-se-ia nos depoimentos dos familiares de desaparecidos, sobreviventes de centros clandestinos de repressão e testemunhas involuntárias. A Comissão trabalhou também com anteriores testemunhos publicados pelos organismos nacionais e internacionais de direitos humanos e com preenchimentos de formulários e entrevistas à testemunhas.

As mesas de recebimento desses depoimentos foram divididas por ordens de trabalho e, posteriormente, por Centros Clandestinos de Detenção, onde cada “especialista” tomava declarações que se referenciavam às experiências vividas nos determinados Centros. A Comissão se instalou em Buenos Aires, mas viajava ao interior do país e ao exterior para tomar depoimentos das vítimas e fazer inspeções dos Centros Clandestinos.

Se, ao princípio, ela suscitou uma série de críticas relativas ao seu funcionamento, essa situação começou a se modificar, quando alguns dos participantes que tomavam os depoimentos renunciaram, por não suportar a pesada tarefa de “escutá-los”. Sem gente

para o trabalho, alguns movimentos de direitos humanos se colocaram à disposição para colaborar. Em outra instância, a CONADEP lançou uma enorme campanha televisiva e radial para fazer saber seu funcionamento e agregar testemunhos.

Pode-se afirmar, portanto, que o teor do conteúdo escolhido e produzido pela Comissão, enquanto Política de Memória provida pelo Estado e com o apoio da maioria das organizações de direitos humanos, era o desaparecido.³³⁵ Por um lado, as especificidades da história do país resultaram nessa escolha, já que só o Estado argentino igualou a decisão do extermínio político e a prática clandestina deste ao desaparecimento de pessoas. Por outro lado, o desaparecimento quebrava a relação da morte como fim natural. A morte, dentro da perspectiva da cultura ocidental, que possui âmbitos temporal, espacial e imaginário (o corpo e a tumba), sob a perspectiva do desaparecimento, prendeu-se às incertezas, perdeu seu caráter natural e humano³³⁶.

Ao colocar os desaparecidos como vítimas centrais da Comissão, definiu-se elaborá-las enquanto vítimas inocentes, não explorando a sua identidade, apenas qualificando-as por suas atividades profissionais. Ao fazer esta análise “seletiva”, deixou-se em branco uma relação entre captores e detidos, assim como uma análise dos perpetradores do terrorismo de Estado. Por fim, dentro dessa limitação, a cifra encontrada de vítimas desaparecidas (nove mil pessoas) era incerta³³⁷.

Com o andamento das investigações, a CONADEP dividiu-se para escrever seu informe e entregá-lo ao governo. Nove meses depois de iniciada, apresentou mais de 50.000 páginas sobre suas investigações e um resumo para publicação, intitulado *Nunca Más*.

No Uruguai, a maneira que se finalizou a ditadura influenciou na Política de Memória relativa à Comissão de Verdade do país. Em 1986, a transição democrática passara por seu ponto final, quando três projetos foram aprovados sob o “espírito da pacificação”: a anistia dos presos políticos, as medidas para o retorno dos exilados e a reincorporação de empregados do Estado e a *Ley de Caducidad de la Pretención Punitiva*

³³⁵ O desaparecido é estabelecido pela Comissão como aquele que lhe fora tirada a presença civil pela força. O sobrevivente, por sua vez, é a pessoa que esteve desaparecida, contudo foi liberada ou fugiu de seu cativeiro. (CONADEP, 2006)

³³⁶ CATELA, Ludimila da Silva. *No habrá flores en la tumba del pasado: la experiencia de reconstrucción del mundo de los familiares de desaparecidos*. La Plata: Al Margen. 2001.

³³⁷ VEZZETTI, Hugo. *Pasado y Presente: Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI. 2003. pp.112-120

del Estado. Nesta última, aprovou-se a decrepitude da pretensão punitiva do Estado a respeito de delitos cometidos por funcionários militares e policiais, ocasionados em cumprimento de suas funções, até o primeiro dia de março de 1985, quando o Uruguai retorna a um governo civil com a presidência de Juan María Sanguinetti³³⁸.

Quando aprovada, a *Ley de Caducidad* angariou uma série de questionamentos por parte dos movimentos de direitos humanos. Em 1989, contudo, o governo aprovou um referendo para acelerar o processo de anistia dos militares e a libertação dos presos políticos, cujo resultado foi a manutenção da lei³³⁹.

Para os movimentos de direitos humanos no país, era necessário reconfigurar esse conceito oficial de pacificação e iniciar uma campanha de justiça e verdade. No entanto, apenas a partir de 1996, esta posição foi impulsionada, com as anuais *Marchas de Silencio*, reclamando a verdade sobre os desaparecidos e exigindo o cumprimento do artigo quatro da própria *Ley de Caducidad*, onde obrigava-se ao Poder Executivo recolher denúncias sobre pessoas detidas e esclarecê-las, dando o conhecimento da informação.

Essas demandas só foram atendidas depois de quatro anos. Em nove de agosto de 2000, o presidente Jorge Batlle cria a *Comisión para la Paz* (COMPAZ) para determinar a situação dos presos-desaparecidos e menores desaparecidos durante o regime militar. Esta Comissão teria 120 dias para receber, analisar, classificar e recopilar informações sobre desaparecimentos, através de documentos e testemunhos, em *absoluta confidencialidade* das fontes, e elaborar um informe como medida reparatória³⁴⁰.

Funcionando no *Edificio Independencia*, seus trabalhos de recolhimento da informação, através de documentos e testemunhos, obtidos sem fatores coercitivos, eram repassados à Presidência da República, que informava aos órgãos de comunicação e aos familiares de presos-desaparecidos. Assim, tratou de recopilar a informação já existente pelos aportes documentais da *Asociación de Familiares de Detenidos-Desaparecidos*, do *Servicio de Paz y Justicia* e do *Instituto de Estudios Legales y Sociales del Uruguay* e testemunhos de membros de partidos políticos, funcionários públicos, integrantes das

³³⁸ Lei 15848 de Dezembro de 1986.

³³⁹ MARCHESI, Aldo. Los límites legales de la memoria: la ley de caducidad en la justicia transicional uruguaya. In: ARAUJO, Maria Paula et. al. (Org.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio. 2012. p.217.

³⁴⁰ Resolução 858 de 2000.

Forças Armadas e policiais, familiares e cidadãos em geral, do país e do exterior, principalmente argentinos, que quiseram colaborar nessa tarefa³⁴¹.

Desta forma, as denúncias foram agrupadas em quatro modalidades: 1) Pessoas desaparecidas no país; 2) cidadãos uruguaios desaparecidos na Argentina; 3) filhos de pessoas detidas sequestrados; 4) corpos aparecidos nas costas do país. Como conteúdo, a COMPAZ decidiu priorizar duas categorias de repressão que foram os desaparecidos e os mortos. Dentro dessas condições, recebeu-se 38 denúncias de desaparecidos, sendo seis de cidadãos argentinos, e confirmadas as mortes em cativeiro de 26 dessas denúncias.

Centralizada no espaço nacional e com limitações jurídicas para realizar a investigação, ao focar nos desaparecidos e mortos, a Comissão acabou por ignorar a principal modalidade repressiva utilizada na ditadura – a detenção de pessoas. O sistema de exclusão dos ditos “subversivos” era majoritariamente sua reclusão e, dentro do cárcere, a aplicação de penas rigorosas, arbitrariedade e tortura³⁴². Logo, a preocupação dessa Comissão em estabelecer a quebra dos valores de direitos humanos, através de um espaço para dar voz às vítimas, fora enquadrada a partir de pressupostos que não faziam parte da situação local nem de suas especificidades históricas.

A conjuntura deste informe, de apenas 30 páginas, iria se modificar com as eleições do primeiro governo de coalizão centro-esquerda – *Frente Amplio* – cujo candidato, Tabaré Vázquez, ganhara as eleições de 2004. No ano seguinte, um convênio entre a *Universidad de la República* e a Presidência constituiu equipes de Arqueologia e de História para desenvolver pesquisas em três etapas: uma investigação sobre presos-desaparecidos, entregue em 2007; uma complementação dessas pesquisas, entregue em 2010; e, já sob a presidência de José Mujica (*Frente Amplio*), uma terceira etapa para integrar a localização de corpos, revisar arquivos e difundir novas informações e documentações, entregue em 2011.

Os eixos de pesquisa, pela comissão de investigação histórica, focalizaram-se nas análises de documentos e testemunhos sobre o período ditatorial, no desaparecimento forçado, nos delitos de lesa humanidade e no contexto repressivo, associando-o a outros

³⁴¹ COMISIÓN PARA LA PAZ, 2003.

³⁴²PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al. (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2008. pp.164-167.

contextos de países do sul da América Latina. Por outro lado, a comissão de investigação arqueológica tinha como objetivos encontrar restos humanos e identificá-los.

Os resultados das mesas de trabalho foram outro informe final com as conclusões das investigações e uma recopilación documental organizada em quatorze livros encadernados. As produções foram reduzidas por uma comissão acadêmica para cinco tomos e apresentadas à Presidência da República, que as publicou no endereço eletrônico, em 4 de junho de 2007.

A última Comissão instituída no conjunto a ser analisado é a *Comisión de Verdad y Justicia* (CVJ) no Paraguai. Em 2002, há dez anos da descoberta do *Archivo del Terror*³⁴³, um grupo composto por organizações de direitos humanos lançou a campanha do “*Año de la Memoria*” e conformou a *Mesa Memoria Histórica*, a fim de debater os arquivos da repressão, instituir um museu de memória das vítimas da ditadura (que funciona desde 2005), e criar a Comissão de Verdade³⁴⁴.

No ano seguinte, foi assinada a lei de criação da CVJ, cujos objetivos eram investigar as violações aos direitos humanos cometidos pelos agentes estatais ou paraestatais, desde 1954 até a promulgação da lei, em 2003. Sabe-se que a ditadura paraguaia, com o governo unipessoal de Alfredo Stroessner, durou 35 anos e terminou com a crise dentro do próprio regime, o golpe das Forças Armadas e o exílio do ditador no Brasil (onde morreu em 2006), reestabelecendo a relação entre o Partido Colorado e essas Forças. Contudo, as eleições que se seguiram continuaram dando vitórias ao Partido Colorado (1993, 1998, 1999, devido a renúncia de Raúl Cubas, e 2003) e o país passou por uma grande crise econômica e social, que afetou a governabilidade, colocou o Executivo em choque com o Judiciário e levantou a manifestação de 40 mil pessoas sob o mote de “*Dictadura, Nunca Más!*”³⁴⁵.

Neste contexto de demandas, criou-se a *Comisión de Verdad y Justicia*. Apesar de não possuir o caráter jurisdicional, a CVJ propunha analisar os comportamentos de indivíduos e instituições do Estado que contribuíram para crimes contra os direitos humanos, preservar a integridade e o testemunho da vítima depoente, juntar provas para

³⁴³ Conjunto documental militar-policial encontrado por José Martín Almada nas dependências da *ex-La Técnica*, durante um trâmite judicial.

³⁴⁴Derechos Humanos en Paraguay, Assunção. Disponível em: <<http://soawlatina.org/lasluchasporlamemoria.pdf>>.

³⁴⁵ BRUN, Diego Abente. Después de la dictadura. In: TELESCA, Ignacio (Org.). *História del Paraguay*. Assunção: Taurus. 2010. pp.295-313.

entregá-las ao Poder Judicial e recomendar a adoção de medidas para evitar que tais feitos se repetissem³⁴⁶.

Com um prazo de trinta dias para se compor e iniciar seus trabalhos, a Comissão foi presidida pelo monsenhor Mario Medina Salinas e composta por membros de reconhecida trajetória ética e social. Auxiliados por técnicos e outros membros investigadores, instruíram as entrevistas, enfocando nas vítimas e familiares de desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais, torturas, lesões graves, exílios e outras violações de direitos humanos.

Sob a meta de alcançar um grande número de vítimas diretas e indiretas do regime, a CVJ lançou campanhas nas rádios, televisões, e boletins impressos e digitais. Em parceria com o *Ministerio de Educación y Cultura*, realizou assembleias populares e capacitação para a formação pedagógica. Para além disso, concretizou audiências públicas e entrevistas diárias, com questionários de mais de duas horas de duração, na capital e em outras quatro sedes pelo país – Misiones, Caaguazú, Alto Paraná e Cordillera.

Neste sentido, os membros da CVJ visitaram lugares de repressão, compilaram materiais e documentos e implementaram as audiências, sob o lema “*Quien olvida, repite*”. Assim, conseguiram analisar 9.923 vítimas diretas da ditadura, com as informações dos testemunhos, dos arquivos, e da identificação e exumação de corpos encontrados, com a ajuda da *Equipo Argentino de Antropología Forense*, EAAF.

Ao fim de seus trabalhos, previsto para dezoito meses corridos, contudo, finalizados apenas em 2008, por causa da escassez de recursos, entregou um informe oficial de todas as investigações, elaborando propostas de reparação das vítimas. O *Informe Final. Anive Haguã Oiko*, publicado em meio digital e em livros, é conformado por oito tomos: 1) Síntese e Caracterização do Regime; 2) Principais Violações dos Direitos Humanos; 3) As Violações de Alguns Grupos em Citação de Vulnerabilidade e Risco (mulheres, crianças e adolescentes, povos indígenas); 4) Terras Ilícitas; 5) As Sequelas das Violações aos Direitos Humanos. A Experiência das Vítimas; 6) As Responsabilidades nas Violações de Direitos Humanos; 7) Alguns Casos Paradigmáticos; 8) Documentos Suplementares e Lista de Vítimas³⁴⁷. Em suas recomendações para reparação, ao todo 178 indicações, há medidas referentes às buscas de desaparecidos,

³⁴⁶ Lei 2225 de 06 de Outubro de 2006.

³⁴⁷ COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. (2008) *Informe Final. Anive Haguã Oiko*. Assunção: CVJ.

crianças sequestradas e cadáveres escondidos, sanções judiciais ou administrativas aos responsáveis, recomendações para educação aos direitos humanos, entre outras.

Conclusão: Algumas repercussões dos Informes

Em 20 de setembro de 1984, Ernesto Sábato entregou o informe da CONADEP ao presidente Alfonsín, momento este público e televisionado. Setenta mil pessoas se reuniram na *Plaza de Mayo* para assistir ao ato e exigir a jurisdição e comissão bicameral para julgar os responsáveis. Um dia depois, o presidente entregou o resumo do informe para sua publicação em livro e dois anexos pelo *Editorial Universitaria de Buenos Aires* (EUDEBA).

Sua primeira edição, com 40.000 exemplares, saiu em novembro de 1984 e se esgotou em dois dias. Até março do ano seguinte, além de se editar exemplares em braile, foram vendidos 190.000 exemplares do informe, incluindo a primeira lançada no exterior pela editora espanhola *Seix Barral* em conjunto com EUDEBA³⁴⁸.

Meses depois do resultado da CONADEP, os juízos iniciaram-se. Mobilizados por uma respeitável parcela social, que questionava o número de vítimas relatadas pela Comissão – nove mil casos em contraposição aos trinta mil alegados pelas organizações de direitos humanos –, foram eleitos 711 para serem julgados. A meta era demonstrar a responsabilidade conjunta e mediada pela Junta Militar em um aparato de poder ilegítimo. A sentença condenou os comandantes que exerceram a repressão, atribuindo-lhes responsabilidades e penas diferentes. E o *Nunca Más* foi um dos instrumentos de prova para este juízo.

Sua circulação foi intensa até os anos de 1986 e 1987, quando o governo de Alfonsín decidiu considerar o projeto de *Punto Final* (1986) e assinar a lei de *Obediencia Debida* (1987). Apesar do clima de repulsa, o governo extinguiu causas não julgadas dos processos de responsabilidade e deu anistia àqueles que executaram tarefas subordinadas às ordens superiores. O ambiente de “esquecimento oficial” tendeu a se aprofundar, quando o seguinte presidente Carlos Menem (*Partido Justicialista*) determinou indultos aos já condenados. Nesse sentido, a publicação de novos exemplares do *Nunca Más*

³⁴⁸ CRENZEL. *op.cit.* pp.131-132.

passou a ser financiada pelas organizações de direitos humanos, com pequenas tiragens, como forma de combater o contexto vivido³⁴⁹.

Apenas em 1995, o país revive as grandes publicações do livro. Nesse ano, o capitão Adolfo Scilingo, em uma crise de consciência, declarou sua participação em operativos que jogavam desaparecidos em mar aberto ou rios – os “*vuelos de la muerte*”³⁵⁰. Por trás dos debates suscitados pela declaração de Scilingo, voltou-se à política de reimpressão do *Nunca Más*, agregando mais 545 pessoas desaparecidas.

Dez anos depois, no trigésimo aniversário do golpe, EUDEBA volta a publicar uma nova edição do *Nunca Más*, desta vez com um prólogo assinado pela *Secretaría de Derechos Humanos de la Nación*, sob a presidência de Néstor Kirchner (*Partido Justicialista*). O “novo prólogo”, que não se intitula como tal, mas como uma introdução à “*Edición del 30 aniversario del Golpe de Estado*”, agregou novos valores ao sentido do golpe. Colocando as exigências de verdade, justiça e memória, a *Secretaría* deixou clara a posição da ditadura em instituir um novo modelo econômico neoliberal e que, por detrás dessa política, desencadeou o terrorismo de Estado. Nesse sentido, atendeu às reivindicações das *Madres de la Plaza de Mayo*, assumindo os 30.000 desaparecidos e valorizando a política do processo.

Em 2012, com a quarta reimpressão da oitava edição do *Nunca Más*, surgiu a polêmica em torno deste “prólogo”. A ex-participante da CONADEP Magdalena Ruiz acusou, através de uma coluna no jornal *La Nación*, que a referida secretaria, ao incorporar seu prólogo, teria retirado a assinatura do prólogo inicial, produzido por Sabato. O falecido autor, para a jornalista, fora, portanto, “desapropriado de sua memória consolidada no informe”³⁵¹. Em clima de disputa, o filho de Sabato, Mario Sabato, promoveu uma petição à editora EUDEBA, assinada por diversos sujeitos dos meios acadêmico e cultural argentinos, solicitando a autoria explícita de seu pai no prólogo, em próximas edições do *Nunca Más*. A editora respondeu que nenhuma edição do livro levou a assinatura em seu prólogo³⁵².

³⁴⁹CRENZEL. *op.cit.* pp.147-153.

³⁵⁰VERBTISKY, Horacio. *El vuelo*. Buenos Aires: Editorial Planeta.1995.

³⁵¹ GUIÑAZU, Magdalena Ruiz. Robar a los Muertos. *La Nación*, Buenos Aires, 29 de outubro de 2012. Disponível em <www.lanacion.com>.

³⁵² LYNCH, Guido Carelli. ROFFO, Julieta. Adhesiones y acusaciones cruzadas por el prólogo del “Nunca Más”. *Clarín*, Buenos Aires, 14 de novembro de 2012. Disponível em <www.revistaenie.clarin.com>.

De acordo com Emilio Crenzel, o informe da CONADEP tinha o caráter coletivo e convidava os organismos de direitos humanos a participar com recomendações para o texto final. Desta forma, havia sido combinado que nenhum dos textos seria assinado, independentemente de quem o escreveu³⁵³. Assim, fica evidente que o debate se tratou de uma disputa pela memória do *Nunca Más*, por uma interpretação de seu processo, e por uma verdade que conforma a identidade das vítimas na Argentina.

O informe da COMPAZ, por sua vez, adentrou o meio literário já em contexto distinto, a partir de 2003. Através da internet, seus leitores iniciais, podendo ser ampliados por esse meio (contudo não necessariamente), já fazem parte de uma outra geração que, de maneira não fundamental, escapam à realidade vivenciada na ditadura uruguaia.

Apesar do contexto de novos leitores e de uma nova mídia de divulgação, esse informe também ocasionou mudanças de perspectivas no país. A primeira delas foi a decisão do governo em lançar essa produção, baseando-se em uma legislação que impede o caráter do julgamento, mas que não é rígida. Ou seja, o informe da COMPAZ deu luz a uma brecha para novas interpretações da *Ley de Caducidad*.

Como alegou as organizações de direitos humanos, a referida lei não mencionava a caducidade de crimes cometidos por civis ou de delitos empreendidos fora do país e poderiam, a partir da investigação da Comissão, ir à julgamento. Tampouco ela retratava o delito de desaparecimento enquanto um delito contextual, podendo este ser interpretado como um crime permanente, já que o estado de desaparecimento é constante, e, portanto, um crime hábil de punição. Com esse novo tipo de interpretação, foi possível condenar vinte pessoas, entre elas o ex-presidente Juan María Bordaberry³⁵⁴.

Em 2007, durante a reformulação dos trabalhos da COMPAZ e de revisão do informe, houve uma nova tentativa de se derrubar a lei que marcou a transição uruguaia. As organizações sociais conseguiram recolher 10% de assinaturas do eleitorado nacional e colocar novamente em questão plebiscitária a *Ley de Caducidad*, ocorrida nas eleições de 2009. Mas, a pretendida anulação perdeu novamente nas urnas e a punição aos violadores dos direitos humanos passou às mãos de cortes internacionais³⁵⁵.

³⁵³ CRENZEL. *op.cit.* pp.93-98.

³⁵⁴ MARCHESI, Aldo. Los límites legales de la memoria: la ley de caducidad en la justicia transicional uruguay. In: ARAUJO, Maria Paula et. al. (Org.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio. 2012. p.219.

³⁵⁵ *Idem*.

Por fim, essa manifestação em torno da *Ley de Caducidad* e do informe, resultou na Lei 18.596. Nela, o Estado tomou para si a responsabilidade pela “quebra do Estado de Direito que impediu o exercício de direitos fundamentais às pessoas em violação dos direitos humanos” durante a ditadura. (Lei 18596 de 18 de Setembro de 2009) Assim, reconheceu-se as práticas sistemáticas de tortura, desaparecimento forçado, prisão sem intervenção judicial, homicídios e aniquilação de pessoas no âmbito psicológico e social, em nome de uma doutrina de Segurança Nacional³⁵⁶.

O *Informe Final. Anive Haguã Oiko*, por sua vez, possui especificidades da participação social em sua produção, das inúmeras recomendações feitas pela CVJ e da ampliação do conceito de vítimas (“*luchadores y luchadoras*”), sinalizando diferentes grupos sociais afetados, trazendo muitas discussões em torno da legalidade, da democracia e da reparação no Paraguai. De acordo com o discurso levantado pelos direitos humanos, a impunidade paraguaia dura séculos e os casos contra a população são inúmeros.

Desde 2011, na presidência de Fernando Lugo (eleito pela coalizão *Alianza Patriótica para el Cambio*, que destituiu o Partido Colorado do poder), foi criada a *Dirección de Verdad, Justicia y Reparación*, organismo do Estado, sucessor da CVJ, dependente da *Defensoría del Pueblo* e do Poder Legislativo. Essa Direção fora a solução dada para se trabalhar com os temas pendentes dos direitos humanos, atualizar o informe, buscar desaparecidos, e valorizar lugares históricos.

Neste sentido, o país, que ampliou a noção de vítimas e de crimes com seu informe, ainda vive na constante denúncia de desrespeito aos direitos humanos e de falta de legislação e políticas públicas eficientes para garantir os direitos dos povos indígenas, direitos trabalhistas, punir a violência de gênero e as torturas contra camponeses e “*luchadores sociais*”. Com uma *Defensoría del Pueblo* de poucos recursos e as divergências políticas do parlamento, as questões de direitos humanos são ainda uma luta constante de suas vítimas, que, no país, ganharam um amplo sentido.

³⁵⁶ GARRETÓN, Francisca; GONZÁLEZ, Marianne; y LAUZÁN, Silvana. *Estudio de Políticas Públicas de Verdad y Memoria en 7 países de América Latina*. Centro de Derechos Humanos, Facultad de Derecho, Universidad de Chile, Santiago de Chile. 2011. Disponível em: <<http://www.democraciacd.h.uchile.cl>>.

Bibliografía

BRUN, Diego Abente. (2010) Después de la dictadura. In: TELESCA, Ignacio (Org.). *Historia del Paraguay*. Assunção: Taurus.

CÁCERES, María Stella. (2012) Las luchas por la memoria histórica en tiempos de golpe. *Derechos Humanos en Paraguay*, Assunção. Disponible em: <<http://soawlatina.org/lasluchasporlamemoria.pdf>>.

CATELA, Ludimila da Silva. (2001) *No habrá flores en la tumba del pasado: la experiencia de reconstrucción del mundo de los familiares de desaparecidos*. La Plata: Al Margen.

CRENZEL, Emilio. (2008) *La Historia Política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en Argentina*. Buenos Aires, Siglo XXI.

GARRETÓN, Francisca; GONZÁLEZ, Marianne; y LAUZÁN, Silvana. *Estudio de Políticas Públicas de Verdad y Memoria en 7 países de América Latina*. (2011) Centro de Derechos Humanos, Facultad de Derecho, Universidad de Chile, Santiago de Chile. Disponible em: <<http://www.democraciadh.uchile.cl>>.

MARCHESI, Aldo. (2012) Los límites legales de la memoria: la ley de caducidad en la justicia transicional uruguaya. In: ARAUJO, Maria Paula et. al. (Org.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio.

PADRÓS, Enrique Serra. (2008) Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al. (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

VERBTISKY, Horacio. (1995) *El vuelo*. Buenos Aires: Editorial Planeta.

VEZZETTI, Hugo. (2003) *Pasado y Presente: Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Documentos

ARGENTINA. Decreto 157, 13 de Dezembro de 1983.

ARGENTINA. Decreto 158, 13 de Dezembro de 1983.

ARGENTINA. Decreto 187, 15 de Dezembro de 1983.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA. (2008) *Informe Final. Anive Haguã Oiko*. Assunção: CVJ.

COMISIÓN PARA LA PAZ. (2003) *Informe Final*. Uruguay: Presidencia de la República. Disponible em: <<http://archivo.presidencia.gub.uy>>.

CONADEP. (2006) *Nunca Más*: Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. Buenos Aires: EUDEBA.

GUIÑAZU, Magdalena Ruiz. Robar a los Muertos. *La Nación*, Buenos Aires, 29 de outubro de 2012. Disponível em <www.lanacion.com>.

LYNCH, Guido Carelli. ROFFO, Julieta. Adhesiones y acusaciones cruzadas por el prólogo del “Nunca Más”. *Clarín*, Buenos Aires, 14 de novembro de 2012. Disponível em <www.revistaenie.clarin.com>.

PARAGUAI. Lei N.2225, 06 de outubro de 2003.

PARAGUAI. Lei N.122, 24 de Junho de 2010.

URUGUAI. Lei 15848, 28 de Dezembro de 1986.

URUGUAI. Lei 15848, 28 de Dezembro de 1986.

URUGUAI. Resolución 858, 2000.

URUGUAI. Lei N.18596, 18 de Setembro de 2009.